

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ–UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS–CCHL
COORDENAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Clarice Helena Santiago Lira

**O PIAUÍ EM TEMPOS DE SEGUNDA GUERRA: MOBILIZAÇÃO LOCAL
E AS EXPERIÊNCIAS DO CONTINGENTE PIAUIENSE DA FEB**

Teresina

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Clarice Helena Santiago Lira

**O PIAUÍ EM TEMPOS DE SEGUNDA GUERRA: MOBILIZAÇÃO LOCAL
E AS EXPERIÊNCIAS DO CONTINGENTE PIAUIENSE DA FEB**

Dissertação apresentada, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil, à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento

Teresina

2008

L768p

Lira, Clarice Helena Santiago

O Piauí em tempos de segunda guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB. / Clarice Helena Santiago Lira. Teresina: 2008.

159fls

Dissertação (mestrado em História do Brasil) UFPI.

1. Piauí – História – República. 2. Piauí – História – Segunda Guerra. I. Título

C.D.D. 321.9

Clarice Helena Santiago Lira

O PIAUÍ EM TEMPOS DE SEGUNDA GUERRA: MOBILIZAÇÃO LOCAL E AS
EXPERIÊNCIAS DO CONTINGENTE PIAUIENSE DA FEB

Dissertação apresentada, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil, à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí. Área de concentração: História do Brasil.

Aprovada em ____/____/____ 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento – UFPI
Orientador

Profa. Dra. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus – UFF
Examinadora

Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI
Examinadora

Aos ex-combatentes do Piauí, em
especial a Claudísio Torres de Carvalho (*in*
memoriam).

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei essa pesquisa, apesar de saber que teria uma árdua caminhada pela frente, não supunha as várias batalhas a travar até o trabalho ser concluído. Para que chegasse a sua finalização, foi preciso que, ao longo dessa difícil trajetória, familiares, amigos, mestres, entre outros, me ajudassem de variadas formas, demonstrando, através de seu apoio, que um trabalho é sempre compartilhado, por mais que não nos demos conta disso. Dessa forma, hoje posso afirmar que essa dissertação não foi somente minha produção, mas o resultado de uma relação fecunda, com um universo inimaginável de pessoas que, de uma forma ou de outra, fizeram com que a idéia se transformasse em concretude. Por isso, agradeço:

A Deus, meu grande Amigo, que sempre esteve por perto em todos os momentos da escrita desse trabalho.

À CAPES, que me oportunizou realizar um trabalho dessa natureza.

Ao Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, meu orientador, por acreditar na concretização da pesquisa, quando ela ainda era um pré-projeto.

Aos professores doutores do Mestrado em História do Brasil, por terem contribuído com suas discussões no amadurecimento do projeto de pesquisa. Em especial, ao Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco, e à Profa. Dra. Teresinha Queiroz, por acompanharem mais de perto as angústias de uma pesquisadora em formação.

À UESPI e à FAPEPI, pela ajuda de custo que me permitiu viajar para fazer pesquisa nos arquivos do Rio de Janeiro.

À Secretaria de Educação do Estado do Piauí, pela liberação de minhas atividades em sala de aula, durante o Mestrado, como também pela ajuda de custo à viagem de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro.

Aos alunos de História, por me permitirem, em sua convivência, o amadurecimento gradativo da minha vida profissional.

Ao Prof. Paulo Nunes, por me ter, em sua entrevista, proporcionado visualizar um pouco da Teresina em tempos de guerra.

À Lília Maria Santiago de Lira e à Rose Lima, por terem feito as transcrições das entrevistas utilizadas nesse trabalho.

A Gleidson, João Batista, Rafael, Ítalo, Calil, Jordan Bruno, Vera, alunos-amigos, que me ajudaram a encontrar alguns dos entrevistados e outras fontes que atualmente estão registrados nessa pesquisa.

A Ranielli, Luciano, Wilson, que, assim como eu, enveredaram em pesquisas sobre a FEB, e muito contribuíram com informações e indicações de leituras.

A Rodrigo, amigo carioca, que possibilitou chegar às minhas mãos muitas dissertações relacionadas ao meu objeto de pesquisa.

Aos amigos, Jonhy, Mary, Cláudia, Marcelo, Arimatéia, Vívian, Maureni e Valtéria, pela amizade imensurável.

Aos meus colegas do Mestrado, em especial à Nalva, Pedro Pio, Andreza, Márcia, Joseane, José Luiz, Paulo Gutemberg, pela amizade e presença fecunda, que, para além das doações intelectuais, contribuíram com doações afetivas, tornando a trajetória de pesquisa uma experiência mais branda.

À Sra. Eliete, pela sempre boa recepção frente à Secretaria do Mestrado.

A Francisco Alcides do Nascimento Júnior, por ter feito a maior parte da pesquisa documental no Arquivo Público do Piauí.

Aos comandantes do 25º BC e da 26ª CSM, por me permitirem o acesso aos arquivos dessas unidades militares.

Ao relações-públicas, sargento Edílson, e ao cabo Afrânio, responsável pelo Arquivo do 25º BC, que, para além de suas funções, contribuíram com informações importantes dessa pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí, do Arquivo do 25º BC, do Arquivo da 26ª CSM, do Arquivo da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Arquivo do Exército, por sua atenção e disponibilidade na procura de fontes para essa pesquisa.

Aos ex-combatentes e suas famílias, que dividiram comigo experiências de guerra, que muitas vezes preferiam silenciar, muito obrigada. Em especial a Claudísio Torres de Carvalho

(*in memoriam*), a João Paulino Torres, a Francisco de Sousa Primo, à Maria de Jesus Rodrigues, a Renato Silva e Sousa, à Marinês Silva e Sousa Vilarinho, à Maria de Lourdes Silva e Sousa e à Valdene Mendes de Moraes.

A Vital, pelo conforto e palavras de carinho.

À minha família, minha fortaleza; com ela venci essa batalha e vencerei todas as outras. Pai, mãe, irmãs, sobrinho: – amo a vocês.

À história seca, fria, impassível, prefiro a história apaixonada. Incliná-me-ia mesmo a considerá-la mais verdadeira.

Georges Duby

RESUMO

Esse estudo teve como pretensão construir uma narrativa dos tempos da Segunda Guerra no Piauí (1942-1945), tendo como objetivo principal analisar a forma como a mobilização de guerra, criada no Brasil, após o decreto do estado de beligerância contra o Eixo, foi operacionalizada na sociedade piauiense. Para tanto, os questionamentos giraram em torno das alterações sofridas no Estado, com a instituição de uma mobilização de guerra local, como também em relação à maneira como se processou a arregimentação de homens para a defesa do litoral e principalmente para a composição da Força Expedicionária Brasileira. A presente pesquisa inseriu-se nos estudos da história sociocultural, por considerar a importância das configurações históricas na constituição das relações sociais, ao tempo em que também deu margem à criatividade e liberdade de pensar, agir e sentir dos sujeitos históricos que vivenciaram o período em estudo. Sob este aspecto, os documentos escritos, utilizados na produção da pesquisa, foram principalmente jornais locais, relatórios e boletins internos. No que se refere às fontes orais, estas foram compostas principalmente pelas narrativas dos ex-combatentes e de seus familiares. O trabalho foi dividido em cinco partes assim distribuídas: *1 Introdução*. Na *Parte 2*, foi discutida a criação do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, da Comissão da LBA e de um Pouso do SEMTA em Teresina, e a forma como essas instituições agiram diante das particularidades socioculturais locais. Na *Parte 3*, procurou-se analisar como se deu a mobilização militar e de que modo as forças de ar, terra e mar se comportaram, no Estado, diante da arregimentação de soldados para a guerra. Na *Parte 4*, procurou-se discutir a trajetória de soldados do 25º BC, selecionados para a FEB, desde sua saída para o Rio de Janeiro até seu retorno da Itália. A memória composta pelos ex-combatentes e seus familiares, acerca de suas experiências vivenciadas no período da guerra, tornou-se problematizadora de uma imagem de soldado piauiense, construída pelos órgãos oficiais naquele período. *5 Conclusão*. Por fim, as *Referências*, que, com base nos ensinamentos dos teóricos estudados, contribuíram para a tessitura e construção deste trabalho.

Palavras-chaves: Mobilização. Segunda Guerra. FEB. Piauí.

ABSTRACT

This study had the purpose to constitute a narrative about the Second World War period in Piauí (1942-1945), as the main objective to analyze the way how the war mobilization, created in Brazil after the decree of belligerence state against the Axis, was produced in the piauiense society. This way the questions round about the changes suffered on the State, with the institution of a local war mobilization, as well as in relation to the way how was the recruitment of men to the littoral defense and mainly to the composition of the Brazilian Expedition Force. This research insert itself into the studies of social and cultural history for considering the importance of the historical compositions on the social composition and at the same time for permitting a certain creativity and freedom in the thinking, in the acting and in the feeling of the historical subjects who experimented the studied period. About this aspect the written documents used in the production of this research were mainly local periodicals, reports and Internal Bulletin. In relation to the oral sources, these were mainly composed for the telling of the ex-combatants and of their relatives. The paperwork was divided in five parts distributed like that: *1 Introduction*. In the *Part 2* was discussed the creation of the Service of Anti-aerial Passive Defense, of the Commission of the LBA and of a Landing of the SEMTA in Teresina, and the way how these institutions acted in front of the social and cultural local particularities. In the *Part 3* we intend to analyze how was the military mobilization and the way how the forces of air, land and sea behaved, in the state, in front of the recruitment of soldiers to the war. In the *Part 4* we intended to discuss the trajectory of soldiers of the 25th BC who were selected to the FEB, since their exit to Rio de Janeiro until their returns from Italy. The memory composed by the ex-combatants and their relatives about their experiences felt in the war period became constructor of an image of piauiense soldier constructed by the official organs in that period. *5 Conclusion*. At last, the *References* that, based on the teachings of the studied scholars, contributed to the texture and construction of this paperwork.

Keywords: Mobilization. Second World War. FEB. Piauí.

LISTA DE SIGLAS

ACP	–	Aeroclube do Piauí
BC	–	Batalhão de Caçadores
BI	–	Boletim Interno
CPOR	–	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CR	–	Circunscrição de Recrutamento
CRP	–	Centro de Reacomodamento de Pessoal
CSM	–	Circunscrição do Serviço Militar
DEIP	–	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIE	–	Divisão de Infantaria Expedicionária
FAB	–	Força Aérea Brasileira
FEB	–	Força Expedicionária Brasileira
FSR	–	Formação Sanitária Regimental
LBA	–	Legião Brasileira de Assistência
NAB	–	Navegação Aérea Brasileira
NPOR	–	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
PE	–	Polícia do Exército
RAF	–	Royal Air Force – Força Aérea Real (Britânica)
RM	–	Região Militar
RPSR	–	Rádio Propaganda Sonora Rianil
SEMTA	–	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SESP	–	Serviço Especial de Saúde Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A MOBILIZAÇÃO DE GUERRA NO PIAUÍ: ENTRE A PRODUÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICA E O CONSUMO SOCIAL	17
2.1	Teresina: uma cidadezinha escura e triste.....	17
2.2	Um apocalipse de fogos de artifício nos ares calmos da cidade.....	22
2.3	A Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência.....	32
2.4	A Campanha da borracha usada e o pouso do SEMTA em Teresina.....	43
3	ARREGIMENTANDO FORÇAS DE TERRA, AR E MAR: a mobilização militar no Piauí em tempos de Segunda Guerra	56
3.1	Campanhas, chamamentos e comemorações aclimando a mobilização militar.....	6
3.2	A inauguração de aeroclubes e a formação de brevetados em céus piauienses.....	64
3.3	As forças de mar e a mobilização piauiense na vigilância do litoral.....	75
3.4	O cotidiano do 25º BC e da 26ª CR na mobilização de jovens piauienses para as forças de terra.....	78
4	O CONTINGENTE PIAUIENSE DA FEB: HISTÓRIA E MEMÓRIA	99
4.1	Aí eu vim para minha terra, quando, em poucos dias, fui chamado para ir à guerra.....	99
4.2	Ainda hoje sinto uma coisa ruim quando escuto o barulho de um trem.....	111
4.3	Muito ruim! Ave Maria! [...] Além do medo da guerra, tinha também o frio.....	122
4.4	[...] nós vamos embora para o Brasil, foi um corre-corre danado [...].....	131
4.5	Os ex-combatentes do Piauí e seus lugares de memória.....	137
5	CONCLUSÃO	142
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICES	152
	APÊNDICE A.....	153

1 INTRODUÇÃO

Minha paixão pelas histórias e memórias da Segunda Guerra nasceu ainda na infância, quando entrei em contato com alguns livros publicados pela Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Esses livros pertenciam a um parente militar, que, à época, início de 1980, era assinante da coleção General Benício.¹ De todos aqueles livros, empoeirados e jogados em um canto qualquer, o que mais me chamou a atenção foi *Missão 60* de Fernando Pereyron Mocellin.² A narrativa sensível desse autor, piloto da FAB (Força Aérea Brasileira), emocionou-me a cada página lida. O memorialista relatava poeticamente seu cotidiano e o de seus colegas, na Itália, em tempos de guerra. O autor, em sua escrita, apesar de estar narrando um episódio bastante doloroso de sua vida e de outros expedicionários, transformou-o em um romance verossímil, em que optou por expressar sentimentos como o medo, a saudade e a coragem, as dificuldades com o meio, com o clima e com outras culturas, além de rememorar os momentos de lazer nos dias de folga.

Até então, para mim, a Segunda Guerra tinha sido algo bem distante, no tempo e no espaço, sem nenhuma relação com a História do Brasil. Através dessas leituras, eu soube que, além de o Brasil ter participado, apoiando politicamente os aliados, havia sido formada uma Força Expedicionária (Força Expedicionária Brasileira-FEB), para lutar contra o Eixo em campos italianos.

Na graduação em História, quando me foi exigido um tema, para que eu pudesse construir um projeto de pesquisa, de imediato, veio-me à idéia de pesquisar sobre os desdobramentos da Segunda Guerra no Piauí, com especial atenção a quem efetivamente participou dos combates: – os ex-combatentes do Estado. Através dessa experiência, tive o primeiro contato com jornais locais, que circulavam no período da guerra, como também com informações que me levaram até os pracinhas que foram mobilizados militarmente pelo 25º Batalhão de Caçadores. Finalizada a graduação, vez ou outra eu tentava obter mais informações sobre os expedicionários piauienses, indo, algumas vezes, às unidades militares desta Capital.

Em uma dessas investigações, obtive o endereço da Associação de Ex-combatentes do Estado do Piauí e a informação de que possivelmente as unidades militares do 25º Batalhão de

¹ A coleção General Benício é uma das publicações da BIBLIEX. A referida Editora também publica outras coleções de livros e revistas sendo, no entanto, seu público-alvo o militar.

² MOCELLIN, Fernando Pereyron. **A missão 60**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1971.

Caçadores e da 26ª Circunscrição do Serviço Militar possuíam ainda os boletins internos dos anos de guerra; material que posteriormente tornou-se importante para a construção desta pesquisa. Paralelamente eu tentava obter bibliografias que me ajudassem a compreender a participação do Brasil na Segunda Guerra, como também o papel da FEB nessa participação. Pude constatar, através dessa procura, o pouco interesse dos historiadores em trabalhar com essa temática, como também o desinteresse de editoras brasileiras em publicar as escassas pesquisas que eram realizadas nas pós-graduações de todo o Brasil. Não obstante, observei que esta realidade começou a ser modificada, pelo crescente, e ainda limitado, número de pesquisas acadêmicas sobre a FEB e de publicações sobre o assunto, observados a partir da segunda metade da década de 1990. Outro ponto a ser ressaltado é a escassez de pesquisas que trabalham com o cotidiano das cidades brasileiras, nos tempos de mobilização de guerra, que afetou, guardadas as devidas proporções, variados grupos da sociedade brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa procurou construir uma narrativa dos tempos de guerra no Piauí, analisando a maneira como a sociedade e, de forma específica, os pracinhas piauienses e seus familiares, vivenciaram o conflito. Dessa forma, as principais questões de pesquisa que se apresentaram foram: – Que alterações cotidianas sofreu o Piauí com o processo de mobilização de guerra acontecido em entre 1942 e 1945? Como as notícias dessa mobilização eram veiculadas nos jornais que circulavam no Estado? Que grupos sociais foram mais afetados com esse processo de mobilização? Qual foi o papel das instituições criadas no Estado no processo de mobilização? De que forma as forças armadas brasileiras, representadas no Estado, arregimentaram jovens piauienses para a guerra? Qual a reação do povo piauiense à remessa de seus soldados para o conflito mundial? Que experiências dos tempos de guerra são consideradas mais marcantes pelos pracinhas, convocados pelo Piauí, e por seus familiares? Foi composta no Estado do Piauí uma memória sobre os tempos de segunda guerra, incluindo aquela que reconhece a participação efetiva de conscritos do 25º BC no teatro de guerra italiano?

À busca de responder às questões de pesquisa, utilizei-me de um universo vasto de documentação escrita, produzida à época da mobilização nacional, entre eles, jornais, relatórios e revistas que circulavam no período em estudo. Outra modalidade de documentação, utilizada na produção da pesquisa, foram as fontes orais, obtidas por meio de entrevistas feitas com ex-combatentes da FEB, que foram, no período da mobilização militar, arregimentados pela 26ª Circunscrição de Recrutamento, como também entrevistas feitas com os familiares. Seus depoimentos sobre a própria experiência vivenciada compuseram também parte da memória daqueles anos.

Devido ao pequeno número de ex-combatentes vivos do Piauí, a amostra de entrevistados, para essa pesquisa, foi constituída pelos ex-combatentes que se dispuseram a falar, mesmo não estando, alguns, em boas condições de saúde, como também por familiares de ex-combatentes já falecidos. A perspectiva de memória utilizada na análise das entrevistas foi a construtivista, referenciada nos conceitos de constituição e composição da memória, trabalhadas respectivamente por Michel Pollack e Alistair Thomson. Optou-se, nas questões elaboradas para as entrevistas dos ex-combatentes, pelo gênero História Oral, “história de vida”, e, para as dos familiares, pelo gênero “temática”.³ No entanto, esses gêneros apresentaram-se muitas vezes articulados em muitos trechos de todas as entrevistas colhidas para esta dissertação.

Sendo assim, através da documentação escrita, pesquisada nos arquivos civis e militares de Teresina e da cidade do Rio de Janeiro, como também através das fontes orais obtidas com combatentes, e seus familiares, das cidades de Teresina, Piracuruca e Amarante, pude construir minha narrativa sobre os tempos de guerra no Piauí, referenciada principalmente na História sociocultural transposta nos dias atuais, nos estudos da Nova História Militar, como também nas pesquisas do cotidiano,⁴ que me permitiram pensar a guerra sob uma perspectiva multifacetada; levando em consideração os vários lugares sociais e as práticas resultantes destes, que também devem ser percebidas em sua multiplicidade. Com essa perspectiva historiográfica, considere as narrativas orais e escritas como aquelas que me podiam fornecer possibilidades do acontecido, confrontando-as às vezes, assumindo assim o meu lugar de historiadora, mas ao mesmo tempo deixando-as livres para que também o leitor pudesse fazer suas próprias interpretações.

Ao tempo em que se foi configurando a pesquisa, tornou-se possível escrever uma dissertação de cinco partes, assim distribuídas:

1 Introdução. Na parte 2, denominada “A mobilização de guerra no Piauí: entre a produção da propaganda política e o consumo social”, foi discutida a criação, no Piauí, de instituições como a Diretoria Regional de Defesa Passiva Antiaérea, a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, e um Pouso do SEMTA, no período da mobilização

³ Para Sônia Maria de Freitas, o método de pesquisa “História Oral” pode ser dividido em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida e história temática. Para maior esclarecimento sobre esses gêneros, ver: FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas / FFCH / USP / Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 19-22. Ver também: ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 37-39.

⁴ O trabalho sobre a mobilização e o cotidiano da cidade de São Paulo de Roney Cytrynowicz foi uma referência importante no andamento dessa pesquisa. Ver: CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial / EDUSP, 2000.

nacional. O objetivo foi discutir as ações dessas instituições na mobilização local e problematizar seu consumo⁵ pela sociedade piauiense.

Na parte 3, intitulada “Arregimentando forças de terra, mar e ar: a mobilização militar no Piauí em tempos de Segunda Guerra”, a análise foi direcionada para entender-se como as Forças Armadas presentes no Estado, entre elas as unidades do 25º BC e da 26ª CR, operacionalizaram a arregimentação de homens para a defesa nacional e, sobretudo, para a composição da Força Expedicionária Brasileira, discutindo também a forma como a população e a Interventoria se comportaram diante dessa especificidade da mobilização.

Na Parte 4, “O Contingente piauiense da FEB: história e memória”, foram apresentadas algumas experiências vivenciadas pelos soldados, desde o momento em que foram arregimentados, para serem incorporados à FEB, até seu retorno da guerra. O Objetivo foi apontar algumas memórias que foram subterraneadas ao longo do tempo, por constatar a ausência de uma memória social sobre o período da Segunda Guerra no Estado. As memórias dos ex-combatentes do Piauí e de seus familiares tornaram-se, neste capítulo, fontes privilegiadas, devido a ausência de outras documentações que também pudessem mostrar vestígios do acontecido. 5 *Conclusão*. Por fim, as *Referências*, que, com base nos ensinamentos dos teóricos estudados, contribuíram para a tessitura e construção deste trabalho.

⁵ Nessa pesquisa, os conceitos de produção e consumo são utilizados na perspectiva de Michel de Certeau.

2 A MOBILIZAÇÃO DE GUERRA NO PIAUÍ: ENTRE A PRODUÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICA E O CONSUMO SOCIAL

2.1 Teresina: uma cidadezinha escura e triste

Sem ser um saudosista, não posso deixar de evocar a Teresina que conheci, pelos idos de 1942; uma cidadezinha escura e triste, muito quente no verão (e no inverno também), quase isolada do mundo, um mundo, por sinal, tenso e revoltoso, afogado na guerra. Lembro-me que um chefe de polícia meio pra frente, e para demonstrar que o Piauí também estava na guerra, tentou sacudir a cidade, despertando-lhe brios bélicos. Era uma noite como as outras, e ninguém poderia prever aquele apocalipse de fogos de artifício que, de repente, explodiu nos ares calmos da cidade, enquanto os sinos das igrejas badalavam frenéticos.⁶

Carlo Eugênio Porto, médico que veio ao Piauí, em 1940, para implantar o Serviço Nacional de Malária, doença que, à época, se alastrava pelo Estado, ao recordar a Teresina dos tempos da Segunda Guerra, no trecho supramencionado, refere-se a um serviço que passou a fazer parte do cotidiano da cidade – o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea⁷ – quando o governo brasileiro declarou estado de beligerância contra o Eixo,⁸ iniciando por parte deste uma série de torpedeamentos a navios mercantes brasileiros.

O Brasil manteve-se neutro, diante do conflito entre os Aliados e o Eixo, até o ataque japonês à Pearl Harbor, base americana no Pacífico, quando resolveu apoiar os Estados Unidos, em troca de material bélico e financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Neste acordo, o Brasil se tornava exportador exclusivo de matérias-primas estratégicas para os Estados Unidos e cedia bases do Norte e do Nordeste aos americanos, posições importantes neste momento de guerra.⁹

Teresina, localizada no sertão nordestino, “escura e triste”, sem um parque industrial nem um centro ferroviário importante, dificilmente estaria correndo riscos de ataques aéreos; mas foi inserida, assim como todas as capitais do País, no estado de guerra que provocou

⁶ PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 11.

⁷ Este serviço foi criado no Brasil, em fev. 1942, em decorrência do rompimento de relações diplomáticas do governo brasileiro com os países do Eixo. No entanto, após a efetivação do estado de beligerância, ago. 1942, foram criados departamentos regionais de defesa passiva, inclusive no Estado do Piauí. In: CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil da II grande guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960. p. 118.

⁸ FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 8.

⁹ *Ibid.*, 2005, p. 14.

desdobramentos na vida dos habitantes do Estado, de acordo com os lugares sociais¹⁰ que estes ocupavam naquele período.

O litoral nordestino, principalmente a cidade de Natal, era considerado o ponto estratégico de maior importância no Atlântico-Sul, por ser a região mais oriental de todo o continente, e por isso mais próxima da África Ocidental. A partir da base de Natal, seriam entregues aos soviéticos e britânicos, em Dacar (África Ocidental), grande quantidade de equipamento militar assim como a proteção e a patrulha de todo o tráfico marítimo da América do Sul.¹¹ Existia também a possibilidade de um ataque das potências do Eixo ao saliente nordestino, impedindo o uso, pelos americanos, das bases aéreas navais como também comprometendo a segurança nacional.¹²

O torpedeamento dos navios brasileiros, praticado por submarinos alemães, provocou manifestações em todo o País. Grupos de estudantes e populares foram às ruas manifestar seu repúdio aos países do Eixo, exaltando ao mesmo tempo o papel dos aliados. João Falcão, ao analisar esse movimento que aconteceu nas principais cidades brasileiras do período, as interpreta como práticas de extremo patriotismo e sentimento cívico, operacionalizadas através de passeatas e comícios.¹³ Nessas manifestações cívicas, houve também perseguições às nacionalidades que eram súditas do Eixo, provocando depredação dos bens desses grupos.¹⁴ De acordo com José Camilo Filho,¹⁵ quando a notícia dos torpedeamentos chegou a Teresina provocou indignação geral:

O povo, apesar do regime ditatorial foi às ruas, em concentrações cívicas, e exigiu a guerra. Na capital piauiense os estudantes da Faculdade de Direito e os secundaristas concentraram-se nas praças Rio Branco e Pedro II, ouvindo-se inflamados discursos.

¹⁰ Michel de Certeau utilizou esse conceito, para analisar como se opera a produção historiográfica. Para ele, o lugar do pesquisador torna possível determinadas pesquisas, impossibilitando outras. Sendo assim, a pesquisa encontra-se circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível. Acrescenta ainda que “[...] a história, se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo (social), e, então, também por uma relação com os limites colocados pelo corpo, seja sob a forma do lugar particular de onde se fala, seja sob a forma do objeto distinto (passado, morte) do qual se fala”. In: CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 27. A partir desse entendimento de Certeau sobre o lugar social do pesquisador em História, amplia-se o conceito para o entendimento de outros grupos pertencentes ao corpo social, concordando que a realidade social “é construída, pensada, dada a ler” a partir de diferentes lugares e momentos. Para maior aprofundamento dessa discussão, ver: CHARTIER, Roger. Introdução. In: **História cultural: entre práticas e representações**. Alges/Portugal: DIFEL, 2002. p.13-28.

¹¹ ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. p. 92.

¹² SILVEIRA, Joaquim Xavier da Silveira. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000. p. 42

¹³ FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: UnB, 1999. p. 83-117.

¹⁴ SILVEIRA, op. cit., 2000, p. 43.

¹⁵ CAMILLO FILHO, José. O Piauí na Segunda Guerra Mundial. **Cadernos Piauienses**, Teresina, n. 4, [s/p], 1972.

Vale lembrar que, à época, ainda não havia na capital do Piauí uma rádio convencional. Eram as amplificadoras, instaladas no centro da cidade, um dos meios de comunicação que divulgavam as notícias da guerra, transmitiam os discursos e conclamavam o povo para as manifestações.¹⁶ Grupos de estudantes promoviam passeatas e manifestações nas avenidas e praças. O coreto da Praça Rio Branco, após a missa dominical na Igreja Nossa Senhora do Amparo, era constantemente usado para tais proclamações e bravatas.¹⁷ Em relação a estas, o Sr. Vicente Bezerra, ex-combatente piauiense, que lutou em campos italianos pela FEB (Força Expedicionária Brasileira), desabafa: – “Pouco importava para eles, afinal não iriam mesmo à guerra [...] Os filhotes da burguesia piauiense, à época, sequer alistavam-se, conseguiam uma dispensa”.¹⁸ Paulo Nunes que, no mesmo período, era estudante, relembra sob outra perspectiva essa movimentação:

[...] Foi um período este muito assim acidentado, muito movimentado da história da cidade, porque de fato o que motivou [...] a participação do Brasil foi o afundamento dos nossos navios pelos submarinos alemães [...] e isto é que levou a estudantada e o povo de modo geral às passeatas.¹⁹

O entrevistado lembra ainda que entre os estudantes havia intensa atividade em relação às discussões sobre a guerra, e que as revistas estudantis – *Voz do Estudante*, editada pelo Colégio Leão XIII e “Zodíaco” editada por Demóstenes Avelino – eram muito partícipes desse movimento.²⁰

Levando-se em consideração as memórias do Sr. Vicente Bezerra e de Paulo Nunes, pode-se perceber que os desdobramentos da guerra, no Piauí, os afetaram de diferentes formas. O estudante em sua entrevista enfatiza a participação efetiva da estudantada piauiense nas passeatas, pedindo guerra ao Eixo ou mesmo produzindo textos sobre o assunto, para as revistas estudantis ou até promovendo reuniões para festejar os avanços dos aliados. Contrariamente, o ex-combatente constituiu uma memória da guerra que expressa a experiência traumática pela qual passou nos combates da Itália. Ao discutir as maneiras diferentes de como a memória se constitui, Pollack enfatiza as disputas entre estas, tomando partido para as memórias das minorias, que ele denomina de subterrâneas.²¹ Acrescenta ainda

¹⁶ RODRIGES, Tony. Participação na 2ª Guerra faz 2 mortos. **MEIO NORTE**, 11 mar. 2001, p. 4.

¹⁷ Id. Ibid.

¹⁸ Id. Ibid.

¹⁹ NUNES, Manoel Paulo. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 29 set. 2007.

²⁰ Essas revistas podem ser encontradas no Arquivo Público do Piauí, do período da mobilização de guerra (1942-1945); a revista “Voz do Estudante”, n. 7, 9, 12, 13; e a “Zodíaco”, produzida no período em questão, foi encontrada somente a n. 15.

²¹ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 4, 1989.

que a “[...] referência sobre o passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.²² Nesse sentido, em que lugares sociais e quais memórias se constituíram sobre a Segunda Guerra no Piauí?

Nesse período de guerra, o Estado do Piauí era governado pelo interventor Leônidas de Castro Melo, que criou, na capital, durante o tempo de mobilização nacional, a Diretoria dos Serviços de Defesa Passiva Antiaérea, sob a direção de Evilásio Vilanova. Perseguições a pessoas ligadas às nacionalidades do eixo aconteceram no Estado. O governo dispensou “súditos alemães que prestavam serviços na Usina Elétrica, na reforma da rede elétrica de Teresina, no serviço telefônico e no Hospital Getúlio Vargas”.²³ A companhia aérea que trafegava pelo Piauí neste momento era a Condor, que ligava o Estado à capital da República. Mas “os ataques alemães a navios nacionais, em águas da costa brasileira, e o acirramento das manifestações [...] provocaram a suspensão dos vôos da Condor.”²⁴

O cumprimento das diretrizes políticas implantadas pelo governo ditatorial de Vargas, entre elas a mobilização de guerra, parece ter sido aceito sem questionamentos pelo interventor do Estado do Piauí. Ressalte-se que esse posicionamento de aceitação pode ser percebido desde sua chegada ao poder, em 1935, sendo reforçado às vésperas do Golpe de 1937, quando o deputado Negrão de Lima, emissário de Vargas, vem a Teresina pedir apoio para o golpe de Estado, necessário à contenção de um plano comunista em andamento, o Plano Cohen.²⁵ Sobre a cooperação do governo do Estado em relação ao pretense golpe, Francisco Alcides do Nascimento pontua:

O indicativo de data para o golpe, deixado por Negrão de Lima para Leônidas, foi 4 de novembro. No intervalo entre 4 e 10 de novembro, as autoridades militares viveram a expectativa de deflagração de um ataque à ordem estabelecida, promovido pelos comunistas. Ainda no dia da “visita” de Negrão de Lima, à tarde, ocorreu uma reunião do comandante do 25º BC, o coronel Abelardo Torres de Castro com o chefe de Polícia e o comandante da Polícia Militar. O interventor narrou o acontecimento, reproduziu a farsa do provável levante comunista no País e concluiu: ‘Aqui no Piauí, se tal suceder, reagirei por todos os meios a meu alcance e com a maior energia’.²⁶

²² POLLACK, op. cit., 1989. , p. 9.

²³ CAMILLO FILHO, op. cit.

²⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina. Teresina: FCMC, 2002. p. 183.

²⁵ Em 30 set. 1937, foi divulgado na imprensa um plano de insurreição organizado pelos comunistas. Este plano ficcional foi utilizado como estratégia do governo Vargas para a aceitação de seu projeto golpista, que acabou dando certo. Para maiores esclarecimentos, ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 33-34.

²⁶ NASCIMENTO, op. cit., 2002, p. 35.

Conforme se pode ver, as relações entre Interventoria, militares e Polícia convergiam para a cooperação e legitimação do golpe que ocorreria em 10 de novembro de 1937, posicionamento que foi reforçado durante todo o Estado Novo. A mobilização de guerra, que tem início em meados de 1942, teve como outro suporte de propagação os jornais impressos, principalmente o Diário Oficial.

Em julho de 1943, sai em edital da Chefia de Polícia, no jornal citado, que os súditos alemães, italianos e japoneses, residentes no Estado deveriam comparecer ao Serviço de Registro de Estrangeiros na Capital e no Interior, apresentando-se nas delegacias de Polícia de cada município. Deviam esses súditos registrar os instrumentos de ótica e fotografia que estavam em seu poder. Os que não se apresentassem ficariam sujeitos às penalidades previstas em lei como também ficariam sujeitos à apreensão dos objetos não registrados e que fossem encontrados em seu poder.²⁷ Essa mesma nota sai novamente no Diário Oficial, três dias depois.

Não obstante a situação política mundial e do estado de guerra no Brasil, o ritmo de vida no Piauí pouca alteração sofreu, sendo que não havia registro, por parte da polícia, de qualquer desordem pública nem de incidente, até aquele momento, relacionado aos súditos dos países do Eixo:

Por sorte, o número de estrangeiros domiciliados e residentes no território piauiense não é dos maiores, sendo ínfimo o número dos que nasceram nos países do Eixo. Assim, estes não dispõem de número, clima ou estímulo para o florescimento de atividades contrárias aos interesses nacionais; mas, em todo caso, a polícia, não se descuidou de suas responsabilidades e continua ativa e vigilante, exercendo a necessária fiscalização sobre os elementos alienígenas, tanto fixados no território piauiense, como os que aportam aqui de passagem. Exercita, também, a Polícia, em cooperação com a Capitania dos Portos, sediada em Parnaíba, estreito e permanente controle sobre a zona litorânea do Estado, dividida em vários postos de fiscalização, visando a imediata descoberta de qualquer atividade perniciososa à segurança da pátria.²⁸

Acrescentam ainda, em relação ao Serviço de Estrangeiro, que a legislação estava sendo cumprida mesmo com o pequeno número de estrangeiros, sendo que mais da metade seriam de sírio-libaneses, “que pouco ou nenhum trabalho dão às autoridades.”²⁹

Os jornais, *Diário Oficial* e *Gazeta*, que circulavam no Piauí, nesse período, também foram veículos de divulgação da guerra no Estado, mesmo antes de o governo brasileiro declarar estado de beligerância aos países do Eixo. Quando este foi decretado em 22 de agosto de 1942, teve início o período de mobilização nacional e as notícias da participação do Brasil

²⁷ PIAUÍ. Chefia de Polícia. **Diário Oficial**, Teresina, 7 jul. 1943, p. 2.

²⁸ PIAUÍ. O Estado de Guerra. **Diário Oficial**, Teresina, 25 nov. 1944, p. 6.

²⁹ PIAUÍ. Serviço de Registro de Estrangeiro. **Diário Oficial**, Teresina, 25 nov. 1944, p. 6.

na guerra passaram a ser divulgadas intensamente na imprensa local, articuladas ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas.

2.2 Um apocalipse de fogos de artifício nos ares calmos da cidade

Em 6 de fevereiro de 1942, o governo brasileiro expediu o Decreto-lei n. 4.098, que apontava as primeiras medidas de Defesa Civil do Brasil diante da guerra, em razão principalmente do ataque japonês a Pearl Harbor e do rompimento de suas relações com os países do Eixo. O governo declarava, nesse decreto, que o serviço era necessário à defesa da Pátria e que, por isso, se tornava obrigatório para todos os brasileiros maiores de 16 anos. Com a declaração do estado de guerra, a partir de agosto de 1942, novos decretos foram expedidos, criando as Diretorias nacional e regionais, sendo que a coordenação desse serviço ficaria a cargo de autoridades militares.³⁰

No Piauí, a Diretoria Regional de Defesa Passiva Antiaérea ficou a cargo de Evilásio Vilanova, que também era o chefe de Polícia da capital, sendo que a delegacia municipal ficou sob a responsabilidade de Valdir Gonçalves, professor respeitado da capital, nomeado pelo interventor.³¹

Nesse esforço de guerra específico, pessoas de prestígio dentro do Estado, como os intelectuais, eram convidadas a proferir palestras na campanha educativa da população. Essas palestras, além de serem feitas em locais específicos, eram divulgadas no Diário Oficial, em sua totalidade, para que, segundo esse veículo, chegassem a um número maior de pessoas. Em junho de 1943, foi divulgada, na íntegra, a conferência do professor Raimundo de Moura Rego, convidado pela Diretoria Regional de Defesa Passiva Antiaérea da capital.

Francisco Alcides do Nascimento ao discutir o papel dos intelectuais no Estado Novo, observa que o regime buscou a cooperação da intelectualidade, porque a esses caberia a função de intérpretes da brasilidade. Esse apoio dos intelectuais piauienses já vinha sendo notado na Interventoria Landri Sales (1931-1935), permanecendo na Interventoria de Leônidas de Castro Melo. Nascimento aponta a relação de dependência financeira entre a Academia Piauiense de Letras e o Estado. Segundo o autor, a produção literária desse período não produziu nenhum texto que tivesse como objeto os incêndios – crime que colocou em suspeição a Interventoria³² e afetou a trajetória de vida de alguns habitantes da cidade. Sendo assim, ou produzindo literatura que ressaltasse os ideais do Estado Novo, como o sentimento

³⁰ CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p. 118.

³¹ NUNES, op. cit., 29 set. 2007 (Entrevista).

³² NASCIMENTO, op. cit., 2002, p. 85-89.

de brasilidade e patriotismo, ou optando pelos silenciamentos diante do autoritarismo da Interventoria, pode-se perceber que no Piauí houve, por parte dos intelectuais, um sentido de cooperação diante do regime, algo que pode ser observado também em relação à contribuição na mobilização de guerra.

As palestras promovidas pelos intelectuais, em relação à defesa diante de um ataque aéreo, tinham caráter pedagógico-disciplinar e reforçavam o sentimento de nação e de patriotismo que o cidadão brasileiro deveria ter nesse momento. Era enfatizado o caráter pacífico do brasileiro, a partir de sua tradição histórica, de sempre evitar conflitos, fato que também aconteceu em relação à Segunda Guerra. Conforme o palestrante, Prof. Raimundo de Moura Rego,

[...] chegou o momento em que não era mais possível continuar em tal situação, sem quebrar os liames de nossa condição de povo livre independente. Ninguém poderia ficar de braços em cruz quando os nossos irmãos sucumbiam em nossas próprias águas territoriais, vítimas dos corsários do “eixo”. Fomos insultados. Fomos desrespeitados. Fomos acintosamente provocados. Era preciso uma reação. Mas que reação? A guerra! [...]. Agredidos, tivemos que nos defender. Podemos por isso confiar na vitória.³³

O Eixo, como se pode perceber, passa a ser visto, pelo discurso oficial, como um inimigo feroz que deveria ser derrotado, contrariamente a índole do brasileiro, o qual possuía sentimentos de ternura, algo que podia ser constatado nos conflitos do passado. A imagem do brasileiro pacífico, patriota, cidadão e colaborador permeará o discurso oficial do período em análise. “A propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a identidade nacional coletiva”.³⁴ Produzia-se o sentimento de pertencimento à Nação, ao Povo, à Pátria, enfatizando os aspectos culturais que deveriam ser lembrados e proibindo os produtos culturais perigosos ao projeto nacionalista.³⁵

Uma idéia mais sistematizada, sobre um Estado forte e centralizado, com características culturais próprias que o fazia diferente das outras nações existentes, passa a ser pensada e escrita no Brasil logo após sua Independência, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.³⁶ Certamente não se pode esquecer a produção sobre o

³³ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jun. 1943, p. 2.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 124.

³⁵ CAPELATO, op. cit., 2007, p.125.

³⁶ O Século XIX será um século importante quando se fala na formação dos Estados nacionais, principalmente em relação aos países da América Latina. As mudanças que se estavam operando na Europa Ocidental vão afetar aquele mundo dependente, entre eles, o Brasil, contribuindo para suas emancipações políticas. É nesse momento que o liberalismo e o nacionalismo passam a fazer parte do universo sociopolítico, gerando a necessidade de se

Brasil anterior à criação do IHGB, mas, com o nascimento dessa instituição, o objetivo principal passa a ser a de “[...] fazer uma história pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados [...]”.³⁷

Nesse sentido, foi criada uma imagem idealizada do Brasil, dos brasileiros e de seu passado. Com a proclamação da República, houve a necessidade de romper-se com a tradição monarquista; e novas imagens sobre o Brasil e seu povo tiveram que ser criadas para legitimar o novo regime que se apresentava. No entanto, as imagens criadas para a República brasileira e as relações sociais contraditórias que se apresentavam na cena cotidiana, em seus vários aspectos, demonstravam que o novo regime havia sido criado para poucos e que os vícios de um passado aristocrata, escravocrata e paternalista permaneciam, desdobrando-se em várias crises que vão caracterizar a Primeira República.³⁸

A tomada do poder, em 1930, pela Aliança liberal, formada por diversos segmentos descontentes com a República Velha, apoiava-se no discurso de negação do passado republicano e defendia, apesar de sua heterogeneidade, temáticas relacionadas à justiça social e a liberdade política. Dessa forma, o governo, que passava a se constituir, tentava afastar-se dos modelos que se assemelhavam ao momento político anterior, propagando a imagem da “Revolução” como aquela capaz de construir um Brasil novo, através de reformas no sistema político, na defesa dos direitos sociais, na diversificação da economia, como também na diminuição das disparidades regionais.³⁹ O Estado Novo, implantado em 1937, através de um golpe, veio, de acordo com o discurso do governo, como necessário à continuidade do projeto que havia sido implantado com a Revolução, mas que corria o risco de ser interrompido com forças contraditórias ao regime. Nesse período, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado em 1939, dirigido por Lourival Fontes, passa a ser um dos instrumentos de sustentação do regime, por controlar os meios de comunicação e cultura, como também por

construir uma identidade, para as nações que nasciam nesse momento. A criação do IHGB está intimamente relacionada a esse momento histórico. Francisco Iglesias, no entanto, divide de uma forma bem didática, mas também fluida, três momentos que ele considera importantes na construção da historiografia brasileira e de uma imagem do Brasil: o primeiro momento se situa entre 1500-1838; o segundo momento, de 1838-1931, tendo como marco a criação do IHGB; e o terceiro momento, de 1931, a contemporaneidade. Para maior aprofundamento, ver: IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte-MG: UFMG, 2000.

³⁷ Ver Iglésias, op. cit., 2000, p. 61.

³⁸ Uma análise sobre o imaginário construído da República no Brasil e as disputas entre elas podem ser vistas em: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. E uma discussão sobre as contradições sociais que se apresentavam entre o ideal do novo regime e as relações sociais que se constituíam no cotidiano, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, estão presentes em: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁹ PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 16.

produzir e divulgar a propaganda estado-novista.⁴⁰ Por meio desse órgão, o governo ditatorial propagava, para a opinião pública, as “[...] diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”.⁴¹

É importante lembrar que o governo Vargas considerava o fascismo europeu uma referência para a realidade nacional, tendo como prioridades a centralização do poder, a crítica à democracia parlamentar e à pluralidade de partidos, o nacionalismo, “[...] a adoção de uma política imigratória anti-semita, o emprego de mecanismos de controle social e político (DOPS) e de legitimação (DIP) [...]”.⁴² Nessa tentativa de legitimação do Novo Regime, a cultura popular ganha maior dimensão, porque é através do renascimento e/ou invenção como também do esquecimento de certos aspectos perigosos da mesma que a doutrinação do regime passa a se constituir. Sendo assim,

[...] a busca da brasilidade vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais. Temos, então, a história do “impávido colosso”. As personalidades de Caxias e Tiradentes são apontadas como exemplos luminosos, nos quais o País deve buscar inspiração e força para superar a crise da modernidade.⁴³

Levando-se em consideração a produção cultural levada a cabo pelo DIP, pode-se perceber a clara simpatia de Vargas pelos governos autoritários; entretanto, devido ao conflito internacional, o governo teve que se decidir entre as democracias e os regimes totalitários. Até então, o Brasil se relacionava comercialmente tanto com a Alemanha, através de trocas de produtos, quanto com os Estados Unidos, por meio do livre-comércio. Mas a “[...] aproximação econômica com os EUA gerou para o País um alinhamento irreversível, que abrangia desde concessões territoriais, militares e estratégicas até um alinhamento político [...]”.⁴⁴ Sendo assim, os Estados Unidos, em dezembro de 1941, declararam guerra ao Eixo, e o Brasil fez o mesmo em meados de 1942. Mas é importante ressaltar que mesmo o governo tornando-se ambíguo, sendo ditadura e optando por se aliar aos Estados Unidos no conflito, esse momento também pode ser percebido como uma reafirmação do regime, que reforçava a necessidade de disciplinamento e de colaboração do povo diante do estado de guerra. Nesse

⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: **Repensando o estado novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 169-170.

⁴¹ Ibid., 1999, p. 172.

⁴² CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. O estado novo, o dops, e a ideologia de segurança nacional. In: **Repensando o estado novo**. PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 334.

⁴³ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge. Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 172.

⁴⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 56.

sentido, a “[...] mobilização para a guerra e a mobilização para o Estado Novo se conjugaram, a guerra sendo por vezes um álibi para o Estado Novo”.⁴⁵

Diante das especificidades da Segunda Guerra, o governo brasileiro divulgava que o sacrifício não mais seria somente do soldado uniformizado no campo de batalha, mas também de toda uma população que ficava na retaguarda, sendo que toda a população teria que participar inclusive crianças e mulheres.⁴⁶

Em relação à defesa do território brasileiro, fazia-se necessário diminuir os perigos de um possível bombardeio com a colaboração da população para com o governo, cumprindo seu papel na defesa nacional. Não bastava que a população estudasse “apenas os meios de defesa pessoal, mas também os de colaboração com os poderes públicos, para a eficiência do serviço de defesa coletiva”,⁴⁷ haja vista ser “[...] dever de todo brasileiro conhecer a utilidade da defesa passiva antiaérea”.⁴⁸

Por sua vez, a defesa passiva antiaérea parece não ter promovido o efeito desejado por parte das autoridades, não despertando assim o interesse popular. O povo parecia indiferente às necessidades do serviço. O insucesso, segundo a Diretoria Nacional, podia ser explicado pela incompreensão da população sobre as medidas, por esta também não se sentir ameaçada, pela falta de recursos, assim como a ausência de leis coercitivas.⁴⁹

Através da memória de Carlos Eugênio Porto, pode-se questionar: – Até que ponto a população contribuiu com os serviços de defesa passiva? Ou ainda de forma mais geral: – Até que ponto a população piauiense contribuiu com a mobilização de guerra produzida pelo governo? Por que não existe uma memória coletiva sobre os tempos da Segunda Guerra no Piauí? Michel de Certeau corrobora, através de sua discussão sobre a invenção do cotidiano, a visualização de algumas pistas. Segundo ele, há “uma produção racionalizada, expansionista além de centralizadora, barulhenta e espetacular”, que estamos tomando aqui como a organização da mobilização de guerra pelo governo, “corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’”.⁵⁰ Deste modo, pode-se inferir que as maneiras de empregar os produtos, criados pela mobilização do estado de guerra, pela população piauiense, divergiram do imposto pela máquina de propaganda ditatorial.

⁴⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2000. p. 105.

⁴⁶ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jun. 1943, p. 2.

⁴⁷ Id. *ibid.*

⁴⁸ *Ibid.*, p. 3.

⁴⁹ CASTELO BRANCO, *op. cit.*, 1960, p. 119.

⁵⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. p. 39.

Em Teresina, o desinteresse pelo exercício de defesa passiva pode ter sido freqüente, posto que, na conferência supracitada, o professor avisa:

Aos que não acreditam na possibilidade de um ataque aéreo à nossa terra, sob a esperança de que nos encontramos em ponto muito afastado dos teatros da luta, ou de que não constituímos objetivo que justifique uma ação de tal natureza, ou ainda, de que o inimigo já se encontra enfraquecido, convém lembrar que o monstro está ferido, mas não está morto [...]. Não nos devemos esquecer do chamado “desespero de causa”. De tudo é capaz um inimigo que apunhala pelas costas; que bombardeia hospitais inteiros cheios de doentes; [...] que torpedeia pacatas embarcações de cabotagem conduzindo famílias e crianças!⁵¹

De acordo ainda com o memorialista Carlos Eugênio Porto, o exercício de defesa passiva antiaérea era conduzido pelo chefe de Polícia do período, ou seja, o militar de carreira, Evilásio Vilanova, que ensaiava um possível ataque antiaéreo com fogos de artifício, um apocalipse de fogos, nos ares calmos da cidade. Apesar da ironia do autor, percebe-se que instituições como a Igreja levavam os exercícios a sério, como também alguns grupos de estudantes.

Crianças e jovens foram alvos privilegiados na propaganda do Estado Novo. A escola era um dos espaços importantes na imposição das imagens do regime instaurado. Isso pode ser percebido nas comemorações organizadas pelo DIP, como, por exemplo, o Dia do Índio, o aniversário do presidente, o Dia do Trabalho, o Dia da Raça e o Dia da Pátria, em que crianças e jovens estudantes, uniformizados e treinados, saíam em desfile exaltando a grandiosidade da Pátria e de seu presidente.⁵² Quando, do período em que o Brasil declara o estado de beligerância em relação ao Eixo e se inicia o período de mobilização de guerra, os estudantes também passam a tornar-se, para o governo, soldados da pátria, dever que o governo ampliará em seu discurso a toda a população.

Segundo nota do Diário Oficial, Waldir Gonçalves fez visita aos estabelecimentos de ensino secundário, público e particulares, orientando os diretores para que estes providenciassem, com seus professores, a divulgação, nas salas de aula, da finalidade do serviço de defesa, processo já em andamento nos grupos escolares de ensino primário.⁵³ Acrescente-se que a Escola Industrial de Teresina também recebeu orientações quanto à necessidade do serviço. Neste educandário, em um salão, o diretor, aproveitando o horário do lanche, para alunos e professores, falou-lhes sobre a presença do delegado municipal de defesa passiva antiaérea, que discursou acerca da importância dos serviços de defesa naquele

⁵¹ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jun. 1943, p. 3.

⁵² D'ARAÚJO, op. cit., 1997, p. 94.

⁵³ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 6 abr. 1943.

momento de guerra.⁵⁴ De acordo com o Diário Oficial, o delegado e suas instruções foram recebidos com muito entusiasmo por alunos e professores.

A Igreja, além de contribuir com o badalo frenético de seus sinos no exercício do serviço de defesa, como recorda Carlos Eugênio Porto, também se comprometia em esclarecer, em algumas paróquias, através de reuniões, a importância do serviço, cumprindo com o seu papel diante da Pátria. Alguns professores e estudantes se comprometeram também em ajudar no serviço de defesa, como é o caso de Benjamin Soares de Carvalho, professor que fez curso de defesa passiva antiaérea no Rio de Janeiro e recebeu certificado de monitor. O curso passa a ser oferecido em Teresina para pessoas influentes da cidade, como professores, padres, desembargadores. E são estes que terão a responsabilidade de repassar as orientações necessárias para a proteção dos habitantes da cidade. Alguns estudantes “assumiam o seu dever cívico”, na concepção do DEIP, como foi o caso dos alunos do Ginásio Leão XIII, que visitaram, juntamente com professores e diretor, a sede da Defesa Passiva Antiaérea na capital, oferecendo a sua contribuição como cidadãos patriotas e cumpridores de seus deveres.⁵⁵ Os estudantes, para o governo, eram elementos importantes na constituição de uma nação ideal. Destaque-se que um dos estudantes da capital é recordado cumprindo a função de alertador:

Pegado na rua de surpresa, não soube o que fazer, e fui em frente. Isso me valeu uma severa advertência, quase diria uma agressão de parte de um estudante meu conhecido, que surgiu como um fantasma daquele caos. Era um “alertador” contra ataques aéreos, conforme me disse nervosamente, muito agastado pelo fato de me encontrar perambulando desabrigado na rua, naquela hora de sombrios perigos. Para acalmá-lo, “abriguei-me” na casa de um velho médico, meu amigo, que encontrei encantado com a teatralidade daquele exercício. Secretário do Governo, convidara pessoas para a festinha do “alarme”, como graciosamente chamava aquele louco estralejar de foguetes. A festinha amena acabou noite alta, muito depois de ter subido ao céu a última girândola. Saímos para a rua, agora silenciosa, quando os galos iniciavam a cantoria e o trem de São Luís apitava na curva do Mafuá.⁵⁶

Se existiam pessoas que acreditavam e colaboravam com o estado de guerra na cidade, obedecendo como podiam as instruções vindas das autoridades, isso não ocorria com a totalidade da população. Havia aqueles que percebiam os esforços para o exercício do serviço como uma diversão, uma “teatralidade”. A “festinha do alarme”, como recorda nosso memorialista, servia nesse período, para alguns sujeitos, como um espetáculo produzido pelo chefe de Polícia, diretor dos serviços no Estado, “para demonstrar que o Piauí também estava na guerra”. Sendo assim, a mobilização para a defesa diante de um ataque aéreo em Teresina

⁵⁴ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 10 abr. 1943, p. capa final.

⁵⁵ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 16 abr. 1943, p.1.

⁵⁶ PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 11.

transitava do medo e nervosismo a momentos de gozação. Um secretário do governo, médico, organizava pequena recepção para os amigos, porque era dia de exercício e, por isso mesmo, dia de festa na cidade.

Ao considerar as narrativas contidas nas notas sobre a defesa passiva antiaérea dos jornais que circulavam na cidade, observou-se que a festinha do alarme, a gozação, não era exceção no universo de mobilização, posto que a “inutilidade” do serviço parece ter se espalhado por outros cantos da capital:

Apareciam, vez por outra, espíritos demolidores de pessoas maldizentes, até mesmo das altas camadas sociais, que procuram menosprezar os serviços de defesa civil ou de inculcar no ânimo de outros retardados a suposição de se tratar de coisa inútil, entre nós.⁵⁷

As festinhas do alarme e a incredulidade diante dos possíveis ataques aéreos podem ser tomadas como maneiras diversas de consumo, por parte dos piauienses, da mobilização de guerra produzida pelo governo.

As palestras continuaram a ser organizadas durante todo o ano de 1943, sendo convidados professores de renome dentro da cidade, entre eles, membros da Academia Piauiense de Letras, que freqüentaram curso promovido por militares. Estes intelectuais contribuíam com o governo do interventor, legitimando a idéia de ordenamento, disciplina, patriotismo e civismo, para o bom desenvolvimento do estado de guerra e do próprio governo ditatorial. Algumas dessas palestras eram feitas aos domingos, talvez porque tivesse maior número de ouvintes, e transmitida pelas amplificadoras da cidade, como foi o caso da palestra de Álvaro Ferreira – na Amplificadora Piauiense, que se irradiou pelas Praças Rio Branco e Pedro II,⁵⁸ onde as pessoas “se apinhavam” para ouvir o discurso – e de Pe. Joaquim Chaves na Amplificadora Rádio Propaganda Sonora Rianil.⁵⁹

Álvaro Ferreira, tentando mostrar a importância da cidade para as estratégias militares do Eixo, explica:

[...] Teresina é cidade visada, pois, além do campo que possuímos, de boas condições estratégicas, está localizada numa zona geográfica de valor, como ponto de irradiação para os vales do Parnaíba, do Tocantins, do Amazonas, do S. Francisco, que dará acesso franco aos Estados da região central. Desde que se concretize o plano, certamente esboçado por alemães e italianos, e reforçado pelos japoneses, vindos do arquipélago de Galápagos, no Equador, aumentará o número de aeronaves de ocupação, abatendo o moral das tropas e provocando pânico no povo.⁶⁰

⁵⁷ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 7 jun. 1943, capa final.

⁵⁸ Id. *ibid.*

⁵⁹ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 12 maio 1943, capa final.

⁶⁰ Id. *ibid.*

Nesse período em que o Brasil se insere no estado de guerra, não existia em Teresina uma estação emissora de rádio. Nesse sentido as amplificadoras se tornaram meios importantes da divulgação do conflito mundial.⁶¹ Eram instaladas nas principais praças do centro comercial da capital e, apesar da limitação de sua abrangência, tornou-se um dos instrumentos propagadores e convocatórios da mobilização de guerra na cidade, dentre eles o Serviço de Defesa Passiva.

De acordo com decreto oficial relativo a esse serviço, os moradores ou pessoas que exerciam suas atividades nos estabelecimentos privados, como, por exemplo, residências particulares ou coletivas, oficinas, fábricas, repartições, estabelecimentos industriais e comerciais, deviam construir um serviço privado de defesa passiva antiaérea. Esses serviços privados tinham como missão instruir e preparar todos os que conviviam nesses locais, para que pudessem ficar protegidos e agir em caso de *blackout*, incêndios, efeito de bombas incendiárias, aproveitamento de abrigos, construção de trincheiras, dentre outros.⁶²

O Sr. Claudísio Torres, ex-combatente, recorda um desses exercícios de defesa passiva que aconteceu nas noites da capital:

[...] Nós tivemos treinamento à noite. Os aviões, um avião só, da FAB, bombardeando Teresina com saco de areia. À noite, a luz apagava e ficava voando em cima da cidade todinha de noite, blecaute. Tivemos treinamento assim.⁶³

Paulo Nunes também rememora os blecautes que aconteceram na cidade no momento do treinamento: “[...] Houve vários exercícios de blecaute aqui na cidade [...] me lembro de uns dois ou três desses [...] a cidade ficava às escuras [...]”.⁶⁴

Ao observar os dois senhores, contemporâneos do período em estudo, e suas reações durante a entrevista, e, ao considerar outros pontos abordados durante seu relato, percebeu-se que esse treinamento da população não deixou marcas importantes na memória dos entrevistados. Eles passaram a impressão de que eram muito mais observadores, do que participantes desses exercícios.

Havia distribuições de material de propagandas, como cartazes e folhas avulsas.⁶⁵ Alertadores eram escolhidos entre os estudantes, e os sinos serviam como sinal de alarme

⁶¹ SOLON, Daniel Vasconcelos. Novos sons se espalham por Teresina: os altos falantes e o processo de modernização da cidade. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO, JR. F. C. Fernandes (Org.). **Encruzilhadas da história: rádio e memória**. Recife: Bagaço, 2006. p. 168.

⁶² PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 8 abr. 1943, capa final.

⁶³ CARVALHO, Claudísio Torres de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 10 fev. 2007.

⁶⁴ NUNES, op. cit., 29 set. 2007 (Entrevista).

⁶⁵ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 29 abr. 1943, p. 5.

aéreo. Sob este aspecto, em 18 de junho de 1943, foi realizado um exercício com a população em relação à defesa passiva, e elogiado pelo diretor nacional de Defesa Passiva Antiaérea. Segundo seu relato, ficava extremamente satisfeito com o êxito do exercício, saudava o diretor regional, as autoridades militares e civis, e o povo pela patriótica cooperação.⁶⁶

Em chamamento do *Diário Oficial*, era ressaltada a necessidade de o povo participar no exercício desse serviço:

Brasileiros!

A qualidade de membros do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea vos equipara aos soldados do Brasil. Procurando instruir-vos sobre defesa passiva e cumprindo, à risca, as ordens e prescrições emanadas do referido Serviço, trabalhareis, de modo eficiente e decisivo, pela vossa proteção individual, pela proteção coletiva e pela defesa da Pátria.⁶⁷

No discurso oficial do período em análise, percebe-se a tentativa de excluir qualquer tipo de desarmonia social, sendo enfatizada a aceitação e cooperação dos diferentes grupos sociais nas decisões do governo. Este se apropriava da doutrina corporativista que ganhava vigor em muitos países. Segundo essa doutrina, a população deveria sempre colaborar com o governo no esforço de engrandecimento do País, abandonando divergências políticas e ideológicas.⁶⁸ Um dos meios de colaboração poderia ser através das atividades cívicas e econômicas, idéia que passa a ser enfatizada com maior força nesse momento de mobilização de guerra.

Em 28 de setembro de 1943, a Diretoria Regional do Piauí divulga o *Plano A*, endereçado aos estabelecimentos industriais, das obrigações impostas pelo Decreto-lei n. 12.628, de 17 de junho de 1943. Nesse ofício, a Diretoria Nacional afirma que posteriormente enviará um modelo de projeto para a construção de um tipo de abrigo antiaéreo, econômico, próprio para os estabelecimentos industriais e de ensino. Contudo, era um tipo de projeto que deveria ser desenvolvido em longo prazo, e que já obrigava às novas construções a estarem em consonância com os serviços de defesa, mas que deveria ser iniciada desde já.⁶⁹ Os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea passaram a ser denominados de Serviços de Defesa Civil em 30 de setembro de 1943.⁷⁰

Em 1944, pouca coisa foi divulgada em relação ao Serviço, entretanto, no final de novembro de 1944, é repassada pelo Diário Oficial a Portaria 233, que girava em torno da

⁶⁶ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 17 jul. 1943, p. 1.

⁶⁷ PIAUÍ. Brasileiros! **Diário Oficial**, Teresina, 3 abr. 1943, p. 7.

⁶⁸ A discussão sobre a adoção da doutrina corporativista pelo Estado Novo pode ser vista em: D'ARAÚJO, op. cit., p.72-74; LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas-SP: Papirus, 1986. p. 22-23.

⁶⁹ PIAUÍ. Serviço de Defesa Civil. Diretoria Regional. **Diário Oficial**, Teresina, 28 set. 1944, p. 4.

⁷⁰ CYTRYNOWICZ, op. cit., 2000, p. 272-273.

proteção dos escolares e das pessoas que trabalhavam nesses estabelecimentos de ensino, diante de um possível ataque aéreo, chamado de *Plano B*. Essa portaria isentava ou obrigava as escolas a possuírem abrigos antiaéreos além de outras necessidades.⁷¹

Em telegrama do Serviço de Defesa Civil, no final de novembro de 1944, este órgão esclarece que necessita do relatório de atividades da Diretoria de Defesa Civil do Estado do Piauí do ano de 1944. No relatório, deveria conter o estado atual do pessoal da Diretoria Regional; a situação atual da organização e montagem dos serviços de prevenção e socorros; dos cursos da Defesa Civil que funcionaram e os resultados; da situação técnica e psicológica da população. Por último, queria a descrição da situação até 31 de dezembro das atividades concernentes à instalação de sirenes, postos de prevenção e socorro, dos números de abrigos prontos e os que estavam em construção, da proteção dos estabelecimentos escolares e industriais, da aplicação dos cartazes e manuais remetidos, dos recursos orçamentários e outras atividades importantes.⁷²

Por outro lado, não se sabe até que ponto estas medidas preventivas de ataques aéreos foram tomadas. Pôde-se notar que, em 1943, o jornal *Diário Oficial* divulgou, incansavelmente, os decretos relacionados ao serviço, como também algumas ações tomadas pelas autoridades responsáveis. No entanto, em 1944, as notas dos jornais sobre o serviço aparecem de forma escassa, dando a impressão de que nesse momento o serviço não é mais prioridade no governo estadual.

2.3 A Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência

A Legião Brasileira de Assistência foi reconhecida como órgão de cooperação do Estado, por Decreto-lei federal n. 48.830, de 15 de outubro de 1942, sendo elevada à categoria de instituição de caráter nacional.⁷³ Essa instituição foi criada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com o objetivo “de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados pela Guerra e aos seus familiares”.⁷⁴ Sua sede ficava no Rio de Janeiro, e era administrada

⁷¹ PIAUÍ. Serviço de Defesa Civil. Diretoria Nacional. **Diário Oficial**, Teresina, 23 nov. 1944, p. 11.

⁷² *Ibid.*, 30 nov. 1944, p.16.

⁷³ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência: suas atividades no setor do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jul. 1943, p.1-2.

⁷⁴ SIMILI, Ivana Guilherme. **A construção de uma personagem**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gêneros e preconceitos realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em 28 a 30 de agosto de 2006. p. 2-3.

pela esposa do presidente da República, sendo também criadas filiais em muitas cidades brasileiras, todas administradas pelas primeiras-damas.⁷⁵

A Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência foi criada em 11 de setembro de 1942, no Estado do Piauí. A Presidência da Comissão foi assumida por Maria do Carmo Melo, mulher do interventor. De acordo com relatório dessa Comissão, apresentado a presidente da Comissão Central, Darci Sarmanho Vargas, todas as classes estavam presentes nessa reunião, organizada no Palácio do Governo, onde se procedeu a eleição para as diretorias e as diversas comissões.⁷⁶ Essa instituição, criada para auxiliar as famílias dos soldados convocados para a guerra, assumiu, além desta, outras atribuições.

Seu “surgimento foi marcado pelo estabelecimento de uma parceria entre o empresariado, o Estado e o voluntariado feminino civil [...]”.⁷⁷ No Estado do Piauí, Darcy Vargas solicitou à Associação Comercial que assumisse com a Legião, os compromissos assistenciais do Estado, tomando parte nas deliberações.

Em 18 de setembro de 1943, é instalada solenemente no Estado, no Teatro 4 de Setembro, a Comissão Estadual da LBA, onde vários discursos foram feitos, entre eles, o do presidente da Associação Comercial do Estado, Dr. Cícero da Silva Ferraz, que lançou um questionamento naquele instante: – “De que nos servirá a fortuna particular, se o Tesouro da Pátria, que é a nossa liberdade, for aguilhotinada?”⁷⁸ Convém lembrar que o Teatro 4 de Setembro tornou-se, nesse período, um espaço privilegiado para as solenidades e comemorações organizadas pelo governo.

De acordo com Maria do Carmo Melo, a primeira realização prática da instituição foi *O Posto de Costura Darcy Vargas*, homenagem à fundadora da Legião. Estes postos foram criados em todo o País, com a pretensão de servir o soldado brasileiro, fazendo roupas que pudessem ser utilizadas no front. No Piauí, nesses locais, também eram produzidas roupas para menores reconhecidamente pobres. Entre as peças estavam pijamas, lençóis e roupinhas para crianças.

O Posto de Costuras Darci Vargas funcionou primeiramente no Salão Nobre da Escola Normal Oficial e, posteriormente, foi transferido para os altos da loja Rianil, situada à Praça Rio Branco.⁷⁹ Destaque-se que lá eram oferecidos cursos gratuitos para que senhoras e

⁷⁵ SIMILI, Ivana Guilherme. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. **Estudos Ibéricos**, PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 161, jun. 2007.

⁷⁶ PIAUÍ. Relatório da Legião Brasileira de Assistência – Comissão Estadual do Piauí, Teresina, dez. 1944.

⁷⁷ SIMILI, op. cit., 2007, p. 161.

⁷⁸ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência: suas atividades no setor do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jul. 1943, p. 1-2.

⁷⁹ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 7 jun. 1943, p. 4.

senhorinhas aprendessem a costurar. E, segundo a primeira-dama do Estado, a instituição estava recebendo a cooperação abnegada de numerosas senhoras e senhoritas da sociedade. Nesse universo de mobilização, as mulheres iam ocupando seus lugares. Sobre a mobilização de mulheres que fizeram parte do voluntariado da LBA, Ivana Guilherme Simili acrescenta:

[...] para a mobilização das mulheres e constituição do voluntariado, as campanhas na imprensa foram fundamentais. A propaganda desencadeada produziu seus frutos porque milhares de mulheres inscreveram-se nos cursos oferecidos; e, após freqüentá-los, transformavam-se em voluntárias da LBA. Surgem as voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea, preparadas para atuar na proteção da população em caso de provável bombardeio: as voluntárias da alimentação, preparadas para transmitir ensinamentos às donas de casa sobre práticas da economia e consumo de alimentos; as visitadoras e educadoras sociais, responsáveis pela prestação de assistência às famílias dos soldados – esposas e filhos; as samaritanas socorristas, formadas para o atendimento de enfermagem.⁸⁰

Para a autora, a propaganda voltada à formação do voluntariado feminino surtiu o efeito desejado pelo Estado, em razão de milhares de mulheres que se tornaram voluntárias dessa instituição. No Piauí, de acordo com as pistas deixadas nos documentos oficiais, as mulheres piauienses também participaram do voluntariado, no entanto, não sabemos precisar a quantidade delas, como também as funções que exerceram nas campanhas promovidas pela instituição.

No primeiro semestre de 1943, era comum no Diário Oficial sair chamamentos, tais como: “Freqüentar como voluntária O POSTO DE COSTURAS “DARCI VARGAS” é concorrer para o engrandecimento do Brasil”;⁸¹ ou ainda “O POSTO DE COSTURAS “DARCI VARGAS” continua em pleno funcionamento. Coopere com seus serviços, e assim terá trabalhado pela causa do Brasil.”⁸² Esses chamamentos poderiam aparecer mais de uma vez no mesmo jornal. Através deles, pode-se inquirir se as voluntárias freqüentavam assiduamente o posto de costura, ou até mesmo se existia um número suficiente dessas mulheres, visto que nesses avisos se reforçava a informação de que o posto continuava em pleno funcionamento.

No dia 27 de maio de 1943, foi inaugurado, no Hospital Getúlio Vargas, o curso de Samaritanas Socorristas, organizado pela filial da Cruz Vermelha, submetida à LBA, no Estado, tendo como presidente Rocha Furtado. Nesta solenidade, teve o comparecimento do interventor federal, e do prefeito da cidade, dentre outras autoridades. No discurso do interventor, ele chama a atenção para a contribuição da mulher piauiense nos trabalhos

⁸⁰ SIMILI, op. cit., 2006, p. 5.

⁸¹ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 1 maio 1943, capa final.

⁸² *Ibid.*, p. 5.

relacionados à defesa nacional. Esses órgãos sobreviviam, sobretudo, de doações, sendo que, no Piauí, a Sociedade Jovem Síria fez doações para o serviço daquele órgão no Estado. Para o seu funcionamento, o órgão recebeu arsenal cirúrgico que havia sido autorizado pelo interventor; foram adquiridos dois chassis novos de caminhões, para serem transformados em ambulância; foram adquiridos medicamentos para serviço de cirurgia de urgência. Alguns desses equipamentos custaram a chegar à Capital, inclusive o arsenal cirúrgico, em razão da dificuldade de transporte, tendo em vista que o material era fornecido pelos grandes centros daquele período. “Provida de meios materiais e dispondo dentro em breve de uma turma de voluntários socorristas, achar-se-á a Cruz Vermelha, no Piauí, apta a prestar serviços ao Exército, como reserva de seu serviço de saúde”.⁸³

Para tornar-se uma Socorrista, era necessário passar por um processo de seleção. Em novembro de 1943, aconteceram novos exames para o curso de socorristas. Os exames foram realizados na sala da Associação Piauiense de Medicina, no Hospital Getúlio Vargas.⁸⁴ Dessa forma, as mulheres iam ocupando os espaços que lhes eram reservados; ou seja, amparar, cuidar, socorrer os necessitados desse momento de guerra. Entretanto, ressalte-se que isso também possibilitou a saída da mulher do espaço privado, mesmo assumindo funções vistas, à época, como pertencentes ao universo feminino.

Sobre a propaganda que foi utilizada não somente no estado de guerra, mas também durante todo o Estado Novo, apesar de muito importante na divulgação das mensagens políticas e um dos pilares de sustentação do poder, não pôde ser tomada como veículo capaz de controlar as consciências como um todo. De acordo com Maria Helena Capelato:

[...] As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar anseios e interesses predominantes num dado momento.⁸⁵

Dessa forma, pode-se questionar até que ponto a mobilização de guerra atingiu a sociedade piauiense? De que modo se deu a participação de voluntárias nos serviços da instituição? A Legião Brasileira de Assistência agiu como é relatado no discurso oficial ou sua ação foi limitada a pequenas campanhas e ações que pouco alteraram o cotidiano dos piauienses e dos familiares dos convocados? As configurações históricas da sociedade piauiense nesse momento permitiam uma participação efetiva da população na mobilização propagandeada pelo discurso oficial?

⁸³ PIAUÍ. Curso de Samaritanas Socorristas. **Diário Oficial**, Teresina, 28 maio 1943, p. 3.

⁸⁴ PIAUÍ. Cruz Vermelha Brasileira. Filial do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 11 nov. 1943, p. 2.

⁸⁵ CAPELATO, op. cit., 1999, p. 177-178.

Dona Maria de Lourdes da Silva e Sousa, que, no período do estado de mobilização, era noiva do convocado Raimundo Francisco de Sousa, ao ser questionada sobre as ações da LBA, diz que não se lembra desse órgão. Dona Maria de Jesus, que era esposa de Pedro Constâncio da Silva, outro convocado pelo Piauí, reforça também essa afirmação. No entanto, quando se questionam os ex-combatentes, Sr. Claudísio Torres e Francisco Primo, ambos se lembram das doações de redes, tecidos e roupas que foram dadas às suas famílias assim como ajuda em dinheiro.⁸⁶

A comissão da LBA, no Piauí, também se relacionava com outros órgãos do Estado, como o Departamento de Ensino, na distribuição de merendas escolares. Eram merendas distribuídas para alunos pobres que freqüentavam escolas nos subúrbios de Teresina, filhos geralmente de operários e outros trabalhadores de pequenos recursos, como a Escola Domingos Jorge Velho, à Avenida Miguel Rosa; Miguel Borges no Barroco; Gabriel Ferreira na Vermelha; Matias Olímpio no Porenquanto; João Costa à Rua Campos Sales, e Escola Reunida Firmina Sobreira, no Poti Velho. A distribuição inaugural teve a presença de altas autoridades da Legião e do Departamento de Ensino.⁸⁷

Na solenidade de entrega da merenda, no Grupo Escolar Domingos Jorge Velho, realizada a 4 de junho de 1943, apesar, segundo o *Diário Oficial*, de não se querer emprestar solenidade ao ato:

[...] assistiram-no a Exma. Sra. Carmelita do Rego Monteiro, atual presidente da Comissão Central Estadual da LBA, o tesoureiro, o secretário e outras autoridades da Capital, vários auxiliares do governo, muitas senhoras da elite, representantes da imprensa e todas as professoras e alunos do estabelecimento, tendo à frente sua distinta diretora, Sra. Maria de Lourdes Pires Rebelo.⁸⁸

No discurso proferido pelo diretor do Departamento de Ensino, nessa solenidade, foi lembrado o estado de desnutrição em que vivia a quase totalidade das crianças que freqüentavam as escolas suburbanas da Capital, esclarecendo que essa situação não era algo específico do Piauí, mas à população em geral. A Legião vinha, nesse sentido, amenizar os efeitos da pobreza no Estado, distribuindo, segundo o discurso oficial, merenda abundante e de primeira qualidade.

⁸⁶ SOUSA, Renato Silva e; VILARINHO, Marinês Silva e Sousa; SOUSA, Maria de Lourdes da Silva e Sousa. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 12 jan. 2008. RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 16 dez. 2007. CARVALHO, Claudísio Torres de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 10 fev. 2007. PRIMO, Francisco de Sousa. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 30 out. 2007.

⁸⁷ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jun. 1943, p. 1.

⁸⁸ *Ibid.*, 7 jun. 1943, p. 1.

Deve-se ressaltar, ainda, a fala da estudante do 3º ano primário, Maria do Carmo Machado, que, “com abundância d’alma, agradeceu à diretora da LBA, em seu nome e no de seus colegas do “Domingos Jorge Velho”, a feliz lembrança daquela merenda, que os reunia, saltitantes, em torno daquelas mesas sedutoras”.⁸⁹ Tudo visto como “uma festa de piedade cristã”, a solenidade foi encerrada com o hino do patrono do educandário, Domingos Jorge Velho, cantado por professoras e alunos.

A Legião Brasileira também oferecia cursos como o de monitor agrícola, sendo que, segundo informação do *Diário Oficial*, o Piauí tomou o primeiro lugar na criação de cursos desses monitores.⁹⁰ No dia 05 de abril de 1943, com a presença do interventor, na Praça Rio Branco, aconteceu uma solenidade para a entrega dos diplomas dos primeiros monitores agrícolas do Estado; também estava presente Maria do Carmo Melo, presidente da Comissão Central no Piauí, e outras autoridades civis e militares como é o caso Evilásio Vilanova.⁹¹ Este comandava a Força Policial do Estado, sendo também o chefe de Polícia da capital.

Esses cursos faziam parte da mobilização de guerra que incentivava a cultura agrícola nacional, como também a de aves importantes para as necessidades do momento de guerra, mas, sobretudo, para a comunhão nacional. Homens e mulheres participavam desses cursos; na primeira turma, 10 pessoas concluíram o curso de Avicultura, sendo 6 homens e 4 mulheres; no curso de Horticultura, 13 o concluíram, sendo 8 homens e 5 mulheres; e, no curso de Fruticultura, 11 concluíram o curso, sendo 4 homens e 5 mulheres. As mesmas pessoas poderiam freqüentar os três cursos de monitores agrícolas oferecidos pela LBA do Estado, quadro que foi constatado nessa primeira turma. A instituição preparava outras turmas, inclusive a de Cerealicultura.

Com a deflagração da Segunda Guerra, o Brasil começou a perder seus melhores mercados na Europa, provocando uma crise no abastecimento interno. Oswaldo Aranha, chanceler, foi um dos primeiros a propor medidas para que o País não passasse pelos mesmos problemas de abastecimento acontecidos décadas anteriores com a Primeira Guerra, mas essas propostas não tiveram nesse momento a repercussão desejada. No entanto, quando o Brasil se insere oficialmente na guerra, o Brasil já passava por grandes dificuldades em relação à falta de determinados produtos. As restrições impostas ao mercado internacional no que diz respeito à guerra “foram o suficiente para agravar as condições internas, caracterizadas por uma escassez geral de gêneros de toda espécie, provocando uma alta alarmante de preços

⁸⁹ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 7 jun. 1943, p. 2.

⁹⁰ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência: suas atividades no setor do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jul. 1943, p. 1-2.

⁹¹ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 6 abr. 1943, p. 7.

[...]”.⁹² As importações diminuíram drasticamente, ao contrário das exportações, que cresceram e se diversificaram. Diante dessa situação, o governo resolveu racionar o consumo dos produtos e mobilizar os recursos, exigindo a colaboração popular.

Em 30 de novembro de 1942, foi organizada a Coordenação de Mobilização Econômica, que teria por meta transformar a economia de paz em uma economia de guerra, capaz de atender às necessidades internas. Deste modo, o comércio com a Europa deslocou-se em grande parte para a América e a África; houve racionamento do consumo, além do tabelamento de preços, ampliação do parque industrial, intensificação da lavoura e da indústria extrativa de minerais, adaptação dos sistemas de transportes aos novos tipos de combustíveis, mobilização de mão-de-obra, fornecimento de materiais estratégicos aos Estados Unidos, aquisição de fundos para financiamento dos gastos e organização de entidades para controle dos serviços.⁹³

Para o custeio das despesas relacionadas à mobilização, foi elaborado um plano financeiro que lançou mão de um empréstimo compulsório interno. Assim, cada brasileiro poderia contribuir com parte de sua renda com as obrigações de guerra, sendo que aqueles que concorriam com o imposto de renda participariam com uma parcela relativa a este; os demais contribuiriam com 3% de seus vencimentos. No Piauí, à época, esse desconto podia ser constatado nos salários dos militares do 25º BC, como também nos salários dos funcionários públicos de modo geral.

Dessa forma, a Legião Brasileira de Assistência, além de cumprir seu papel principal, de dar assistência aos convocados e suas famílias, contribuía como podia com a mobilização nacional, incentivando, através de cursos e campanhas, entre eles os de monitores agrícolas, conforme dito anteriormente, a participação da população no abastecimento interno.

Outra solenidade organizada pela Legião Brasileira de Assistência no Piauí, em 1943, foi a “Páscoa dos Militares”. No local em que a festa aconteceu, o Parque da Bandeira, foi celebrada uma missa pelo bispo diocesano D. Severino Vieira de Melo, que fez a comunhão de praças do Exército e da Força Policial. Assistiram à solenidade o interventor, o representante da 10ª Região Militar, a oficialidade do 25 BC, o comandante da Força Policial e sua oficialidade, altas autoridades civis, e grande massa de fiéis. No sermão, o bispo diocesano destacou:

[...] a necessidade da religião no seio da tropa, como incentivo ao melhor cumprimento do dever de soldado para com a Pátria. Frisou ainda [...] que nos

⁹² CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p. 69.

⁹³ Ibid., 1960, p. 75-76.

tempos atuais já existe um perfeito entendimento entre as Forças Armadas e o Clero, possuindo, este, sacerdotes incorporados ao Exército como capelões oficiais.⁹⁴

Nesse trecho do sermão, são oferecidas pistas de que a Igreja no Estado colaborava com os ideais estado-novistas, legitimando o discurso de Nação, Pátria e dever, algo bastante utilizado no estado de guerra.

A LBA no Piauí funcionava no 1º andar do edifício Rianil, espaço alugado, e seu horário de funcionamento era de 08:00h às 11:00h, de segunda a sábado, e das 14:00h às 17:00 de segunda à sexta. Devido à necessidade de mensageiros, essa instituição lança nota no jornal, pedindo que os jovens, principalmente a estudantada, compareçam à instituição para assumir uma boa oportunidade de servir à Pátria, que era ser um mensageiro voluntário.⁹⁵ Em razão da necessidade de se distribuir numerosas correspondências que chegavam das regiões militares, enviadas pelos soldados convocados, a LBA no Piauí enfatiza o atendimento da população aos chamamentos de voluntários mensageiros: “Atenderam ao apelo dezenas de jovens estudantes e operários, que estão prestando cooperação valiosíssima na distribuição da referida correspondência”.⁹⁶

Essas correspondências, distribuídas pela LBA, através de mensageiros, foram desaparecendo no decorrer do tempo, pelo menos aquelas guardadas pelos ex-combatentes que foram entrevistados para essa pesquisa. Os cupins, o tempo, as lembranças ruins nelas contidas foram os motivos encontrados para a inexistência das cartas nos dias atuais.

Segundo o *Diário Oficial*, a Legião Brasileira de Assistência assumia o seu lugar de benemerência contínua e vigilante. O Jornal deixa claro o importante papel desempenhado por essa instituição, dando a entender que toda a sociedade estava informada e/ou pudesse ser beneficiada por seus serviços, não tendo apenas como objetivo o amparo das famílias dos “bravos” combatentes:

Essa grande instituição de caráter permanente, com um vasto raio de ação moldado nos melhores princípios de humanidade, encontrou a mais afetuosa acolhida e o mais decidido apoio em todas as camadas sociais, que desde já vêm recebendo, aqui e ali, eficiente amparo e solícita assistência.⁹⁷

A LBA foi a primeira instituição pública, na área de assistência social, cuja criação pode ser interpretada como uma estratégia do governo Vargas, para a sua legitimação, através do assistencialismo que iria extrapolar seu objetivo inicial, que era prover os mobilizados para

⁹⁴ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 10 maio 1943, p. 1.

⁹⁵ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 19 jun. 1943, p. capa final.

⁹⁶ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência: suas atividades no setor do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jul. 1943, p. 1-2.

⁹⁷ *Ibid.*, 1943, p. 1-2.

a guerra e suas famílias.⁹⁸ A infância “desprotegida”, a velhice “desamparada”, a pobreza “envergonhada”, todos esses grupos sociais teriam benefícios por parte “das senhoras da Legião”. Tentava-se passar a idéia desse órgão articulado a ações de bondade cristã, tendo no altruísmo de Darcy Vargas a referência mais importante. A mulher, naquele momento, de acordo com o que se tentava impor por parte do Estado, ficaria responsável pelo trabalho doméstico, pelo cuidado com a família, como também pelas ações de benemerência condizentes com os fazeres femininos. Esse exemplo de mulher que cumpre seu papel social foi apropriado no Piauí pela figura da esposa do interventor, que, segundo o discurso oficial, desempenhava a sua função de forma invulgar.

De acordo com Francisco Alcides do Nascimento, outra ação da LBA na Capital foi a implantação de uma escola correccional de menores, tendo à frente a mulher do interventor. Segundo o autor, a elite criava essa escola com o objetivo de coibir a criminalidade juvenil, iniciando esses jovens em algumas profissões. “Mas também pretendia ‘limpar’ a cidade de meninos que circulavam pelas ruas, maltrapilhos, depredando a propriedade privada [...]”⁹⁹

A Legião não ficou somente circunscrita à cidade de Teresina, mas também foi instalada em todos os outros municípios, sendo que em cada um deles foi formada uma Comissão. Quem assumia a chefia do órgão nos municípios era a mulher do prefeito; estas entravam em contato com a população; sempre vista como aquela que colabora com os órgãos do governo:

[...] à Legião, neste Estado, tudo foi dado: o espírito de sacrifício da mulher conterrânea e a impressionante contribuição material de uma população evidentemente pobre, mas que não se quis furtar ao prazer de dar seu apoio moral e pecuniário à magnânima instituição.¹⁰⁰

Essa instituição vivia de doações e voluntariado, sobrevivendo das contribuições fornecidas pelas comissões existentes nos municípios além das doações de particulares. As despesas se davam com material de expediente, móveis e utensílios, como, por exemplo, para a costura, comemorações como a páscoa dos militares, redes, auxílio como passagens às famílias de convocados que não viviam em Teresina.¹⁰¹

Em relação às famílias dos convocados, a instituição amparava, em 1943, trinta famílias de reservistas, chamados ao serviço da Pátria. E, segundo a mulher do interventor, esse número duplicaria.

⁹⁸ TORRES, Iraídes Caldas Torres. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002. p. 86.

⁹⁹ NASCIMENTO, op. cit., 2006, p. 105.

¹⁰⁰ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência: suas atividades no setor do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jul. 1943, p. 1-2.

¹⁰¹ Id. *ibid.*

[...] Sendo esse um dos principais postulados da instituição, estamos procurando atender, com a maior solicitude, às famílias dos que forem chamados às fileiras do Exército e que realmente necessitem de tais auxílios, sobretudo agora que estamos em guerra.¹⁰²

Esse auxílio não se dava somente em dinheiro, mas em assistência educacional e moral; e um grande número de passagens, conforme Relatório da Comissão do Piauí, foi fornecido a pessoas necessitadas e às famílias de reservistas convocados.

Para o Natal de 1943, a Legião preparou cerimônias em que seriam distribuídos brindes de Natal aos velhos desamparados e às crianças pobres de Teresina, inclusive as matriculadas na Casa da Criança. Também foram distribuídos presentes para os soldados do Exército e da Força Policial.

Assim, amanhã, 24 deste, às 07:30h, no quartel do 25º B.C e às 08:00h, no espaço da Força Policial, realizar-se-ão as cerimônias da entrega de trinta cruzeiros a cada um dos soldados da Guarnição Federal e da Força Policial, assistindo às solenidades num e noutro local as autoridades da Legião e os comandantes e oficiais dessas Corporações.

Às 08:00h, na sede da Caixa dos Mendigos, serão solicitamente atendidos seiscentos velhos desamparados, de ambos os sexos, dando-lhes ali calçados e vestuários.

Às crianças pobres, não matriculadas na Casa da Criança, serão fornecidas três mil roupinhas e guloseimas. Essa distribuição será feita em domicílio, estando dela encarregadas diversas comissões de distintas senhoras e senhoritas pertencentes à LBA, as quais, no desempenho dessa piedosa missão, percorrerão, de automóvel, os mais afastados bairros da cidade.

Serão mimoseadas com roupinhas e rebuçados, finalmente, as trezentas e sessenta e seis crianças matriculadas na bela instituição de caridade denominada Casa da Criança.¹⁰³

No Natal do ano seguinte, em 1944, a cerimônia se repetiu. No entanto, foi dada maior ênfase ao soldado combatente e suas famílias, como a doação de agasalhos para os soldados que lutavam na Europa e presentes para seus familiares, aqui no Piauí. Mas outros grupos foram agraciados, com presentes para os soldados do 25º B.C, Força Policial e Guarda Civil; roupas e calçados para os 550 velhinhos matriculados na Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina, distribuição de roupas às crianças matriculadas na Casa da Criança em número de 700, distribuição de mimos aos 45 internos na Escola Profissional “Leônidas Melo”, e ainda presentes para os pequenos pobres da cidade. Em relação a estes, foram distribuídos cartões que deveriam ser trocados no Estádio Municipal Lindolfo Monteiro, no Campo de Marte.¹⁰⁴

¹⁰² PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência: suas atividades no setor do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jul. 1943, p. 1-2.

¹⁰³ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência. As comemorações da natividade. **Diário Oficial**, Teresina, 23 dez. 1943, p. 1.

¹⁰⁴ PIAUÍ. Natal das Forças Armadas e dos Pobres. **Diário Oficial**, Teresina, 5 dez. 1944, p. 1.

Em relação ao momento em que a LBA entregaria o presente às Forças Armadas, o jornal traz a seguinte matéria:

[...] por espontânea deliberação dos beneficiados, com o apoio de seus superiores, foi afinal destinado às famílias dos soldados enviados à Força Expedicionária Brasileira, gesto de grande elegância moral que, como era natural, despertou a admiração das autoridades e dos representantes da benemérita LBA. Esse mimo está representado por um cheque de 24 mil cruzeiros.¹⁰⁵

Ao relatar como se desenvolveu a programação de Natal, em relação à entrega de presentes para as crianças pobres, e ainda a cerimônia ocorrida com os meninos internos, como também dos velhinhos, é chamada a atenção para a ação dos núcleos municipais que organizaram também festas natalinas, sendo beneficiadas as famílias dos convocados, as crianças e os velhos.¹⁰⁶

Outra campanha lançada pela LBA e divulgada pela Comissão estadual foi a “Campanha do Livro para o Combatente”, como incentivo às Forças Armadas. Esse veículo é ressaltado como “de qualidades cívicas, morais e intelectuais, sobretudo quando cuidadosamente selecionados, como o será, no caso em vista”.¹⁰⁷ Essa campanha tinha como objetivo “levar as mulheres a empenhar-se na obtenção de livros, para os combatentes, com vistas à produção de uma biblioteca para os soldados”.¹⁰⁸

Com este propósito, mais de 45 mil volumes foram coletados; entre eles, livros de História, Geografia, viagens, biografias, romances e ciências. Após a seleção, foram organizados em caixas-estantes, transformando-se em bibliotecas ambulantes. Estas circulavam pelos quartéis onde os soldados convocados estavam aquartelados, aguardando o embarque para a Itália.¹⁰⁹

Além das campanhas específicas da Legião Brasileira de Assistência, outras campanhas governamentais foram incorporadas pela instituição, dentre elas, a Campanha Nacional da Borracha. De acordo com Ivana Guilherme Simili, isso evidenciava “os laços da instituição com o governo, auxiliando-o nas estratégias empregadas para contornar os problemas de alimentação e de matérias-primas na produção bélica”.¹¹⁰

¹⁰⁵ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência. Natal das Forças Armadas e dos Pobres. **Diário Oficial**, Teresina, 26 dez. 1944, p. 8.

¹⁰⁶ Id. *ibid.*

¹⁰⁷ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência. Campanha do Livro para o Combatente. **Diário Oficial**, Teresina, 31 ago. 1943, p. 8.

¹⁰⁸ SIMILI, op. cit., 2007, p. 166.

¹⁰⁹ SIMILI, op. cit., 2007, p. 168.

¹¹⁰ *Ibid.*, 2007, p. 161.

2.4 A campanha da borracha usada e o pouso do SEMTA em Teresina

Getúlio Vargas, em manifesto à Nação, instituiu o mês de junho de 1943 como o *mês nacional da borracha*, solicitando ao povo brasileiro a doação de artefatos de borracha velha, como também o empenho na produção, pois, naquele momento, esse produto se tornou muito importante para a mobilização de guerra, em razão de a borracha ser um material de maior desgaste no conflito em andamento.¹¹¹ O governo conclamava ao povo que extraísse borracha onde pudessem, porque:

As armas aliadas precisam de mais borracha, dessa borracha que existe, não só no extenso vale amazônico, mas em Mato Grosso, nesse rumo a Oeste, e em vários pontos do território nacional, tanto nas seringueiras como nas maniçobas e mangabeiras [...].¹¹²

À época, chamava-se a atenção para os maniçobais piauienses, nativos ou cultivados, que fizeram, por um período, início do século XX, grande crescimento econômico do Estado. Havia, de acordo com a propaganda mobilizatória, a necessidade de voltar a produzi-lo. Além de dar trabalho para o sertanejo, seria

[...] uma ocasião sem par de contribuir para a batalha da produção, rumo aos maniçobais, para a extração da borracha piauiense, tão necessária à prossecução da guerra e ao êxito dos que aderiram à declaração de princípios da Carta do Atlântico.¹¹³

Com a Campanha da Borracha, os maniçobais se tornaram uma alternativa econômica. Devido à necessidade da borracha, no esforço de guerra, havia a necessidade de o governo voltar-se não somente para a Amazônia, como também investir na produção da borracha, em outros espaços do País que tivesse esse potencial.

Não obstante o abandono da produção dos maniçobais no Estado devido à queda de preço, sua exploração nunca deixou de fazer-se; e com a batalha da produção era chegado o momento do retorno à sua exploração. O governo chamava a atenção dos prefeitos dos municípios para que orientassem os proprietários e trabalhadores para a importância dessa produção, tanto para a economia de guerra como também para a própria renda do Estado. “Urge, assim, explorar os nossos maniçobais, extraindo-lhes a goma, que se vende a bom preço e que concorre, como utilidade essencial, para encurtar o caminho da vitória”.¹¹⁴

¹¹¹ CYTRYNOWICZ, op. cit., 2000, p. 224.

¹¹² PIAUÍ. Mês nacional da borracha. Manifesto ao povo brasileiro sobre o mês nacional da borracha. **Diário Oficial**, Teresina, 1 jun. 1943, p. 1.

¹¹³ PIAUÍ. Borracha para a vitória. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jun. 1943, p. 1.

¹¹⁴ PIAUÍ. Borracha Piauiense. **Diário Oficial**, Teresina, 16 jun. 1943, p. 1.

Destaque-se que a extração da borracha dos maníobais, segundo Terezinha Queiroz, começou a ganhar importância no Nordeste no final do século XIX e início do século XX. Isso se deu em razão da demanda do produto nos países industrializados, principalmente a Inglaterra, que utilizava a matéria-prima tanto na indústria automobilística quanto na elétrica.¹¹⁵

Entre ações voltadas para a produção da borracha em todo o País, quando este se insere no conflito mundial, foi criada a campanha para a coleta da borracha usada. A LBA se integrou à campanha nacional da borracha, coletando a borracha velha e imprestável, em colaboração com a *Brasil Rubber Company*. A campanha da borracha usada tinha como objetivo o aumento de matéria-prima que servia para a fabricação de utensílios e acessórios de guerra. Essa borracha era reciclada para o seu emprego imediato na guerra. No Piauí, em julho de 1943, a Comissão regional estudava os planos que seriam tomados nessa campanha, “sendo para tanto nomeada uma Comissão especial, cujo escopo seria coletar entre a população do Estado a borracha velha em desuso”.¹¹⁶

De acordo com o *Diário Oficial*, essa campanha era de caráter patriótico e de finalidades econômicas e educativas, que visava auxiliar o Brasil no esforço de guerra. Os grupos sociais mais visados para que essa campanha fosse operacionalizada com êxito eram os jovens estudantes, incluindo as escolas primárias, os cursos secundários, técnicos e normais. Segundo o governo, assim como ocorria em todos os Estados, no Piauí, “os estabelecimentos de ensino público ou particular de Teresina participarão, sem dúvida, desse agradável empreendimento, em proveito de um objetivo que está a reclamar os melhores esforços de todos nós”.¹¹⁷ Ainda, conforme o jornal:

¹¹⁵ QUEIROZ, Terezinha. **A importância da borracha de maníoba na economia do Piauí – 1900-1920**. Teresina: FUNDAPI, 2006a. p. 33-34. Para esta autora, à época, o Brasil era um dos principais fornecedores do produto, sendo que, devido à conjuntura favorável, mantinha um nível elevado do preço no mercado internacional. No entanto, quando os asiáticos se inseriram como competidores na exportação de uma borracha de melhor qualidade, quantidade e menores preços, a borracha brasileira perdeu cotação no mercado. Dessa forma, a produção da borracha de maníoba, a partir de 1911, caiu drasticamente passando a ser um produto insignificante no comércio regional (QUEIROZ, op. cit., 2006a. p. 33-34). No período áureo da produção de borracha de maníoba, início do século XX, o Estado do Piauí foi considerado um dos maiores produtores, sendo que a “população foi incentivada a extrair o látex, alargar as áreas de exploração e também realizar o cultivo da Manihot [...]” (QUEIROZ, Terezinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: EDUFPI, 2006b. p. 33). Com a exportação desse produto, a economia do Estado passava pela expectativa de superação de uma crise provocada “pela queda nos preços do gado e pela ocorrência de secas” (QUEIROZ, op. cit., 2006b. p. 37). Com a mobilização de guerra e a campanha voltada para a produção da borracha em todo o território brasileiro: “A exploração da borracha de maníoba no Nordeste [...] volta a ser exercida em maior escala [...], quando os japoneses controlam as áreas de produção do Sudeste asiático. Os Estados Unidos da América, em busca de produtores substitutos, incrementaram a atividade no Brasil, através do *Rubber Development Corporation* [...]” (QUEIROZ, op. cit., 2006a. p. 34).

¹¹⁶ PIAUÍ. A Legião Brasileira de Assistência e a Campanha da Borracha. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jul. 1943, p. 16.

¹¹⁷ PIAUÍ. Campanha da Borracha Usada. **Diário Oficial**, Teresina, 12 jul. 1943, p. 8.

Aos escolares cabe a maior contribuição pedida pela campanha, e aos seus progenitores, além da cooperação pessoal, a obrigação de incentivá-los no trabalho da procura e coleta da borracha em desuso. Nesta capital as portas do prédio da Associação Comercial se acham abertas para receber todas as ofertas do material em apreço, que se representa em pneumáticos, câmaras de ar, sacos para água, tubos etc., muitos dos quais foram atirados aos monturos e deles devem ser imediatamente retirados para novo emprego, ou seja, no da defesa da civilização.¹¹⁸

De acordo com o que ficou estabelecida em reunião da LBA do Estado, que orientava a campanha, a coordenação da mobilização escolar ficaria a cargo de uma autoridade superior ou pelo próprio diretor do Departamento de Ensino. Assim, cada “escola pública ou particular, sob a responsabilidade de suas professoras, constituirá, entre nós, um núcleo de propaganda e coleta de borracha usada, devendo o material coletado pelos alunos ser depositado nas escolas, de onde será enviado ao depósito central, nesta capital”.¹¹⁹

Nessa campanha, pedia-se todo o engajamento da população. Outro local em que se poderiam entregar as doações era a sede da Associação Comercial; a importância relativa aos donativos era “adicionada ao Fundo Especial destinado à compra de aviões para a Força Aérea Brasileira”.¹²⁰ A campanha local enfatizava o caráter patriótico que se deveria impor à sociedade piauiense.

Segundo o discurso oficial, a intensificação da campanha no mês nacional da borracha usada, mês de julho, contou com a colaboração popular espontânea de todas as camadas sociais em todo o Estado, representando o patriotismo que lhe estava presente. “Teresina, assim como as demais cidades piauienses, continuará a dar exemplo de civismo e determinação de servir, de modo prático, à causa em que nos achamos empenhados”.¹²¹

As reuniões da LBA eram divulgadas pelo *Diário Oficial*, e nelas eram discutidas as ações que deveriam ser desempenhadas por aquele órgão em relação à Campanha da Borracha Usada. Em 20 de julho de 1943, aconteceram duas reuniões: na primeira, com a participação somente dos componentes da Diretoria, ficou resolvido que seriam criados um Lactário e um curso prático de corte e costura; este inicialmente seria destinado às famílias dos servidores das forças armadas. Na reunião seguinte, que contou com a participação do diretor de Ensino, diretor do Colégio Estadual, diretor do Liceu Industrial, diretor do Ginásio “São Francisco de Sales”, diretor do Ginásio “Demóstenes Avelino”, diretor do Ginásio “Leão XIII” e Academia do Comércio do Piauí. Enfim, a Diretoria de todos os grupos escolares e escolas isoladas da capital tratou sobre a campanha da borracha usada, através da mobilização escolar.

¹¹⁸ PIAUÍ. Campanha da Borracha Usada. **Diário Oficial**, Teresina, 17 jul. 1943, p. 1.

¹¹⁹ *Ibid.*, 12 jul. 1943, p. 8.

¹²⁰ *Id. ibid.*

¹²¹ PIAUÍ. Mês Nacional da Borracha Usada. **Diário Oficial**, Teresina, 19 jul. 1943, p. 3.

As escolas, segundo as instruções gerais para a Campanha da Borracha Usada, passariam a ser o centro irradiador da propaganda e da coleta da borracha usada, tendo o dia 23 e 24 de cada mês para a coleta. Essa campanha estava voltada à compra de um avião para a FAB, e ficou decidido que a coleta em garagens oficiais, particulares e mecânicas seria confiada aos Mensageiros Voluntários da LBA. “Cada escola constituirá um “pelotão” formado pelos voluntários da borracha”.¹²² Esses mensageiros contribuía com os serviços necessários à divulgação e arrecadação da borracha velha, além de outras funções designadas pela Diretoria.

Foram instituídas sugestões de prêmios para quem fizesse a maior arrecadação. Quem conseguisse o primeiro prêmio teria uma audiência com o interventor, e este entregaria uma taça ofertada pela LBA. O segundo prêmio ganharia uma sessão cinematográfica no Cinema “São Luiz”. Deste modo, cada aluno teria a obrigação de arrecadar a borracha velha em quatro casas de sua vizinhança, levar para sua escola, pois, de lá, seria transportada para o Depósito Central de toda a borracha usada e arrecada.

Eis os produtos que deveriam ser arrecadados: luvas de borracha, crepe de sola, bicos de mamadeira, sapatos de tênis, cintas de borracha, saltos de sapatos, cortinas de banheiro, calças de crianças, descansos para mesa, aventais de borracha, pneus e câmaras de ar, rolhas de borracha, mangueiras de borracha, passadeiras de borrachas, cinzeiros de borracha, sacos de gelo e água quente, anéis de borracha, botas de borracha, escovas de borracha, brinquedos de borracha e esponjas de borracha.

De acordo com o *Diário Oficial* a Campanha excedeu as expectativas, pois:

A mocidade estudiosa, tanto da capital como do interior, compreendeu perfeitamente o alcance da cruzada, a ela se dedicando com vivo sentimento patriótico. Teve mesmo atuação de tal relevo que não deve e não pode ser despercebida e em razão da qual chegamos a um resultado honroso para o nosso povo e para o nosso Estado.¹²³

A Escola Industrial de Teresina foi a que mais arrecadou borracha velha, e juntamente com outras Comissões foram recebidas no Karnak, para a audiência com o interventor e recebimento de prêmios. Os prêmios foram distribuídos por Maria do Carmo Melo, presidente da Comissão Estadual da LBA, no Piauí, e mulher do governador. O Ginásio Leão XIII ficou com o segundo lugar, sendo que os ingressos para o Cine São Luiz foram distribuídos entre seus educandos. Então foi divulgada a quantidade de borracha arrecadada, por todos os

¹²² PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência. Reunião de 20/7/43. **Diário Oficial**, Teresina, 23 jul. 1943, p. 7.

¹²³ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência. Campanha da Borracha Usada. **Diário Oficial**, Teresina, 3 ago. 1943, p. 1-2.

municípios do Estado, na presença de várias autoridades que se encontravam presentes na solenidade, como também do professorado.

As escolas em todos os seus níveis tornaram-se espaços importantes, para o desenvolvimento das estratégias do governo, na legitimação do regime ditatorial, como também no período da mobilização. Imagens e símbolos – dentre eles a Pátria, a Bandeira e o Chefe, organizados pela propaganda política do Estado Novo – eram produzidos e propagados, buscando o consentimento social diante do Novo Regime. Os jovens, de forma específica os estudantes, tornaram-se um dos grupos mais visados para o consumo dessa produção cultural. Acrescente-se que Gustavo Capanema, então ministro da Educação, era um dos responsáveis pela política cultural do período.¹²⁴ Assim, imagens e símbolos

[...] eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom [...].¹²⁵

Nesse sentido, a escola se tornava espaço privilegiado de cooperação com as diretrizes do Regime, fato que se tornou mais complexo com outros grupos sociais, convocados para a mobilização nacional, tendo como exemplo os trabalhadores da borracha.

Dentro da política de mobilização nacional, uma das atribuições da Coordenação da Mobilização Econômica era a mobilização de mão-de-obra. Assim, durante a Batalha da Borracha, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, o SEMTA, “destinado a recrutar trabalhadores, de preferência do Nordeste, aproveitando os contingentes humanos batidos pela seca, para transportá-los para a Amazônia [...]”.¹²⁶ Esse órgão, com sede em Fortaleza,¹²⁷ foi criado pela Portaria n. 28, de 30 de novembro de 1942, e suas atividades eram voltadas como serviço para fins de guerra.¹²⁸

Nesse período de mobilização de guerra, foram criados, em algumas cidades do Nordeste atingidas pela seca, inclusive em Teresina, pousos de trabalhadores que seguiriam posteriormente para a Amazônia – os campos de concentração. Nesses pousos, o SEMTA mantinha, com alimentação e saúde, os trabalhadores e suas famílias, a maioria arrematada no campo, até o momento em que seguiriam viagem para a Amazônia. Dessa forma, os trabalhadores do campo, levando em consideração a propaganda oficial que propagava o

¹²⁴ CAPELATO, op. cit., 2007, p. 125.

¹²⁵ Ibid., p. 123.

¹²⁶ CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p. 74.

¹²⁷ Até junho de 1943 o serviço central do SEMTA era sediado na cidade de São Luiz.

¹²⁸ Regulamento do SEMTA, maio de 1943.

discurso da unidade nacional e do povoamento de todo o território brasileiro, passavam a contribuir com o projeto cooperativista idealizado pelo Estado Novo.¹²⁹

Com base nos relatórios feitos sobre os pousos encaminhados à sede do SEMTA, pode-se inferir em que condições viviam os trabalhadores recrutados. Esses homens eram vistos como “massas de homens rudes”, formando grupos de acordo com sua região.¹³⁰ Provavelmente essa forma de ver os trabalhadores concentrados nos pousos contribuiu para que seus responsáveis não levassem ao pé da letra a proposta criada pelo órgão do governo, que era dar-lhes boa alimentação e saúde até o momento em que fossem transportados rumo à zona produtora de borracha, na Amazônia.

Segundo o relatório feito em julho de 1943, por Maria Morais Filha, funcionária do SEMTA, sobre o Pouso do SEMTA em Teresina,¹³¹ foram encontradas algumas irregularidades na alimentação, pelo médico e nutricionista que haviam sido encaminhados para avaliar as condições alimentares e de saúde pelas quais passavam os trabalhadores concentrados no pouso da capital, em meados de 1943.

Por sua vez, em consideração à propaganda do governo na mobilização de guerra, todo o povo brasileiro deveria se transformar em um soldado da pátria. Uns lutando no *front* interno, contribuindo com as ações do governo necessárias ao estado de guerra, e outros dando sua contribuição no *front* externo, comparecendo como reservistas ou voluntários na constituição da mobilização militar. Nesse sentido, muitos homens ficaram no *front* interno, e foram recrutados para a mobilização interna, transformando-se em soldados da borracha. Maria Verônica Secreto afirma que a propaganda para mobilizar os trabalhadores da borracha teve duas dimensões:

[...] uma nacional e outra local. Na dimensão nacional, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos “espaços vazios” e nos esforços de guerra do Brasil. Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nas conjunturas de seca, e não apenas nestas, era o Norte, especialmente os Estados do Pará e do Amazonas. A propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo.¹³²

Assinale-se que Teresina, décadas anteriores, no final do século XIX e início do século XX, já havia passado pela experiência de habitantes temporários, migrantes, que tinham como

¹²⁹ SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. p. 71.

¹³⁰ DISTRITO FEDERAL. **Relatório Confidencial de Observações feitas no Norte junto ao SEMTA**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1943, p. 5.

¹³¹ PIAUÍ. **Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina**, Teresina, 2 ago. 1943, p. 1.

¹³² SECRETO, op. cit., 2007, p. 73.

destino a Amazônia. Estes migrantes, fugitivos da seca, eram, na maioria, nordestinos de outras províncias, principalmente do Ceará, que acabavam ficando na cidade por não terem condições financeiras para seguir viagem. Apesar de o número de migrantes cearenses ser muito grande na Capital, o percentual de piauienses não pode ser esquecido. “Considerando apenas o ano de 1878, os migrantes cearenses representavam um percentual de 96% dos originados de outras províncias, enquanto o percentual de piauienses era de 53,3%”.¹³³

Se, no final do século XIX e início do século XX, estes migrantes não tiveram apoio total do governo até chegar ao seu destino, vivendo, por exemplo, da caridade e de trabalhos temporários, quando passaram por Teresina, o mesmo não aconteceu com os trabalhadores recrutados no período da Segunda Guerra Mundial. Os trabalhadores recrutados, os soldados da borracha, enquanto ficavam concentrados em Teresina, a esperar o momento da partida, tinham no pouso da Capital três alimentações diárias, que deveriam ser balanceadas, tendo como padrão os cardápios vindos da sede, em Fortaleza. Contudo, de acordo com a avaliação, os trabalhos da cozinha, assim como os produtos que eram usados na feitura das refeições tinham uma baixa qualidade alimentar, e chegavam, inclusive, a ser recusados pelos trabalhadores.

Ainda de acordo com o relatório, já fazia seis meses que o leite não era servido no café da manhã, e, além disso, o almoço e jantar eram compostos de arroz, carne de charque, farinha e feijão de péssima qualidade:

[...] É de se notar que o feijão distribuído era de péssima qualidade, preto, torrado de modo a não cozinhar de maneira alguma, sendo diariamente rejeitado pelo trabalhador que preferia jejuar a comê-lo. A carne de charque, também muito mal preparada, apenas escaldada, era dada juntamente com o arroz e igualmente rejeitada. Estavam os trabalhadores revoltados com a comida e a ponto de fazerem uma greve no Pouso.¹³⁴

Deste modo, constatados os problemas, algumas providências foram tomadas, no sentido de melhorar as refeições. Enquanto se entrava em entendimento com o diretor do Fomento Agrícola, para o fornecimento de legumes e frutas, os responsáveis pela avaliação buscavam o necessário no mercado local. Por conseguinte, entraram em acordo com um fornecedor de carne verde, para abastecer o pouso; mas algo chamou a atenção: em Teresina só se vendiam carnes com ossos, diferente de Fortaleza.

¹³³ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Histórias de vários feitos e circunstâncias**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001. p. 237.

¹³⁴ PIAUÍ. **Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina**, Teresina, jul. 1943, p. 1.

Outras irregularidades foram encontradas no Pouso da Capital, dentre elas, a de que as compras do Mercado eram feitas muito tarde, não chegando à cozinha antes das 10h da manhã, impossibilitando, sua utilização para o almoço. Ressalte-se que o almoxarife era quem cuidava das compras, além de resolver inúmeros outros casos, quando ia ao centro. Por isso, a comida era sempre a mesma, e saía muito atrasada. Além disso, existia apenas um transporte para a condução dos médicos do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), para a entrega da alimentação aos funcionários do Pouso, como também para fazer as compras.

Havia períodos em que existia uma população de 800 homens no Pouso. A higiene alimentar desses moradores temporários ficava comprometida, pela falta de material de cozinha, além do grande número de moscas. No relatório, deixa-se claro que o material de cozinha existente na cidade era muito caro, além de limitado. Ainda sobre a organização da alimentação do Pouso, os relatores descrevem:

Procurou-se à medida do possível melhorá-la, não só no tocante à variedade de cardápios, como também na maneira de prepará-los e distribuí-los [...]. Estão sendo distribuídas as refeições ainda em bacias, em uma grande mistura como se se tratasse de comida para porcos. Foi sugerida a confecção de um tabuleiro (de taboas de caixotes) para o transporte de pratos já preparados, na cozinha. [...]. Irão assim cobertos até o Hospital.¹³⁵

Os horários das refeições deveriam ser rigidamente cumpridos; logo, a refeição da manhã deveria ser servida às 06:30h, o almoço às 11:30h e o jantar às 17:30h. Para cada dia da semana, existiria um cardápio específico, levando-se em consideração o valor calórico de cada uma. Na alimentação dos trabalhadores concentrados em Teresina, deveriam ser incluídos os seguintes gêneros alimentícios: café, leite, pão, açúcar, carne verde, carne seca do sul, peixe seco, farinha d'água, feijão, macarrão (dado somente aos doentes), arroz, banha, toucinho, verduras, cebolas, alhos, pimenta do reino, sal, temperos, outros condimentos, rapaduras, bananas.

Em outro relatório, que era resultado da inspeção feita, de 24 a 11 de junho de 1943, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, aos pousos de Fortaleza, Sobral, Tianguá, Teresina e São Luiz, foram avaliadas as atividades desenvolvidas nesses pousos, bem como o desenvolvimento dos serviços de cooperação com o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública),¹³⁶ nos termos do contrato celebrado entre esta organização e o SEMTA.¹³⁷

¹³⁵ PIAUÍ. **Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina**, Teresina, jul. 1943, p. 2.

¹³⁶ Órgão que foi criado com o objetivo de sanear a Amazônia e a Companhia Vale do Rio Doce, locais produtores de borracha e minério de ferro, matérias-primas estratégicas no esforço de guerra. In: SECRETO, op. cit., 2007, p. 58. No entanto, é bom lembrar que o SESP também prestou serviço dentro dos Pousos, campos de

Foram encontradas grandes quantidades de charque, mais de 4.000 mil kg, em estado de deterioração. No que se refere às condições higiênicas dos pousos, o de Teresina foi considerado bom, levando-se em consideração as condições do de São Luis. Tornava-se difícil o asseio individual, em razão da falta de locais apropriados para banhos ou da dificuldade de obtenção de água. Havia problemas no asseio do vestuário; no entanto, é ressaltado que o corte de cabelo e a barba desses trabalhadores eram feitos com regularidade.

Diante dos problemas encontrados, foram apontadas algumas soluções urgentes, como, por exemplo: melhorar os banheiros para os trabalhadores e construir novas fossas, como também um novo poço, para abastecer o pouso, em razão de o caminhão da Prefeitura, que fazia esse serviço, ter um funcionamento bastante irregular. O Pouso de Teresina se abastecia com a água do rio Parnaíba que era transportada pelo carro-tanque da Prefeitura. Dessa forma, havia a necessidade de filtrar e clorar essa água para posteriormente consumi-la; isso sem falar na falta de transporte que fazia com que uma turma de trabalhadores sempre estivesse nessa atividade, carregando a água para o abastecimento do pouso em latas de querosene.

Em relação às dependências do SESP, no Pouso, os relatores vêem a necessidade da construção de uma cozinha e instalações sanitárias na Enfermaria, além de banheiro e latrina para os médicos e enfermeiras. Outra necessidade apontada nesse relatório foi a instalação de um amplificador no Pouso, devido ao grande número de trabalhadores, impossibilitando a designação das atribuições diárias para os vários grupos de trabalhadores, como também o horário de refeições, do descanso e do lazer.

Nessa avaliação, não foram demonstradas as preocupações observadas no relatório anterior, produzido pela nutricionista e por um médico. Dizia-se que o cardápio era obedecido, tendo modificações quando o mercado local não oferecia o produto, levando-se em consideração a preferência do trabalhador.

Na passagem das primeiras turmas pela cidade de Teresina, foram constatadas arruaças e desordens, que foram reprimidas pelas autoridades locais, tensão que se tornava constante. Em ambiente interno ao Pouso, a indisciplina também era uma prática diária, sendo reprimidas de forma violenta pela administração do Pouso. A guarda interna era organizada com o pessoal retirado das turmas sob a chefia de um funcionário do SEMTA, o que acabava ocasionando certa autonomia por parte desses trabalhadores e os diferenciando dos demais.

concentração de trabalhadores, inclusive em Teresina. Seus funcionários, médicos e enfermeiros, tinham como função cuidar da saúde do trabalhador enquanto estes esperavam seu encaminhamento para a Amazônia.

¹³⁷ CEARÀ. **Relatório geral da viagem** Fortaleza-Sobral-Tianguá-Teresina-S. Luiz, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1943, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do Departamento de mobilização, Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 2.

Os conflitos não só existiam entre trabalhadores e administração do Pouso, mas também entre os próprios funcionários responsáveis por seu funcionamento:

[...] Acreditamos também que a falta de entendimento entre certos elementos do SEMTA e do SESP tenham tido influência na manutenção desse estado de coisas. Não se deixar de mencionar, como fatores que também concorreram para relaxar a disciplina, a longa permanência das turmas nesse Pouso (mais de um mês, às vezes) em quase completa ociosidade, e a grande disseminação da prostituição nas proximidades do campo.¹³⁸

Nesse serviço, parecem ter acontecido alguns conflitos entre o pessoal do SEMTA e do SESP, no que concerne às suas atribuições, sendo apontada, por parte dos supervisores, a necessidade de um regulamento. A razão principal do conflito era a falta de nitidez desses órgãos em relação aos seus deveres.

Convém destacar que o SEMTA parece ter sido um órgão mal visto pelas autoridades locais, como também pela população da cidade, tendo como uma das razões a falta de pagamentos e créditos no comércio local, provocado pela insuficiência de recursos repassados. De acordo ainda com os relatores, o conceito geral dos pousos avaliados variava muito com as condições locais, com o comportamento de determinadas turmas, com crédito na praça, com a questão da assistência às famílias, com a contrapropaganda, “que é bem mais intensa do que parece”.¹³⁹ Para eles, em geral, o conceito do SEMTA não era tão bom e achavam “que uma propaganda melhor orientada e com maior cunho de realismo talvez exercesse uma ação benéfica, nesse sentido”.¹⁴⁰

Sob este aspecto, os trabalhadores recrutados passavam por um processo de seleção que podia resultar em trabalhadores aprovados, trabalhadores recuperáveis, os recusados temporariamente e os inaptos. Após a seleção, esses homens eram encaminhados para os pousos. Os trabalhadores recuperáveis podiam ser tratados no próprio pouso pelos médicos e enfermeiras do SEMTA. Entre as cidades do Piauí que os trabalhadores foram inspecionados pelos médicos do SEMTA, entre o mês de março e maio de 1943, estavam:

O Setor de Parnaíba – (abril/maio) 897 trabalhadores;

União – (março) – 135;

Campo Maior – 4;

Teresina – (abril/maio) 340;

¹³⁸ CEARÁ. **Relatório geral da viagem** Fortaleza-Sobral-Tianguá-Teresina-S. Luiz, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1943, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do Departamento de Mobilização, Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 9.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 10.

¹⁴⁰ *Id. ibid.*

Florianópolis – (maio) 21.¹⁴¹

Em cada pouso, existiam encaminhamentos específicos quanto à alimentação, disciplina, recreação, asseio individual etc. O relator via a necessidade de um funcionamento padrão, algo que viesse a facilitar o andamento do trabalho desse órgão.

[...] Conforme testemunhamos, argumentavam, por exemplo, que a comida em S. Luiz é mais saborosa do que em Teresina; que em Sobral há muda de roupa uma vez por semana, enquanto que em Teresina, onde permanecem, às vezes, mais de um mês, tal medida higiênica não se verifica; que o regime de disciplina, em Teresina, é de um rigor excessivo etc.[...].¹⁴²

Fazia-se necessário reduzir ao mínimo as diferenças de tratamento, em razão dos problemas que foram encontrados, devido à permanência demorada dos trabalhadores nos Pousos. Entre eles estavam a ociosidade e a falta de uma pequena remuneração para esses trabalhadores, que criavam outros meios para atingir tal contingência. As conseqüências eram, conforme o indivíduo, a venda de objetos de seus equipamentos e/ou roubo e venda de objetos dos equipamentos dos companheiros. Ao passar pela seleção, o “[...] trabalhador recrutado recebia um enxoval composto por uma calça de mescla azul, uma blusa de morim branco, um chapéu de palha, um par de alpercatas de rabicho, uma caneca, um prato fundo, um talher que era colher e garfo, uma rede e um saco de estopa.¹⁴³

A ociosidade, segundo os relatores, poderia ser resolvida com hortas no Pouso, ou trabalho temporário no mercado da cidade, e, quanto à remuneração, poderia ser dado um cruzeiro diário e depois ajustado em Belém. É válido lembrar que, em cada pouso, existia um campo de esporte e uma capela rústica para os tempos livres. O Bispo de Teresina como de outras regiões onde havia pouso do SEMTA foi convocado a prestar assistência religiosa a esses trabalhadores.

Quanto à viagem para a Amazônia, o trabalhador, voluntariamente a serviço da Pátria, saía de Teresina para Belém. Chegada a hora de encaminhá-los rumo a seu destino, esses homens saíam de Teresina para S. Luiz na Estrada de Ferro São Luiz / Teresina, que, segundo o relatório, estava em situação precária, ocorrendo, vez por outra, pequenos desastres que prejudicavam o trânsito, assim também ocorria durante o encaminhamento de trabalhadores.

¹⁴¹ CEARÁ. **Serviço de Seleção Médica**, 1943. Dr. José Rodrigues da Silva. Chefe do Departamento de Assistência médica. Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 9.

¹⁴² CEARÁ. **Relatório geral da viagem** Fortaleza-Sobral-Tianguá-Teresina-S. Luiz, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1943, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do Departamento de mobilização. Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 12.

¹⁴³ SECRETO, op. cit., 2007. p. 77.

Ressalte-se que o diretor da Estrada de Ferro não poderia se preocupar somente com o trânsito dos trabalhadores, quando a estrada de ferro estava em funcionamento.¹⁴⁴ Os trabalhadores só podiam ser encaminhados a São Luis, para o embarque em transporte marítimo, quando os outros trabalhadores que se encontravam em São Luiz tivessem partido. Convém enfatizar que os homens saíam de São Luis para Belém em transporte marítimo. Levas de trabalhadores também eram encaminhadas em carros do próprio órgão; o que ocorreu em 06 de fevereiro de 1943, quando oito carros lotados de trabalhadores saíram de Teresina rumo à Fortaleza.¹⁴⁵

Em relação aos transportes que levavam os trabalhadores a seu destino, esses não pareciam ser muito seguros. Em seu relato, o médico do SEMTA, Elidio Ferrão, diz que, quando estava nas proximidades de Campo Maior, em trânsito para Sobral, encontrou um caminhão do SEMTA que capotou com os trabalhadores, os quais estavam estendidos no leito da estrada. O médico medicou os mais graves, sendo que todos os trabalhadores feridos foram remetidos para Teresina. Não houve nenhuma morte e o referido médico acrescenta:

Não tendo, no momento, nenhum recurso, imediatamente mandei o funcionário Távora, que vinha comigo, a Campo-Maior buscar três carros de passageiros, a fim de transportar os feridos para Teresina. Minutos antes de chegarem estes carros, passou, no local do acidente, um colega meu, que mui gentilmente me cedeu uma ampola de morfina e quatro de onabaina. Imediatamente apliquei aquela no ferido que estava mais chocado, e mais duas destas. As restantes nos menos graves.¹⁴⁶

Destaque-se que os dados oficiais sobre os trabalhadores recrutados, os soldados da borracha, e o número de mortos são inexatos. O esquecimento social sobre a mobilização dessa mão-de-obra também pode ser constatado, principalmente quando comparamos aos direitos, também tardios, obtidos pelos ex-combatentes de guerra brasileiros. Além do esquecimento, um “manto de silêncio e de descaso cercou esse trágico episódio, que é ainda desconhecido do restante do País, embora suscite, desde 1945, iniciativas e promessas políticas para pagar compensações de guerra aos “soldados da borracha” e seus descendentes”.¹⁴⁷ Em relação à quantidade de trabalhadores que foram encaminhados a Amazônia, Roney Cytrynowicz comenta:

[...] Durante a Segunda Guerra Mundial, entre 32 e 55 mil trabalhadores (estimativas que podem incluir a família dos trabalhadores), foram recrutados pelo governo

¹⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. **Relatório Confidencial de Observações feitas no Norte junto ao SEMTA**, Rio de Janeiro, abr. 1943, p. 6.

¹⁴⁵ CEARÁ. **Relação de combustíveis existentes nos carros ao saírem de Teresina**, 6 fev. 1943. Fortaleza, 17 fev. 1943.

¹⁴⁶ PIAUÍ. **Relatório do Acidente de Campo-Maior**, 21 jul. 1945. Elidio Ferrão, médico do SEMTA.

¹⁴⁷ CYTRYNOWICZ, op. cit., 2000. p. 220.

federal para extrair borracha de seringueiras no interior da Amazônia. Foi uma operação concebida inteiramente do ponto de vista militar. As estimativas do número de mortos impressionam em um país que teve 465 soldados mortos no *front* europeu da guerra: entre quinze e vinte mil trabalhadores teriam morrido no mais completo abandono na floresta [...].¹⁴⁸

O SEMTA planejava a construção de outros pousos no Piauí, nas cidades de Oeiras, Jaicós e Floriano,¹⁴⁹ projeto que não chegou a ser concretizado. Mas a história desses homens que foram recrutados no Piauí e que ficaram concentrados no Pouso de Teresina continua inexplorada, assim como suas memórias continuam esquecidas, esperando o momento oportuno para serem escavadas no subterrâneo complexo que são as experiências vivenciadas, sentidas e jogadas em um lugar inexato, fluido e movediço.

¹⁴⁸ CYTRYNOWICZ, op. cit., 2000, p. 219.

¹⁴⁹ DISTRITO FEDERAL. **Relatório Confidencial de Observações feitas no Norte junto ao SEMTA**, Rio de Janeiro, abr. 1943, p. 8.

3 ARREGIMENTANDO FORÇAS DE TERRA, MAR E AR: A MOBILIZAÇÃO MILITAR NO PIAUÍ EM TEMPOS DE SEGUNDA GUERRA

3.1 Campanhas, chamamentos e comemorações aclimando a mobilização militar

Iniciei a minha vida militar, voluntariamente, em 1938, no 25° BC, Teresina-PI; lá realizei os cursos de 2° cabo, 1° cabo e 3° sargento, após o que segui de Teresina para o Rio de Janeiro, onde cursei o CPOR e fui convocado para servir na Força Expedicionária Brasileira.¹⁵⁰

No período em que o depoente Antonio de Andrade Poti ingressava à caserna, o mundo encontrava-se, convulsionado, às vésperas do maior conflito de todos os tempos, a Segunda Guerra Mundial.¹⁵¹ Essa Guerra, que se iniciou no ano seguinte, mostrou-se, em um primeiro momento, muito distante dos problemas nacionais, situação que sofreu transformações em 1942, quando submarinos alemães afundaram navios mercantes brasileiros em águas nacionais.¹⁵² Pouco tempo depois, o governo ditatorial decretou o estado de beligerância contra os países do Eixo, iniciando um período de mobilização nacional que atingiu, em diferentes proporções, variados grupos da sociedade brasileira.

A mobilização de guerra além de voltar-se para uma economia que sustentasse o País, no decorrer do conflito, concentrava esforços no sentido de organizar as forças de ar, terra e mar para a defesa do território nacional e, mais tarde, para a formação de um corpo expedicionário.¹⁵³ Dessa forma, para milhares de jovens que ingressavam no quartel no período da guerra, assim como o foi para o jovem Poti, aquilo que parecia ser apenas o dever de prestar o serviço militar ao País, ingressando durante pouco tempo nas suas forças armadas, tornou-se a possibilidade real de participar ativamente do conflito em *front* externo, o europeu.

¹⁵⁰ MOTA, Aricildes de Moraes (Coord.). Entrevista com Antonio de Andrade Poti. In: **História oral do Exército brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 59-67.

¹⁵¹ O exército de Hitler invadiu a Polônia no dia 1° de setembro de 1939. Dois dias depois, 3 de setembro de 1939, França e Inglaterra declaram guerra à Alemanha. Para maior aprofundamento, ver: SILVEIRA, Joaquim Xavier da Silveira. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000. p. 28-29.

¹⁵² Agressões a navios brasileiros, em terras estrangeiras, por alemães, vinham ocorrendo desde março de 1941. Mas o primeiro ataque a navios mercantes brasileiros em águas nacionais deu-se em 15 de agosto de 1943, com o torpedeamento do Baenpendi, iniciando dessa forma uma série de afundamentos de navios brasileiros em águas nacionais. Assim, dias depois, em 31 de agosto de 1943, o governo brasileiro decretava estado de beligerância contra os países do Eixo. In: CASTELO BRANCO, op. cit., 1960. p. 52-61.

¹⁵³ Em 16 de setembro de 1942, em Decreto n. 10.451, iniciava-se a mobilização geral de todo o território nacional, inclusive das forças armadas. In: CASTELO BRANCO, op. cit., 1960. p. 62.

As notícias sobre a guerra na Europa e as reportagens relacionadas à mobilização de guerra no País saíam diariamente nas matérias dos jornais que circulavam no Estado do Piauí, *Gazeta* e *Diário Oficial*.¹⁵⁴ Estes se tornaram um dos principais meios de divulgação da propaganda de guerra, sendo muito usado para chamar os jovens cidadãos a se apresentarem às instituições que representavam as Forças Armadas no Estado. Esses chamamentos podiam se mostrar de forma indireta, através de frases de teor patriótico, com discurso convocatório de forte impacto, ou de forma direta, por meio dos editais da 26ª Circunscrição de Recrutamento, como também da Agência da Capitania dos Portos, situadas em Teresina, que especificavam nominalmente quais cidadãos deveriam se apresentar à sede daqueles órgãos.

Como exemplos de chamamentos que se encontravam cotidianamente nos noticiários locais, de 1943 a 1945, e que eram encaminhados a todos os jovens do Estado de forma mais geral, estavam: “RESERVISTA: A PÁTRIA PRECISA DE TODOS OS SEUS FILHOS”;¹⁵⁵ “Brasileiro! Defende, para os teus filhos o Brasil dos teus avós!”;¹⁵⁶ “BRASILEIRO! Temos que nos mobilizar para não nos escravizarmos”.¹⁵⁷ Diferentemente destes, os editais de chamamento da 26ª CR e da Agência da Capitania dos Portos do Piauí forneciam detalhadamente as informações de quais sorteados ou reservistas deveriam se apresentar, como a classe e a categoria, seguindo em anexo os nomes dos convocados e de seus respectivos pais.¹⁵⁸

Além dos chamamentos, na imprensa local, as festas comemorativas, muito presentes no Estado Novo, tornaram-se, no período da mobilização de guerra, meios pelos quais os governos federal e estadual aclimatavam a necessidade da cooperação do povo brasileiro, na mobilização, seja no *front* interno seja no *front* externo. Nessas festas comemorativas, eminentes autoridades produziam discursos patrióticos, que eram reproduzidos pelas amplificadoras da cidade e, posteriormente, na íntegra, pelo *Diário Oficial*. Neles, chamava-se a atenção para a mobilização nacional em andamento, como também para o dever de todo o povo diante dos apelos da Pátria que, segundo eles, “merecia ser defendida a todo custo contra os atentados à sua soberania”.

¹⁵⁴ A pesquisa nesses jornais concentrou-se principalmente nos anos de 1943-1945.

¹⁵⁵ RESERVISTA. *Gazeta*, terça-feira, Teresina, 6 abr. 1943, p. 4; RESERVISTA. *Gazeta*, quarta-feira, Teresina, 7 jul. 1943, p. 3; RESERVISTA. *Gazeta*, Domingo, Teresina, 22 ago. 1943, p. 1; RESERVISTA. *Gazeta*, quarta-feira, Teresina, 8 dez. 1943, p. 1.

¹⁵⁶ BRASILEIRO! *Gazeta*, quinta-feira, Teresina, 18 maio 1944, p. 1.

¹⁵⁷ PIAUÍ. Brasileiro! Teresina, *Diário Oficial*, 24 abr. 1943, p. 1.

¹⁵⁸ Esses editais de chamamento podem ser visualizados cotidianamente nos jornais “Gazeta” e “Diário Oficial”, que circulavam no Estado do Piauí entre 1943 e 1945. No entanto, por ser o *Diário Oficial* um órgão do governo e preocupado de forma mais efetiva com a propaganda da mobilização de guerra, a reprodução desses editais aparecia neste com maior intensidade.

As comemorações nacionais, como o Dia da Pátria,¹⁵⁹ o Dia da Bandeira,¹⁶⁰ e outras inventadas no Estado Novo, como, por exemplo, o Dia da Juventude,¹⁶¹ o Congresso da Brasilidade,¹⁶² o Dia do Presidente,¹⁶³ todas ocorriam em todo o País, repetidas anualmente. Eram organizadas no Estado, principalmente pelas instituições militares e pelo Departamento de Ensino.¹⁶⁴ Em boa parte destas comemorações aconteciam desfiles cívico-militares, acompanhados por autoridades civis, militares e religiosas, bem como pela população em geral. É interessante lembrar também que as festas comemorativas de feições estritamente militares, como o Dia do Soldado,¹⁶⁵ o Dia do Reservista¹⁶⁶ e a Batalha de Tuiuti,¹⁶⁷ eram programadas para além dos espaços fechados dos quartéis, acontecendo nas principais praças da Capital, o que proporcionava a participação efetiva da população.

Além dessas comemorações de caráter nacional, festejadas no Estado por instituições civis e militares, eram organizadas outras relacionadas a acontecimentos locais, muitas vezes programadas pelos mesmos órgãos, entre elas o aniversário de governo do interventor.¹⁶⁸

¹⁵⁹ PIAUÍ. As comemorações da Independência. Teresina, **Diário Oficial**, 2 set. 1943; 10ª Região Militar. Teresina, **Diário Oficial**, 4 set. 1943, p. 2; As comemorações do dia da Pátria nesta Capital. **Diário Oficial**, Teresina, 10 set. 1943, p. 3; O dia da Independência. Teresina, **Diário Oficial**, 9 set. 1944, p. 1; O dia da Independência. Teresina, **Diário Oficial**, 12 set. 1944, p. 1. O Dia da Pátria era um dos mais festejados da Capital. Sua organização se dava pela Guarnição Federal do Piauí e pelo Departamento de Ensino. Compareciam ao desfile, formado por soldados e alunos, autoridades civis, militares e religiosas do Estado. Nos discursos proferidos pelas autoridades, nessa data, a “tradição heróica” do Exército nacional era colocada em relevo através da rememoração de “heróis” como Caxias, Osório e Dutra.

¹⁶⁰ PIAUÍ. Dia da Bandeira. Teresina, **Diário Oficial**, 18 nov. 1943, p. 1. Dia da Bandeira. Teresina, **Diário Oficial**, 20 nov. 1943, p. 1.

¹⁶¹ PIAUÍ. Gabinete do interventor. Teresina, **Diário Oficial**, 2 set. 1943, p. 1; Parada da juventude. Teresina, **Diário Oficial**, 2 set. 1943, p. 8; Parada da juventude. Teresina, **Diário Oficial**, 4 de set. 1943, p. 1; Sem título. Teresina, **Diário Oficial**, 4 nov. 1943, p. 2; O dia da juventude. Teresina, **Diário Oficial**, 7 set. 1944, p. 2.

¹⁶² PIAUÍ. Festividades comemorativas do 5º aniversário do Estado nacional. Teresina, **Diário Oficial**, 7 out. 1943, p. 3.

¹⁶³ 9 DE ABRIL. **Gazeta**, terça-feira, 6 abr. 1943, p. 4; SEMANA DO PRESIDENTE. Teresina, **Diário Oficial**, 11 abr. 1944, p. 1.

¹⁶⁴ Refere-se a discutir as festas cívicas e militares, criadas ou reelaboradas no Estado Novo e no estado de beligerância, no conceito de invenção de tradições de Eric Hobsbawm. Para esse autor, tradição inventada é entendida como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e comportamentos através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado”. No entanto, esse historiador lembra que, sempre que possível, tenta-se dar continuidade ou restabelece-se um passado histórico apropriado. In: HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 9. Acrescente-se ainda que o instrumento mais utilizado para reafirmar as tradições de um povo heróico e patriótico no período do Estado Novo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. No Piauí, o DEIP.

¹⁶⁵ PIAUÍ. Dia do soldado. Teresina, **Diário Oficial**, 23 ago. 1943, p. 8; Dia do soldado. Teresina, **Diário Oficial**, 28 ago. 1943, p. 1; B.I n. 196, 25 B.C, 22 ago. 1944, p. 1206; O Dia do soldado em Floriano. **Gazeta**, Teresina, segunda-feira, 13 set. 1943, p. 3.

¹⁶⁶ O DIA DO RESERVISTA, **Gazeta**, Teresina, quarta-feira, 8 dez. 1943, p. 1.

¹⁶⁷ BI n. 119, 25 B.C, de 24 de maio de 1944, p. 605; Aditamento do BI n. 134, 25 B.C, 10 jun. 1944, p. 643-A; PIAUÍ. Clube dos Diários. Teresina, **Diário Oficial**, 14 maio 1943, p. 1.

¹⁶⁸ TRÊS IMPORTANTES ACONTECIMENTOS. **Gazeta**, Teresina, domingo, 2 maio 1943, p. 3; PIAUÍ. Interventor Leônidas Melo. Teresina, **Diário Oficial**, 7 maio 1943, p. 5; Homenagem da imprensa. Teresina, **Diário Oficial**, 4 maio 1944, p. 2; Discurso do Dr. Firmino Paz. Teresina, **Diário Oficial**, 4 maio 1944, p. 2. Discurso do interventor. Teresina, **Diário Oficial**, 4 maio 1944, p. 4.

Nelas, o discurso da mobilização de guerra também se mostrava muito presente, contribuindo para lembrar ao povo piauiense, e de forma específica à juventude, seu dever para com a Pátria. Nesse sentido, buscava-se a juventude brasileira para receber o “patrimônio sagrado” de um passado de tradições e de um presente cheio de “responsabilidade e sacrifícios”. Divulgava-se, nessas festividades, que os brasileiros, especificamente a juventude, estavam correspondendo aos apelos das armas e ao chamado da Pátria.¹⁶⁹

O aniversário de governo do interventor federal era uma comemoração amplamente divulgada nos noticiários locais. Além da programação que acontecia na Capital, noticiavam-se nos jornais os eventos que haviam sido organizados nas cidades do interior em homenagem ao governo do interventor. No 8º aniversário, foi ressaltada sua “notável” eficiência, que proporcionava o aumento das rendas públicas, a melhoria da saúde pública, o avanço da instrução pública e o desenvolvimento de ações em relação aos transportes, comunicação, agricultura, como também à mobilização econômica e à defesa nacional.¹⁷⁰ Na solenidade acontecida no Teatro 4 de Setembro, em comemoração aos seus oito anos de governo, Leônidas Melo, declarou:

Meus conterrâneos:

Ajudado e estimulado pelo apoio e confiança com que me honra o Chefe Supremo da Nação, espero prosseguir no meu esforço em prol da nossa terra. É oportuno, porém, considerar que o ritmo de trabalho construtivo até hoje mantido terá de ser profundamente modificado, pelas conseqüências da guerra. Agora todas as energias, do particular como do Estado, deverão ser orientadas no sentido da Defesa Nacional. Precisamos honrar os compromissos do Brasil, perante nossos aliados e perante a humanidade civilizada e cristã. Antes de tudo, a Pátria. E eu vos faço um apelo para que, evocando a glória dos nossos antepassados, honrando a memória dos brasileiros que o ateísmo de Hitler sepultou na profundidade do oceano, evocando o amor dos entes que nos são caros, evocando a tranqüilidade e felicidade dos nossos lares, e sempre meditando sobre o futuro do Brasil, sejamos todos soldados em prontidão, aguardando somente a voz de comando do Chefe Supremo da Nação. Deus nos ajudará.¹⁷¹

Percebe-se, assim, que, no início de 1943, o interventor federal já convocava o povo piauiense para participar da luta em prol da defesa nacional. Soldado não seria somente aquele que passaria por uma formação na caserna, mas todos aqueles que tinham amor a Deus, à Pátria e à família. De acordo com o discurso oficial, o esforço de guerra do País deveria [...] ser dividido entre todos os brasileiros, militares e civis, homens e mulheres de quaisquer condições.¹⁷² O povo era tido como aquele que ansiava pela atuação das forças bélicas

¹⁶⁹ PIAUÍ. Problema urgente e essencial do momento brasileiro. Teresina, **Diário Oficial**, 10 set. 1943, p. 1.

¹⁷⁰ TRÊS IMPORTANTES ACONTECIMENTOS. **Gazeta**, Teresina, domingo, 2 maio 1943, p. 3.

¹⁷¹ PIAUÍ. Interventor Leônidas Melo, Teresina, **Diário Oficial**, 7 maio 1943, p. 5.

¹⁷² PIAUÍ. Em defesa da Pátria. Teresina, **Diário Oficial**, 8 abr. 1943, capa final.

brasileiras de forma mais efetiva, pronto a atender, a qualquer momento, os chefes das Forças Armadas da Nação.

No ano seguinte, em 1944, novas comemorações foram realizadas, pela passagem dos nove anos de governo do interventor, e o evento foi noticiado, como no ano anterior, no *Diário Oficial*, na *Gazeta, Zodíaco, Voz do Estudante* e no *Boletim Comercial*, noticiário de Parnaíba. Todos os municípios, de acordo com o divulgado, se mostraram presentes, e a Rádio Educadora de Parnaíba saudou o chefe de Estado para seus numerosos ouvintes.¹⁷³ Nessa solenidade, no discurso do interventor, também foi reforçada a necessidade de cooperação de todos os piauienses no estado de beligerância brasileiro.¹⁷⁴

É interessante ressaltar que a idéia de Pátria e Nação brasileira, circulante àquele momento, foi constituída pela elite intelectual que, desde a Independência, se via como guia na organização do Estado e na produção de uma identidade para o povo brasileiro. A partir da década de 1930, essa elite intelectual passou de forma mais intensa a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, algo que se tornou bastante visível no Estado Novo. Neste período, as “[...] elites intelectuais, das mais diversas correntes de pensamento, passam a identificar o Estado como cerne da nacionalidade brasileira”.¹⁷⁵ Um povo harmonioso, solidário, que não foge aos deveres e que honra as tradições de seus antepassados, era a imagem de brasileiro muito presente na propaganda da mobilização de guerra.

Observa-se que a noção de Pátria, produzida no período da mobilização de guerra, pelos intelectuais, aproximava-se bastante daquela construída pela Teoria de Auguste Comte. Para esta, a Pátria era resultado da transmissão do sentimento de calor e força, presentes nas relações familiares, para o domínio público. Ou seja, a constituição do patriotismo se dava com a transferência da afeição familiar para todos os homens de um mesmo país.¹⁷⁶ Algo bastante perceptível quando o governo brasileiro e as Forças Armadas conclamavam o povo a contribuir na vingança aos brasileiros mortos, “nossos irmãos”, por submarinos alemães. Em relação aos “heróis” do passado, que teriam honrado à Pátria, o Duque de Caxias tornou-se o mais lembrado nos jornais que circulavam no Piauí, no período da mobilização de guerra, como também nos documentos encontrados nas unidades militares do 25º BC e 26ª CR.

No período da arregimentação de homens para a FEB, o ministro da Guerra, o general Dutra, tornava-se um dos heróis brasileiros inventados pelo DIP. No entanto, Dutra era

¹⁷³ PIAUÍ. Homenagem da imprensa. Teresina, *Diário Oficial*, 4 maio 1944, p. 2.

¹⁷⁴ PIAUÍ. Discurso do interventor. Teresina, *Diário Oficial*, 4 maio 1944, p. 4.

¹⁷⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano 2: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 30 ao apogeu do Estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 147-148.

¹⁷⁶ FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 228.

considerado, às vésperas da guerra, um simpatizante do governo alemão, assim como Getúlio Vargas, por demonstrar manifestação de apoio à aproximação do governo brasileiro com os alemães, quando aquele mantinha uma diplomacia ambígua relacionando-se comercialmente com os EUA e a Alemanha.¹⁷⁷ Mas, quando o Brasil declara o estado de beligerância contra o Eixo, o ministro da Guerra transformar-se-á, de acordo com a produção da propaganda da mobilização de guerra, em uma referência de patriotismo e luta pela democracia que deveria ser imitada por todos os soldados do País.

Apesar de se produzir uma imagem, nessas comemorações, de que as Forças Armadas estavam em boas condições de defender o território de ataques inimigos, arregimentando forças para lutar em campos europeus, nesses mesmos discursos, percebem-se as limitações do País diante do conflito desde o momento em que o país decretou o estado de beligerância. Getúlio Vargas afirmava que os problemas do País relacionados à guerra não seriam por falta de homens, para alistar-se, porque estes havia de sobra, prontos para o combate, mas de equipamentos indispensáveis à guerra moderna, dificuldades que, segundo ele, estavam sendo sanadas em face da ajuda da nação americana. Moralmente, segundo o presidente, a Nação já estava preparada, mesmo quando do afundamento dos navios brasileiros, enfrentando os quinta-colunistas no território nacional; agora se preparavam materialmente, caso fosse preciso remeter soldados brasileiros para o conflito, e avisa:

Na hora atual, depois de curto período de preparação, tudo se articula e caminha dentro das diretrizes da completa mobilização para a guerra. Se os nossos soldados tiverem de participar de operações fora do continente não lhes faltarão condições morais e materiais para combater com eficiência e heroísmo.¹⁷⁸

Apesar de o discurso do presidente mostrar-se otimista, diante da missão de organizar as Forças Armadas Brasileiras para o conflito europeu, formar expedicionários para enfrentar o Exército alemão na Itália não foi tarefa muito fácil. A doutrina militar aplicada nos quartéis brasileiros era a da Missão Militar Francesa, considerada, naquele momento, ultrapassada para os padrões de uma guerra moderna. O comandante da Força Expedicionária Brasileira teria então, em um curto espaço de tempo, a responsabilidade de adestrar oficiais e praças, convocados, nos padrões do Exército americano.¹⁷⁹

Getúlio Vargas também lembrava que, nesse momento, podiam surgir vozes desencorajadoras, mas exortava o povo brasileiro a manter-se unido e vigilante,

¹⁷⁷ FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 16. D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 45-52.

¹⁷⁸ PIAUÍ. Problema urgente e essencial do momento brasileiro. Teresina, **Diário Oficial**, 10 set. 1943, p. 1.

¹⁷⁹ MOURA, Aureliano. A luta antes da guerra. In: **Nossa história**. O Brasil foi à guerra, ano 2, n. 15, p. 16-20, jan. 2005.

completamente devotado à mobilização de guerra e ao engrandecimento do país.¹⁸⁰ Nos jornais, apareciam chamamentos do tipo: “Merecem ser repudiadas as vozes desencorajadoras e pessimistas. Os imediatistas são nocivos à União da Pátria”.¹⁸¹ Ou ainda: “Esqueçamos as palavras de fraqueza e condenemos os termos de derrotismo. A hora é de glória pelo heroísmo, o presente é de confiança e trabalho pela vitória”.¹⁸²

Não obstante a ajuda dos Estados Unidos no reaparelhamento das Forças Armadas do País, foi lançada internamente, pelo governo ditatorial, a Campanha do “Bônus de Guerra”, que tinha como um dos objetivos arrecadar fundos para equipar as Forças Armadas Brasileiras com material compatível às exigências de uma guerra moderna. A inauguração da Campanha do Bônus de Guerra, no Estado do Piauí, se deu em sessão presidida pelo interventor Leônidas de Castro Melo, no Palácio de Karnak, com o comparecimento de cidadãos que representavam a guarnição federal, o comércio, a indústria, o clero, o operariado, a imprensa e o magistério no Estado.¹⁸³ Argumentava-se que os países beligerantes, para manter seus exércitos sortidos com a moderna técnica bélica, exigências do novo momento, enfrentavam despesas grandiosas. Dessa forma, os governos das nações aliadas estavam recorrendo ao povo de seus países para que este contribuísse no abastecimento do material indispensável ao enfrentamento do inimigo. No Brasil, o discurso oficial divulgava a participação patriótica do povo em todo e qualquer chamamento do governo, e, segundo àquele, com a nova campanha, não seria diferente:

Para assegurar ao nosso glorioso Exército o material e o equipamento indispensáveis à sua luta contra o “Eixo”, o governo do presidente Vargas instituiu os Bônus de Guerra, lançando, assim, a forma pela qual não seria o povo brasileiro sobrecarregado de novos impostos, e satisfazendo ao mesmo tempo as imperiosas necessidades das nossas Forças Armadas. Os Bônus de Guerra são, neste momento, a forma prática e lucrativa de se auxiliar o Brasil nesta luta pela perpetuidade do regime democrático que é o apanágio dos povos livres de todo o mundo. Compre Bônus de Guerra, para a Vitória do Brasil!¹⁸⁴

A compra do Bônus de Guerra fazia parte do plano financeiro, criado pelo governo ditatorial, para a obtenção de recursos direcionados ao custeio gerado pela mobilização de guerra, inclusive a militar.¹⁸⁵ Em Teresina os Bônus de Guerra poderiam ser adquiridos na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Estado onde estavam à venda.¹⁸⁶ Entre a receita arrecadada pelo Estado, no mês de abril de 1943, já se incluem as obrigações de guerra,

¹⁸⁰ PIAUÍ. Problema urgente e essencial do momento brasileiro. Teresina, **Diário Oficial**, 10 set. 1943, p. 2.

¹⁸¹ PIAUÍ. **Diário Oficial**. Teresina, 4 nov. 1943, p. 8.

¹⁸² *Ibid.*, 6 nov. 1943, p. 3.

¹⁸³ A CAMPANHA DOS BONUS DE GUERRA NO PIAUÍ. **Gazeta**, Teresina, 10 set. 1943, p. 1.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p.1.

¹⁸⁵ CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p. 75.

¹⁸⁶ PIAUÍ. Não vacile na aquisição das obrigações de guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 1 jun. 1943, p. 4.

registradas pela Contadoria Geral do Estado.¹⁸⁷ Os chamamentos que apareciam constantemente nos jornais também aclamavam o povo para mais esse dever: “Hoje mesmo procure adquirir um título das “Obrigações de Guerra”, sendo, dentro de suas posses, um bom brasileiro”.¹⁸⁸

Dizia-se que essa campanha deveria ser abraçada pelos piauienses, em razão de que parte do financiamento da defesa nacional era advinda dessas obrigações. Para o bom desenvolvimento da Campanha no Estado, foram criadas a Comissão Central Estadual e as Comissões de Cooperação. Para essas Comissões, foram designados representantes do comércio, do clero, do magistério, do operariado do funcionalismo e da propaganda. Para o interior do Estado, o interventor federal designou o prefeito de cada localidade, o exetor federal, o agente dos correios e telégrafos e o coletor estadual como responsáveis pela campanha.¹⁸⁹ Vale lembrar que, nesse momento, com os brasileiros que concorriam com o imposto de renda, era descontada uma parcela correspondente a este em obrigações de guerra. E os demais trabalhadores concorriam com 3% de seus vencimentos.¹⁹⁰

Era nesse clima de guerra, produzido por grupos sociais específicos, como estudantes, intelectuais e órgãos oficiais, que se propagava a necessidade da mobilização das forças de terra, ar e mar em todo o País. O objetivo era que ocorresse, a contento, a defesa do território nacional, como também a formação de um corpo expedicionário que pudesse, junto aos aliados, lutar contra os inimigos eixistas. A mobilização militar no Piauí ficou a cargo, de forma efetiva, principalmente, da 26ª Circunscrição de Recrutamento e do 25º Batalhão de Caçadores. No entanto, instituições, como a Força Policial do Estado, a Capitania dos Portos do Piauí e os aeroclubes criados, nesse período, também contribuíram com suas especificidades para essa mobilização. As comemorações, chamamentos e campanhas também podem ser considerados veículos propagadores do estado de guerra e da mobilização militar, porque reforçavam o ideal de cooperação tão solicitado pela ditadura no estado de beligerância.

Contudo, no Piauí, práticas discordantes às idealizadas pelo discurso oficial que enfatizava a cooperação e harmonia social do povo brasileiro no estado de guerra também se apresentavam. Uma nota do Gabinete do chefe de Polícia, datada de agosto de 1943, informava que “[...] o ato de alguém proferir em público, ou divulgar por escrito ou por outro qualquer meio, conceito calunioso, injurioso ou desrespeitoso contra a Nação, o Governo, o

¹⁸⁷ PIAUÍ. Departamento da Fazenda. Teresina, **Diário Oficial**, 5 maio 1943, p. 9.

¹⁸⁸ PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, 09 de junho de 1943, p. 1.

¹⁸⁹ PIAUÍ. Obrigações de Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 10 set. 1943, p. 12.

¹⁹⁰ CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p. 75.

regime e as instituições ou contra agente do poder público [...]”,¹⁹¹ se punia com penas de reclusão de um a seis anos. E advertia as pessoas de boa fé que não propagassem falsos boatos, porque estariam fazendo o jogo dos inimigos do País, além de estar cometendo crime previsto em lei.¹⁹² Apesar de não se saber que boatos seriam esses, pode-se inferir que estes contrariavam o projeto de povo harmonioso e cooperativo, tão necessário ao governo ditatorial naquele momento. E que as configurações históricas brasileiras e piauienses também permitiam certa liberdade e criatividade dos agentes históricos em pleno regime ditatorial.¹⁹³

3.2 A inauguração de Aeroclubes e a formação de brevetados em céus piauienses

Com a Campanha Nacional da Aviação, iniciada no País, no período em que a Segunda Guerra começava na Europa – e que continuou no estado de beligerância brasileiro – muitos aeroclubes foram inaugurados. A importância que a aviação passava a ter no conflito mundial e as deficiências existentes em relação a esse setor no Brasil fizeram com que o governo brasileiro passasse a se preocupar mais com as forças de ar, como também com a aviação civil, e incentivasse a formação de aeropilotos que poderiam adquirir seus brevês,¹⁹⁴ através desses aeroclubes.

Até o início do conflito mundial, não existia a Força Aérea Brasileira. Nesse momento, o País possuía uma Aviação Militar do Exército e uma Aviação Naval da Marinha, sendo que os equipamentos aéreos disponíveis dessas instituições era resultado da mistura de diferentes aviões de origem americana e européia. Estes serviam para serem utilizados na aprendizagem de vôos, mas eram incompatíveis tanto com as exigências da guerra moderna, que acontecia na Europa, quanto na vigilância e defesa das águas nacionais.

No intuito de sobrepor essas deficiências, o governo brasileiro criou, em 20 de janeiro de 1941, o Ministério da Aeronáutica, incorporando os aviões do Exército e da Marinha. Esse novo conjunto da aviação brasileira foi chamado de Forças Aéreas Nacionais, recebendo, mais tarde, em 22 de maio de 1941, a denominação de Força Aérea Brasileira. À época, quem

¹⁹¹ PIAUÍ. Chefatura de Polícia. Teresina, **Diário Oficial**, 16 ago. 1943, p. 8.

¹⁹² Id. *ibid.*

¹⁹³ Refere-se à maneira de praticar o ofício dos historiadores socioculturais, entre eles Carlo Ginzburg e Roger Chartier, que apontam para o papel dos indivíduos e grupos na construção das relações sociais, problematizando as estruturas como organismos reguladores objetivos das práticas sociais. Nessa perspectiva, é dada uma liberdade maior aos indivíduos e grupos que elaborariam criativamente vivências diante de normas sociais impostas. Para maior aprofundamento, ver: CHSRTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 97-113, 1944.

¹⁹⁴ A partir do que a pesquisadora interpretou das notas que saíam nos jornais piauienses, brevê seria o certificado dado ao jovem que o investia como piloto.

assumiu o Ministério da Aeronáutica foi João Pedro de Salgado Filho, que tinha como responsabilidade cuidar da aviação militar e fiscalizar a aviação civil.¹⁹⁵

Com o estado de guerra brasileiro, a aviação, tanto civil quanto militar, passa a ganhar maior atenção do governo ditatorial; a aviação militar, através da modernização de suas forças referenciadas pelos EUA; e a aviação civil, através da inauguração de aeroclubes e formação de pilotos em todo o território nacional. No Piauí desse período, foram criados três aeroclubes, o Aeroclube do Piauí, situado em Teresina e fundado em 19 de abril de 1940;¹⁹⁶ o Aeroclube de Parnaíba, situado na cidade de Parnaíba e inaugurado em 23 de setembro de 1940;¹⁹⁷ e o Aeroclube de Pedro II, inaugurado na cidade de mesmo nome, em 28 de agosto de 1943.¹⁹⁸ As notícias que apareciam nos jornais piauienses, sobre os aeroclubes do Estado, giravam, principalmente, em torno das festas de formatura dos aeropilotos que adquiriam, naquele momento, os seus brevês.

Vistos como filiais da FAB, caso essa viesse a precisar de pilotos para a defesa nacional, os aeroclubes de todo o Brasil tiveram que abrir vagas gratuitas para o ingresso de jovens que tinham a pretensão de se tornar aviadores. Seguindo essa ordem governamental, o “Aeroclube do Piauí” criou, em abril de 1943, dez vagas gratuitas em seu curso de piloto. Para concorrer a uma das vagas, o candidato teria que ser brasileiro nato, ser maior de 18 anos e menor de 25; possuir certificado de Curso Ginásial completo, ser reservista do Exército nacional, ser aprovado no exame de sanidade física e mental e ser sócio do ACP. Com esses atributos, o candidato deveria comparecer à sede do Aeroclube, na Praça Pedro II, onde apresentaria seus documentos e passaria por exame médico. Conforme o secretário do aeroclube, dar-se-ia “prioridade aos mais capazes fisicamente”.¹⁹⁹

As forças de ar tiveram um crescimento relativo no estado de beligerância brasileiro, devido à criação do Ministério da Aeronáutica, propriamente dito. O papel da FAB era amplamente ressaltado nos noticiários, dando conta das atividades dessa força no

¹⁹⁵ BONALUME NETO, Ricardo. Uma força aérea nasce com a guerra. In: **A nossa segunda guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, p. 87-117. O Departamento de Aeronáutica Civil que, posteriormente à criação da FEB, foi transformado na Diretoria da Aeronáutica Civil, tinha como uma das funções, normatizar e supervisionar os aeroclubes situados em todo o território nacional.

In: BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira: da criação do ministério da aeronáutica ao final da segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1993. v. 3. p. 159; 291.

¹⁹⁶ AEROCCLUBE DO PIAUÍ É REFERÊNCIA NO NORDESTE. Disponível em: <www.acessepiauí.com.br>. Acesso em: 4 jun. 2008, às 11:26h.

¹⁹⁷ CIARLINI, Daniel Castelo Branco. A aviação em Parnaíba. In: **O piauguí**, ano 1, n. 7, ed. maio 2008. Parnaíba-PI.

¹⁹⁸ FUNDADO EM PEDRO II O AEROCCLUBE. Teresina, **Gazeta**, sexta-feira, 10 set. 1943, p. 3.

¹⁹⁹ PIAUÍ. Aeroclube do Piauí. Teresina, **Diário Oficial**, 1 maio 1943. p. 5. Aeroclube do Piauí. Teresina, **Diário Oficial**, 3 maio 1943, p. 9.

afundamento de submarinos inimigos. Em matéria do dia 06 de abril de 1943, da Agência Nacional, transcrita pela Gazeta, foi narrada a experiência do tenente Ivo Gastaldoni, piloto da FAB, que afundara um submarino do Eixo na costa baiana. O jornal tratou de noticiar a sensação de dever cumprido dos tripulantes do avião, através da fala do tenente-aviador que disse “[...] ter sido indescritível o entusiasmo reinante a bordo do avião, onde todos davam vivas ao Brasil, sentindo que havíamos feito alguma coisa pela nossa pátria vingando o afundamento dos nossos navios”.²⁰⁰ Dizia-se, nesse momento, que a Aviação Militar brasileira possuía um grande valor defensivo, posto que os submarinos inimigos estavam sendo afundados por ela, em águas brasileiras, caminhando a largos passos para uma atuação mais ofensiva.

Os Estados Unidos tiveram um papel fundamental na modernização da frota aérea brasileira. “[...] de 1942 a 1945, o Brasil recebeu 1.288 aviões dos EUA. Entre eles estava um bom número de bombardeiros e aviões de patrulha capazes de rastrear o Atlântico Sul em busca de submarinos [...]”.²⁰¹ Essa ajuda era advinda do decreto *Lend-Lease Act* que, além de ajudar os britânicos na compra de material bélico, proporcionou uma modernização das Forças Armadas Brasileiras mobilizadas no estado de guerra.²⁰²

Em relação à convocação de jovens piauienses na composição das forças de ar, no final do mês de maio de 1943, a 26ª Circunscrição de Recrutamento solicitou o comparecimento de quatro jovens cidadãos na sua sede, que deveriam estar acompanhados de seus documentos de quitação do serviço militar. Um desses convocados era brevetado pelo Aeroclube do Piauí e os outros três ainda estavam em treinamento no mesmo aeroclube.²⁰³ Pode-se inferir que, possivelmente, estes jovens estariam sendo solicitados a cumprir funções de aviadores, tendo como objetivo a defesa nacional, uma das maiores preocupações no estado de beligerância em que o País se encontrava. Era comum se ver nos noticiários locais chamamentos do tipo: “BRASILEIRO! Procure hoje mesmo ingressar no Aeroclube do Piauí. Fazendo parte de seu quadro social você presta um grande serviço ao Brasil”.²⁰⁴

As “façanhas” da Força Aérea Brasileira contra os submarinos inimigos que apareciam no litoral brasileiro e ameaçavam a navegação continuaram a ser noticiadas com grande ênfase. Convém lembrar que, mais do que a ação dos homens, ressaltava-se a eficiência das máquinas que guardavam o litoral, passando a idéia de que as forças de terra, mar e também

²⁰⁰ VINGANDO O AFUNDAMENTO DE NOSSOS NAVIOS. **Gazeta**, Domingo, 11 abr. 1943, p. 1.

²⁰¹ BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra**: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995. p. 87-117.

²⁰² CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p.78-79.

²⁰³ PIAUÍ. 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, **Diário Oficial**, 3 jun. 1943, p. 10.

²⁰⁴ PIAUÍ. Brasileiro! Teresina, **Diário Oficial**, 14 abr. 1943, p. 3.

ar estavam em igualdade ou em muito melhores condições do que as forças inimigas. O ministro da Aeronáutica, ao divulgar os feitos da FAB, na defesa do litoral, avisava que, quando a Aviação brasileira estivesse devidamente aparelhada, lutaria lado a lado com as Nações Unidas contra as forças nazi-fascistas.²⁰⁵

Os aviões, no Brasil, transformaram-se em grande sensação, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. A presença desses aparelhos nos ares brasileiros era destacada com grande ênfase nos noticiários do País. Nicolau Sevcenko, ao descrever os efeitos da aviação promovidos no cotidiano da cidade de São Paulo, nos anos 1920, afirma que a aviação “[...] deixava de ser vista como um assunto estritamente militar e estratégico e passava a ser encarada como um esporte, como o mais excitante de todos os esportes [...]”.²⁰⁶

Mesmo com uma visibilidade maior, após o primeiro conflito mundial, o início da aviação brasileira se dá na primeira década do século XX. No entanto, é a partir da década de 1920 que a Aeronáutica Brasileira entra em nova fase, com o funcionamento pleno das escolas de aviação civis e militares.²⁰⁷ Ainda assim, às vésperas do estado de beligerância brasileiro, quando a aviação era encarada como imprescindível ao fortalecimento e defesa do País, os pilotos e as máquinas aéreas brasileiras mostravam-se ainda na “[...] fase do bandeirismo aventureiro e esportivo, cujos feitos empolgavam os que viam riscar os céus do Brasil em missões de arrojo e perícia”.²⁰⁸

O conflito que se processava na Europa, dando conta do papel crucial da aviação nos combates, fez com que se despertasse no Brasil para a necessidade urgente de uma aviação compatível às exigências de um país moderno. Sendo assim, em 1941, ganhou forma a Campanha Nacional de Aviação, encabeçada por Assis Chateaubriand, que tinha como objetivo angariar fundos para a compra de aviões de treinamento a serem entregues ao governo federal.²⁰⁹ Com o sucesso da Campanha, o Ministério da Aeronáutica e o Aeroclube do Brasil também começaram a participar ativamente do movimento. Dessa forma, o DIP passa então a relacionar o nome do governo ditatorial à campanha da aviação “[...] que daria asas à mocidade do Brasil, fazendo alarde, em 28 de maio de 1941, que o centésimo avião da Campanha levaria o nome do criador do Estado Novo [...]”.²¹⁰ É interessante ressaltar que, nesse período, houve um crescimento vertiginoso de aeroclubes e brevetados em todo o

²⁰⁵ O POVO QUER FAZER A GUERRA. Teresina, **Gazeta**, Domingo, 11 abr. 1943, p. 2.

²⁰⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 78.

²⁰⁷ BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**: dos primórdios até 1920. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1988. v. 1. p. 29.

²⁰⁸ CASTELO BRANCO, op. cit., 1960. p. 78.

²⁰⁹ BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, op. cit., 1991, v. 3. p. 173.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 176.

País,²¹¹ sendo que os aeroclubes inaugurados no Piauí propagavam, no momento da mobilização de guerra, que aprender a pilotar era uma demonstração de civismo e amor à Pátria.

A inauguração das escolas de pilotagem civil no Estado do Piauí tornava-se, no discurso oficial, sinônimo de progresso e patriotismo; e suas festas, quando aconteciam, eram divulgadas para que boa parte da população comparecesse. No dia 03 de maio de 1943, por exemplo, ocorreu em Teresina uma festa aviatória relativa à entrega de brevês à primeira turma de pilotos recém-formados pelo Aeroclube do Piauí que, “deste modo, conclui, brilhantemente, a fase inicial de suas atividades em prol do engrandecimento da aviação em nosso meio.”²¹²

A formatura dos primeiros brevetados do Aeroclube do Piauí foi organizada em homenagem ao 8º aniversário de governo de Leônidas Melo, e os noticiários trataram de propagar que, nessa solenidade, ter-se-ia a presença de clubes de Estados vizinhos, assim como de vários aviões militares. Também em maio de 1943, o Aeroclube de Parnaíba brevetou sua terceira turma de pilotos, que recebeu a denominação de “Turma Leônidas Melo”.²¹³ Lembre-se que, entre os feitos do interventor, divulgados na imprensa e nas solenidades de comemoração, os campos de aviação, que haviam sido, à época, construídos em vários pontos do Estado, eram considerados como uma de suas principais obras.²¹⁴ O programa de festividades da entrega dos brevês à primeira turma de pilotos do ar do Aeroclube do Piauí aconteceu no Campo de Aviação da Capital e foi organizado do seguinte modo:

09:00 horas – Recepção de convidados no Campo, pela Diretoria.
 09:45 horas – Chegada dos aviões militares e dos clubes vizinhos.
 10:00 horas – Orações pelos Oradores Oficiais do ACP e da turma de brevetados.
 10:30 horas – Entrega dos diplomas aos brevetados.
 11:00 horas – Passeios aéreos sobre a cidade.²¹⁵

A Diretoria do Aeroclube avisava, através dos jornais *Gazeta* e *Diário Oficial*, para as pessoas interessadas e suas respectivas famílias que quisessem assistir à solenidade, que

²¹¹ De 1911, com a inauguração do Aeroclube do Brasil, a 1940, o Brasil tinha um total de 85 aeroclubes no País. Ao final do ano de 1945, existiam, no Brasil, 257 aeroclubes, mostrando assim o sucesso da Campanha da Aviação. Para maior aprofundamento, ver: BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, op. cit., p. 321-322.

²¹² O AEROCULUBE DO PIAUÍ BREVETARÁ AMANHÃ SUA PRIMEIRA TURMA DE PILOTOS. *Gazeta*, Teresina, domingo, 2 maio 1943, p. 3.

²¹³ PIAUÍ. Aeroclube de Parnaíba homenageará o interventor Leônidas Melo. Teresina, *Diário Oficial*, 1 maio 1943, capa final.

²¹⁴ PIAUÍ. 1942-1943. Teresina, *Diário Oficial*, 3 maio 1943, p. 1.

²¹⁵ O AEROCULUBE DO PIAUÍ BREVETARÁ AMANHÃ SUA PRIMEIRA TURMA DE PILOTOS. *Gazeta*, Teresina, domingo, 2 maio 1943, p. 3; Aeroclube do Piauí. Teresina, *Diário Oficial*, 1 maio 1943, p. 4.

estariam disponíveis dois ônibus para o transporte ao Campo de Aviação. Delegações da cidade de Parnaíba, do Estado do Ceará, Maranhão e Pará eram esperadas, para participar da comemoração, e juntamente com os aparelhos do Aeroclube em festa revoariam a cidade de Teresina “[...] em envolventes exercícios de acrobacia”.²¹⁶ No entanto, por motivo de “força maior”, alegados através de telegramas, somente compareceu a delegação de Parnaíba.²¹⁷ Esses telegramas, remetidos ao presidente do Aeroclube, além de avisarem sobre a impossibilidade do comparecimento à solenidade, saudavam a primeira turma de pilotos. Entre esses telegramas estava o do ministro da Aeronáutica, Salgado Filho:

Rio – 30/4/43 – Lindolfo Rêgo Monteiro – presidente Aeroclube do Piauí – Teresina – impossibilitado comparecer solenidade entrega diplomas primeira turma pilotos desse Aeroclube, como era meu desejo, agradeço sensibilizado gentileza convite. Cordiais saudações. Salgado Filho, Aeronáutica.²¹⁸

Após a brevetagem dos primeiros pilotos do Aeroclube do Piauí, Lindolfo do Rego Monteiro respondeu ao ministro das Forças de Ar, agradecendo pelo telegrama e lamentando sua ausência. Informava também que a solenidade de formatura “[...] para a maior glória da aviação civil se revestiu pleno de êxito e brilhantismo [...]”.²¹⁹ Apesar de os aeroclubes estarem submetidos ao Departamento de Aviação Civil, causando a impressão, em um primeiro momento, que estariam desvinculados da arregimentação das Forças de Ar, os pilotos que recebiam seus brevês, nessas instituições, eram vistos como reservas da FAB, caso essa viesse precisar de seus serviços.

Outro que lamentou o seu não comparecimento à solenidade de formatura, em telegrama datado de 03 de maio de 1943, foi o presidente do Aeroclube do Pará e também comandante da Base Aérea de Belém:

[...] lamento em meu nome e dos meus comandados não comparecermos festa desse Aeroclube, festa essa muito grata todos nós, pois apresenta expressão trabalho progresso grêmio aviatório Teresina. No entanto, aproveito oportunidade exprimir nossa satisfação, esperando que novas turmas seguirão essa, aumentando assim mocidade Teresina, filiais reserva FAB, prontos defender céus nossa pátria [...].²²⁰

Em resposta, o presidente do Aeroclube do Piauí agradeceu, dizendo que a ausência do “homenageado” foi bastante sentida, e que a cerimônia ocorreu com franco entusiasmo cívico e completa satisfação. Informou ainda que a mocidade “[...] teresinense vibrátil tem

²¹⁶ PIAUÍ. Interventor Leônidas Melo. Teresina, **Diário Oficial**, 3 maio 1943, p. 9.

²¹⁷ Ibid., 5 maio 1943, p. 1.

²¹⁸ PIAUÍ. Aeroclube do Piauí. Teresina, **Diário Oficial**, 19 maio 1943, p. 5.

²¹⁹ Id. *ibid.*

²²⁰ PIAUÍ. Aeroclube do Piauí. Teresina, **Diário Oficial**, 19 maio 1943, p. 5.

aumentado grandemente número candidatos a pilotos, visando defesa futura nosso querido Brasil [...]”.²²¹

Outras turmas continuaram a se formar pelo referido Aeroclube, sendo que o interventor federal chegou a custear as despesas de um dos pilotos brevetados, no ano de 1944, para que este pudesse freqüentar o Curso de Monitores no “Aeroclube do Brasil”, situado no Rio de Janeiro.²²² Este foi o primeiro aeroclube criado no Brasil, em 14 de outubro de 1911, tendo como presidente honorário Santos-Dumont.²²³

O incentivo para que os jovens piauienses ingressassem nos aeroclubes e adquirissem seu brevê era reforçado com matérias que mostravam o papel de alguns aviadores, no cenário de guerra, agindo como heróis. Alguns desses exemplos vieram de dois brasileiros que serviam na RAF, e que perderam a vida bombardeando a Alemanha, notícia essa transcrita do *Diário do Norte* pelo *Diário Oficial*. O cronista reivindicava para o Brasil o papel glorioso desses jovens que morreram em ação e que se tornaram pilotos brasileiros vanguardistas em luta contra o nazismo. O cronista acrescenta ainda:

Estou seguro de que os dois bravos mortos nos céus germânicos, no fragor da ação, lançaram o derradeiro pensamento à distante pátria americana. Deus há de recolhê-los na bênção reservada aos que souberam cumprir os mais árduos deveres da guerra. É uma alegria ver que foram dignos da confiança neles depositada pelos seus irmãos de armas e, perecendo, honraram a nação a que pertencem.²²⁴

Os aeroclubes de todo o Brasil recebiam, nesse momento de guerra, doações de aviões. No dia 21 de agosto de 1943, a *Gazeta* noticiou, através do serviço telegráfico da Agência Nacional, a cerimônia de batismo, ocorrida no Rio de Janeiro, de dois novos aviões que haviam sido doados, um para o Aeroclube de Júlio de Castilhos, no Rio grande do Sul e o outro para o Aeroclube do Piauí, situado na cidade de Teresina. Nesse período, costumavam-se batizar os aviões doados, com nomes de personagens que contribuíram, de alguma forma, para a história da aviação brasileira. Félix Pacheco foi o nome escolhido para o avião, doado ao Aeroclube do Piauí. Félix Pacheco foi “[...] um jornalista que, no seu tempo, alertou a nação, mostrando a necessidade de nos aparelharmos militarmente, para garantir nossa soberania e posição internacional [...]”.²²⁵ Um mês depois se anunciava no jornal a *Gazeta* que o avião trazido para Teresina, pilotado pelo Az Ciro de Araújo, já se encontrava em

²²¹ PIAUÍ. Aeroclube do Piauí. Teresina, **Diário Oficial**, 19 maio 1943, p. 5.

²²² AEROCCLUBE do Piauí. **Gazeta**, Teresina, terça-feira, 28 março 1944, p. 1.

²²³ BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, op. cit., 1988, v. 1, p. 375-376.

²²⁴ PIAUÍ. Primeira Legião. Teresina, **Diário Oficial**, 14 maio 1943, p. 1.

²²⁵ MAIS UM AVIÃO PARA O AEROCCLUBE do Piauí. **Gazeta**, Teresina, domingo, 22 ago. 1943, p. 1; Mais um avião para o Aeroclube do Piauí. Teresina, **Diário Oficial**, 16 ago. 1943, p. 5.

treinos diários.²²⁶ Nos que antecederam à chegada do avião, doado ao Aero clube do Piauí, saiu na imprensa a seguinte nota:

Deverá chegar a esta Capital, provavelmente dentro de 48 horas, o novo avião de treinamento do Aero clube do Piauí, ofertado pelo banqueiro Félix da Fonseca e que recebeu o nome do grande piauiense, que foi Felix Pacheco. O acontecimento é de molde a despertar o mais justo entusiasmo, não apenas nos círculos aviatórios locais, mas no seio de toda a população teresinense, que vê, com verdadeiro interesse, o progresso do nosso centro de treinamento.²²⁷

O presidente do ACP convidou todo o povo da Capital para a recepção ao avião doado, como agradecimento à oferta de Félix da Fonseca e à homenagem feita por ele a um eminente brasileiro filho do Piauí. Poucos dias antes, o Aero clube de Parnaíba também recebera um avião doado, como desdobramento da Campanha Nacional de Aviação. Os aparelhos doados ao Estado do Piauí tinham a marca PP-TYQ, que foi entregue ao Aero clube de Parnaíba, em 20 de agosto de 1943, e PP-TYV entregue ao Aero clube do Piauí, em 11 de setembro de 1943.²²⁸

Os aeroclubes também cooperavam com os exercícios de alerta da Diretoria Regional de Defesa Passiva Antiaérea da Capital. Para o exercício do dia 18 de junho de 1943, a Diretoria do Aero clube de Parnaíba remeteu o avião “Miguel Couto”, que teria como função sobrevoar a cidade, à noite, simulando um ataque aéreo. Entretanto, o aparelho não pôde participar do dito ensaio por estar desprovido de holofotes, elemento essencial para vôos noturnos.²²⁹ Muitos aeroclubes situados nas cidades litorâneas brasileiras também prestavam serviços, vigiando o litoral ou socorrendo naufragos de navios afundados por submarinos inimigos.²³⁰ Ressalte-se que pilotos brevetados por aeroclubes nacionais, oficiais da reserva, foram incorporados no serviço ativo da FAB, em junho de 1942, antes mesmo da incorporação dos pilotos que estavam em treinamento nos EUA, demonstrando a importância que esses órgãos possuíam no período da mobilização de guerra.²³¹

No Piauí, além dos aeroclubes situados em Teresina e Parnaíba, foi fundado, em agosto de 1943, um Aero clube na cidade de Pedro II. A presença de uma prática aviatória no Estado, apesar de frágil, produzia, através dos jornais impressos locais, a idéia de um Estado em pleno desenvolvimento, que podia ser equiparado a outras unidades da federação. Deste

²²⁶ O AVIÃO FELIX PACHECO. *Gazeta*, Teresina, quinta-feira, 23 set. 1943, p. 1.

²²⁷ PIAUÍ. Aero clube do Piauí. Teresina, *Diário Oficial*, 10 set. 1943, p.12.

²²⁸ BRASIL. **Campanha Nacional de Aviação**. Departamento de Aeronáutica Civil. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1944. Coleção Salgado Filho. Arquivo Nacional. AP 49, CAIXA 61, Pasta D, doc. 09. Relação de aeronaves entregues e a entregar.

²²⁹ PIAUÍ. Defesa passiva antiaérea. Teresina, *Diário Oficial*, 21 jun. 1943, capa final.

²³⁰ BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, op. cit., 1991, v. 3. p. 453.

²³¹ BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, op. cit., 1991, v. 3. p. 237.

modo, a divulgação de notícias desses aeroclubes contribuía para a constituição da idéia de progresso e unidade nacional, produzida pelo DIP. A prática aviatória era elaborada pelo discurso oficial como aquela que estava presente para além das capitais da nação, chegando até às cidades mais distantes do sertão. E no momento de mobilização de guerra, essa idéia de progresso da aviação, e como desdobramento, progresso do país, aliava-se ao discurso de defesa do território nacional e de sua soberania. Por sua vez, Ricardo Bonalume Neto informa que, apesar de o processo de modernização ter sido lento, “[...] deu frutos [...]”. Quando houve uma ofensiva submarina em junho/julho de 1943, as forças americanas e brasileiras estavam prontas [...]”.²³²

Assim como as notícias das formaturas de aviadores piauienses eram narradas com grande entusiasmo, o mesmo ocorria com outros acontecimentos que pudessem demonstrar a competência dos aeroclubes na formação de seus brevetados. Desta forma, em julho de 1943, o *Diário Oficial* traz a nota a “proeza aviatória” de dois pilotos parnaibanos. Estes chegaram no dia 02 de julho de Parnaíba, conduzindo o avião PPFA, pertencente à Comissão de Melhoramentos do Rio Parnaíba, que se encontrava no Rio de Janeiro.

Esta viagem feita por Roberto Sirnay Neves e Félix Lutfi, pilotos civis, constituiu-se em uma “[...] proeza sensacional e vibrante de entusiasmo no meio aviatório local, visto tratar-se de dois aviadores com pouco mais de trinta horas de vôo [...]”,²³³ de acordo com o presidente do Aeroclube de Parnaíba. O feito desses dois pilotos, brevetados pelo mesmo Aeroclube, vinha “[...] reafirmar o valor dos aeroclubes na formação de pilotos capazes de maiores empreendimentos [...]”.²³⁴ Devido aos custos na instrução para a formação de pilotos, o governo federal e o ministro da Aeronáutica assinaram o Decreto 11.278, “[...] regulamentando a concessão de subvenções aos aeroclubes e às escolas civis de aviação, dando oportunidade, assim, de maior desenvolvimento à aviação desportiva”.²³⁵

Em agosto de 1943, de acordo com a *Gazeta*, o prefeito da cidade de Pedro II “em um gesto de grande patriotismo”, juntamente com a população pedrosegundense, fundou o “Aeroclube de Pedro II”, empenhando-se, dessa forma, na campanha da aviação no Estado. Para participar da solenidade de fundação do novo aeroclube, veio do “Aeroclube do Ceará” uma esquadrilha composta de cinco aviões, sob o comando de um capitão-aviador, acompanhado de uma tripulação de dez “azes”. À época, ressaltou-se a presença, nesta

²³² BONALUME NETO, op. cit., 1995, p. 87.

²³³ PIAUÍ. Aeroclube de Parnaíba. Teresina, *Diário Oficial*, 5 jul. 1943, p. 8.

²³⁴ Id. ibid.

²³⁵ BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, op. cit., 1991, p. 322.

tripulação, da “[...] conhecida e famosa aviadora Heliete”.²³⁶ O noticiário ainda informa que, na chegada da esquadrilha, uma “[...] considerável multidão recepcionou entusiasticamente os aviadores patrícios, e uma comitiva de senhoritas da sociedade pedrosegundense saudou-os com pétalas de flores”.²³⁷

Alem da festa de recepção da esquadrilha do “Aeroclube do Ceará”, onde houve a participação do povo pedrosegundense, incluiu-se, na programação da solenidade, um almoço íntimo para os visitantes e elementos do comércio e sociedade local. No Salão Nobre da Prefeitura Municipal, também foi realizada sessão solene, sob a presidência do capitão-aviador Sílvio Fontoura,

que teve palavras de estímulo para com o povo pedrosegundense, repassadas do mais acendrado patriotismo, indicando as finalidades da sociedade recém-fundada e o alto alcance do problema aviatório no Brasil. O vibrante improviso do brilhante “az” da aviação nacional foi por mais de uma vez interrompido pelos calorosos aplausos da assistência.²³⁸

Um dos argumentos utilizados para a implantação de aeroclubes no Estado era a necessidade da cooperação de todo o povo no desenvolvimento da aviação brasileira. Nos discursos pronunciados, nessa noite de festa na cidade de Pedro II, não faltaram elogios ao pioneirismo do presidente Vargas, que se esforçava a todo custo, de acordo com o discurso oficial, para o progresso aviatório da nação; ao ministro Salgado Filho, por sua eficiência e atuação patriótica enquanto administrador; a Assis Chateaubriand, que, por ser capitalista, empenhava-se na aquisição de novos aviões para o País; por fim, à colaboração patriótica, no Estado do Piauí, de Leônidas Melo, que investia nesse setor. O encerramento da programação se deu com uma festa dançante que se prolongou até alta madrugada.²³⁹

Francisco Alcides do Nascimento descreve, através de um cronista da época, a primeira vez em que um avião sobrevoou os céus da capital, em visita do presidente da República a Teresina, em setembro de 1933, e a grande agitação do povo ao espetáculo promovido pelas aeronaves. Segundo o autor, diante das acrobacias da esquadrilha de aviões que acompanhou o presidente, o cronista captou da população sentimentos como “[...] espanto, medo, assombro, mas também [...] euforia, afinal aquelas máquinas reluzentes, cortando o espaço aéreo da cidade, faziam acrobacias que não se imaginava fosse o conjunto homem/máquina capaz de realizar [...]”.²⁴⁰ Mesmo com a regularidade dos vôos do Correio

²³⁶ FUNDADO EM PEDRO II O AEROCLUBE. Teresina, **Gazeta**, sexta-feira, 10 set. 1943, p. 3.

²³⁷ Id. *ibid.*

²³⁸ Id. *ibid.*

²³⁹ Id. *ibid.*

²⁴⁰ NASCIMENTO, *op. cit.*, 2002, p. 176.

Aéreo Nacional, a partir de dezembro 1933, da Condor, e, após suspensão desta, da NAB (Navegação Aérea Brasileira), imagina-se que havia grande participação popular nessas festas aviatórias, que se tornam mais presentes no período da mobilização de guerra. Contudo, este período não foi somente de festas para os aeroclubes do Estado.

Em 25 de outubro de 1943, por telegrama, o prefeito de Parnaíba comunicou ao presidente do ACP um desastre de avião do Aeroclube daquela cidade, acontecido na localidade Chaval no Ceará, resultando na morte de um aviador e deixando outro gravemente ferido. O avião batizado de “Dr. Rangel Pestana”, doado pelo Banco do Brasil, estava sendo pilotado pelo aviador Edgar dos Reis Andrade que era acompanhado pelo jovem Décio Lobão. Esses dois aviadores pertenciam à última turma de brevetados do Aeroclube de Parnaíba.

A reportagem do Jornal *O Norte*, de Parnaíba-PI, que descrevia o acontecimento, foi transcrita pelo *Diário Oficial* de 30 de outubro de 1943, o qual afirmava que as festas da *Semana da Asa*, que haviam começado com brilhantismo, terminavam em luto; e esclarecia os motivos que levaram ao pesaroso desastre:

Tendo conquistado anteontem o brevê de aeropilotos pelo Aeroclube local, em resultado de uma prova final bastante destacada, os novos aviadores, comandante Edgar dos Reis Andrade (Shangai) e o jovem Décio Lobão, combinaram entre si uma excursão aérea a Chaval, o que levaram a efeito ontem às 4 horas, embora com quebra da disciplina, que proíbe viagens de tal latitude sem prévia licença. Até certo ponto, ao que colheu a nossa reportagem, a viagem decorreu satisfatoriamente, e assim teria terminado, se o arrojo e imprevidência dos novos aeropilotos não os arrastassem ao abismo. Ao chegar a Chaval, começam os inditosos pilotos a voar baixo, talvez por vaidade de oferecerem aos habitantes daquela localidade um espetáculo inédito. Assim, no momento de fazerem uma curva fechada por sobre os penhascos ali existentes, sucedeu que, ao contornar um deles, a asa do aparelho não lhes permitiu, devido à posição inclinada do vôo em círculo, divisar outro morro de pedra, contra o qual o avião se chocou fragorosamente.²⁴¹

A supracitada matéria reforça que o desastre resultou exclusivamente da indisciplina e imprudência dos aviadores sinistrados, e que esse acontecimento não seria motivo para desanimar ou arrefecer o entusiasmo com que se vinha desenvolvendo aquele Aeroclube. É interessante perceber que o desejo de tornar-se aviador, à época, podia estar desarticulado do discurso do servir a Pátria, tão divulgado no estado de beligerância brasileiro. O desastre acontecido com os aeropilotos parnaibanos pode ser considerado como um exemplo dessa constatação, visto que esses deveriam estar carregados de sentimentos patrióticos, em razão da Semana da Asa; mas optaram pela “vaidade”, sentimento individualista, de promover um

²⁴¹ PIAUÍ. Lamentável desastre de aviação. Teresina, **Diário Oficial**, 30 out. 1943, p. 12.

espetáculo aviatório, fazendo vôos rasantes em uma pequena localidade, provocando, em seus habitantes, sentimentos como medo e/ou admiração.

3.3 As forças de mar e a mobilização piauiense na vigilância do litoral

Assim como as forças de terra e ar, a Marinha brasileira, às vésperas do estado de beligerância brasileiro, estava mal equipada para enfrentar os submarinos inimigos que começaram a afundar navios brasileiros no litoral do País. Conforme Ricardo Bonalume Neto, após a Primeira Guerra Mundial, a Marinha tinha bons navios, mas não sabia utilizá-los apropriadamente por falta de manutenção e treinamento. E quando iniciou o segundo conflito mundial, apesar de certa melhora no treinamento e na manutenção, os navios mostravam-se antiquados diante das exigências de uma força de ar moderna.²⁴²

A Capitania dos Portos do Estado do Piauí, criada por decreto imperial n. 358 de 14 de agosto de 1845,²⁴³ era o órgão responsável no Estado, no período da mobilização de guerra, pela defesa do litoral piauiense, como também pela arregimentação dos jovens que deveriam prestar seus serviços à Armada. Pelo pequeno número de editais de chamamento dos reservistas navais,²⁴⁴ divulgados pela sede da Capitania em Teresina, constata-se que, diferentemente do Exército, o número de homens que serviam à Marinha, no estado de guerra, era ínfimo, demonstrando as limitações das forças de mar, naquele período, em todo o território nacional.

A Marinha Brasileira, à época, contava com um efetivo de 14.000 homens, dispondo de equipamentos antigos e ineficientes para enfrentar unidades mais modernas como, por exemplo, os submarinos alemães. Dessa forma, para um país de grandes dimensões como o Brasil, a “[...] esquadra representava mais um símbolo do que um instrumento de força e segurança”.²⁴⁵ Além do que, havia um pequeno número de reservistas navais, sendo obrigada, após o processo de modernização de sua esquadra promovida pelos EUA, a se valer dos quadros terrestres e fundar, na cidade de Natal, um Centro de Formação de Reservistas formado por voluntários.²⁴⁶

Era na Agência da Capitania dos Portos, situada em Teresina, que os jovens chamados deveriam se apresentar para serem inspecionados de saúde e fichados para o serviço da

²⁴² BONALUME NETO, op. cit., 1995, p. 54.

²⁴³ Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/4dn/cppi.html>>. Acesso em: 30 jun. 2008, às 22:03h.

²⁴⁴ PIAUÍ. Ministério da Marinha. Teresina, **Diário Oficial**, 10 abr. 1943, p. 7; Ministério da Marinha. Teresina, **Diário Oficial**, 28 maio 1943, p. 5.

²⁴⁵ CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p. 78.

²⁴⁶ *Ibid.*, 1960, p. 80.

armada. Ao tempo em que saíam esses editais de chamamento, o *Diário Oficial* tratava de produzir argumentos para a convocação desses jovens. Uma das explicações utilizadas nessas produções era a de que, para não deixar àquela “impaciente” mocidade desgostosa, os jovens reservistas navais iriam juntar-se, “[...] no momento oportuno, aos seus irmãos do Exército, e das gloriosas forças aéreas”.²⁴⁷

A produção da propaganda, voltada à juventude no período do Estado Novo, era carregada de interesses civis e militares. O governo ditatorial preocupava-se em socializar a juventude em termos cívicos, no intuito de construir uma nova identidade nacional. Além dos jovens, os imigrantes e trabalhadores tornaram-se “[...] os alvos principais das campanhas ‘educadores’ do Estado Novo”.²⁴⁸ Acrescente-se que, no período da mobilização nacional, a produção do DIP voltou-se com mais intensidade para a construção do civismo nesses grupos sociais, em razão de que todos eles eram considerados soldados da Pátria.

Além da convocação de reservistas navais para se apresentarem aos serviços da Marinha, havia no Estado do Piauí, nesse período de mobilização das Forças Armadas, por parte das autoridades civis, a Campanha Pró Navio Auxiliar. Esta Campanha tinha como objetivo arrecadar fundos, em todo o Estado, para a compra de um navio de guerra que seria entregue a Armada. Em meados de abril de 1943 divulgou-se, no Diário Oficial, o telegrama remetido pelo prefeito de Castelo do Piauí ao prefeito de Teresina, autoridade responsável pela Campanha, informando-lhe sobre uma possível ajuda daquela Prefeitura, colaboração já dada, segundo o noticiário, por outras prefeituras do interior do Estado:

TELEGRAMA RECEBIDO

De Castelo (Piauí) – 7 – 4 – 943. Prefeito municipal Teresina – Comunico a V. Excia. que acabo de elaborar o projeto de decreto-lei abrindo um crédito especial de dois mil cruzeiros em prol da campanha pró navio auxiliar que será doado à Armada. Logo que seja aprovado autorizarei o pagamento. Saudações. a) Cardoso de Sá – prefeito.²⁴⁹

A campanha em prol da compra desse navio de guerra começou pouco tempo depois de o governo brasileiro haver decretado o estado de beligerância, possivelmente em razão dos ataques de submarinos alemães aos navios do País, os quais continuavam a rondar o litoral brasileiro. A defesa do litoral e o reaparelhamento da Armada Brasileira tornaram-se, dessa forma, uma das maiores preocupações do governo ditatorial no momento de mobilização; e ao povo, de acordo com o discurso oficial, cabia contribuir para que aqueles objetivos fossem alcançados a contento. Essa campanha também demonstra a fragilidade da Força Naval

²⁴⁷ PIAUÍ. Em defesa da Pátria. Teresina, *Diário Oficial*, 3 abr. 1943, capa final.

²⁴⁸ D’ARAÚJO, op. cit., 2000, p. 34.

²⁴⁹ PIAUÍ. Campanha pro navio auxiliar. Teresina, *Diário Oficial*, 14 abr. 1943, p. 3.

Brasileira, quando esta ingressou no estado de guerra. Sob este aspecto, José Murilo de Carvalho, ao analisar as Forças Armadas no período varguista, afirma que a “[...] a luta do Exército e da Marinha por maiores efetivos, melhor aparelhamento, mais recursos, vinha de longa data [...]”,²⁵⁰ realidade que começou a ser alterada na década de 1930, com o aumento do orçamento para as Forças Armadas, mas que se tornou insuficiente diante de um momento excepcional, o estado de beligerância brasileiro, que exigiu, em pouco tempo, o que havia de mais moderno em recursos humanos e material bélico.

Deste modo, em 19 de abril de 1944, junto às homenagens feitas ao presidente, pela passagem de seu aniversário, foi colocado, de forma destacada, na primeira página do *Diário Oficial*, trecho da fala do nataliciante, que destacava a importância da defesa das águas brasileiras naquele momento:

No mar se acha o perigo que nos ameaça. Não esqueçamos que foi no litoral onde sofremos a investida brutal dos agressores, afundando, de surpresa, sem que estivéssemos em guerra, nossos pacíficos navios mercantes em tráfego de cabotagem. É, pois, do mar que teremos de esperar a primeira arremetida inimiga e repelir quaisquer tentativas de invasão.²⁵¹

Quando aconteceram esses afundamentos de navios brasileiros, por submarinos alemães, em águas nacionais, o governo varguista, dentro das limitações que apresentavam as forças do País, procurou guardar de forma urgente suas águas litorâneas. No Piauí, a Força Policial assumiu esse dever, sendo responsável por vigiar a “[...] área que vai das Ilhas Canárias ao Cajueiro, antigo povoado da Amarração [...]”.²⁵² O envio dessa tropa, cerca de 150 homens, tinha como principal objetivo guardar o litoral piauiense contra prováveis ataques nazistas, como também da presença de estrangeiros.

Segundo matéria veiculada no *Diário Oficial*, não obstante as poucas alterações sofridas no Piauí no estado de guerra, a polícia não se descuidava de suas responsabilidades, e continuava vigilante, e, em cooperação com a Capitania dos Portos, sediada em Parnaíba, mantinha “[...] estreito e permanente controle sobre a zona litorânea do Estado, dividida em vários postos de fiscalização, visando a imediata descoberta de qualquer atividade perniciososa à segurança da pátria”.²⁵³

²⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930-1945. In: **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 87.

²⁵¹ PIAUÍ. Presidente Getúlio Vargas. Teresina, **Diário Oficial**, 19 abr. 1944, p. 2.

²⁵² RODRIGUES, Tony. Participação na 2ª Guerra faz 2 mortos. Teresina, **MEIO NORTE**, 11 mar. 2001, p. 4. (Caderno Municípios).

²⁵³ PIAUÍ. O estado de guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 25 nov. 1944, p. 6.

O discurso propagado pelo DIP, em relação ao empenho do presidente Vargas sobre o tratamento que dava às Forças Armadas Brasileiras, reforçava a idéia de que as forças de ar, terra e mar do País caminhavam no sentido de equipararem-se às forças de qualquer país beligerante. Como exemplo, pode-se citar o caso da Marinha brasileira. No início de 1944, foi divulgada pela imprensa a entrevista de um oficial americano, Almirante Ingram, que tecia elogios à Marinha brasileira que, segundo ele, juntamente com a americana, protegia os comboios dos corsários nazistas no Atlântico Sul. De acordo ainda com o entrevistado, a “[...] Marinha de Guerra americana será depois da guerra a maior do mundo [...]”.²⁵⁴ E como os navios americanos viriam reforçar a Marinha brasileira, [...] as duas marinhas serão, então, as maiores da América [...].²⁵⁵

No entanto, é preciso ressaltar que as Forças Armadas Brasileiras, quando do período em que foi decretado o estado de guerra, estavam totalmente obsoletas, se forem comparadas às exigências de uma guerra moderna como a que estava em andamento. Essa realidade começou a sofrer alterações com a ajuda que os norte-americanos passaram a dar ao reaparelhamento dessas forças. Mas, apesar da ajuda recebida do governo americano, é importante destacar que elas ficaram concentradas em certos pontos do País, no caso da Armada, nos lugares de possíveis ataques de submarinos do Eixo, algo pouco provável de acontecer, naquele período, em águas piauienses. Sendo assim, a vigilância do litoral piauiense, no estado de beligerância, ficou a cargo muito mais da Polícia Militar piauiense do que das forças de mar sediadas no Estado.

3.4 O cotidiano do 25º BC e da 26ª CR na mobilização de jovens piauienses para as forças de terra

No primeiro semestre de 1943, anunciava-se, aos poucos, maior atuação do Brasil no conflito mundial, com a possível inserção das Forças Armadas no teatro de guerra. Nesse momento, o governo brasileiro não sabia ao certo para que Continente poderiam ser remetidas as forças nacionais – se para o africano ou europeu; entretanto, previa-se que, em futuro próximo, possivelmente essas forças partiriam para a África.²⁵⁶

Propagava-se também, nos noticiários locais, que o ministro da Guerra, Dutra, “por sua grande competência”, já teria remodelado o Exército para as novas necessidades que se

²⁵⁴ IMPORTANTE ENTREVISTA DO ALMIRANTE INGRAM. **Gazeta**, Teresina, quarta-feira, 9 fev. 1944, p. 4.

²⁵⁵ Id. *ibid.*

²⁵⁶ VINGANDO O AFUNDAMENTO DE NOSSOS NAVIOS. **Gazeta**, domingo, 11 abr. 1943. p. 1.

apresentavam. E que o mesmo correspondia aos desejos do “[...] chefe da Nação e aos anseios não só das Forças Armadas, já agora em ótimas condições de preparo técnico, como da população em geral, que trabalha e prospera à sombra vigorosa e protetora dessa gloriosa instituição nacional”.²⁵⁷ Por outro lado, apesar da afirmação feita pelo *Diário Oficial*, sobre as ótimas condições das forças de terra brasileira, a situação do Exército, nesse período, ainda não era das melhores. Às vésperas da mobilização, o Exército compunha-se de pouco efetivo e a instrução da tropa era baseada em uma doutrina ultrapassada para as condições de uma guerra moderna, além da grande quantidade de equipamentos “[...] antiquados e em número insuficiente para atender às novas exigências”.²⁵⁸

Conforme pode ser visto, O DEIP, através do *Diário Oficial*, tratava de produzir uma imagem de que as Forças Armadas Brasileiras se equiparavam rapidamente às forças armadas dos países que lutavam na Europa. Era lembrada também, na mesma matéria, a visita do ministro da Guerra ao Piauí e a recepção feita pelo interventor do Estado a este, reforçando o discurso de união e cooperação do interventor com as autoridades mais representativas do Exército nacional. Através das matérias locais, percebiam-se, sobretudo, as boas relações de Leônidas Melo com o comandante da 10ª Região Militar, da qual o Piauí fazia parte, como também com o comandante da Guarnição Federal que se mostrava presente em quase todas as solenidades em que se apresentava o governo estadual. Segundo o *Diário Oficial*, essa situação propiciava

ao Piauí e ao seu lustre governante, entre as Forças Armadas, renome que se justifica e se enquadra em um sentido de perfeita brasilidade, de uma maior e melhor unidade espiritual, de par com um apoio incondicional dispensado ao Exército, ao ministro que o norteia e aos chefes esclarecidos que o atendem e ouvem.²⁵⁹

Apesar da divulgação da necessária cooperação de todos, povo e autoridades civis e militares, na mobilização de guerra brasileira e na preparação, agora, de suas Forças Armadas para, junto às forças aliadas, lutarem contra os “sanguinários eixistas”, constatava-se, nos mesmos noticiários, o avanço cada vez maior dos aliados sobre as forças inimigas. Há, por exemplo, a notícia na *Gazeta*, em meados de maio de 1943, de que o território africano, que havia sido invadido pelo inimigo, passava a ser domínio das forças aliadas.²⁶⁰ Poucos dias

²⁵⁷ PIAUÍ. General Eurico Gaspar Dutra. Teresina, **Diário Oficial**, 18 maio 1943, p. 1. Em agosto de 1943, o Ministro da Guerra viajou aos EUA com uma delegação militar. Nessa viagem, ficou acertado que o Brasil enviaria um contingente expedicionário ao continente africano. In: FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra**: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: UnB, 1999. p. 212.

²⁵⁸ CASTELO BRANCO, op. cit., 1960, p.77.

²⁵⁹ PIAUÍ. General Eurico Gaspar Dutra. Teresina, **Diário Oficial**, 18 maio 1943, p. 1; General Gaspar Dutra. Teresina, **Diário Oficial**, 18 maio 1944, p. 1.

²⁶⁰ O FIM DA GUERRA NO CONTINENTE NEGRO. **Gazeta**, Teresina, quinta-feira, 13 maio 1943, p. 1.

antes, foi divulgada também, no mesmo jornal, a fotografia de oficiais brasileiros, fazendo exercício de tiro no quartel general das forças blindadas americanas, demonstrando que a remessa de um corpo expedicionário ao teatro de guerra era algo irreversível.²⁶¹

Sendo assim, mesmo com o avanço dos aliados e o enfraquecimento das forças do Eixo, em outubro de 1943, a decisão de remeter um corpo expedicionário para o campo de batalha estava tomada. Foi amplamente divulgada nos noticiários locais, a matéria do *Correio da Noite*, que discorria sobre a chegada do ministro da Guerra de sua viagem feita aos Estados Unidos. Segundo essa notícia, o ministro Dutra doava todos os seus esforços no reaparelhamento das forças de terra; por isso, além de ter sido recepcionado por eminentes autoridades militares e civis, no Aeroporto Santos Dumont, fora, no mesmo local, ovacionado pela massa popular.²⁶²

Com o estado de beligerância brasileiro, os militares de carreira tornam-se figuras constantes na imprensa oficial, tendo na pessoa do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, um perfeito exemplar de soldado-cidadão.²⁶³ Além de noticiarem as ações dos militares brasileiros, na preparação e arregimentação de homens, a imprensa também tratava de propagar o papel dos militares das forças aliadas, que, já há algum tempo, combatiam no teatro de guerra. O heroísmo e o patriotismo desses homens, ressaltados nesses noticiários, articulavam-se com a conclamação dos órgãos oficiais para que o povo em geral cumprisse com o seu dever, enquanto cidadãos, participando da mobilização nacional e de forma específica da mobilização militar.

Com o prestígio adquirido pelo Exército e sua cooperação com o estado ditatorial, a presença de autoridades militares renomadas, na capital do Piauí, quando acontecia, tornava-se notícia de primeira capa nos noticiários, principalmente no *Diário Oficial*. O comandante da 10ª Região Militar, general Francisco Gil Castelo Branco, que, por parte de pai, tinha raízes no Piauí, quando visitava o Estado, para inspecionar as guarnições do 25º BC e da

²⁶¹ EM EXERCÍCIOS DE TIRO. Teresina, Domingo, **Gazeta**, 11 abr. 1943, p. 1.

²⁶² A criação da FEB tem como ponto de partida a autorização dada por Getúlio Vargas, no final do mês de março de 1943, ao General Leitão de Carvalho, para que planejasse junto aos americanos a utilização de tropas brasileiras nas operações de guerra dos aliados. Mas foi somente em 9 de agosto de 1943, pela Portaria ministerial n. 47-44, que foi criada a Força Expedicionária Brasileira. In: SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000, p. 51.

²⁶³ Este termo, aqui utilizado, significa o recrutamento de homens nos meios civis, que, por um período determinado de tempo, presta serviço ao Exército e, ao final deste, volta ao seu status civil, ficando incorporado posteriormente à respectiva força armada. In: FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003. p. 78. Mas, além disso, de acordo com o teor em que se produzia a propaganda de guerra, o soldado-cidadão brasileiro seria aquele que em sua plenitude exercia o amor à Pátria, diante de quaisquer sacrifícios. Dessa forma, sendo militar, Eurico Gaspar Dutra estaria exercendo em plenitude a sua cidadania.

Força Policial, era recepcionado pelos comandantes dos quartéis, como também pelo interventor federal e outras autoridades.²⁶⁴

É importante lembrar que o Exército, no início da década de 1930, era uma força fragmentada e conflituosa, tendo como uma das razões questões políticas partidárias, presentes dentro da corporação, resultando em conspirações de generais e conflitos, envolvendo militares dentro dos quartéis. Pode-se citar, como exemplo, a rebelião acontecida no “[...] 25º Batalhão de Caçadores (BC) de Teresina, sob o comando de cabos e soldados e alguns sargentos. Os rebelados depuseram o interventor Landri Sales e o substituíram por um cabo. Foram dominados com o auxílio da Força Pública [...]”.²⁶⁵ Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, e principalmente com a instalação do Estado Novo, ganhou força o projeto que eliminava a política partidária dentro da corporação, tendo como destaque as figuras de Góes Monteiro e Dutra. No estado de guerra, de acordo com as matérias produzidas pelos jornais locais, o Exército mostrava-se em perfeita sintonia com o governo ditatorial.

Dessa forma, foi com esse novo Exército, tendo à frente figuras como Góes Monteiro e Dutra, que se iniciou o processo de arregimentação de jovens brasileiros para a guerra. O Sr. Francisco de Sousa Primo, sorteado, em 1943, para prestar o serviço militar no 25º Batalhão de Caçadores, e convocado, como reservista, no final de 1944, período em que o governo divulgava na imprensa a remessa de um corpo expedicionário, para lutar junto aos aliados no conflito mundial, relembra o seu ingresso no Exército, no momento de mobilização nacional:

Eu me criei no interior, trabalhando de roça [...]. Quando cheguei ao Exército, fui submetido aos exames [...] todo mundo sabe que antigamente havia o sorteio, o que saía sorteado tinha que ir, e só deixaria de servir o Exército se tivesse um caso, fosse deficiente, não fosse normal; mas eu passei em todos os exames [...]. Nessa época, em setembro de 1943, eu já era casado; casei no dia 31 de julho de 1943 e fui chamado. Estava com 40 dias de casado. Fui incorporado, e tive uma baixa [...] em outubro de 1944. E vim para minha terra, quando, em poucos dias fui chamado para ir para a guerra [...].²⁶⁶

A trajetória deste ex-combatente se aproxima da trajetória pessoal de muitos jovens que prestaram o serviço do Exército na guarnição federal de Teresina, nos anos em que o País estava imerso no estado de beligerância. Homens de hábitos rurais, em sua maioria, foram convocados em um momento no qual os quartéis necessitavam de homens aptos, física e

²⁶⁴ PIAUÍ. General Francisco Gil Castelo Branco. Teresina, **Diário Oficial**, 16 abr. 1943, p. 1.

²⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de, op. cit., 2005, p. 67. Para maior aprofundamento dessa rebelião acontecida no 25º Batalhão de Caçadores, ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A interventoria de Landri Sales. In: **A Revolução de 1930 no Piauí, 1928-1934**. Teresina: FCMC, 1994, p. 83-96.

²⁶⁶ PRIMO, Francisco de Sousa. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 30 out. 2007.

psicologicamente, para a defesa do território nacional e para a formação de um corpo expedicionário.

As juntas militares existentes na capital e no interior do Estado, localizadas nas prefeituras, eram os órgãos responsáveis por alistar os jovens de 18 anos, como o Sr. Primo, que, obrigatoriamente, teriam que cumprir com o Serviço Militar. Passado o alistamento, se sorteados, os jovens deveriam se apresentar à 26ª Circunscrição de Recrutamento (CR)²⁶⁷ em Teresina, localizada à Rua Lizandro Nogueira, 1148, onde eram encaminhados ao 25º Batalhão de Caçadores (BC),²⁶⁸ também localizado na Capital, juntamente com um escritório, para que fosse feita a inspeção médica através da Junta Militar de Saúde (JMS), existente no próprio Quartel.

Nesta inspeção, eram feitos os exames físicos e psicológicos, que constatariam se os examinados estavam aptos, incapazes temporariamente ou incapazes definitivamente para o serviço do Exército.²⁶⁹ Para os examinados e considerados incapazes definitivamente para o serviço do Exército, o BC fornecia um certificado de isenção do Serviço Militar,²⁷⁰ que lhes dispensava do cumprimento das obrigações militares, seja para o candidato a recruta, seja para o reservista convocado ou o voluntário. Os julgados incapazes temporariamente deveriam, após o tempo estipulado pela Junta, fazer nova avaliação. E os considerados aptos ingressavam imediatamente na vida do Quartel. Ao ingressarem no Quartel, estes homens passavam por um processo de disciplinamento que intencionava prepará-los para o seu dever enquanto soldados-cidadãos, muito ressaltado na mobilização, que era o de defender a Pátria nem que fosse com a própria vida.

Convém lembrar que médicos piauienses também eram chamados a comparecer tanto à sede da 26ª CR quanto ao Quartel do 25º BC sob a alegação, contida em edital, de tratar de

²⁶⁷ Em 1916, foi instalada a 18ª Circunscrição de Recrutamento na cidade de Teresina. No período da mobilização de guerra, 1942-1945, essa unidade militar já recebia a denominação de 26ª Circunscrição de Recrutamento. In: CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. **O Piauí na história militar do Brasil, 1759-1984**. Teresina: [s.ed.], 1983, p. 37. A partir de 18 de abril de 1966, com o Decreto n. 58.210, a 26ª C.R. passa a ser denominada de 26ª C.S.M. (Circunscrição do Serviço Militar). Para conhecer, em linhas gerais, o histórico desta instituição, acessar o site disponível em: <www.26csm.eb.mil.br>.

²⁶⁸ O 44º Batalhão de Caçadores foi criado em 2 de janeiro de 1918, composto por três companhias de infantaria. Em 2 de janeiro de 1920, recebeu o nome de 25 Batalhão de Caçadores, devido à renovação do Exército, oriundo da Missão Militar Francesa, passou a ter nesse momento, além de três companhias de infantaria, uma de metralhadoras. In: CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés, op. cit., 1983, p. 37.

²⁶⁹ A inspeção de saúde era algo que acontecia cotidianamente no quartel, tanto para aqueles que podiam ingressar como recrutas quanto para os reservistas convocados e voluntários, como para praças e oficiais do B.C de acordo com as regras do Exército. Como exemplo ver: PIAUÍ. B.I n. 122, 25º B.C, de 27 de maio de 1944, p.610; B.I. n. 138, 25º BC, de 15 de junho de 1944, p. 950, entre outros.

²⁷⁰ BI n. 130, 26ª CR, de 9 de novembro de 1945, p. 403.

assunto de seus próprios interesses.²⁷¹ Possivelmente a convocação desses homens estava relacionada a suas especialidades médicas necessárias nas inspeções de saúde da grande quantidade de soldados que se encaminhavam ao Quartel do 25º Batalhão de Caçadores, no período da mobilização militar.

O Quartel do 25º Batalhão de Caçadores, quando havia necessidade de exames específicos, utilizava-se dos serviços do Instituto Alvarenga. Os praças eram enviados ao laboratório de acordo com sua Companhia, que, à época, eram em quantidade de três: 1ª, 2ª e 3ª Companhias, além do PE, para fazer o exame. Os aquartelados encaminhavam-se nas primeiras horas da manhã para o Instituto, ao concluir o exame, deveriam voltar imediatamente para o Batalhão. O exame “Soro Diagnóstico da Lues”,²⁷² era específico para detectar se o indivíduo estava acometido pela sífilis; e foi bastante requisitado pelo Exército, no período em discussão. Deste modo, os soldados do 25º BC encaminharam-se em grande número, para o Instituto Alvarenga, com a intenção de fazê-lo:

EXAME DE SANGUE: (Soro Diagnóstico da Lues): Confirma a ordem dada a 1ª Cia. no sentido de serem mandados apresentar ao Instituto Alvarenga, hoje, às 8 horas, 30 praças, da mesma subunidade, a fim de se submeterem a este exame. A 3ª Cia. Dará, amanhã, para o mesmo prazo, 40 praças, devendo aproveitar o maior número de graduados. Os citados praças deverão se achar naquele Instituto às mesmas horas acima estabelecidas.²⁷³

Com base no parecer do médico da Formação Sanitária Regimental (FSR), o soldado podia ser dispensado de instruções militares, como marchas ou fardamento completo, por dias ou horas. A dispensa do soldado de todo o serviço do quartel também poderia acontecer; sendo o mesmo mandado a repousar em casa, principalmente quando o diagnóstico apontava doenças infecto-contagiosas, como o tracoma, por exemplo.²⁷⁴ A verminose e o paludismo também eram doenças muito comuns nesse período, principalmente entre as crianças do Estado.²⁷⁵

Em relação à instrução, os que ingressavam no Quartel, com menor escolaridade ou não escolarizados, grande maioria, deveriam frequentar a Escola Regimental, que era anexada

²⁷¹ PIAUÍ. 10ª Região Militar. Teresina, **Diário Oficial**, 5 ago. 1943, p. 5. Ministério da Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 31 ago. 1944, p. 5.

²⁷¹ Como exemplo, ver: PIAUÍ. B.I n. 122, 25 B.C, 4 maio 1944, p. 548.

²⁷² Das doenças encontradas no período de seleção, para a formação da Força Expedicionária Brasileira, a sífilis foi uma das doenças mais presente entre os convocados. Isso permite imaginar-se que se tratava de uma doença que podia acometer os praças do 25º BC, quando faziam os exames de saúde para a formação de contingentes para a FEB. Essa informação sobre as doenças detectadas nos exames de seleção da FEB encontra-se disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/484.pdf>>.

²⁷³ PIAUÍ. B.I n° 105, 25 B.C, 8 maio 1944, p. 560.

²⁷⁴ PIAUÍ. B.I n. 115, 25 B.C, 19 maio 1944, p. 594.

²⁷⁵ NASCIMENTO, op. cit., 2002, p. 66.

ao Batalhão, e que fornecia cursos tanto aos soldados alfabetizados quanto aos analfabetos.²⁷⁶ Todos os soldados recebiam formação geral de instrução física (ginástica, combate e baioneta), educação moral e instrução geral, ordem unida, maneabilidade, armamento e material, tiro, organização do terreno e combate e serviço em campanha.²⁷⁷ Ainda dentro dessa formação, os soldados poderiam se encaminhar para determinados grupamentos, também através de cursos, sendo-lhe exigidas especialidades, tais como: Telemetrista, Transmissões, Telefonistas, Saúde, Veterinária, Condutores, Sapadores, Observação e Artífices. Os cursos e exames eram feitos pelo próprio BC, com oficiais do quartel designados pelo comandante.²⁷⁸

O 25º Batalhão de Caçadores também possuía um Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, o NPOR. Para ingressar nesse curso, era necessário que o jovem fosse brasileiro nato, tivesse idade maior de 17 e menos de 30 anos, apresentasse documento que comprovasse ter concluído o Ensino Secundário ou atestado de que era aluno de estabelecimento em curso superior; ter boa conduta, apresentar atestado de vacinação contra a varíola, apresentar certificado quando reservista e o certificado de alistamento militar. Candidatos já expulsos de qualquer escola de formação de reservistas não se poderiam matricular. Por fim, o candidato teria que passar por um exame médico e um exame intelectual constante de Português, Aritmética e Desenho Linear.²⁷⁹

Convém enfatizar que o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)²⁸⁰ era anexado ao Batalhão, e tinha como instrutor um capitão indicado pelo comandante da Unidade Militar. Esse curso era freqüentado pelos ingressos do Quartel que possuíam o Ensino Secundário ou equivalente, ou ainda se já tivesse iniciando um curso superior. Para avaliar os aspirantes a oficiais, se considerava a freqüência no curso como também as notas das avaliações, que eram feitas no decorrer da preparação.

O Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva terminou o primeiro ano fundamental de seu curso em dezembro de 1943, com um acampamento realizado nos terrenos do *stand* de tiros da Força Policial do Estado. Foi ressaltada, na matéria veiculada, no *Diário Oficial*, a necessidade da boa preparação da mocidade para as eventualidades da guerra em curso. Apesar das dificuldades do curso em relação à escassez de materiais, foi elogiada a

²⁷⁶ PIAUÍ. BI n. 190, 25 B.C, 15 ago. 1944, p. 1178.

²⁷⁷ Id. *ibid*.

²⁷⁸ PIAUÍ. B.I n. 81, 25 B.C, 9 abr. 1945, p. 358-361.

²⁷⁹ PIAUÍ. Ministério da Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 3 jun. 1943, p. 10. Ministério da Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, Teresina, Diário oficial, 4 jan. 1944, p. 11.

²⁸⁰ Nesse período, existiam os NPOR e os CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), este último só oferecido no Rio de Janeiro. Para maiores informações do NPOR do 25º Batalhão de Caçadores, ver: PIAUÍ. BI n. 103, 25 B.C, 5 maio 1944, p. 550.

capacidade dos oficiais que ministravam as aulas, ao aliarem o conhecimento técnico com a realidade prática. O acampamento que teve duração de quatro dias, de 20 a 23 de dezembro.

[...] culminou com uma marcha de 24 quilômetros pelos arredores e centro da cidade. Feito em barracas de campanha, destinadas aos soldados de fileira, desde o início, tomou o caráter de organização própria da guerra [...]. Aproveitando ocasião, o acampamento foi montado sob pesada chuva, e, no terreno enlameado das matas e elevações que circundam o *stand*, foram realizadas as instruções de combate, movimentando-se os alunos sempre em marcha acelerada para a observação da resistência à fadiga, revelada por cada um.²⁸¹

Não se pode aqui afirmar em que condições se davam esses cursos, mas imagina-se que havia uma série de limitações em relação a material, local de treinamento e instrução, como em outros quartéis do País. Em depoimentos publicados, logo após o término da Segunda Guerra, ex-combatentes brasileiros da 2ª Guerra, oficiais da reserva, fizeram um balanço coletivo da formação da oficialidade da reserva no País:

Pequeno é o número dessas unidades em funcionamento, mal instaladas em grande parte, deficientes em material e em locais de instrução básica, orientadas por um programa heterogêneo e dispersivo de treinamento, com muitas matérias inúteis, servidas por um corpo reduzido de oficiais instrutores, recaindo a instrução, quase sempre, em sargentos monitores que, de simples auxiliares, se tornam instrutores permanentes.²⁸²

Imagina-se, pelos indícios dos comentários anteriores, sobre a condição dos CPOR's e NPOR'S, que a formação dos praças, dentro dos quartéis, possivelmente também se dava de forma muito precária. Reafirmando esses indícios, Francisco César Ferraz, afirma que “[...] a força terrestre brasileira, em 1942, refletia fielmente as carências de toda ordem de sua sociedade [...]”.²⁸³ Era composta por equipamentos antigos e obsoletos, a doutrina de formação do soldado era incompatível com as exigências modernas, além da precariedade de higiene, saúde e alimentação.

Esses homens que prestavam o serviço do Exército e recebiam uma instrução deficitária, no período de beligerância brasileiro, se tornavam fortes candidatos a ingressar no contingente expedicionário, pelo grande número de reprovações, nos exames de saúde dos militares da ativa e dos reservistas convocados. Em relação às instruções de ordem prática, recebidas pelos soldados convocados, no Quartel do 25º BC, no período da mobilização de guerra, o Sr. Francisco de Sousa Primo, na composição de suas memórias, recorda sua experiência:

²⁸¹ PIAUÍ. NPOR. Teresina, **Diário Oficial**, 28 dez. 1943, p. 4.

²⁸² MORAES, Berta et al. **Depoimentos de oficiais da reserva sobre a FEB**. São Paulo: Instituto Progresso, 1947.

²⁸³ FERRAZ, op. cit., 2005, p. 44.

[...] instrução de toda natureza corria por dentro da cidade e, naquele acelerado, [...] umas marchas muito pesadas, acampamento de quinze dias. No mês de abril de 1944, o inverno foi muito bom, passamos 15 dias lá para as bandas da granja centro, que hoje tudo é cidade; nesse tempo, era mato. Aqui no Jóquei, passamos 15 dias andando nos matos, fazendo treinamento, instrução de guerra. Acho que era até pior do que lá na guerra, chovendo, e a gente acampado dentro dos matos [...]. Os soldados carregando a mochila, a casa de morada, nas costas, naquela mochila que ia coberta de lona. E a gente montava, abria assim um jirau, e ficávamos ali deitados naquelas caminhas, forradas com palha de pau mesmo, e embaixo a água correndo [...] nesse período de 15 dias, e as muriçocas e os mosquitos em cima [...].²⁸⁴

O ex-combatente, ao constituir sua memória sobre o período em que era recruta, supervaloriza a instrução que era dada no Quartel de Teresina, chegando mesmo a achá-la mais intensa do que os momentos pelos quais passou combatendo na Europa, contrariando informações que apontam as deficiências encontradas nas unidades militares do País, quando estas tiveram que formar contingentes para serem incorporados à FEB. Pode-se compreender a narrativa do Sr. Primo, através da noção de memória apresentada por Alistair Thomson, que trabalha com a idéia de que “[...] compomos memórias que ajudem a nos sentirmos relativamente confortáveis com nossas vidas e que nos dêem um sentimento de serenidade [...]”.²⁸⁵ O autor acrescenta ainda que se compõem memórias que façam com que se seja aceito socialmente ou por determinado grupo. Sendo assim, pode-se inferir que o ex-combatente apresenta uma memória que o coloca de forma confortável com os pracinhas piauienses, produzidos oficialmente como soldados destemidos, como também com o próprio Exército e, especificamente, com o 25º BC, que, em algumas comemorações, ainda fazem lembrar da participação na Segunda Guerra de um contingente piauiense.

Através da solenidade de “compromisso dos recrutas”, organizada no período de guerra pelo comandante do 25º BC, pode-se ter uma percepção panorâmica do que se exigia dos jovens soldados, fortes candidatos a expedicionários, ao ingressarem na caserna. Ao prestarem juramento à Bandeira, “heróis” militares, como Floriano Peixoto e Duque de Caxias, eram rememorados, sendo que os jovens soldados teriam nestes homens a imagem de militares ideais que deveria ser seguida.²⁸⁶ O comandante da Guarnição Federal, ao dirigir-se

²⁸⁴ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

²⁸⁵ THOMSON, op. cit., n. 4, jun. 2001, p. 86-87.

²⁸⁶ A figura de Caxias passou a ser cultuada oficialmente em 1923. Em 1925, o dia de nascimento de Caxias passou a ser comemorado oficialmente como o Dia do Soldado. A institucionalização do culto a Caxias, como o soldado ideal da história militar brasileira, surge no momento em que as revoltas internas e as clivagens políticas faziam parte do cotidiano da corporação, iniciando por parte de uma elite militar um processo de investimento simbólico que enfatizava, através da figura de Caxias, o modelo de legalidade e disciplina. Nas décadas de 1930 e 1940, também é acrescentado às comemorações o discurso de que o Duque, enquanto militar, foi o maior lutador pela unidade e integridade da Pátria. Esta simbologia estará muito presente na produção propagandística do Estado sobre a mobilização de guerra. Para maior aprofundamento sobre o nascimento do culto a Caxias no Exército Brasileiro, ver: Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército. In: CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.13-28.

aos recrutas na solenidade acontecida, em 1943, na Praça Pedro II, lembrava-lhes dos juramentos que deveriam ser cumpridos durante aquele ano de serviço militar obrigatório:

Meus jovens camaradas! Chegou para vós o vosso maior dia – Dia de gala, dia de festa, dia em que, ante a nossa Bandeira, símbolo de fé, símbolo sacrossanto de nossa Pátria, prestastes o mais sério e o mais solene dos juramentos. O mais sério e o mais solene, porque firmastes com a Pátria um pacto de honra, em que vos comprometestes a defendê-la até com sacrifício da própria vida; a vos dedicar com afíco, com ardor e com vontade ao seu serviço, de modo a colaborar no seu progresso e no seu desenvolvimento; a obedecer aos vossos superiores e hierárquicos que, mais experientes e mais velhos, saberão vos conduzir sempre na trilha do bem, do dever e da disciplina consciente, em que cada indivíduo sabe o que quer e o que está fazendo.²⁸⁷

Apesar de o comandante, em seu discurso, não falar diretamente na mobilização militar, pela qual passavam os quartéis do País, deixava-se claro qual o tipo de soldado era solicitado naquele momento. Necessitava-se de um soldado-cidadão que tivesse orgulho em servir a Pátria e que se submetesse a qualquer tipo de diversidade, para cumprir com o seu dever, que era defender a Pátria “até com o sacrifício da própria vida”. No final da solenidade de compromisso dos jovens ingressos ao serviço do Exército, cantavam os presentes o hino nacional, era feita a leitura do BI, e os recrutas desfilavam em continência à Bandeira e, posteriormente, finalizando a cerimônia, pelas principais ruas do centro da cidade.²⁸⁸

A idéia do soldado-cidadão, muito enfatizada no estado de guerra, começou a ser pensada no Brasil ainda no período imperial. A primeira lei relativa ao serviço militar obrigatório no País foi aprovada em 1874, e não chegou a entrar em vigor. A Constituição de 1890 declarou a obrigatoriedade do serviço militar, mas “[...] a lei necessária à sua aplicação, que exigia um ano de serviço militar com seleção por sorteio, não foi aprovada até 1908 [...]”.²⁸⁹ Foi somente em 10 de dezembro de 1916 que aconteceu o primeiro sorteio militar, fazendo com que, pela primeira vez, jovens brasileiros de 21 anos, os chamados soldados-cidadãos, ingressassem obrigatoriamente na caserna, cumprindo com seu dever para com a Pátria.

A luta pelo sorteio universal era algo que acontecia desde o regime imperial, tendo como razão principal a má qualidade dos soldados captados pelo recrutamento.²⁹⁰ A luta continuou nos primeiros anos da República; nos anos de 1915-1916, o poeta Olavo Bilac promoveu uma ativa campanha no País por acreditar, segundo ele, que o sorteio militar seria

²⁸⁷ PIAUÍ. BI n. 135, 25 B.C, 29 jun. 1944, p. 1000.

²⁸⁸ PIAUÍ. B.I n. 148, 25 B.C, 27 jun. 1944, p. 988-989.

²⁸⁹ McCANN, Frank D. **A nação armada**: ensaios sobre a história do exército brasileiro. Recife: Guararapes, 1982. p. 16; 40.

²⁹⁰ CARVALHO, op. cit., 2005, p. 22.

uma forma de salvação do País, o qual se encontrava, segundo ele, em estado lastimável. Para o poeta:

[...] ‘o serviço militar generalizado’ era o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. Era a instrução primária obrigatória; a educação cívica obrigatória; o asseio obrigatório; a higiene obrigatória; a regeneração muscular e psíquica obrigatória [...].²⁹¹

Apesar de o Exército brasileiro ainda apresentar, nos anos posteriores à implantação efetiva do serviço militar obrigatório, uma série de problemas relacionados aos seus efetivos, distante da imagem da caserna projetada por Olavo Bilac, o sorteio militar esteve em pleno funcionamento. Nos anos da mobilização de guerra, muitos editais foram publicados no *Diário Oficial*, convocando os sorteados para que fossem incorporados ao 25° BC.

Na capital, o presidente da Junta de Alistamento Militar era o prefeito Lindolfo Monteiro, que tinha como responsabilidade alistar os jovens que estivessem em idade de cumprir o serviço militar obrigatório. Em cada cidade do interior, a Prefeitura, com sua junta de alistamento militar, tendo como presidente o prefeito, era a instituição responsável por alistar os jovens da região; e, caso fossem sorteados, também tinha como obrigação encaminhá-los até a Circunscrição Militar, em Teresina.

De meados de 1943 ao final de 1944, tendo como referência os editais da 26ª CR, divulgados no *Diário Oficial*, o movimento de jovens, nas unidades militares da capital, sorteados pela Junta Militar de Teresina, parece ter sido intenso. Nesses editais, saía o nome completo dos cidadãos que se deveriam apresentar para o serviço do Exército. Em relação aos jovens do interior do Estado, os editais eram divulgados localmente pela Junta Militar de cada município.²⁹² Dessa forma, os sorteados listados no *Diário Oficial* representavam uma ínfima parte dos jovens que se apresentavam a essas unidades militares.

²⁹¹ McCANN, op. cit., 1982, p. 39.

²⁹² Em 28 de julho de 1943, foi lançado edital de convocação de sorteados pela Junta de Alistamento Militar de Teresina, com 333 nomes de alistados que deveriam prestar ao Exército o serviço militar obrigatório, todos da classe de 1922. Os cidadãos listados haviam sido sorteados em 06 de setembro de 1942, na 26ª CR, e deveriam se apresentar no posto de concentração do 25° BC no período de 1 a 31 de outubro de 1943, para os sorteados de 1ª chamada (222 jovens); e de 1 a 30 de novembro de 1943 para os de 2ª chamada (111 jovens). No final de agosto, saiu edital notificando que todos os sorteados da classe de 1921 do município de Teresina, convocados em 1ª chamada, ao todo mais de cem jovens, entre eles o ex-combatente Pedro Constâncio,²⁹² deveriam comparecer para serem incorporados ao 25° BC. Em 03 de janeiro de 1944, a Junta de Alistamento Militar de Teresina baixou novo edital, convocando mais sorteados da classe de 1922, listando um total de mais de 100 homens. Estes deveriam se apresentar à sede da 26ª CR a fim de serem encaminhados ao 25° BC. Os que não se apresentassem ficariam sujeitos às penalidades estabelecidas nos regulamentos militares e no código penal do Exército.²⁹² Os que se diziam incapacitados fisicamente para o serviço do Exército deveriam também comparecer à Junta de Revisão e Sorteio para serem inspecionados de saúde²⁹². No final de maio de 1944, a Junta de Alistamento Militar de Teresina apresentou uma lista de 400 sorteados convocados para incorporação no Exército nacional. Os mesmos deveriam se apresentar, sem prorrogação de prazo, no período de 1 a 31 de outubro do ano em curso. A mesma lista saiu novamente no mês de outubro, reforçando o chamamento,

O ex-combatente Claudísio Torres, que morava em Teresina, soube por carta que havia sido sorteado para o serviço do Exército.²⁹³ Já o ex-combatente Francisco de Sousa Primo, que vivia no interior do Estado, foi informado que devia prestar o serviço do Exército pela Junta Militar da cidade de Piripiri, tendo que vir a Teresina para a sua apresentação:

[...] quando fui sorteado, metido num terno de brim branco, parecendo gente, cheguei a Teresina. Daqui até lá, era feito uma raspagem [...] uma carroçal, que Deus me perdoe, o barro cobria em cima. Quando chegamos, fomos para [...] CSM. Era lá que a gente se apresentava primeiro, parecendo porcos dentro de um barreiro. Em seguida, veio o comboio de recrutas daqui de Piripiri. Era muita gente, todos sujos que fazia pena [...].²⁹⁴

Através das memórias do ex-combatente, que se tornaria recruta no 25º BC, em 1943, podem ser constatadas as dificuldades pelas quais os jovens do interior do Estado teriam que passar, até se apresentarem na Circunscrição de Recrutamento, devido, nesse caso, à falta de transporte, como também à própria condição das estradas à época. Nesse período, Leônidas Melo dava conta de que Teresina estava ligada, pelas rodovias, a todos os municípios do Estado.²⁹⁵ No entanto, a narrativa do ex-combatente aponta para as condições precárias das estradas piauienses no período de mobilização.

O Serviço do Exército, no período da participação do Brasil na Segunda Guerra, era considerado pelo discurso oficial, entre eles, o do *Diário Oficial*, como referência de cidadania que deveria ser incorporada à sociedade como um todo. A disciplina, a ordem, o patriotismo, características indispensáveis de um bom soldado, deveriam ser ampliados para o maior número de sujeitos sociais. Mas, para os cidadãos listados nos editais, que haviam sido sorteados para o serviço militar obrigatório, naquele período de beligerância, o cumprimento do dever se tornava muitas vezes o seu encaminhamento para o campo de batalha.

Terminado o prazo de um ano vivenciado no Quartel, adquirindo formação militar, o jovem se transformava em reservista, podendo ser posteriormente convocado pelo Exército em caso de necessidade de preenchimento de claros nos contingentes. Um exemplo desses casos foi o do Sr. Francisco de Sousa Primo, ex-combatente, que prestou o serviço do

demonstrando, por parte da guarnição federal do Estado, uma preocupação em fazer com que um número maior de jovens se apresentasse para o cumprimento de seu dever de cidadão Ver: PIAUÍ. Junta de Alistamento Militar de Teresina. Teresina, **Diário Oficial**, 31 jul. 1943, p. 5-6; PIAUÍ. Ministério da Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 28 ago. 1943, p. 3; PIAUÍ. 10ª Região Militar. Teresina, **Diário Oficial**, 31 ago. 1943, p. 4; PIAUÍ. Junta de Alistamento Militar de Teresina. Teresina, **Diário Oficial**, 6 jan. 1944, p. 7; PIAUÍ. 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, **Diário Oficial**, 17 maio 1944, p. 9; PIAUÍ. Ministério da Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 26 out. 1944, p. 5-6.

²⁹³ CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

²⁹⁴ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

²⁹⁵ Para uma visão panorâmica dos meios de transportes no Piauí no período do Estado Novo, ver: NASCIMENTO, op. cit., 2002, p.175-208.

Exército no período da mobilização de guerra e posteriormente foi convocado como reservista:

[...] Esse período aqui era de muito trabalho, muita dificuldade, porque estava em tempo de guerra, estavam preparando o pessoal para a guerra; as instruções eram muito forçadas, muito rigorosas, mas para mim foi muito bom. Pelo motivo: eu servindo incorporei na 3ª Companhia, depois fui transferido para a 2ª Companhia, lá passei o ano (um ano e um mês) foi o período que servi no primeiro tempo. Como soldado aqui no Brasil, foi muito bom, porque apesar de eu ter pouca instrução, mas tive boa vontade, cumpri, acho que cumpri o meu dever direitinho [...].²⁹⁶

O cumprimento do dever e a imagem do bom soldado produzida sobre si nesta fala do depoente aparecem nas falas de outros entrevistados, também ex-combatentes, que fizeram parte do contingente piauiense incorporado à FEB. Falas que geram certa estabilidade na memória desse grupo, pelo menos em relação a seus papéis, enquanto soldados-cidadãos exigidos naquele momento. Nota-se, através dessas narrativas, que as experiências individuais desses homens ajustaram-se, em suas memórias, ao ideal de soldado produzido pelos órgãos oficiais no estado de guerra, e que ainda permanece vivo na memória do Exército Brasileiro.²⁹⁷

Quando os reservistas eram convocados para novamente serem incorporados ao Exército, como no caso do Senhor Francisco de Sousa Primo, deveriam apresentar-se primeiramente à 26ª CR e, posteriormente, ao Centro de Reunião do 25º BC, que funcionava diariamente no período da mobilização de guerra, das 07:00h às 11:00h, para os convocados,²⁹⁸ no dia fixado na Carta da Chamada. Nesta carta, encaminhada aos convocados pela 26ª CR, era aplicado um carimbo onde estava citada toda a documentação que deveria ser apresentada ao BC. Além da documentação exigida, entre elas a certidão de reservista, o jovem preenchia uma ficha de apresentação que era adquirida na sede da Circunscrição.

O Dia do Reservista, muito lembrado no período da mobilização, recebeu atenção especial no ano de 1943. Os centros de apresentação, por exemplo, funcionaram em vários locais, como, por exemplo, nos quartéis do 25º BC e da Força Policial; na sede do Tiro de Guerra 79; na Escola Domingos Monteiro; na Prefeitura Municipal; na 1ª Companhia do 25º BC; e no Ginásio Municipal “São Francisco de Sales”. A Comissão de Propaganda, que ficou

²⁹⁶ NASCIMENTO, op. cit., 2002, p.175-208.

²⁹⁷ Teve-se como referência a discussão de memória de Alistair Thomson, presente no texto, Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: **História Oral**, n. 4, p. 86-87, jun. 2001.

²⁹⁸ PIAUÍ. 10ª Região Militar. Teresina, **Diário Oficial**, 15 abr. 1943, p. 1.

responsável pela divulgação desse dia e dos locais de apresentação dos mesmos, era composta por Artur Passos, diretor do DEIP; e B. Lemos, diretor da *Gazeta*.²⁹⁹

Assim como eram publicados, no *Diário Oficial*, os editais de chamamento com a lista de nomes de sorteados que deveriam comparecer à Circunscrição de Recrutamento, para depois serem incorporados ao Exército, igualmente acontecia com os chamamentos de cidadãos reservistas. Estes deveriam comparecer à Junta de Revisão e Sorteio na 26ª CR, e depois ao 25º Batalhão de Caçadores. Os editais encaminhados aos jovens reservistas do Estado apareciam quase que diariamente no *Diário Oficial*.³⁰⁰ Os primeiros reservistas convocados na mobilização de guerra, e que retornaram aos quartéis, foram os da classe de 1919 e 1921, jovens que tinham entre 21 e 23 anos de idade.³⁰¹

Muitos reservistas não compareciam ao chamado do Exército, e alguns não eram encontrados nos endereços informados à 26ª CR. Os reservistas que não informavam a mudança de suas residências podiam sofrer multas e prisões por deserção.³⁰² O desertor era tido como o avesso do soldado ideal, em razão de fugir aos seus deveres de patriota, assim como macular a “memória gloriosa do Exército brasileiro”. A lista dos reservistas que não compareciam aos chamados era afixada na porta principal da Junta, e divulgados no *Diário Oficial* e nas amplificadoras da cidade.³⁰³ Faz-se interessante lembrar que, no período da mobilização de guerra, funcionavam em Teresina a Rádio Propaganda Sonora Rianil, também

²⁹⁹ O DIA DO RESERVISTA. *Gazeta*, Teresina, sábado, 11 dez. 1943, p. 4; PIAUÍ. O dia do reservista. Teresina, *Diário Oficial*, 7 dez. 1943, p. 2.

³⁰⁰ No final de abril de 1943, saiu uma lista com o nome de 97 reservistas de 1ª e 2ª categorias, que se deveriam apresentar à 26ª C. R. para serem incorporados ao 25º BC. Quando os reservistas não compareciam à Junta de Revisão e Sorteio seus nomes eram divulgados no *Diário Oficial* para que se encaminhassem à 26ª CR para o pagamento de multa. Muitos desses reservistas não compareciam quando eram convocados e isso se dava, muitas vezes, porque estes não avisavam quando mudavam de residência, e a carta de convocação não chegava às suas mãos. Em razão disso, a Circunscrição divulgava o nome dos convocados em jornal e pedia seu comparecimento com urgência. Em pedido de comparecimento datado de 14 de maio de 1943, foi divulgado o nome de 72 reservistas que não haviam sido encontrados e que se deveriam apresentar à sede da CR. Em 25 de junho de 1943, a 26ª CR lançou edital de chamada de reservistas, todos de 1ª categoria, que não haviam comparecido, em editais anteriores, à sede da Circunscrição. Estes reservistas também não haviam sido encontrados em suas residências no ato da convocação que tinha acontecido em abril de 1943. Deixava-se claro nesse documento que, caso os mesmos não comparecessem no prazo estipulado, 8 dias, seriam considerados desertores. Na lista em anexo, além dos nomes dos reservistas, saía conjuntamente o nome dos respectivos pais. Ver: PIAUÍ. 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, *Diário Oficial*, 9 jun. 1943, p. 7; 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, *Diário Oficial*, 16 jun. 1943, p. 5; Ministério da Guerra. Teresina, *Diário Oficial*, 3 jul. 1943, p. 10; Ministério da Guerra. Teresina, *Diário Oficial*, 3 jul. 1943, p. 16; 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, *Diário Oficial*, 27 abr. 1943, p. 2; 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, *Diário Oficial*, 5 jul. 1943, p. 8; 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, *Diário Oficial*, 21 maio 1943, p. 7; Ministério da Guerra. Teresina, *Diário Oficial*, 26 jun. 1943, p. 2.

³⁰¹ FALCÃO, op. cit., 1999, p. 187.

³⁰² As multas adquiridas através de mudança de residência eram relatadas nos B.I's da 26ª CR quase que diariamente. Como exemplo, ver PIAUÍ. BI n. 88, 26ª CR, 31 jul. 1945, p. 247.

³⁰³ PIAUÍ. Junta de Alistamento Militar de Teresina. Teresina, *Diário Oficial*, 22 jan. 1944, p. 3.

chamada de estação pioneira, e a Rádio Amplificadora Teresinense. Estas se tornaram instrumentos de divulgação, em geral, da mobilização de guerra na Capital.³⁰⁴

Provavelmente em razão do número de convocados que não compareciam ao chamamento, saiu em agosto de 1943 o aviso de que a ficha impressa que serviria de declaração de mudança de endereço para os reservistas encontrava-se nas agências dos Correios e Telégrafos disseminados em todo o Estado. No entanto, nomes de possíveis desertores continuaram a sair nos meses seguintes, com o aviso de que aqueles cidadãos listados deveriam comparecer com urgência à sede da 26ª CR.³⁰⁵

Além dos editais e dos chamamentos patrióticos encaminhados aos jovens piauienses, a produção de matérias e uma propaganda de mobilização militar tornaram-se mais intensas também a partir de julho de 1943. Em 25 de julho desse mesmo ano, foi reproduzida, no jornal *Gazeta*, uma matéria de Silvino Monteiro de Souza, militar responsável pela propaganda do voluntariado. Nela, são enfatizadas as razões que fizeram com que o País participasse da guerra, haja vista que, segundo o tenente, o Brasil podia ser considerado tradicionalmente como pacífico. Ressaltava-se a necessidade da criação de instrumentos de segurança para o País, entre eles, a mobilização militar. Sendo assim, para o propagandista, o Ministério da Guerra abriu o voluntariado, para que os jovens patriotas pudessem contribuir com a defesa do País incorporando-se às fileiras do Exército:

Eis aí, Mocidade do meu País! Quanto de mais auspicioso, de mais significativo para esta grande Nação, tão jovem como forte, do que esse ato de alta visão cívico-militar, de lançar a oportunidade para que cada cidadão receba, nesta hora grave que atravessamos, por suas próprias mãos, a quota de responsabilidade que lhe cabe perante a consciência nacional!³⁰⁶

A tradição militar brasileira, com seus grandes acontecimentos e heróis, criados pelos próprios órgãos oficiais, era rememorada. Dos tempos coloniais aos primeiros anos da República nomes e fatos se tornaram referências representativas do que foi “a ação gloriosa dos antepassados” diante das necessidades da Pátria. Desse passado de glórias era lembrado o rechacimento feito à pirataria estrangeira, à grandeza de Tiradentes, à epopéia dos bandeirantes, como também ao papel do Marechal de Ferro na Guerra do Paraguai.

³⁰⁴ Para maior aprofundamento sobre o papel das amplificadoras em Teresina, na década de 1940, ver: SOLON, Daniel Vasconcelos. Novos sons se espalham por Teresina: os altos falantes e o processo de modernização das cidades. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO JR, F. C. Fernandes. **Encruzilhadas da história: rádio e memória**. Recife: Bagaço, 2006. p. 167-196.

³⁰⁵ PIAUÍ. 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, **Diário Oficial**, 28 dez. 1943, p. 8-9; 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, **Diário Oficial**, 27 maio 1944, p. 10.

³⁰⁶ O VOLUNTARIADO NO EXÉRCITO. **Gazeta**, domingo, 25 jul. 1943, p. 2.

De acordo com a propaganda de mobilização, assim como os antepassados demonstraram o seu heroísmo, quando solicitados pela Pátria, o mesmo aconteceria com os homens mobilizados naquele atual estado de beligerância. Enfatizavam-se, nas matérias, os procedimentos utilizados pelo Eixo para justificar o ingresso voluntário de jovens brasileiros no Exército nacional, entre eles, a traição de inimigos que pregavam ideologias destrutivas, e principalmente os afundamentos de navios brasileiros acometendo dezenas de vítimas.

Para o propagandista, era chegada a hora de defender a Bandeira do País e provar o amor à Pátria, através do ingresso de voluntários nas fileiras do Exército. Eis a forma como o responsável pela propaganda do voluntariado se remetia, à época, aos possíveis jovens voluntários:

[...] Ide! Ingressai voluntariamente nas fileiras do Exército! Deixai por um momento as folhas cheias da carnaúba, o vosso gado das “caatingas”, a vossa faina civil, e procurai a Caserna! Lá – naquela Escola de Ordem e Disciplina – receberéis os ensinamentos precisos, necessários à vossa formação de SOLDADO e indispensáveis à condição de verdadeiro Cidadão! Estareis, ombro a ombro, com cada um de vossos camaradas, ao lado de Antonio João no supremo sacrifício! Vereis Osório carregando em Tuiuty, ouvireis de perto as baterias de Mallet, sentireis os passos coléricos de heróis moribundos, arrastando a metralha, empunhareis com orgulho a espada invicta de Caxias! [...].³⁰⁷

Esse trecho da propaganda volta-se principalmente para os homens do sertão, como o ex-combatente Francisco de Sousa Primo, aos jovens que tinham uma vivência campestre, acostumados à vida rústica, ao ar livre, afastados dos ares da vida urbana e da disciplina da caserna. São esses homens do campo, em sua maioria, que serão convocados para ingressarem na Força Expedicionária Brasileira e que deveriam estar em pé de igualdade com os soldados dos exércitos que combatiam em *fronteuropeu*.

Em julho de 1943, foi lançado edital pelo 25º BC, dando conta da abertura do voluntariado, para o preenchimento de claros decorrentes da mobilização. O discurso oficial reforçava a idéia, muito divulgada no estado de guerra, de que a mocidade piauiense, assim como a de todo o território nacional, acorria aos chamados da Pátria. Com a abertura do voluntariado, ainda de acordo com o produzido pela propaganda, surgia a oportunidade de a juventude piauiense, conhecida pelo “ardor cívico e sempre atendente aos reclames da Nação”, agora em mobilização de guerra, servir ao “glorioso” Exército: “[...] os claros do 25.º BC hão de ser postos disputados pelos sentimentos do dever, pela consciência cívica, e pela convicção de lealdade dos nossos patrícios”.³⁰⁸

³⁰⁷ O VOLUNTARIADO NO EXÉRCITO. **Gazeta**, domingo, 25 jul. 1943, p. 2; BRASIL. O voluntariado no Exército. **Diário Oficial**, Teresina, 19 jul. 1943, p. 3.

³⁰⁸ PIAUÍ. Voluntariado – expressão de patriotismo. Teresina, **Diário Oficial**, 5 jul. 1943, p. 8; FALCÃO, op. cit., 1999, p. 214.

Nesse período, para participar da seleção do voluntariado, o candidato tinha que ser brasileiro nato, de mais de 21 anos e menos de 26 anos, ter boa conduta, possuir aptidão física para o serviço ativo, ser solteiro ou viúvo sem filhos, ter no mínimo instrução primária completa.³⁰⁹

No início de 1944, foi lançado outro edital pelo Ministério da Guerra, informando da abertura de voluntariado. Neste edital, já se percebem algumas alterações nos critérios da seleção de voluntários, relacionados à idade e à escolaridade, apontando para as dificuldades que se apresentavam nesse momento, na seleção de homens que deveriam ser incorporados à FEB. Nos novos critérios de seleção de jovens, para ingressarem como voluntários nas fileiras do Exército, estavam os de ser brasileiro nato, ter boa conduta, revelar aptidão física para o serviço do Exército, ter entre 18 e 30 anos, e ser solteiro ou viúvo sem filhos.³¹⁰

Em conclamação aos possíveis jovens voluntários piauienses, apareciam nos noticiários chamamentos tais como: “Brasileiro! Comparece ao voluntariado; fardado, na posição de sentido, olhar sereno, sobre as dobras auriverdes; o Hino Nacional inflamará tuas virtudes militares, tornando-te um verdadeiro cidadão, digno do solo ubérrimo de tua Pátria!”.³¹¹ Ou ainda: “Brasileiro! Procura as fileiras: envergarás com orgulho a farda do Exército nacional. O 25º BC está recebendo voluntários”.³¹² Ou esse: “Brasileiro! Se não tiveste a ventura de ser soldado, vai agora apresentar-te voluntariamente às fileiras – empunharás com garbo o teu fuzil e a Nação inteira se orgulhará de ti!”.³¹³

A formação e organização de um corpo expedicionário, no mês de julho de 1943, mostravam-se consolidadas, sendo que a mobilização militar que acontecia em todo o território brasileiro, com a convocação de reservistas e a abertura do voluntariado, fazia com que os selecionados se tornassem fortes candidatos a expedicionários que lutariam em *front* externo. A produção de uma propaganda oficial, encaminhada a esses jovens cidadãos do sexo masculino, foi um instrumento vastamente utilizado nos jornais locais, sendo que, através desse meio de comunicação, o jovem piauiense era cotidianamente evocado para o cumprimento de seu dever que era a defesa da Pátria.

Alguns desses homens, que atendiam ao chamamento oficial, tornavam-se, pela propaganda, exemplos a serem seguidos; como foi o caso do piauiense Joaquim Ferreira da

³⁰⁹ PIAUÍ. 10ª REGIÃO MILITAR. Teresina, **Diário Oficial**, 7 jul. 1943, p. 8.

³¹⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA. **Gazeta**. Teresina, quarta-feira, 9 fev. 1944, p. 4.

³¹¹ PIAUÍ. Brasileiro! Teresina, **Diário Oficial**, 10 jul. 1943, p. 2; Brasileiro! Teresina, **Diário oficial**, 7 out. 1943, p. 4.

³¹² PIAUÍ. Brasileiro! Teresina, **Diário Oficial**, 10 jul. 1943, p. 3.

³¹³ PIAUÍ. Brasileiro! Teresina, **Diário Oficial**, 10 jul. 1943, p. 5; Brasileiro! Teresina, **Diário Oficial**, 10 set. 1943, p. 3.

Silva, funcionário público e sargento da reserva, que se ofereceu como voluntário para as fileiras do Exército, através de telegrama enviado ao ministro da Guerra e que foi divulgado pelo Diário Oficial:

Não tendo sido convocada minha classe, ofereço meus serviços voluntariamente ao grande presidente Vargas por intermédio de V. Excia., no momento da organização do Batalhão Expedicionário, para a defesa incondicional da pátria brasileira, brutalmente agredida pela horda dos corsários do Eixo.³¹⁴

No mesmo jornal, foi colocada a resposta do ministro da Guerra, que felicitava o jovem piauiense, por sua disposição em servir ao Exército e à Pátria voluntariamente. De acordo com essa propaganda do voluntariado, a posição do Brasil na guerra em andamento não era platônica. Os soldados estavam sendo instruídos na caserna, para o campo de batalha, de que o dever dos brasileiros, naquele momento, era contribuir nem que fosse com o sacrifício da própria vida.

Quando do afundamento dos navios, vários jovens teriam saído às ruas pedindo a declaração de guerra, e, segundo a propaganda, muitos deles possivelmente já teriam sido incorporados às fileiras do Exército. No entanto, para o discurso oficial, muitos não eram reservistas, e a abertura do voluntariado ofereceria naquele momento “[...] a esses rapazes destemidos e briosos a ocasião de realizarem os seus nobres e patrióticos anseios [...]”.³¹⁵ De acordo com os chamamentos oficiais, o jovem só poderia se considerar verdadeiramente brasileiro, ou seja, se considerar um cidadão da Nação, quando oferecesse seus serviços à Pátria.³¹⁶

É interessante ressaltar que, apesar de a propaganda oficial exigir, dos jovens convocados, ações referenciadas em uma “heróica” tradição militar, as condições de vida do aquartelado brasileiro, às vésperas do estado de beligerância, limitavam a formação de um soldado apegado aos apelos patrióticos. A vida do soldado na caserna, naquele período, não era das melhores. Faltava higiene nas acomodações, a alimentação era de péssima qualidade, os equipamentos eram velhos e obsoletos, a munição era rara, as fardas eram feitas com tecidos de má qualidade, e “[...] o que era pior, o Exército repetia em grande parte e talvez inevitavelmente [...] os piores elementos da estratificação da sociedade brasileira [...]”.³¹⁷

Mesmo com as precárias condições de vida do soldado brasileiro do início da década de 1940, encontram-se constantemente nos Boletins Internos do 25º Batalhão de Caçadores,

³¹⁴ PIAUÍ. A vez do voluntariado. Teresina, **Diário Oficial**, 10 jul. 1943, p. 5.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 12.

³¹⁶ PIAUÍ. És moço? Teresina, **Diário Oficial**, 17 jul. 1943, p. 12.

³¹⁷ NEVES, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. p. 80-81.

no período da mobilização militar, a informação de encostados, civis voluntários, que esperavam pela seleção médica do quartel, para posteriormente serem incorporados à Unidade. Uma das possíveis razões para entender-se o interesse de esses homens quererem ingressar nos contingentes do Exército naquele momento de guerra podia ser encontrada na produção propagandista feita pelo Estado, tanto em nível federal quanto estadual, com forte apelo patriótico.³¹⁸ Outro possível motivo, que também deve ser levado em consideração, pode estar relacionado às próprias deficiências socioeconômicas pelas quais passava o País; razão pela qual “[...] alguns dos recrutados viam na instituição militar a garantia de um emprego, refeição, abrigo, que não teriam certeza de obter em outro lugar [...]”.³¹⁹

Não se sabe até que ponto essa propaganda de mobilização militar e a arregimentação de homens atingiram os jovens piauienses. Mas quando aconteciam casos exemplares no Estado, que mostrassem seus efeitos, dando conta de que os jovens estavam atendendo aos “apelos da Pátria”, os noticiários tratavam de divulgar em lugar estratégico. Em 19 de novembro de 1943, Dia da Bandeira, na *Gazeta*, por exemplo, com a explicativa de que se estava satisfazendo a solicitação de um sentenciado que havia remetido uma “atenciosa” carta à redação, foi divulgada a seguinte prece:

PRECE À BANDEIRA

Oh! Bandeira de minha Pátria querida
Escuta um pobre filho que no seio da dor
Sofre as mágoas tiranas desta vida.
Todavia és Pátria, és berço, és meu amor.

Humilde brasileiro nato, na seiva da mocidade
Hoje infeliz tombado ao abismo da prisão
Rogo de ti, dá-me, Bandeira, a liberdade;
Inexaurível pendão da Pátria, dá-me o perdão.

Sagrada Bandeira da ordem e do progresso
Silenciosa voz que no teu azul flutuas,
Dá ordem a fim de progredir o que ora peço,
Que só livre defenderei as cores tuas.

E o que farei como preso hoje isolado?
Se chama os filhos para a Pátria defender?
Conformado, espero ver-me do teu lado
Como livre soldado no front a combater.
Favorecei-me, fraterno Sr. presidente,
Em honra da Bandeira, deixai-me livre.

³¹⁸ O afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, resultando em dezenas de mortes, também é dado, na historiografia que discute a participação do Brasil na Segunda Guerra, como motivo para que muitos homens se apresentassem nos quartéis como voluntários. Os afundamentos causaram “comoção em todo o País, obra de apenas um submarino nazista, o U-507. Em poucos dias, o U-507 afundou cinco navios e um pequeno veleiro”. In: BONALUME NETO, op. cit., 1995, p. 43.

³¹⁹ FERRAZ, op. cit., 2003, p. 60.

Fazei valer o amor à prece de um delinqüente
Já que o amor à Pátria eu sempre tive.

Teresina, 15/11/1943,
Do Infeliz sentenciado
EDISON AUGUSTO DE CARVALHO³²⁰

Pode-se inferir, com base nesta prece, feita por um presidiário do Estado, que, ao tempo em que a propaganda consumida pela população poderia ter um efeito desejado pelos órgãos oficiais, convertendo até criminosos que se sentiam afetados pelos deveres patrióticos, ela pode também apontar para outros usos, como, por exemplo: – Será que o “infeliz sentenciado” consumiu a mobilização de jovens, da forma como foi pensada e produzida pelo governo ditatorial ou reelaborou-a como uma possibilidade real de livrar-se dos muros da prisão e, quem sabe, adquirir sua liberdade após o dever cumprido? No entanto, convém esclarecer, dos mais de 25.000 soldados que compuseram a Força Expedicionária Brasileira, apenas pouco mais de mil se ofereceram como voluntários³²¹.

Além dos exemplos de jovens que se ofereciam para lutar em defesa da Pátria, os noticiários apresentavam constantes editais da 26ª CR, convocando jovens reservistas que não haviam comparecido aos chamados dos órgãos oficiais. Por conseguinte, no final do mês de julho de 1943, começaram a sair as primeiras listas com os nomes daqueles que não atenderam aos chamados dos editais de convocação, sendo considerados, desta forma, desertores do Exército. No edital de 28 de julho de 1943, assinado pelo comandante do 25º BC, major Adovaldo Figueiredo de Souza, foram listados 44 desertores.³²²

Em relação aos possíveis desertores, algumas justificativas foram pontuadas no *Diário Oficial*, para que os jovens reservistas piauienses não tivessem se apresentado quando da sua convocação. A matéria, ao discutir o que poderia ter acontecido com os *não-apresentandos*, afirmava que se negava a acreditar que foi a falta de espírito patriótico e de cumprimento dos deveres de seus conterrâneos, já que estes sempre deram provas de devotamento cívico e respeito às leis. O que estaria acontecendo, então, para que esses jovens não respondessem ao chamado da Nação? Questionava o editorial que tentava encontrar uma resposta:

O que lhes está acontecendo deve, talvez, ser explicado por motivos outros. Embora ninguém se possa exculpar de falta ou crime alegando a ignorância da lei ou dos atos oficiais regularmente públicos, ocorre, porventura, a circunstância de que, pela deficiência dos nossos órgãos de publicidade, não lhes tenha ainda chegado ao

³²⁰ PRECE À BANDEIRA. *Gazeta*, Teresina, sexta-feira, 19 nov. 1943, p. 2.

³²¹ Informação obtida através da entrevista do historiador militar Denisson de Oliveira, professor de História da UFPR. Disponível em: <<http://www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/entrevista0124.asp>>. Acesso em: 7 abr. 2008.

³²² PIAUÍ. Ministério da Guerra. Teresina, *Diário Oficial*, 3 ago. 1943, p. 6.

conhecimento o edital de chamada para as fileiras. É possível também que, não se encontrando em Teresina alguns desses jovens, pelo fato de residirem no interior ou terem suas atividades desempenhadas noutros meios, ignorem efetivamente as publicações oficiais, mediante as quais têm sido convocados a comparecer à competente repartição.³²³

Essas explicações, segundo o Jornal, podiam ser pertinentes ao caso, dirimindo a falta grave dos incursos. Entretanto, apesar de atenuar a gravidade da situação, que teria sido “criada involuntariamente”, foi chamada a atenção para as conseqüências advindas da deserção. Esta era prevista em lei como crime, e “[...] em todos os códigos de educação cívica, apontada como atitude desprimorosa e condenável [...]”.³²⁴ De acordo ainda com o cronista, essas intervenções e conselhos seriam bem interpretados pelos jovens a tempo de evitar-lhes dissabores em razão de que as autoridades responsáveis pelo serviço militar teriam como dever aplicar a lei e os regulamentos.³²⁵

Dessa forma, percebe-se que, mesmo com uma legislação que obrigava o soldado a cumprir seu dever de cidadão, que poderia implicar em fortes danos à convivência social para aquele que não a cumprisse, e à utilização dos meios disponíveis na produção de uma mobilização militar, que colocava esta como imprescindível à defesa da Pátria, as configurações históricas presentes no período da mobilização de guerra permitiam variadas vivências, muitas vezes contraditórias ao modelo de sociedade e soldado idealizado pelo Estado ditatorial.

³²³ PIAUÍ. Reservistas convocados e desertores. Teresina, **Diário Oficial**, 3 ago. 1943, p. 12.

³²⁴ Id. *ibid.*

³²⁵ Id. *ibid.*

4 O CONTINGENTE PIAUIENSE DA FEB: HISTÓRIA E MEMÓRIA

4.1 Aí eu vim para minha terra, quando, em poucos dias, fui chamado para ir à guerra

Em meados de dezembro de 1943, começa-se a divulgar, com maior intensidade, no *Diário Oficial*, a participação efetiva do Brasil na guerra, com a formação de uma força expedicionária para lutar em campos europeus. À época, Mascarenhas de Moraes, futuro comandante da FEB,³²⁶ encontrava-se em Argel, chefiando um grupo de oficiais brasileiros que foram conferenciar com o Alto Comando Aliado, de onde anunciou: “[...] o Brasil enviará forças de terra e unidades aéreas para servir na Europa e na África”.³²⁷ Estava em missão oficial de reconhecimento para a Força Expedicionária Brasileira. Entre os homens que acompanhavam Mascarenhas, estavam também os oficiais da Força Aérea Brasileira, que visitaram as instalações das forças aéreas aliadas.³²⁸ O noticiário oficial informava sobre a repercussão positiva, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, da substancial ajuda do Brasil, com suas forças de terra e ar que iriam engrossar as fileiras das forças aliadas.³²⁹

Os primeiros soldados da Força Expedicionária Brasileira começaram a chegar ao teatro de guerra italiano em julho de 1944, mas foi somente na primeira semana de dezembro do mesmo ano que foi divulgado, através do *Diário Oficial*, a determinação do ministro da Guerra, de que os Estados que constituíam a 10ª Região Militar – Ceará, Piauí e Maranhão – teriam que concorrer com um contingente regular de praças para aquela Força Expedicionária.³³⁰ Ressalte-se que, nesse momento, alguns “nortistas” piauienses já faziam

³²⁶ A designação de Mascarenhas de Moraes como organizador e instrutor da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária foi efetivada antes dessa viagem, em 7 de agosto de 1943, mas somente em 28 de dezembro de 1943, após a viagem, foi publicada uma portaria, dando-lhe o comando único de todas as unidades que lutariam ao lado dos aliados. In: SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000. p. 57.

³²⁷ PIAUÍ. Afirmando de modo positivo a influência da América Latina. Teresina, **Diário Oficial**, 16 de dezembro de 1943, p. 12.

³²⁸ Id. *ibid.*

³²⁹ PIAUÍ. Chega a Argel o general Mascarenhas de Moraes. Teresina, **Diário Oficial**, 18 dez. 1943, p. 1.

³³⁰ O transporte da FEB para a Itália deu-se em cinco escalões. O primeiro escalão foi composto por 5.075 homens; o segundo e terceiro, que saíram juntos do Brasil, totalizavam 10.375 homens; o quarto escalão formava-se de 4.691 homens; e o 5º escalão de 5.082 homens. Os homens do contingente regular piauiense partiram do Rio de Janeiro no 5º escalão, dia 8 de fevereiro de 1945, e chegaram à Itália no dia 22 do mesmo mês. Este juntamente com o 4º Escalão formavam o Depósito de Pessoal da Força Expedicionária. O Depósito de Pessoal era responsável pelo reacompanhamento das baixas ocorridas em combate. Boa parte das produções que têm como temática a FEB vem com as informações sobre os seus cinco escalões, entre elas: CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960. p. 164-165; SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A feb por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000, p.61-68; MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A feb pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. p.

parte da FEB, entre eles, Antonio de Andrade Poty e Claudísio Torres de Carvalho, que, no período da mobilização de guerra, prestavam serviço ao Exército na guarnição federal situada em Teresina.³³¹

Com a exigência de um contingente regular de soldados, a contribuição do 25º BC, diferentemente do que vinha acontecendo, teria que ser mais vultosa. Nesse sentido, telegramas foram trocados entre o comandante da 10ª Região Militar e o chefe do Estado do Piauí, na intenção de que o contingente regular piauiense fosse formado a contento. O assunto principal desses telegramas era o orgulho que causaria à Região Militar ter seus soldados, colaborando de forma efetiva, na defesa da Pátria, constituindo parte da Força Expedicionária Brasileira; como também ter, por parte da Interventoria, o total apoio na arregimentação de soldados do estado.³³²

Dessa forma, o *Diário Oficial*, um dos instrumentos de propaganda utilizado pela Interventoria, como também pela guarnição federal do Estado, tratava de produzir o que se esperava da mocidade do Estado, nesse momento de apelo da Pátria. Dizia-se que a mocidade conterrânea não fugiria ao cumprimento de seu dever patriótico, e teria, naquela oportunidade, o ensejo “[...] de patentear, mais uma vez, as altas e tradicionais virtudes militares de nossa terra e de nossa gente, sua firmeza de ânimo, sua capacidade de resistência na defesa da soberania nacional”.³³³ O editorial acrescentava ainda:

Nenhum filho deste Estado, nenhum piauiense filiado às Forças Armadas da nação deixará, por certo, de ocorrer, pressuroso, à sede de sua unidade para receber o mandato magnífico de defensor da dignidade pátria, no desempenho do qual cumprirá, não importa se com sacrifício, juramento solene e sagrado prestado sob o pavilhão auriverde e no ardor de mais nobre dos sentimentos, o sentimento patriótico.³³⁴

O amor patriótico e a tradição militar do piauiense eram reproduzidos pelos órgãos oficiais, como componentes que levariam os jovens do Estado ao cumprimento de seu dever de cidadão. É interessante também ressaltar que, nesse momento, as representações produzidas nos noticiários locais sobre a mobilização militar no Estado mostravam o homem

41-59. FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a segunda guerra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; NEVES, Luís Felipe da Silva. A força expedicionária brasileira: 1944-1945. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Segunda guerra mundial**: um balanço histórico. São Paulo: Xamã, 1995. p. 295-318.

³³¹ B.I., nº 149, 25 BC, 28 jun. 1944, p. 998; B.I nº 153, 25 B.C, de 3 jul. 1944, p.1011. Antonio de Andrade Poty partiu no 3º escalão para a Itália; e Claudísio Torres de Carvalho no 4º escalão. In: **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 59-67; CARVALHO, Claudísio Torres de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 10 fev. 2007.

³³² PIAUÍ. Força Expedicionária Brasileira. A contribuição da 10ª Região Militar. Teresina, **Diário Oficial**, 5 dez. 1944, p. 1.

³³³ Id. *ibid.*

³³⁴ Id. *ibid.*

piauiense muito semelhante à imagem de sertanejo produzido por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Nesta obra, o autor, ao falar sobre as duas categorias de mestiçagem acontecidas no Nordeste, o litoral constituidor do mulato e o sertão formador do curiboca, resultado da mestiçagem entre as índias e os bandeirantes paulistas, optou pela superioridade do sertanejo.³³⁵ Por sua vez, Renato Castelo Branco, em livro lançado sobre o Piauí, no período da mobilização de guerra, reforça a semelhança entre o sertanejo forte e corajoso de Euclides da Cunha e o homem piauiense, representado em sua obra na figura do vaqueiro. Nesta obra, denominada “O Piauí: a terra, o homem, o meio”, o autor se inspirou no trecho da obra *Os Sertões* para descrever o piauiense típico:

O retrato não podia ser mais fiel. Quem o lê tem, diante de si, nítida, a imagem do vaqueiro piauiense: Hércules-Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gíngante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável. É o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra rememorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendente que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combalida, operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente, exigindo-lhes o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estrutura e no gesto; a cabeça firma-se-lhe, alta sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar de tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.³³⁶

Essa representação de piauiense, que se transmutava em uma fortaleza diante de quaisquer “incidentes”, permeará as produções oficiais locais, quando estas propagandeavam a necessidade da participação daqueles homens na defesa da soberania nacional. De acordo

³³⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil 1**: um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 2001. p. 152-170.

³³⁶ CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí**: a terra, o homem, o meio. São Paulo: Quatro Artes, 1970. p. 59-60. De acordo com a nota preliminar feita pelo autor nessa 2ª edição, essa obra teve em sua primeira edição o título “A civilização do Couro”. É interessante também lembrar que a primeira edição foi publicada pelo DEIP.

com essas matérias, o piauiense não fugiria de seu dever de cidadão e patriota; e compareceriam às unidades militares quando fossem solicitados. Vê-se então que se trata de uma “tradição” inventada sobre o sertanejo, na virada do século XIX para o XX, que será reavivada, no Estado, no momento de mobilização nacional.

No entanto, apesar de essa produção oficial reforçar a inquebrantável fortaleza do nordestino e do piauiense, ela será problematizada pelos próprios índices de reprovação nos exames de saúde dos selecionados para a composição da Força Expedicionária Brasileira.³³⁷ Pode-se dizer que houve elevado número de brasileiros selecionados e considerados incapazes, por apresentarem dentadura insuficiente, cerca de 70% na Amazônia; incapacidade física, de 8 a 10% na Amazônia e no Nordeste; doenças sexualmente transmissíveis; parasitoses e outras moléstias.³³⁸

Acrescente-se que, quando houve necessidade do contingente regular, todos os soldados do quartel do 25º Batalhão de Caçadores, de acordo com as memórias do Sr. João Paulino Torres,³³⁹ passaram pelo exame de saúde; muitos não foram considerados capazes, dentro dos moldes exigidos do soldado, para que este fosse incorporado à Força Expedicionária, realidade constatada nos quartéis de todo o País. Sendo assim, os homens que cumpriam o Serviço Militar, naquele momento, os recrutas, tornavam-se fortes candidatos a ingressarem no contingente expedicionário pelo grande número de reprovações, nos exames de saúde dos militares da ativa, como também dos reservistas convocados.

A nova missão dos reservistas convocados, no período da mobilização de guerra, era a de preencher os claros que começavam a aparecer nos quartéis, como também, para os encaminhados ao Depósito de Pessoal da FEB, de defender a Pátria do inimigo alemão.³⁴⁰ Nesse período, em que o Brasil decidiu remeter um Corpo Expedicionário para lutar na Itália, o Exército brasileiro, se comparado a outras forças que participavam do conflito, era bastante obsoleto. O modelo de doutrina e treinamento utilizado nos quartéis era herança ainda da Missão Militar Francesa, contratada pelo Exército em 1920. Sob este aspecto, impôs-se, nessa

³³⁷ Para maiores informações sobre a seleção de homens para a FEB, ver: PIASON, José Alfio. Alguns erros fundamentais observados na FEB. In: MORAIS, Berta et al. **Depoimentos de oficiais da reserva sobre a FEB**. São Paulo: Ipê, 1949.p.69-102.

³³⁸ MOURA, Aureliano. A luta antes da guerra. In: **Nossa história**. O Brasil foi à guerra. Ano 2, n. 15, p.16-20, jan. 2005.

³³⁹ TORRES, João Paulino. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 29 set. 2007. Devido ao estado de saúde do narrador, grande parte da entrevista ficou inaudível, resultando em falas fragmentadas, fragmentos de memória que também foram se compondo no processo de produção do próprio capítulo.

³⁴⁰ Constantemente apareciam, nos Diários Oficiais do ano de 1943, matérias intituladas “Defesa da Pátria”, que incitavam os cidadãos à defesa da soberania nacional, como também à valorização das tradições do Exército e à aversão ao inimigo, nacionalidades do Eixo. Como exemplo, ver: Em defesa da Pátria. Teresina, **Diário Oficial**, n. 49, 6 abr. 1943, p. 11.

formação, uma nova visão de defesa nacional, fazendo parte desta a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos. Possibilitou ainda maior centralização e coesão da organização militar, assim como maior controle interno, reduzindo a possibilidade de quebras de hierarquia;³⁴¹ contudo, essa formação era considerada, dentro das novas exigências da guerra, ultrapassada.

Diante dessas dificuldades e necessitando de soldados, o comandante da 10ª Região Militar, no início de dezembro de 1944, anulou os licenciamentos das praças que haviam sido licenciadas entre os dias 26 de outubro e 16 de dezembro do ano em curso, e inicia-se o processo de divulgação da formação de um contingente do Estado do Piauí. O Diário Oficial informava que a notícia de que a 10ª Região Militar forneceria o primeiro contingente regular para a FEB estava sendo fartamente divulgada pelas autoridades militares e civis, através da imprensa e do rádio, ressaltando:

[...] convenientemente que os cearenses, os piauienses e os maranhenses deveriam sentir-se orgulhosos e honrados em obter o prêmio de poder, ao lado dos Exércitos das Nações Aliadas, combater aos nazistas e contribuir efetivamente para a vitória dos princípios de liberdade e restituição do direito.³⁴²

Ao mesmo tempo em que a matéria indicava a possibilidade de os piauienses se orgulharem de ser chamados para combater os inimigos em terras européias, informava-se também que a anulação dos licenciamentos tornou-se necessária, em razão do pequeno número de voluntários e de reservistas³⁴³ que compareciam aos chamados dos quartéis. Segundo o órgão oficial, “[...] poucos foram os brasileiros que voluntariamente se apresentaram aos quartéis, e pequeno foi o número de reservistas que compreendeu que era chegado o momento de cumprir espontaneamente o compromisso assumido”.³⁴⁴ De acordo com Francisco César Ferraz, o número de voluntários que se apresentou às unidades militares, com o intuito de serem incorporados à FEB, foi muito pequeno: “[...] pouco mais de mil homens, em um contingente de 25 mil selecionados”.³⁴⁵

Convém destacar que outro argumento utilizado para a anulação dos licenciamentos foi o de que o Brasil precisava urgentemente de soldados experimentados; e que o número de homens pedidos à 10ª Região Militar havia sido pequeno. Portanto, o comandante concluía

³⁴¹ CARVALHO, J. M., op. cit., 2005, p. 28-29.

³⁴² PIAUÍ. 10ª Região Militar. 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, **Diário Oficial**, 7 dez. 1944, p. 1; *Ibid.*, 9 dez. p. 1.

³⁴³ Na propaganda do voluntariado, deixava-se claro que os reservistas que não haviam sido chamados a comparecer à 26ª CR podiam cumprir com o seu dever de cidadão apresentando-se como voluntários à sede da Circunscrição.

³⁴⁴ PIAUÍ. 10ª Região Militar. 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, **Diário Oficial**, 7 dez. 1944, p. 1.

³⁴⁵ FERRAZ, op. cit., 2005, p.49.

que os soldados licenciados há pouco tempo atenderiam a contento e com presteza ao chamado de cumprimento de seus deveres militares. Mesmo se dizendo confiante que os reservistas se apresentariam no prazo de 72 horas, a partir do dia 7 de dezembro de 1944, o comandante informava o que poderia acontecer com aqueles que não comparecessem ao cumprimento do dever:

[...] dentro deste prazo, estarão nos quartéis, em obediência à ordem recebida, prontos e dispostos para cumprirem as suas obrigações para com a nossa Pátria, ao invés de aguardarem, como desertores, a formação do processo que os julgará por esse crime [...].³⁴⁶

A 26ª CR, logo que recebeu a ordem da anulação dos licenciamentos, tratou de divulgá-la através do *Diário Oficial*, informando também às juntas militares do interior do Estado. Por conseguinte, os praças sediados na capital, que tiveram suas licenças anuladas, deveriam apresentar-se, até o dia 9 de dezembro de 1944, à sede da Circunscrição; os reservistas do interior do estado, deveriam se apresentar aos respectivos prefeitos de seus municípios.³⁴⁷ O ex-combatente Francisco de Sousa Primo foi um desses homens que teve seu licenciamento anulado. Nascido em 21 de janeiro de 1921, no povoado São José, à época, município de Piracuruca, ingressou no Exército para cumprir com o serviço militar obrigatório, em 1943, concluindo sua obrigação em outubro de 1944. No entanto, pouco tempo depois, recebeu a notícia da anulação de seu licenciamento, devendo apresentar-se imediatamente à sede da Circunscrição em Teresina. Sobre essa experiência, ele rememora:

[...] tive uma baixa [...] que não vigorou em outubro de 1944; Aí eu vim para minha terra, quando, em poucos dias, fui chamado para ir à guerra. E me apresentei em Teresina, mas fui incorporar em Fortaleza, porque, quando chegamos em Teresina, [...] o contingente já tava formado [...]. Partiram de ônibus, de trem até São Luís. Chegando a São Luís foi que pegaram um navio velho; foram se juntar todos em Fortaleza lá no quartel general. Nós fomos aqui pelo Autotransporte, como era conhecido neste tempo, num caminhão velho; chegamos lá, incorporamos lá no quartel general. E dali a pouco o navio chegou e reformou tudo, pegamos o navio paro o Rio de Janeiro.³⁴⁸

A narrativa desse ex-combatente, além de apontar os desdobramentos de quem teve, naquele período, seu licenciamento anulado, tendo que ir imediatamente para a guerra, dá conta também de outras partidas de soldados convocados que saíram de Teresina com a mesma finalidade. São experiências e memórias subterraneadas,³⁴⁹ em que prevalecem umas

³⁴⁶ PIAUÍ. 10ª Região Militar. 26ª Circunscrição de Recrutamento. Teresina, **Diário Oficial**, 7 dez. 1944, p. 1.

³⁴⁷ *Ibid.*, 9 dez. 1944, p. 1.

³⁴⁸ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

³⁴⁹ Aqui se refere às discussões de Michel Pollack sobre Memória. O autor, em seus estudos, problematiza aquela visão maniqueísta de uma memória do Estado, a oficial, a opressora, e a memória da sociedade ou dos grupos, a dominada. Apesar de o autor utilizar os termos citados, faz uma releitura destes, nos quais a memória opressora

em detrimento de outras; pode-se citar, por exemplo, a que deu visibilidade à saída do contingente regular, que desfilou pelas principais ruas da cidade, em 20 de dezembro de 1944, encaminhando-se em fila, sob o olhar atento da população, até a Estação do Trem.

Essa constatação surge quando se observa a visibilidade concedida pelo *Diário Oficial* ao contingente regular piauiense, através de suas matérias, em relação à saída dos soldados de Teresina, como também às informações cedidas pelo último presidente da Associação dos Ex-Combatentes da FEB – Secção Piauí – Senhor Luís Cardoso Ferreira, o qual forneceu o Boletim Interno do Centro de Reacomodamento de Pessoal (CRP), Rio de Janeiro nº 21, datado de 03 de janeiro de 1945. No citado Boletim, consta que mais de 100 homens saídos do 25º BC teriam sido incluídos naquele Centro. Essa data é correspondente à chegada do contingente regular à cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, os registros dos soldados que saíram de Teresina, em data anterior e posterior à saída do contingente regular, provocam a subtração de experiências que também permitem a constituição de outras memórias da participação de soldados do 25º BC no estado de beligerância brasileiro.

A memória da saída do contingente regular prevaleceu sobre todas as outras partidas de praças e oficiais piauienses, que, naquele momento, já haviam sido incorporados à FEB. Convém destacar que alguns piauienses, que prestavam o serviço do Exército no 25º BC e em outras unidades militares do País, já haviam sido convocados para o Depósito de Pessoal da FEB, meses antes da saída daquele contingente regular. É importante lembrar também que outros praças partiram do Piauí rumo aos combates, mesmo depois da partida do trem que levou o maior contingente de soldados do Estado para o campo de batalha, caso vivenciado pelo narrador ex-combatente.³⁵⁰

Entre os piauienses que já combatiam em campos italianos, anteriormente à remessa do contingente do Estado do Piauí, e que não serviam na unidade militar do Piauí, estavam o

pode estar dentro da própria sociedade civil, ou dentro de um determinado grupo que tenha instrumentos fortes de legitimação. Quando o autor utiliza o conceito de memórias subterrâneas, ele se remete também às memórias marginalizadas que podem estar presentes, por exemplo, dentro de pequenos grupos, entre eles, associações de ex-combatentes que enquadrariam uma determinada memória sobre todos os componentes daquele grupo social. Para melhor entendimento sobre os posicionamentos de Pollak sobre a memória, ver: POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

³⁵⁰ É importante ressaltar que as informações são contraditórias em relação ao número de soldados que saiu do 25º BC rumo à guerra. O boletim interno da CRP do Rio de Janeiro informa da incorporação de 124 homens; José Camillo Filho lista o nome de 129 homens que saíram do Estado, incluindo soldados que foram incorporados à FEB antes da remessa do contingente regular; João Paulino Torres, em sua entrevista, afirma que somente 26 homens foram para a Itália. Informações obtidas através do Boletim Interno nº 21 da CRP, de 03/01/1945; do livro de José Camillo Filho: O Piauí na segunda guerra. Teresina, **Cadernos Piauienses**, n. 4, 1972; da entrevista de João Paulino Torres concedida a mim em 29/09/2007 como também do Dicionário de Cláudio Bastos, que informa que 80 praças do Piauí guarneceram as fronteiras do País, no período da mobilização, e que 75 piauienses foram para os campos de batalha na Itália; já Mascarenhas de Moraes em sua obra: **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005, p. 313, informa da contribuição de 87 piauienses na formação da FEB.

tenente Cecil e o sargento Kilson, filhos do desembargador Cromwell Barbosa de Carvalho, que, no período da mobilização, era diretor da Faculdade de Direito do Piauí e membro da Academia Piauiense de Letras. O Diário Oficial publicou trechos de cartas em que esses irmãos combatentes, antes de suas partidas, despediam-se de seus familiares. Nos trechos publicados pelo noticiário oficial, produzia-se a imagem de dois cidadãos patriotas, que, lutando pela democracia, vingariam os brasileiros mortos por submarinos alemães. Em trecho de carta do tenente Cecil,³⁵¹ enviada ao seu irmão Henry, estudante na Bahia, aquele dizia:

Ainda não sei quando se dará a partida, mas estou certo de que não tardará muito. Então, sentirei grande satisfação. Quero dar a minha parcela na luta de extermínio à barbárie nazi-nipo-fascista escravizadora. Tenho fé em Deus que vingarei os meus irmãos roubados à vida, bárbara e covardemente, assim me determine o meu Governo, tal como o fez, dois anos são passados, o nosso povo. E tenho esperanças que voltarei para colher os louros desta gloriosa tarefa.³⁵²

As cartas, com forte teor patriótico, pelo menos nos trechos recortados, eram publicadas no momento em que se arrematavam homens para a composição do contingente piauiense. Produzia-se, através desses recortes, a imagem do soldado piauiense cumpridor de seu dever, àquele que aos apelos da Pátria, não foge à luta, atendendo-a prontamente, coisa que, de acordo com a produção oficial, deveria ser feita por todos os cidadãos que eram chamados a comparecer para serem integralizados à Força Expedicionária Brasileira. O outro irmão combatente, Kilson Carvalho, em sua carta, também reafirma o orgulho de ser brasileiro e de poder lutar pela democracia. Segundo ele, “[...] ser brasileiro é ser democrata, é ser amigo da liberdade, é aquele que é livre, vive sobranceiro, cômico de si e de seus deveres”.³⁵³ E acrescenta:

Cada dia que se passa mais me aproxima da hora em que irei pôr-me ao lado dos meus compatriotas. E estou satisfeíssimo porque seguirei com meu irmão – o Cecil. O Altíssimo olhará por nós e por todos os que lutam pela liberdade e nos defenderá contra aqueles que se dizem ‘raça superior’. E assim olhados por Ele, lutaremos com denodo, atravessaremos todas as barreiras e venceremos, custe o que custar.³⁵⁴

Mesmo com uma propaganda voltada para o despertar do patriotismo e cumprimento do dever, nos cidadãos circunscritos da 26ª CR, como pode ser visto, através da divulgação

³⁵¹ Este concluiu o preparatório em 1937, patenteada a carreira militar, matriculou-se na Escola Militar do Rio em 1940. Ao término do curso, saiu como aspirante a oficial do Exército em março de 1944. Neste mesmo período, foi logo classificado no Regimento General Sampaio da FEB, sendo promovido a 2º tenente, em julho de 1944, quando seguiu para a Itália. In: PIAUÍ. Os dois irmãos lutam na Itália. Teresina, **Diário Oficial**, 7 dez. 1944, p. 1.

³⁵² PIAUÍ. Os dois irmãos lutam na Itália. Teresina, **Diário Oficial**, 7 dez. 1944, p. 1.

³⁵³ PIAUÍ. Os dois irmãos lutam na Itália. Teresina, **Diário Oficial**, 7 dez. 1944, p. 1.

³⁵⁴ Id. *ibid.*

das cartas desses dois irmãos da elite teresinense, o contingente piauiense, como também o próprio contingente formado pelos outros dois Estados submetidos a 10ª Região Militar, Maranhão e Ceará, parece ter passado por algumas dificuldades no processo de sua formação. Em 12 de dezembro de 1944, o capitão chefe da 26ª Circunscrição de Recrutamento, Jair Moreira, declarou, em nota ao *Diário Oficial*, a resolução do comandante da 10ª RM, autorizada pelo ministro da Guerra, de aceitar reservistas de 1ª categoria que quisessem se apresentar como voluntários para o preenchimento de claros do contingente que aquela Região estava organizando com destino à Força Expedicionária Brasileira.

Com essa declaração, observa-se um tipo de deficiência que irá fazer parte das tropas que formariam a FEB. O reservista de 1ª categoria era aquele que, ao prestar o serviço do Exército, atingira um grau de instrução que lhe permitia exercer uma determinada especialidade. O Exército brasileiro, às vésperas da guerra, via o soldado como aquele que sabia dar tiros, formação insuficiente para uma força de terra, dentro das exigências estabelecidas por uma guerra moderna. Havia, nesse sentido, um número limitado de especialistas na reserva do Exército que pudessem preencher as necessidades da tropa em formação para a FEB. Observe-se que José Alfio Piason, ex-combatente da FEB, pouco tempo depois da experiência febianiana na Itália, discorreu sobre a deficiência de especialistas em seus quadros:

[...] muito pouco ou nada se fez no nosso Exército, até essa última guerra, no sentido de 'fabricá-los', ou o que é muito pior, de aproveitar em funções especializadas aqueles exercendo funções análogas em sua vida civil; no caso da infantaria, convocaram-se 'tantos homens' e a consequência foi que na tropa enorme trabalho se despendia na formação de eletricitistas, mecânicos, motoristas, telefonista etc. [...].³⁵⁵

Esses reservistas deveriam contar com mais de 18 anos e com menos de 30 anos, e satisfazer as condições de aptidão física exigida para as praças da FEB.³⁵⁶ Pode ser observado que a decisão de anular os licenciamentos dos praças não foi suficiente para obter o número necessário de homens que deveriam ser encaminhados à FEB partindo daquela Região Militar. Observa-se também que os critérios de seleção para o ingresso do soldado na Força Expedicionária sofreram alterações, posto que, nesse chamamento de voluntários, não aparece a exigência da escolaridade mínima, inicialmente necessária, para tornar-se um expedicionário.

O soldado incorporado à Força Expedicionária, pelo menos nos primeiros meses de seleção, deveria ter no mínimo cinco anos de escolaridade, medir também no mínimo 1,60m

³⁵⁵ MORAES, Berta, op. cit., 1949, p. 73.

³⁵⁶ PIAUÍ. Ministério da Guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 14 dez. 1944, p. 1.

de altura, como também ter peso igual ou maior que 60 quilos.³⁵⁷ “[...] Muitos foram os reprovados por insuficiência física, doenças crônicas ou analfabetismo [...]”.³⁵⁸ Apesar de terem sido formuladas essas exigências no processo de seleção dos soldados combatentes, alguns dos critérios de aptidão, com o tempo, foram sendo desconsiderados, em razão da limitação do caráter de seleção médica, como também das deficiências de saúde, educacionais, e nutricionais existentes na maioria dos brasileiros de então.³⁵⁹

Apesar de serem divulgadas constantemente as mais variadas “classes sociais” na composição da FEB e especificamente na formação do contingente piauiense, exemplificado através dos irmãos Carvalho, o maior número desses homens convocados era de gente simples, que lutava cotidianamente por sua sobrevivência. João Paulino Torres, único sargento do contingente regular piauiense, que saiu no final de dezembro de Teresina, relembra a condição social dos soldados da tropa do 25º BC, que foram selecionados para o contingente da 10ª RM que comporia a FEB: “[...] os daqui eram homens muito pobres [...] e de pouco estudo, [...] eu fui professor na tropa deles [...]”.³⁶⁰ O próprio narrador ex-combatente ingressou no serviço do Exército, como voluntário, em 1941, pois, segundo ele, havia terminado os estudos no colégio Diocesano, onde era bolsista, e necessitava de um trabalho. Nasceu em 02 de agosto de 1924, no Estado do Maranhão, e veio para Teresina, em 1931, aos 7 anos de idade para estudar.

Em relação à condição de vida desses homens que estavam sendo convocados para irem à guerra, cita-se também o caso do ex-combatente Francisco de Sousa Primo, que, ao recordar sua vivência antes do ingresso no quartel, aponta para aquilo que poderia ser a experiência dos muitos jovens do Piauí, que foram convocados para a formação do contingente febiano:

Em primeiro lugar eu não tive direito de estudar porque minha família, meu lar, tudo era de gente muito simples [...] as dificuldades também muito grandes [...] nessa época não tinha médico, não tinha professor, não tinha carro, não tinha nada. Eu me criei no interior, trabalhando de roça.³⁶¹

O modo de vida simples dos convocados não se restringia somente àqueles que habitavam o universo rural como era o caso deste ex-combatente. Alguns, mesmo vivendo sob os “ares modernos da Capital”,³⁶² podiam ser vistos trabalhando de sol a sol em busca de sua

³⁵⁷ FERRAZ, op. cit., 2003, p. 81.

³⁵⁸ Ibid., p. 82.

³⁵⁹ Sobre o assunto, ver: NEVES, L. F. op. cit., 1992, p.74-99.

³⁶⁰ TORRES, João Paulino, op. cit., 29 set. 2007 (Entrevista).

³⁶¹ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

³⁶² No período do Estado Novo, a cidade de Teresina passou por um processo de modernização. No entanto, o discurso em torno da capital do Piauí, enquanto cidade moderna, já é encontrado em décadas anteriores,

sobrevivência, como era o caso do Senhor Pedro Constâncio, ex-combatente, que foi à guerra naquele contingente regular organizado pelo 25º Batalhão de Caçadores. Dona Maria de Jesus, sua mulher, recorda a função exercida pelo marido antes de sua convocação: “[...] ele trabalhava de... Ele era carroceiro nesse tempo [...]”.³⁶³

Assim como o contingente piauiense, grande parte dos soldados da FEB era de trabalhadores rurais e urbanos, que possuíam baixa escolaridade. Muitas vezes não tinham uma compreensão mínima das razões que levaram ao desencadeamento do conflito mundial, como também das próprias razões que fizeram com que o País remetesse soldados para combaterem em outro continente.³⁶⁴

No mesmo período que saíam as notícias sobre a remessa do contingente do 25º BC para a FEB e divulgava-se a presença de ilustres conterrâneos no corpo expedicionário, também era anunciada a coragem de Maria Hilda de Melo, mulher piauiense, que seguiria para a Itália na função de enfermeira. De acordo com a reportagem de Artur Eduardo Benevides, dos *Diários e Rádios Associados do Ceará*, transcrita pelo *Diário Oficial*, era a primeira enfermeira que ia da 10ª Região Militar para a frente de batalha. Noticiava-se que ela havia deixado o emprego para oferecer seus serviços à Pátria, e que teria se expressado da seguinte forma, quando recebeu a notícia de sua convocação: “Se eu morrer, outras seguirão em meu lugar”.³⁶⁵ A matéria informava ainda que Maria Hilda de Melo havia passeado com a farda da Força Expedicionária Brasileira pelas ruas de Fortaleza, demonstrando, segundo o jornalista, o grande papel da mulher naquele momento.

O *Diário Oficial* divulgou o telegrama vindo do Rio de Janeiro da recém-enfermeira convocada, encaminhado a seu pai, José Policarpo Ferreira: “RIO, 26/12/44 – às 19,30 horas – Fui convocada hoje e promovida enfermeira honras segundo tenente bondade senhor ministro recompensa meus sacrifícios patrióticos. Abençoi-me. a) Hilda”.³⁶⁶ Maria Hilda, dessa forma, fez parte das 67 enfermeiras que seguiram com a FEB para a Itália, tornando-se todas: “[...] as primeiras mulheres a ingressar no serviço ativo das forças armadas”.³⁶⁷

Dias antes da convocação da enfermeira piauiense para a FEB, anunciava-se que o contingente do 25º BC, que fazia parte da FEB, estava pronto, aguardando somente a ordem

remetendo mesmo à própria fundação da cidade. Para maior aprofundamento sobre o processo de modernização da cidade, ver: NASCIMENTO, op. cit., 2002.

³⁶³ Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 16 dez. 2007.

³⁶⁴ FERRAZ, op. cit., 2005, p. 48-49.

³⁶⁵ PIAUÍ. Maria Hilda de Melo. Teresina, **Diário Oficial**, 19 dez. 1944, p. 2.

³⁶⁶ PIAUÍ. Maria Hilda de Melo. Incorporada À FEB com honras de 2º tenente. Teresina, **Diário Oficial**, 26 dez. 1944, p. 8.

³⁶⁷ Para um maior aprofundamento sobre as enfermeiras da FEB, ver: CYTRYNOWICZ, op. cit., 2000, p. 99-119.

de embarque. O *Diário Oficial* propagava que a mocidade do Piauí havia atendido prontamente ao chamado de seus superiores, comprovando os “nobres sentimentos cívicos e patrióticos do povo piauiense”: “Não fugiram, assim, nem podiam figurar nossos jovens conterrâneos ao cumprimento de seus deveres, erguendo bem alto, como convém ao nosso amor-próprio, as virtudes militares do povo piauiense.”³⁶⁸ Enfatize-se que era cobrado desses soldados o dever de lutar pela democracia, contribuindo para a história de um Exército, de acordo com a memória oficial, que “[...] jamais experimentou a impressão desagradável de uma derrota”.³⁶⁹

Mesmo com a aproximação do final da guerra, homens e mulheres, conforme visto anteriormente, continuavam a ser remetidos para o teatro da guerra. Em novembro de 1944, Getúlio Vargas em seus discursos, já havia anunciado à sociedade brasileira a proximidade do término do conflito mundial. No banquete organizado pelo Exército, em comemoração aos sete anos do Estado Novo, o presidente informava, no entanto, de outras lutas que teria que travar no pós-guerra. Para ele, a participação do Brasil no conflito não se dava somente por revide às agressões sofridas por submarinos alemães, mas também pelos próprios benefícios que o País podia adquirir nos redimensionamentos das nações vencedoras.³⁷⁰ Dessa forma, quando o contingente regular de soldados do 25º BC saiu de Teresina rumo à guerra e Maria Hilda foi convocada como enfermeira, o conflito mundial encontrava-se configurado dando vitória aos aliados.

Entre esses jovens que fizeram parte da FEB, incluindo o contingente da 10ª Região Militar, estavam aqueles que eram militares da ativa; também os civis reservistas que tinham cumprido com o Serviço Militar Obrigatório³⁷¹ e foram convocados entre 1942 e 1945, devido à necessidade de contingentes para a Guerra, além daqueles que se ofereceram como voluntários. Todos passaram por exames de saúde em sua unidade militar, como também quando chegaram ao Rio de Janeiro, sendo então considerados aptos a participar da guerra que estava em andamento na Europa.

³⁶⁸ PIAUÍ. Força Expedicionária Brasileira. O contingente piauiense. Teresina, **Diário Oficial**, 14 dez. 1944, p. 8.

³⁶⁹ Id. *ibid.*

³⁷⁰ PIAUÍ. Como falou o presidente da República No Banquete que lhe ofereceu o Exército. Teresina, *Diário Oficial*, 16 nov. 1944, p. 3.

³⁷¹ Em 1874, foi aprovada a 1ª lei do serviço militar obrigatório no Brasil, sendo que sua regulamentação só passa a ocorrer em 1908. Mas foi “apenas em 1916 [...] que foi efetivamente organizado o sorteio militar, no bojo de uma campanha liderada pelo poeta Olavo Bilac [...]”. In: FERRAZ, op. cit., 2003, p. 78-79.

4.2 Ainda hoje sinto uma coisa ruim quando escuto o barulho de um trem

No dia que antecedeu a partida do contingente piauiense, o *Diário Oficial* anunciou, em matéria de primeira página, a programação de embarque dos soldados. Visto pelo órgão oficial como espetáculo cívico de grande significação, o embarque aconteceria às 7 horas da manhã do dia 20 de dezembro de 1944, na Estação do Trem. Com a remessa de um contingente regular, os piauienses juntamente com soldados do Ceará e Maranhão engrossariam, segundo o noticiário, as fileiras da “gloriosa Força Expedicionária Brasileira”.³⁷²

Conforme o programado, esses moços piauienses receberiam homenagem de autoridades e do povo em geral, antes de sua partida. Reunir-se-iam em formatura no pátio do 25° BC, para ouvir as palavras do comandante da guarnição federal, o tenente-coronel Manoel Joaquim Guedes, e do chefe de Estado. Após as homenagens das autoridades, desfilariam pela Avenida Getúlio Vargas, sob os aplausos da população, onde “[...] receberão as despedidas dos entes queridos, dos amigos e conhecidos, rumando depois, formados sempre, para a estação da Estrada de Ferro São Luiz – Teresina”.³⁷³

Ainda de acordo com a programação o interventor, seus auxiliares e eminentes autoridades civis e militares, compareceriam à despedida do contingente na Estação, levando, “[...] deste modo, ao contingente piauiense, na hora da partida, o apoio irrestrito do governo de envolta com os votos de ventura que todos nós desejamos, de coração, aos nossos bons e valentes soldados”.³⁷⁴ Reforçava-se ainda a idéia de que a gente piauiense, por seus dotes militares e ímpeto patriótico, colaborava, de todas as formas, eficientemente, no esforço de guerra, algo que podia ser constatado, segundo o produzido oficialmente, na própria seleção da tropa piauiense que ingressaria na FEB.

De acordo com o editorial do *Diário Oficial*, a demonstração de patriotismo do povo de Teresina, quando do embarque do contingente piauiense destinado à Força Expedicionária Brasileira, foi muito além do esperado: “[...] foi a mais entusiástica manifestação de fé cívica jamais pronunciada no Piauí”.³⁷⁵ Propagava-se a espontaneidade do afeto e a solidariedade dada pelo povo da capital aos “bravos” rapazes, que saíram do 25° BC, marcharam pela Avenida Getúlio Vargas, e posteriormente se encaminharam à Estação. O patriotismo da

³⁷² PIAUÍ. Força Expedicionária Brasileira. O contingente piauiense. Teresina, **Diário Oficial**, 19 dez. 1944, p. 1.

³⁷³ Id. *ibid.*

³⁷⁴ Id. *ibid.*

³⁷⁵ PIAUÍ. Força Expedicionária Brasileira. O embarque, ontem do contingente piauiense. Teresina, **Diário Oficial**, 21 dez. 1944, p. 1.

população teresinense, o desejo de homenagear o contingente de soldados do 25º BC, que fariam parte da FEB, vistos como “defensores da dignidade nacional”, era tamanho, segundo o noticiado, que, na véspera da viagem:

[...] à noite, em razão de um boato, grande parte da população da cidade e dos bairros os mais afastados se transportou para os altos da Avenida Getúlio Vargas, enchendo literalmente a Praça Marechal Floriano Peixoto e imediações da gare teresinense. E muita gente por lá ficou, firme e atenta até alta madrugada, na preocupação de que o contingente embarcaria mesmo, de um momento para o outro, sem prévio aviso. Quando se soube afinal da hora exata da partida, a multidão, não obstante a chuva, afluiu de todos os pontos, disputando com antecedência os lugares destinados ao público, se distendendo ainda por centenas e centenas de metros – da estação ao rio Parnaíba, na ponte – em alas compactas, pelas margens da ferrovia.³⁷⁶

Nesse dia, antes do embarque, os “jovens guerreiros conterrâneos”, formados no pátio do quartel do 25º BC, conforme o programado, ouviram as palavras do interventor e do comandante da guarnição federal. Depois desfilaram pelas principais ruas da cidade, ficando, por algum tempo, em continência, frente ao Palácio do Governo. Após, em desfile pela Avenida Getúlio Vargas, rumaram para a estação do trem, “[...] donde, feitas as despedidas, tocantes, em verdade, abalaram sob a vibração comovida e uníssona de milhares de pessoas”.³⁷⁷

Em relação à despedida dos soldados piauienses, que saíram de Teresina no contingente regular, Dona Maria de Jesus Rodrigues, mulher do ex-combatente Pedro Constâncio, recorda emocionada o comportamento de seu marido, enquanto este esperava a partida do trem: “[...] Ele ficou todo caladão, ele não chora de jeito nenhum. Ficou muito caladão, ele foi porque tinha que ir mesmo, mas é triste, a pessoa se separar assim. pois a gente sabe que vai, mais não sabe se volta”.³⁷⁸ A narradora acrescentou também que essas lembranças são ainda muito doloridas, porque fazem-na recordar das mães e esposas que choravam desesperadamente na partida do trem: “[...] ainda hoje sinto uma coisa ruim quando escuto o barulho de um trem”.

Convém lembrar que a perspectiva de narrativa utilizada para esta pesquisa é aquela apresentada por boa parte dos historiadores orais; ou seja, segundo Ian Mikka: “[...] a forma de construção e organização do discurso [...]”.³⁷⁹ Esse discurso adquiriria um sentido, através da atividade mental feita pelo indivíduo ao recordar uma experiência vivenciada, produzindo

³⁷⁶ PIAUÍ. Força Expedicionária Brasileira. O embarque, ontem do contingente piauiense. Teresina, **Diário Oficial**, 21 dez. 1944, p. 1.

³⁷⁷ Id. *ibid.*

³⁷⁸ RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 16 dez. 2007.

³⁷⁹ (apud AMADO; FERREIRA 2005). In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. xv. (Apresentação).

uma determinada racionalidade sobre o acontecido.³⁸⁰ É importante enfatizar que essas recordações do vivenciado podem sofrer alterações ao longo do tempo, por ser a memória uma construção ao mesmo tempo individual e coletiva; portanto, pode ser modificada com as transformações acontecidas na vida do narrador, como também no meio social em que ele está imerso.³⁸¹

O ex-combatente, João Paulino Torres, rememorou a partida sob outra perspectiva. Para ele, não havia grande número de pessoas na despedida dos soldados: “[...] não tinha muita gente, era regular, o pessoal, parece, não era muito interessado [...]”.³⁸² No entanto, o ex-combatente Francisco de Sousa Primo, que se juntou ao contingente na cidade de Fortaleza, compareceu à despedida dos companheiros de farda e recorda a presença de uma multidão:

[...] Na capital o pessoal é mais esclarecido. Sabia mais ou menos das coisas [...] das notícias que estavam avançadas no mundo. [...] Teve desfile, teve tudo. No prédio da estação que fica para cá do quartel, o trem estava no ponto e lá vai embarçando, e nós olhando. Eu, Quirino, Ribamar, Paulo Brandão, Pedro Santana; éramos seis ou sete companheiros, ficamos para ir depois; de modo que aquele absurdo de gente em redor [...] o clamor lá daquelas mães, aqueles pais, aqueles filhos [...].³⁸³

Percebe-se que a partida dos futuros combatentes foi narrada singularmente por sujeitos que experienciaram o fato acontecido, a partir de lugares sociais distintos: a mulher de um convocado, um militar do 25º BC, e um civil, que, à época, havia sido convocado para a guerra. Memórias de sujeitos que presentificaram um passado,³⁸⁴ sendo este representado a partir de diferentes sentidos construídos, no presente, daquela experiência vivenciada em Teresina, em 20 de dezembro de 1944, quando um contingente regular de soldados do 25º BC partia rumo à guerra.

Esse contingente, lembrado, em sua partida, por diferentes perspectivas, viajou de trem até São Luís, depois, em um navio cargueiro, seguiu até Fortaleza, onde estava sendo formado o contingente da 10ª Região Militar, exigência do ministro da Guerra. Outros homens, entre eles aquele combatente narrador, ainda não haviam feito os exames médicos –

³⁸⁰ ALBERTI, Verena. Dramas da vida: direito e narrativa na entrevista de Evandro Lins e Silva. In: **Ouvir contar**: textos em história oral: Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 92-93.

³⁸¹ Perspectiva construtivista de memória presente tanto no trabalho de Michel Pollak quanto no de Alistair Thomson, autores utilizados como referência na produção dessa pesquisa. Para maior contato com a discussão desses autores, ver: POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989; THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: **História Oral**, n. 4, jun. 2001. p. 85-101.

³⁸² TORRES, João Paulino, op. cit., 29 set. 2007 (Entrevista).

³⁸³ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

³⁸⁴ Henry Rousso afirma que, no sentido básico do termo, a memória é a presença do passado. In: ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 94.

e, em razão disso, não puderam seguir de trem com o contingente – indo para Fortaleza, dias depois, de caminhão: “[...] nós fomos aqui pelo Autotransporte, como era conhecido neste tempo, num caminhão velho, e chegamos lá, incorporamos lá no quartel-general e, dali a pouco, o navio chegou e reformou tudo. Pegamos o navio para o Rio de Janeiro”.³⁸⁵

As transferências de praças e oficiais eram habituais nas unidades do Exército. Elas se davam entre subunidades do próprio BC, entre unidades do próprio Estado ou ainda entre unidades de Estados diferentes.³⁸⁶ A necessidade de serviço em outras guarnições do Exército era o argumento utilizado por essa instituição, para o deslocamento constante de soldados entre as unidades;³⁸⁷ conforme dito anteriormente, fato muito freqüente quando da transferência de aquartelados para o depósito de pessoal da FEB no Rio de Janeiro.

Os transportes utilizados nos deslocamentos de soldados, tendo como referência o Quartel de Teresina, poderiam ser o aéreo, o ferroviário e o rodoviário. A estrada de ferro São Luís – Teresina servia de transporte para os militares que eram deslocados para o 24º BC em São Luiz do Maranhão.³⁸⁸ A ida para o 23º BC, em Fortaleza, poderia ser feita com transporte do próprio exército, o caminhão da Secção Autotransporte da 10ª RM,³⁸⁹ ou ainda pelo caminhão de horário da Agência João Cândido.³⁹⁰ O transporte aéreo era utilizado em casos extraordinários, como, por exemplo, a transferência urgente de oficiais para a composição da FEB ou o deslocamento de autoridade do exército com patente superior.³⁹¹

A chegada do contingente piauiense, que saiu da capital de trem até São Luiz, no Rio de Janeiro, foi notícia de primeira página do *Diário Oficial*, o texto dizia que, após próspera e feliz viagem, o contingente do 25º BC havia chegado ao Rio disposto e satisfeito. Enfatizava-se também que, nesse grupo de soldados piauienses, estavam incluídos rapazes de todas as camadas sociais, discurso muito presente quando se falava da origem social dos soldados que compunham o contingente febiano. De acordo ainda com o correspondente especial do *Diário Oficial*, no Rio de Janeiro, o contingente do Estado foi classificado na 10ª Companhia da FEB. O *Diário Oficial*, nessa mesma matéria, encaminhava, ao comandante da Guarnição Federal e aos parentes e amigos dos expedicionários, felicitações pelo encerramento a contento da primeira etapa da missão patriótica que foi atribuída àquele grupo de rapazes. Eis

³⁸⁵ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

³⁸⁶ Essas transferências podem ser visualizadas no setor “Alteração de Pessoal” existente nos boletins.

³⁸⁷ BRASIL. B.I nº 138, 25 B.C, 15 jun. 1944, p. 951. Neste boletim, são registradas as transferências dos oficiais, Antonio de Andrade Poti e Artur Teixeira de Carvalho.

³⁸⁸ BRASIL. B.I nº 187, 25 BC, 11 ago. 1944, p. 1161.

³⁸⁹ BRASIL. B.I nº 161, 25 BC, 12 jul. 1944, 1042.

³⁹⁰ BRASIL. B.I nº 187, 25 BC, 11 ago. 1944, p. 1161.

³⁹¹ Sobre os transportes disponíveis, nesse momento, em Teresina, ver o tópico: “Encurtando distâncias: modernização dos meios de transportes”, presente em: NASCIMENTO, op. cit., 2002, p.175-199.

o telegrama do correspondente do *Diário Oficial* que acompanhou a chegada do contingente piauiense na cidade do Rio de Janeiro:

RIO, 3 (Correspondente) – Chegou o Contingente piauiense, que foi incorporado à 10ª Companhia da F. E. B., aqui. Fizeram boa viagem e todos os rapazes estão dispostos, de excelente saúde e satisfeitos da missão de honra que lhes deu o governo brasileiro: combater o nazismo vaidoso, que, se dizendo orientador de uma raça privilegiada, procura, a ferro e fogo, escravizar o mundo. Os expedicionários do Piauí causaram ótima impressão, sentindo-se que representam realmente o Brasil indômito do Nordeste, o cerne da Pátria.³⁹²

Os soldados piauienses, “brasileiros em essência”,³⁹³ como enfatiza o correspondente, foram acompanhados durante o período em que aguardavam sua partida para a Itália, por Francisco Freire Costa, representante da LBA do Piauí na capital federal. No final de janeiro de 1945, véspera da saída do 5º escalão da FEB, formado por soldados do Norte e do Nordeste, a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência promoveu no Rio de Janeiro, na sede da Liga da Defesa Nacional, por intermédio daquele representante, solenidade em que foram entregues lembranças aos soldados do Norte, destinados à FEB; entre eles, o contingente piauiense. Os presentes constavam de cr\$10.000,00 oferecidos pelas famílias de Teresina; cigarros, papel e envelopes aéreos; oferecidos pelo interventor do Amazonas, vitrolas, meias, *sweaters*, cachecóis, cigarros, jogos de xadrez e damas, bolas de vôlei, basquete e futebol, redes de basquete e vôlei, entre outros presentes oferecidos pela Liga de Defesa Nacional.³⁹⁴

Mesmo após o embarque do contingente piauiense do 25º BC rumo a São Luiz/Fortaleza, para posteriormente serem encaminhados ao Rio de Janeiro, continuavam os chamamentos da 26ª CR, para a apresentação de voluntários, em sua sede, que quisessem fazer parte da Força Expedicionária Brasileira. Nota-se que apesar da organização de contingentes dos Estados, inclusive do Piauí, que compunham a 10ª Região Militar, estes não

³⁹² PIAUÍ. Chega ao Rio o contingente do 25.º B. C. Teresina, *Diário Oficial*, 4 jan. 1945, p. 8.

³⁹³ Percebe-se, nesse telegrama, outra representação produzida do homem piauiense, imposta aos selecionados do 25º BC para a FEB. A representação de piauiense apontada no telegrama parece ser resultado da fusão daquela identidade do homem piauiense construída por Renato Castelo Branco através de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, o vaqueiro como o típico sertanejo, que, apesar da aparente fragilidade física, era um forte, com a identidade de brasileiro por excelência, forjada por Capistrano de Abreu. Este na obra *Capítulos de História Colonial* via no sertanejo o brasileiro em essência, resultado de uma nova personalidade adquirida pelo colonizador, ao adentrar o sertão, tornando-se um homem novo, o brasileiro. Nesse sentido, de acordo com o produzido oficialmente, por ser o piauiense um sertanejo destemido, ele podia ser considerado como o verdadeiro representante da Pátria. Para melhor entendimento, ver: CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí: a terra, o homem, o meio.** São Paulo: Quatro Artes, 1970; GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil 1: um banquete no trópico.** São Paulo: Senac, 2001. p. 152-170; REIS, José Carlos. Anos 1900: Capistrano de Abreu – o surgimento de um povo novo: o brasileiro. In: **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 85-114.

³⁹⁴ PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência. Teresina, *Diário Oficial*, 30 jan. 1945, p. 8.

foram suficientes para o preenchimento de claros do contingente daquela Região, que se encaminhou à Força Expedicionária Brasileira.³⁹⁵

O *Diário Oficial*, ao tempo em que apontava indícios de que o número de voluntários que se apresentava às unidades militares era em número insuficiente, propagava a atitude de jovens do Estado que se ofereceram como voluntários. Jovens que, segundo a produção oficial, insistiram em apresentar-se espontaneamente para lutar contra o “nazismo famigerado”, como o caso do sargento do exército Newton Wilson Cardoso, filho de Antonio Luiz Cardoso, promotor, nesse período, da comarca de Uruçuí. É interessante lembrar que este sargento não servia na unidade militar de Teresina, e há nove anos não vinha ao Piauí, mas era noticiado com grande ênfase, no *Diário Oficial*, como um voluntário piauiense.

De acordo com a publicação, o sargento supramencionado não havia sido convocado para fazer parte da legião que lutaria contra os nazistas em campos italianos. Insatisfeito, então, pediu permissão aos seus superiores para apresentar-se como voluntário. Quando o pedido foi aceito e o sargento pôde ingressar na Força Expedicionária, o mesmo escreveu uma carta de despedida do Rio de Janeiro para seu pai. Trechos dessa carta foram publicados no *Diário Oficial*.

Vou contentíssimo [...] e mais contente ficarei no dia em que entrar em combate e voltar vitorioso ao meu acampamento. Tenho fé de regressar ao meu querido Brasil e ao meu Piauí, [...] com a vitória tremulando na baioneta de meu fuzil e com a cobiçada faixa dos libertadores no mundo escravizado pelo nazismo. [...]. Eu não vou enganado, não. Sei que terei de enfrentar os maiores sacrifícios: barragem de metralhadoras, barragem de artilharia, ataques aéreos, privações sem conta e frio; mas tudo enfrentarei em proveito da pátria. [...]
Meu pai, adeus!³⁹⁶

As notícias do *Diário Oficial*, sobre os soldados piauienses que eram convocados ou se ofereciam como voluntários, davam conta de jovens que enfrentavam todos os sacrifícios para defender à Pátria e cumprir com o seu dever de cidadão – o que pode ser constatado também nas narrações dos ex-combatentes do Estado.

É interessante chamar a atenção para os jovens voluntários que compuseram a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE).³⁹⁷ Apesar de não terem sido sorteados pelas Circunscrições de Recrutamento (CR), ou não possuírem idade para ingressar no Exército,

³⁹⁵ No início de janeiro, ainda eram reproduzidos pela 26ª CR chamamentos da 10ª RM para a apresentação de voluntários que deveriam ser encaminhados à FEB. Ver: PIAUÍ. Ministério da Guerra. Teresina, *Diário Oficial*, 2 jan. 1945, p. 5.

³⁹⁶ PIAUÍ. Newton Wilson Cardoso. Teresina, *Diário Oficial*, 3 mar. 1945, p.16.

³⁹⁷ Inicialmente, quando da organização da FEB, pensou-se na composição de três divisões de Infantaria Expedicionária (DIE). “Todavia, dois dias depois do embarque do 1º escalão, sustou-se a organização destas últimas [2ª e 3ª], já em andamento, destruindo as aspirações dos que ainda acreditavam em sua participação na campanha”. Para maior aprofundamento ver: CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960. p. 127.

compareciam a estas instituições com a pretensão de serem incluídos, em um primeiro momento, nos contingentes do Quartel e, mais tarde, nos selecionados para a Força Expedicionária Brasileira – como foi o caso do Sr. Luiz Cardoso. Este foi o último presidente da Associação dos Ex-combatentes/Seção Piauí até o seu fechamento. Tinha 17 anos, quando se apresentou como voluntário e seguiu para o Rio de Janeiro, com o contingente piauiense; entretanto não chegou a embarcar rumo ao território italiano.³⁹⁸

Nos Boletins Internos do 25º BC, material importante dessa pesquisa, encontra-se constantemente a informação de encostados, civis voluntários, que esperavam pela seleção médica do Quartel, para posteriormente serem incorporados à Unidade.³⁹⁹ Uma das razões dadas para entender-se o interesse desses homens em ingressarem nos contingentes do Exército, em momento de guerra, era a propaganda feita pelo Estado, tanto federal quanto estadual, com forte apelo patriótico.⁴⁰⁰ Outro possível motivo que também deve ser levado em consideração pode estar relacionado com as próprias deficiências socioeconômicas pelas quais passava o País, razão pela qual “[...] alguns dos recrutados viam na instituição militar a garantia de um emprego, refeição, abrigo, que não teriam certeza de obter em outro lugar [...]”.⁴⁰¹

A imagem do sertanejo piauiense, que não foge às suas obrigações, permeava tanto o discurso oficial, conforme se pôde ver em páginas anteriores, quanto o próprio discurso de alguns entrevistados, que não tiveram outra saída, quando convocados para a guerra: ou cumpririam com sua obrigação enquanto cidadãos ou corriam o risco de serem presos e julgados como desertores. Contudo, nos pequenos vestígios encontrados nas narrações, supõe-se que nem todos aqueles que foram convocados pela guarnição de Teresina, para ingressarem na FEB, partiram “empertigados” para o combate.

Francisco de Sousa Primo fornece uma narrativa que permite problematizar o soldado ideal, produzido pelas fontes oficiais locais. Este ex-combatente, através de suas recordações,

³⁹⁸ Essas informações foram obtidas em conversas informais da pesquisadora com esse pracinha, entre os anos de 2000/2008, já que o mesmo não forneceu entrevista, tendo como justificativa não querer rememorar aqueles “momentos de terror” que lhe provocavam forte emoção.

³⁹⁹ Boletim Interno é um documento feito diariamente pela unidade militar que informa sobre os principais acontecimentos do dia naquela unidade. A pesquisadora debruçou-se, principalmente nesta pesquisa, sobre os boletins internos de 1944, haja vista que os boletins internos do primeiro semestre de 1945 encontravam-se em péssimo estado de conservação, sendo que muitos deles estavam destruídos pelos cupins.

⁴⁰⁰ O afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, que resultou em dezenas de mortes, também é dado, na historiografia que discute a participação do Brasil na Segunda Guerra, como motivo para que muitos homens se apresentassem nos quartéis como voluntários. Os afundamentos causaram “comoção em todo o País, obra de apenas um submarino nazista, o U-507. Em poucos dias, o U-507 afundou cinco navios e um pequeno veleiro”. In: BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995. p. 43.

⁴⁰¹ FERRAZ, op. cit., 2003, p. 60.

aponta para outras experiências, vivenciadas no período de mobilização militar, que se afasta daquele soldado piauiense idealizado, que não fugia à luta diante de quaisquer que fossem os sacrifícios. Ao rememorar a véspera de sua saída para Fortaleza, onde seria incorporado ao contingente piauiense que já se encontrava naquela cidade, o narrador informa que, ao saber que a viagem se daria no dia seguinte, tratou imediatamente de avisar a outro convocado, seu conterrâneo, que seguiria juntamente com ele para a 10ª Região Militar e, posteriormente, para o Rio de Janeiro:

[...] tinha ficado outro colega meu [...] que morava na mesma casa que eu estava, [...] por coincidência ele era casado e tinha uma meninazinha assim de uns cinco anos, e a mulher dele foi com a gente no carro com o prefeito e a mulher; pegou um transporte foi pra lá depois e chegou à boca da noite [...]. Quando de amanhã bem cedo a gente ia viajar. A mulher dele chegou e arranchou-se ali de madrugada com escurinho. Saiu pra ir buscar uma água num poço que tinha assim perto, que lá nesse tempo tudo era fraco, Teresina ô meu Deus [...]. Quando ela foi chegando, fui chegando com o recado [...], quando aquela mulher soube dessa arrumação, chegou quase primeiro [...], ela e a criança e partiram no rumo do Joaquim Guedes, o tenente-coronel comandante, e se agarraram com aquele homem, ela e a menina, e chorando e se maldizendo, pedindo por amor de Deus de joelho. E eu fiquei para não viver, me lembrando da minha, que tava em casa com uma criancinha também, e de muitas coisas, com pena dela lá. E o alarde dela foi tão grande que o coronel puxou o lençinho do bolso, eu olhando... e saiu por ali assim, e foi pra sala de comando. Quando voltou, falou pra companhia: seu [...] fulano de tal dos anzóis foi julgado incapaz para a guerra, não pode ir. E eu dentro de mim: isso foi por causa do clamor da mulher, doeu tanto que ele inventou essa fita.⁴⁰²

Através desse rastro de memória, percebe-se que a mulher do soldado piauiense, convocado para a FEB, conseguiu o seu intento, o de cancelar a viagem do marido rumo à guerra, sendo o mesmo considerado incapaz pelo comandante da guarnição. Com essa memória, supõe-se também que algumas práticas foram utilizadas pelos jovens convocados e/ou familiares, com a intenção de anular a condição de expedicionário. A própria ação do comandante, recordada pelo narrador, dá a entender que possivelmente outros soldados, entre os selecionados de todo o Brasil, foram beneficiados por pessoas de prestígio dentro da corporação, ou fora dela, que os liberava daquela árdua obrigação:⁴⁰³ “[...] Expedientes como o ‘pistolão’ foram freqüentes e beneficiaram principalmente os selecionados das classes médias e altas [...]. O mais chocante foi que tais expedientes foram usados por militares regulares [...]”.

O ex-combatente Claudísio Torres de Carvalho, que foi encaminhado do Piauí ao Rio de Janeiro, em meados de 1944, para ser incorporado ao Corpo Expedicionário, comenta as simulações de doenças que alguns rapazes faziam para ser reprovados nos exames de saúde na

⁴⁰² CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

⁴⁰³ FERRAZ, op. cit., 2005, p. 48.

capital federal. Dessa forma, esse narrador aponta para outras práticas de fuga ao imposto pelo governo ditatorial no período de mobilização militar:

[...] Muitos, porque tínhamos lá [...] muitos que não queriam ir, pegavam o leite condensado e colocavam no membro [...], nós tínhamos uma inspeção só de doença venérea. [...] O cabra chegava, que tem uma borrachinha de aplicar em criança [...], antigamente tinha. Você botava o leite condensado ali, e chegava detrás da porta e injetava no membro, quando o médico puxava... Hemorragia! Muitos não foram por isso, mas quando foram descobertos, foi gente pra cadeia como o diabo, expulsos do Exército [...].⁴⁰⁴

O ex-combatente se reporta aos momentos de seleção de saúde, acontecidos no Rio de Janeiro, antes do embarque para a Itália; mas não se sabe se artifícios dessa natureza foram utilizados pelo contingente da 10ª Região Militar. Em relação aos homens que seguiram no contingente regular, o pracinha Luís Cardoso afirma que todos os homens, na véspera da viagem para a guerra, foram dispensados pelo comandante da guarnição, para dormirem em suas casas, com seus familiares, mostrando, de acordo esse pracinha, a confiança do comandante em seus comandados que haviam sido selecionados para a FEB, já que estes podiam não comparecer no dia seguinte à guarnição.⁴⁰⁵ Nas narrativas dos ex-combatentes do 25º BC, entrevistados para a pesquisa, a memória que se impõe, conforme poder ser visto pela afirmação do Sr. Luís Cardoso, é aquela em que o soldado piauiense cumpriu com o dever que lhe foi exigido.

Essa narrativa reforça a idéia do piauiense cabra-macho, que não foge aos deveres da Pátria, o que pode ser constatado também em relação à narrativa do único sargento daquele contingente, o ex-combatente João Paulino Torres: “[...] não tinham medo, se tinham, não demonstraram isso [...]. Não foi feita a chamada porque aquilo podia contrariar [...] então ninguém fazia [...]”.⁴⁰⁶ Subtende-se, através dessa fala, que não se faria a chamada, porque era desnecessário; seria uma suspeita sobre a honra dos convocados, visto que, provavelmente, segundo o entrevistado, todos estariam presentes para cumprir com o seu dever.⁴⁰⁷

Esses “homens do sertão”, que haviam partido de Teresina rumo à guerra, e que tinham como responsabilidade incorporar a “dignidade heróica de seus antepassados”, depois

⁴⁰⁴ CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

⁴⁰⁵ Essas informações foram obtidas em conversas informais da pesquisadora com esse pracinha, entre os anos de 2000/2008, já que o mesmo não forneceu entrevista tendo como justificativa a de que não quer rememorar aqueles “momentos de terror” que lhe provocavam forte emoção.

⁴⁰⁶ TORRES, João Paulino, op. cit., 29 set. 2007 (Entrevista).

⁴⁰⁷ Lucien Febvre, ao discutir as várias noções do termo honra, afirma que, em seu aspecto social, a honra seria um sentimento social que facilita o cumprimento dos deveres com a sociedade civil e a submissão dos interesses particulares ao interesse comum. Em relação à honra militar, estaria presente, entre outros aspectos, o espírito de sacrifício e a coragem diante da morte. Ver: FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 212-215.

de chegarem ao Rio de Janeiro, passavam por treinamentos e exames de saúde. É interessante lembrar que esses mesmos soldados já haviam passado por exames de saúde na guarnição de Teresina, como também por algum treinamento. Mas, para serem encaminhados ao conflito, era necessário ter passado por um mínimo de treinamento e estar com boa saúde. O treinamento feito em Teresina, pelos selecionados, foi rememorado pelo Senhor Raimundo B. Pinheiro, cearense, nascido em 1917, que se tornou uma espécie de guardador de memórias do grupo de ex-combatentes do Estado em razão da convivência com este:

[...] Os pracinhas do Estado do Piauí foram treinados para a Guerra pelo coronel Octávio Miranda, que era capitão do Exército [...]. Todo o treinamento foi feito no Quartel [...]. Mas nem todos os combatentes piauienses da FEB tiveram o suposto privilégio de ir ao *front*[...].⁴⁰⁸

Esse guardador de memórias, do grupo de ex-combatentes do Estado, narrou o treinamento experienciado pelos soldados do 25º BC, com base nos relatos que ele ouvia dos pracinhas piauienses, quando estes se encontravam na Associação. Percebe-se, assim, que essa memória constituída pelo narrador já seria resultado da escuta de outras memórias, compostas pelos próprios combatentes do Estado, aliadas também à própria memória composta pelo narrador em questão, obtida através de seu convívio com o grupo.⁴⁰⁹

Em relação a esse grupo de pracinhas piauienses, nem todos foram encaminhados à Itália, ficando, alguns, na capital do país até o término do conflito. O ex-combatente Claudísio Torres de Carvalho, que viajou para a Itália no 4º escalão que saiu do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1944, e chegou em Nápoles, na Itália, em 7 de dezembro do mesmo ano,⁴¹⁰ ficou, durante algum tempo, recebendo treinamento no Regimento Sampaio e recorda:

O treinamento foi o mesmo que se teve; por exemplo, se você era da infantaria ia pra infantaria, fuzilzim [...] metralhadora ponto trinta. Não! Não tinha ponto trinta, era

⁴⁰⁸ Livro escrito à mão, por Raimundo B. Pinheiro, contém histórias sobre o autor, como também experiências passadas pelos pracinhas piauienses, na Segunda Guerra Mundial. Timon, 2000, p. 81. 191p.

⁴⁰⁹ Esse senhor escreveu à mão, em vários cadernos, sobre algumas experiências vivenciadas pelos combatentes do Piauí, quando mobilizados para a guerra. Ele se apresenta nesses escritos, nas unidades militares do Estado e nas comemorações militares como um ex-combatente da FEB pelo Ceará. No entanto, diz-se que ele não chegou a se tornar um febiano (nesses escritos, em alguns trechos, percebe-se essa contradição de informações), ficando traumatizado por não ter participado como combatente da FEB. É interessante notar que o mesmo foi combatente da Intentona Comunista acontecida em 1935. Quando veio do Ceará, tornou-se um assíduo freqüentador da Associação [nota da pesquisadora feita a partir do acesso aos escritos e ao próprio narrador]. Para essa pesquisa, levou-se em consideração o seguinte escrito à mão: PINHEIRO, Raimundo B. **Experiências de guerras e outras histórias**. Teresina, 2000, p. 81. Para um aprofundamento sobre a relação entre a vivência e as memórias de um ser humano, associando real e simbólico, memória e imaginação, ver: AMADO, Janaína. O grande mentiroso. **Nossa História**, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1m n. 2, p. 28-33, dez. 2003.

⁴¹⁰ Para saber mais sobre os 5 escalões da FEB, ver: SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000. p. 61-68.

madsen. Ponto trinta eu tive lá na Itália [...]. No Rio treinava mesmo, todo dia [...]. Tinha o treinamento com educação física e o treinamento com bala mesmo.⁴¹¹

O Regimento Sampaio, local em que o narrador ficou recebendo treinamento até embarcar em um navio rumo à guerra, ficava na Vila Militar no Rio de Janeiro. Em 17 de fevereiro de 1944, a *Gazeta* transcreveu uma reportagem que informava da visita de um repórter da Agência Nacional a esse Regimento, onde praças e oficiais recebiam treinamento, enquanto esperavam o dia de seguir para o combate. Em contato com os oficiais, praças e o comandante daquele regimento, o repórter afirmava ser visível da parte de todos “[...] o entusiasmo pela participação ativa na guerra dentro de breve prazo [...]”.⁴¹²

Nesse mesmo período, em que soldados recebiam treinamento no Regimento Sampaio, publicava-se a notícia do sucesso da artilharia e das Forças Aéreas Anglo-americanas, nos ataques à fortaleza dos alemães em Cassino,⁴¹³ na Itália, demonstrando o avanço cada vez maior dos aliados sobre as forças inimigas. No momento em que as forças aliadas obtinham sucesso em território italiano, o ex-combatente Francisco de Sousa Primo encontrava-se com outros piauienses em alto mar, no navio norte-americano que os levava para a guerra no 5º e último escalão da FEB. Sobre o treinamento recebido, também no Regimento Sampaio, antes da viagem, e os sentimentos que afloraram nos momentos que antecederam sua partida, o combatente recorda:

[...] Mas só visto a pobreza da capital, do País de modo geral, no Rio de Janeiro que era a capital federal [...] a comida para a gente comer lá no Quartel era feijão preto com água e sal e uma farinha velha [...]. Eu, Quirino, Paulo Brandão o Pedro Santana, a gente passava o dia na instrução, aquela comida era só pra judiar, mas eu comia porque eu queria voltar, se eu não me alimentasse morria. Quando era de tardezinha, fora de forma, a gente ia bater no Engenho de Dentro, já conhecia tudo lá, e comia do bom e do melhor, tomava refrigerante e voltava. [...]. Muito treinamento; primeiro fizemos os exames de saúde, tudo com médico americano e depois disso era a instrução, aqueles açudes velhos de lá, aquele ônibus velho, aquelas coisas, a gente friviava tudo, aqueles açudes velhos nós conhecemos acampamos, fazendo instrução. Até quando chegou o dia de ir pra guerra [...]. Eu recebi um telegrama que o meu sogro mandou dizendo que minha mulher estava passando muito mal... Quem me entregou foi o sargento Mota. Meu nome de guerra era Sousa. Ele disse: Sousa, e agora? E eu disse: E agora sargento? Ele respondeu: É só você pensar no que vai acontecer, daqui a pouquinho nós vamos embarcar pra guerra. E acabou-se a conversa [...]. De modo que chegou aquele telegrama e acabou-se a conversa. Quando teve quatro bandas de música, uma ali, outra ali, e nós aqui no meio, o contingente feito, aquela filona, hora daquela despedida; aquela banda de música, os corneteiros tocando aquele negócio, só Deus sabe como é que ficava o coração da gente [...].⁴¹⁴

⁴¹¹ CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

⁴¹² Prepara-se o Corpo Expedicionário do Exército Brasileiro. Teresina, *Gazeta*, 17 fev. 1944, p. 1.

⁴¹³ A artilharia e as forças aéreas anglo-americanas fazem silenciar a fortaleza improvisada por Hitler na velha abadia. Teresina, *Gazeta*, 17 fev. 1944, p. 1.

⁴¹⁴ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

Através das memórias desse ex-combatente, pode-se problematizar aquela versão oficial generalizante, que produzia a idéia de que todos os soldados em treinamento no Regimento Sampaio, ou em outros cantos do País, ansiavam entusiasmados por sua participação nos combates. O treinamento diário, em uma cidade desconhecida, a alimentação deficiente, a doença da esposa e a incerteza do retorno à sua terra natal eram componentes que permitiam uma constituição de sentimentos divergentes daquele entusiasmo propagado pelos órgãos oficiais. Esse combatente narrador, com seus conflitos interiores, seguiu do Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1945, rumo à Itália, juntamente com outros convocados do Piauí, chegando ao Porto de Nápoles no dia 22 de fevereiro de 1945.⁴¹⁵

4.3 Muito ruim! Ave Maria! [...] Além do medo da guerra, tinha também o frio...

Muito ruim! Ave Maria! [...] Além do medo da guerra, tinha também o frio que eu não conhecia; vinte e dois graus abaixo de zero, ah meu amigo... O que acabava com o brasileiro era isso, era o frio. Também eu aqui do Norte, Nordeste, um calor danado... O pessoal do Sul era todo acostumado com frio, mas nós aqui de Teresina, Ceará...⁴¹⁶

Claudísio Torres de Andrade, esse narrador ex-combatente, foi convocado, em 1944, para a Força Expedicionária Brasileira, quando servia no Quartel do 25º Batalhão de Caçadores como reservista. Neste trecho de sua narrativa, o ex-combatente rememora o momento em que ingressava no *front* de guerra italiano, e as várias dificuldades que passava a ter com a nova experiência. Nascido em 1º de setembro de 1920, na cidade de Codó/Maranhão, prestou o serviço militar obrigatório na guarnição federal de Teresina; e, após o cumprimento do serviço do Exército, ficou trabalhando como comerciário na Casa Carvalho, situada na capital do Piauí. Em agosto de 1942, período em que o Brasil decretou o estado de beligerância contra o Eixo, o ex-combatente foi convocado novamente, agora como reservista, e só retornou à vida civil quando voltou da Itália, e pediu baixa do Exército ainda na cidade do Rio de Janeiro.

Este ex-combatente estava entre aqueles aquartelados do Piauí, que foram convocados para a FEB em meados de 1944. Assim como ele, milhares de jovens foram arregimentados em todo o País, no período da mobilização de guerra, 1942-1945, e ingressaram posteriormente no contingente de cidadãos que lutariam em campos italianos entre os anos 1944 e 1945. Quando alguns homens do contingente regular piauiense chegaram à Itália, em fevereiro de 1945, esse ex-combatente narrador, já estava no *front* há algum tempo, exercendo

⁴¹⁵ Para saber mais sobre os 5 escalões da FEB, ver: SILVEIRA, op. cit., 2000, p. 61-68.

⁴¹⁶ CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

sua função de padioleiro. Essa especialidade, exercida por esse ex-combatente na guerra, foi adquirida ainda em Teresina, e, segundo o narrador, eram os médicos do Hospital Getúlio Vargas quem ensinavam aos futuros pracinhas os primeiros-socorros que deveriam ser dados aos feridos em combate. Em suas memórias, o ex-combatente recorda que juntamente com ele foram encaminhados para o Depósito de Pessoal da FEB mais quatro padioleiros,⁴¹⁷ estes não conseguiram passar por todos os critérios de seleção:

[...] nós passamos um tempo no Hospital Getulio Vargas, aprendendo a socorrer o soldado. Imobilizando o soldado com osso quebrado. Ensinando a aplicar injeção no soldado aqui no Hospital Getúlio Vargas, tivemos treinamento ali mais de um ano antes de viajar. Era padioleiro, a função de padioleiro é salvar o soldado no *front*. Ele pega o soldado no *front* traz aqui pra enfermaria, bota pro hospital geral, era assim. [...] Daqui saíram cinco padioleiro, enfermeiros [...] No Rio foram... julgaram incapazes quatro padioleiros só fui eu pra Itália [...] ⁴¹⁸

A preparação dos militares e, posteriormente, dos civis convocados, caso do narrador, ou dos voluntários, apresentou-se como ineficiente, principalmente quando estes entraram em contato com o material bélico e o tipo de treinamento utilizado pelos norte-americanos, o grande aliado do governo brasileiro nesse período. A nova maneira de formar soldados, trazida pelos norte-americanos, impunha um modelo de exército “[...] mais democrático, composto de cidadãos-soldados que tinham a consciência de que a posição hierárquica superior era consequência de méritos individuais, e somente poderia ser exercitado em serviço, o oposto ao modelo brasileiro [...]” ⁴¹⁹.

Sendo assim, apesar do contato com as inovações tecnológicas dos aliados, os militares da ativa, os brasileiros reservistas convocados ou os que se apresentaram como voluntários eram herdeiros de práticas militares que se conflitavam, por exemplo, com as práticas militares dos soldados norte-americanos e alemães que faziam à guerra na Itália. Mesmo propagando a competência do Exército brasileiro e a boa preparação recebida pelos soldados que compunham a Força Expedicionária, Getúlio Vargas, em seus discursos, deixava vestígios das séries de limitações contidas no treinamento de homens comuns que, após a guerra, retornariam à sua vida civil. Sobre essa realidade, o presidente aconselhava à oficialidade da Divisão Expedicionária:

⁴¹⁷ No Boletim Interno nº 153, 25 B.C, 3 jul. 1944, p.1011, ficou registrado que cinco soldados haviam sido transferidos para o depósito de pessoal da FEB, no Rio de Janeiro. Incluíam-se, nesse grupo, os soldados Napoleão Pires de Araújo Lima e José Deodato, ambos da saúde; e também os soldados Dionísio Pereira da Silva, João Luiz de Oliveira e Claudísio Torres de Carvalho, entrevistado pela pesquisadora; todos eram padioleiros.

⁴¹⁸ CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

⁴¹⁹ FERRAZ, op. cit., 2003, p. 92.

Quanto aos soldados, foram convocados por um curto prazo como cidadãos para cumprirem o seu dever com a Pátria, retornando depois às atividades civis. Tende sobre eles, além da superioridade hierárquica, maior cultura, maior capacidade e competência profissional. Enfim, maior compreensão. Há em cada oficial um educador. Educador, não só pelo ensino que ministra aos subordinados, como pelo exemplo de suas virtudes, competência e valor. Uma vez que ides conduzir estes soldados para a guerra, brasileiros também, que convosco irão correr os mesmos riscos, é preciso que eles vejam em cada um de vós, sem prejuízo do respeito, da disciplina, um amigo que se interessa pela sorte, pelos seus sofrimentos, pelo seu conforto, pela sua vida.⁴²⁰

Nesse momento, foi muito enfatizada a idéia do cidadão-soldado, algo que pode ser percebido nesse trecho do discurso do presidente, como também nos avisos do Exército, encaminhados aos jovens que prestariam o serviço militar ou retornariam ao Quartel como reservistas. Estes homens, denominados de cidadãos-soldados, seriam aqueles recrutados nos meios civis, e que, por um período determinado, prestariam seu serviço militar, sendo que, no final deste, voltariam ao seu status civil, ficando incorporados à reserva da respectiva força armada.⁴²¹

No entanto, vale lembrar que os próprios órgãos oficiais davam conta do não comparecimento de muitos convocados à guarnição federal, fazendo com que o Exército passasse a considerá-los desertores.⁴²² Outro ponto que deve ser ressaltado era a variedade de contravenções registradas nos boletins internos, em 1943-1944, do 25º BC, problematizando o soldado-cidadão idealizado pelo Exército, que deveria, ao adentrar o quartel, submeter-se a todas as normas do batalhão em benefício da Pátria.⁴²³ Levando-se em consideração as falas dos ex-combatentes entrevistados, percebe-se que, na composição de suas memórias, relacionadas às suas convocações para a FEB, constituiu-se uma versão – parecida com a imposta oficialmente; ou seja, a de que, indo à guerra, estavam cumprindo seu dever de cidadãos – acrescida, em alguns momentos, de vestígios que possibilitam enxergar o cumprimento desse dever, não em razão somente do ardor patriótico, algo que foi vastamente

⁴²⁰ PIAUÍ. Breve demonstrareis a vossa eficiência ante os exércitos inimigos. Teresina, **Diário Oficial**, 25 maio 1944, p. 1.

⁴²¹ FERRAZ, op. cit., 2003. p. 78.

⁴²² Discussão presente na Parte 3 desta dissertação.

⁴²³ As transgressões eram julgadas, tendo como referência o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), e podiam ser consideradas leves, médias ou graves. Nos boletins desse período, esses desvios eram registrados na parte do Boletim denominado “Justiça e Disciplina”, onde era descrito cada caso de indisciplina e avaliado o grau da mesma, para se concluir sobre que pena devia ser dada ao infrator. Os casos de transgressões eram bastante variados, sendo que os mais freqüentes eram os que tratavam das fugas, dos passeios pelas ruas da cidade em horários inapropriados, as faltas às instruções e ao serviço, como também a presença do soldado em lugar “incompatível com o decoro militar”. Para entender melhor sobre o RDE, ver: BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento disciplinar do Exército nº 4**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942. Arquivo do Exército.

produzido pela propaganda oficial, como aponta a memória do ex-combatente Francisco de Sousa Primo:

[...] quando eu cheguei na cidade de Montese, onde fui incorporar na nona companhia, [...] eu vi os estardalhaço na cidade, nas pontes, nas igrejas, nas ruas; teve um bombardeamento que acabou com tudo, e de que natureza os alemães se comportaram com as famílias, a coisa mais triste do mundo. Eu disse pra um colega: rapaz, vou te dizer uma coisa: eu fui servir o Exército porque fui sorteado como também você talvez tenha sido. Ele disse: fui; eu não vim pra guerra de boa vontade, eu vim porque tinha que vir, a sorte foi essa, eu vim, mas hoje eu te digo que eu tô me sentindo orgulhoso de tá aqui em combate no meio do terror desse jeito, e sabe por quê? Porque tô trabalhando em prol da minha bandeira e em prol do meu país e em prol da minha família, de toda a população brasileira [...].⁴²⁴

O ex-combatente informa, através de suas lembranças da guerra, que seu patriotismo foi sendo composto na vivência cotidiana dos combates. Ou seja, o amor à Pátria – sentimento que fez, de acordo com o produzido oficialmente, com que os jovens brasileiros comparecessem aos quartéis para vingar o Brasil, na fala do entrevistado – não se mostra como a principal razão da sua apresentação. A obrigatoriedade de cumprir com algo exigido por lei, a chamada cidadania completa, foi apontada como o principal motivo que o levou a participar, como expedicionário, do conflito. Sebastião André Alves de Lima Filho, em sua pesquisa sobre a presença do patriotismo, através das memórias dos ex-combatentes cearenses, constatou que o sentimento patriótico desses pracinhas foi se desenvolvendo à medida que passavam a sentir os efeitos da guerra, combatendo efetivamente no *front*.⁴²⁵

Na Europa devastada pela guerra, enquanto a União Soviética dava um ultimato à România e à Hungria, para que depusessem suas armas,⁴²⁶ em razão de as forças aliadas estarem avançando sobre seus territórios, acontecimento anunciado pela *Gazeta*, acontecia no Brasil o desfile da Divisão de Infantaria da Força Expedicionária, pela Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro. O prefeito do Distrito Federal ordenou que se ornamentasse toda a avenida “[...] com todo o esplendor, como homenagem do Rio aos que vão vingar o Brasil”.⁴²⁷ Poucos dias depois, em solenidade de entrega da bandeira da cidade do Rio de Janeiro à Força Expedicionária, mesma data em que o Exército festejava a Batalha do Tuiutí, o presidente Vargas falava aos expedicionários:

[...] Não esqueço e nem poderei esquecer jamais o entusiasmo, a chama cívica que ardia na exaltação e nas vozes do nosso povo quando pedia a guerra ao agressor. Chegou o momento de transformarmos em atos os sentimentos de repulsa e

⁴²⁴ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

⁴²⁵ LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **Aprendendo o patriotismo**: memória dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, Fortaleza, 2000.

⁴²⁶ ULTIMATUM À RUMÂNIA E À HUNGRIA. Teresina, *Gazeta*, 31 mar. 1944, p. 1.

⁴²⁷ A FORÇA EXPEDICIONÁRIA. Teresina, *Gazeta*, 31 mar. 1944, p. 1.

indignação. Para tanto nos preparamos repelindo os ataques traiçoeiros do inimigo e adestrando-os no uso dos modernos instrumentos de guerra. Estamos tão bem armados e supridos como qualquer dos soldados em luta.⁴²⁸

A remessa de expedicionários para o teatro de guerra é produzida na fala do presidente, idéia bastante presente quando da arregimentação de homens para a formação do contingente febianos; como o cumprimento do governo à vontade do povo que queria vingar os brasileiros mortos por submarinos inimigos. No segundo semestre de 1944, esses soldados brasileiros “que iriam vingar o Brasil” já se encontravam na Itália, e as notícias sobre o desempenho da Força Expedicionária Brasileira tornavam-se cotidianas. Chamava-se a atenção principalmente para a aliança Brasil/Estados, destacando o bom convívio da oficialidade brasileira com oficiais norte-americanos, como também enfatizando a preparação da Força com equipamentos bélicos dos mais modernos. No Piauí, o discurso em volta da vingança pelos brasileiros mortos por submarinos alemães e a preparação dos soldados, com o que havia de mais moderno naquele momento, é reforçado por um dos colaboradores da *Gazeta*, o amarantino Francisco da Cunha e Silva.⁴²⁹ Este afirmava, às vésperas da partida do primeiro escalão para a Itália, que forças brasileiras “perfeitamente treinadas atravessariam o Atlântico para lutar contra os perversos agressores da Pátria”, e esperava que os jovens expedicionários não desmentissem “[...] as gloriosas tradições de heroísmo e de bravura dos seus antepassados”.⁴³⁰

Contornados os obstáculos na organização da Força Expedicionária Brasileira, os soldados brasileiros começaram a ser encaminhados para a Europa: “[...] No total, 25.334 mil pracinhas lutaram na II Guerra, durante sete meses e 19 dias, entre 1944 e 1945”.⁴³¹

Ressalte-se que, por precaução, os expedicionários brasileiros que se encaminharam para o teatro de guerra no 1º escalão não souberam, em um primeiro momento, para onde estavam se encaminhando, se para Europa ou África; notícia que só foi divulgada quando o comboio que levava os soldados se encontrava no Mediterrâneo.⁴³²

A chegada da FEB ao Porto de Nápoles, em 18 de julho, saudada por um oficial naval norte-americano de alta patente, foi noticiada pelo *Diário Oficial* em reportagem de primeira página. Essa notícia produzida pela *Associated Press* deu destaque para o discurso, em português, feito pelo oficial da Marinha de Guerra dos Estados Unidos, como também o do

⁴²⁸ FALA ÀS FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS o Presidente Vargas na data da Batalha de Tuiuti. Teresina, **Gazeta**, 28 maio 1944, p. 2.

⁴²⁹ A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. Teresina, **Gazeta**, 21 maio 1944, p. 1.

⁴³⁰ Id. *ibid.*

⁴³¹ ALMANAQUE ABRIL. **Brasil em tempo de guerra**. São Paulo: Abril, 2005. p. 69. v. 4. (Coleção Segunda Guerra Mundial – 60 anos).

⁴³² PIAUÍ. Com a FEB na Itália. Teresina, **Diário Oficial**, 25 jul. 1944, p. 2.

general Mascarenhas de Morais, comandante da FEB. Neles, carregados de exaltação às nações de ambas as partes, foi lembrado que a FEB era a primeira força sul-americana a chegar ao teatro de guerra europeu, e que muito contribuiria no caminho da vitória pela própria tradição militar de heróis como Caxias, Sampaio e Osório.⁴³³

Por sua vez, o ex-combatente Antonio de Andrade Poty consumiu à chegada do seu escalão, o terceiro, ao Porto de Nápoles, em uma perspectiva diferente daquela apontada por Mascarenhas de Morais. Este, quando da chegada dos primeiros combatentes àquele Porto, enfatizava os benefícios que o Brasil adquiriria com a remessa de soldados aos campos europeus. Já a memória, que deixou marcas, e foi constituída por aquele combatente sobre sua chegada à Nápoles, dá conta do forte impacto que a destruição decorrente da guerra lhe provocou naquele momento: “[...] Lá tive a oportunidade de ver, pela destruição de edifícios, do porto e muitos navios a pique, a marca da guerra”.⁴³⁴

Este piauiense ex-combatente foi praça em 1938, no 25º Batalhão de Caçadores; realizou, neste Quartel, os cursos de cabo e 3º sargento, e frequentou o CPOR no Rio de Janeiro. Quando foi transferido para o depósito de pessoal da FEB, em meados de 1944, já se encontrava novamente na guarnição de Teresina.⁴³⁵ Ao receber a ordem de transferência, o jovem Poty embarcou para o Rio de Janeiro, no avião da Navegação Aérea Brasileira (NAB).⁴³⁶

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Antonio de Andrade Poty iniciou treinamento diário no Depósito do Pessoal da FEB na Vila Militar. De acordo com o ex-combatente, a instrução recebida por ele e pelos outros homens, que se encaminharam para a Itália a partir do 3º escalão, foi mais aprimorada: “[...] fomos preparados para o manejo e emprego do armamento e do material americanos, assistidos por seus respectivos instrutores e monitores”.⁴³⁷ No dia 23 de novembro de 1944, no navio General Meighs, embarcou com destino a Nápoles, e, segundo ele:

⁴³³ PIAUÍ. A primeira força sul-americana no teatro da guerra. Teresina, **Diário Oficial**, 20 jul. 1944, p. 1.

⁴³⁴ Entrevista com o Tenente-Coronel Antonio de Andrade Poty. In: **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 59-67.

⁴³⁵ B.I. nº 149, 25 B.C, 28 jun. 1944, p. 998. Em relação às transferências de militares para o Depósito de Pessoal da FEB, nota-se que o procedimento e o argumento utilizado no registro desses deslocamentos não sofrem nenhum tipo de alteração, se for comparado a outras transferências que tinham, por exemplo, o destino para outras guarnições. Ou seja, o argumento utilizado para a transferência de soldados com destino à FEB era a necessidade de serviço ou de sua especialidade naquela unidade. No entanto, levando-se em consideração o depoimento dos convocados, percebe-se – se não o medo em relação à convocação para a guerra – a apreensão diante do desconhecido, da incerteza em relação ao que estaria por vir. Para maior esclarecimento sobre a natureza dessas transferências, ver a parte do BI no 25º BC intitulada Alteração de Pessoal, do ano de 1944.

⁴³⁶ B.I nº 160, 25 B.C, 11 jun. 1944, p.1036.

⁴³⁷ Entrevista com o Tenente-Coronel Antonio de Andrade Poty, op. cit., 2001, p. 59-67, Tomo 2.

[...] A travessia transcorreu normalmente, sob escolta aeronaval. Esta escolta era constituída de um contratorpedeiro americano e três destróieres brasileiros que, constantemente, simulavam e faziam exercícios de ataque. Além disso, havia exercícios conosco, até para o abandono do navio. [...] A viagem durou 14 dias [...].⁴³⁸

Os combatentes entrevistados para essa pesquisa também guardaram lembranças dessa travessia do Rio de Janeiro a Nápoles, na Itália. O ex-combatente Claudísio Torres de Carvalho recorda que existiu, durante toda a viagem, o medo de ataques de submarinos ao navio que levava os expedicionários: “[...] Lá, umas vezes [...], já chegando perto de Nápoles, nosso navio parou... deu um bocado de tiro de canhão [...] e metralhadora ponto trinta [...], não sei se bombardearam um submarino, não sei se foi [...]”.⁴³⁹ Outro ponto ressaltado pelo entrevistado trata da alimentação, considerada, por ele, muito ruim: “[...] a comida era péssima, um navio para dar comida a três mil homens [...]; não dava para fazer comida boa; era aquele feijãozinho mesmo, com arroz e carne, abóbora, todo tempo era isso [...]”.⁴⁴⁰ O ex-combatente Francisco de Sousa Primo também rememora essa travessia:

[...] aqueles dezoito dias que viajamos do Rio de Janeiro para a Itália, o alto-falante todo dia, quando era uma hora da tarde o alto-falante pegando as notícias todas e contando como é que estava a situação lá na guerra. Mas o pior de tudo isso era uma instrução de abandonar o navio, caso ele fosse torpedeado, o navio que a gente ia. Eram 5 mil soldados e a tripulação do navio era quase uma cidade, e aí com os 10 dias de viagem não posso garantir [...]. Apareceu um submarino querendo torpedear o navio. O navio vai acompanhado do zepelin redondo [...], das barquinhas, de salva-vidas, aquelas coisas. [...] Todo dia naquela hora saía o aviso de como era a maneira de abandonar o navio se fosse torpedeado, [...]. Quando apareceu esse negócio, [...] o submarino estava parado no meio da água até quando eles combateram o submarino, assediaram ele para a gente poder viajar para a frente [...].⁴⁴¹

Percebe-se que o medo de ataques de submarinos inimigos foi talvez a memória mais marcante para todos os entrevistados em relação à viagem do Rio de Janeiro a Nápoles. A travessia, que levava de 15 a 18 dias para chegar ao seu destino, foi carregada de experiências que já inseriam aqueles homens no clima de guerra vivenciado, devido, por exemplo, às simulações de abandono do navio, caso este fosse atacado por submarinos inimigos, como também no acompanhamento das notícias recentes do conflito, que iam sendo geradas pelos alto-falantes. No entanto, de acordo com aquele narrador, o clima não era só de medo, mesmo existindo as lamentações diárias por parte de muitos soldados: “[...] alguns era só lamentando,

⁴³⁸ Entrevista com o Tenente-Coronel Antonio de Andrade Poty, op. cit., 2001, p. 59-67, Tomo 2.

⁴³⁹ CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

⁴⁴⁰ Id. ibid.

⁴⁴¹ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

mas tinha uma vitrola boa, tinham uns discos bons, mas pode crer [...], quando dava, a gente jogava baralho, para entreter”.⁴⁴²

Devido às limitações da frota da Marinha Mercante Brasileira, o transporte dos cinco escalões da FEB do Rio de Janeiro para a Itália foi feito por navios norte-americanos.⁴⁴³ Cleantho Homem de Siqueira, ex-combatente potiguar, descreve as dimensões e o cotidiano do Navio *General Meigs*, que levou o 3º escalão para a Itália; navio em que se encontrava Antonio de Andrade Poty, dando-nos também uma noção da organização e cotidiano dos navios que levaram os outros escalões. De acordo com o ex-combatente potiguar, o *General Meigs* era um navio poderosamente armado contra possíveis ataques de submarinos alemães; no seu interior cabiam mais de 6.000 homens, todos acomodados em pequenos compartimentos, equipados com camas de lonas superpostas, que iam do solo até o teto; a maior área do navio era destinada ao refeitório; contava com salão de recepção, com piano, e sala de projeção cinematográfica; outras atividades recreativas, como jogos diversos, shows entre outros, eram realizadas no convés. Todos os tripulantes do navio usavam um macacão com coletes salva-vidas; a alimentação era servida duas vezes por dia; diariamente havia simulações de abandono do navio em horários não programados. No período da viagem, os soldados se reuniram em pequenos grupos, procurando “[...] passar o tempo, utilizando todos os meios possíveis e imagináveis de distrações [...]”.⁴⁴⁴ É bom lembrar que existiam, na proteção dos navios, americanos que levavam os escalões da FEB, *destróieres* de escolta, e aviões integrados ao sistema de segurança do comboio.

De acordo com Luís Felipe da Silva Neves, a FEB, operacionalmente, viveu três momentos distintos, a partir da estréia em combate, em setembro de 1944. Em um primeiro momento, ainda incompleta, a FEB obteve várias vitórias no vale do rio Serchio;⁴⁴⁵ terminando esta fase com uma derrota em *Casteonuovo di Garfagnana*, de 30 para 31 de outubro; de novembro de 1944 a fevereiro de 1945, deu-se a parte considerada como a mais dura da Campanha. Nela, em uma posição defensiva dos alemães, Monte Castelo foi atacada quatro vezes pelos febianos, tendo resultados frustrantes e um grande número de mortes.

⁴⁴² PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

⁴⁴³ CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil da II grande guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960. p. 159-160.

⁴⁴⁴ SIQUEIRA, Cleantho Homem de. **Guerreiros potiguares: o Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial**. Natal: EDUFRRN, 2001. p.137-139.

⁴⁴⁵ Essa primeira fase de vitórias da FEB em campos de guerra italianos foi muito divulgada no *Diário Oficial*. Tem-se como exemplo uma notícia, no final setembro de 1944, da contribuição da Força Expedicionária Brasileira na vitória sobre a Linha Gótica, posições alemãs que haviam sido destroçadas pelo quinto Exército na Itália, comandado pelo general Clark. Segundo a notícia, a contribuição da FEB, nessa vitória, foi amplamente divulgada na imprensa norte-americana. Ver: PIAUÍ. Forças Expedicionárias Brasileiras. Teresina, **Diário Oficial**, 30 set. 1944, p. 1.

Somente na primavera os alemães foram desalojados dos Apeninos. Na última fase, de fevereiro ao início de maio, fim da guerra, a FEB “[...] moveu-se em três direções, usando equipamento motorizado, constituindo, ao que parece, o primeiro movimento em conjunto de uma divisão na história do Exército nacional [...]”.⁴⁴⁶

Os pracinhas piauienses, tanto os que foram selecionados para a FEB antes da remessa do contingente regular do 25º BC, quanto os que fizeram parte deste, chegaram ao teatro de guerra no momento mais duro da Campanha. Mas nem todos chegaram a combater no *front* italiano. O ex-combatente, Francisco de Sousa Primo, que chegou a Nápoles em 22 de fevereiro e assumiu a função de 1º esclarecedor na 9ª Companhia da FEB,⁴⁴⁷ passou ainda por momentos marcantes, quando combateu no *front*, vendo, entre muitas outras coisas, um de seus irmãos de armas, Fabrício, morrer ao seu lado:

[...] eu fui ser o primeiro esclarecedor porque estava forte, porque eu me alimentava bem e também sempre procurei me conformar com o que não é bom. [...] Ficamos por ali [o narrador e seu amigo Fabrício que era segundo esclarecedor], e o Hélio de Faria chegou, entrou lá no meio dos mortos, pegou uma pistolona e botou direitinho e disse: olha Sousa que arma bonita, boa da gente levar pro Brasil, a boca dela estava direitinho no meu rumo. Eu disse: vira a boca desse negócio pra lá, que isso dispara sem agente querer. Foi virando e ela disparando, [...] o Fabrício estava ombro a ombro comigo e pegou em cima do peito esquerdo dele [...], ele morreu no mesmo instantinho [...] aí eu tirei depressinha o capote dele, que era tudo de capote por causa do gelo; capote é um vestuário que se coloca em cima da roupa, então estava o buraco da bala. Ele só deu uma palavra: eu não quero que persigam o Hélio Faria, porque ele não fez porque quisesse [...]. O Tenente Machado, que era o segundo comandante da companhia vinha chegando e se passou para aquele cabo, jurou fazer e acontecer. O Hélio Faria afrouxou as armas e saiu assim como quem ia ficando doido, querendo correr. Eu disse: seu tenente sabe de uma coisa, desculpa eu lhe dizer, mas o senhor tá errado, porque, ali atrás nós perdemos um bocado de soldado, o pessoal tá muito pouco, e o senhor tá vendo o jeito dos combates, e este cabo tem muito tempo de guerra, e é muito valente e tem prestado muito serviço, tem cumprido os deveres dele direitinho. E [...] agora quem vai assumir essa esquadra? E ele vai ficar doido, você jurando perseguir, que vai fazer e acontecer, mandar fuzilar. E ele [o tenente]: sabe que é isso mesmo! E o que eu faço? Eu digo. É mandar chamar e prometer cara a cara que não vai perseguir; que foi casual e [...] que ele continue a obrigação dele, que, se um dia precisar, o senhor fala em benefício dele; aí ele se encoraja. E quem é que eu mando? [pergunta do tenente]. Aí eu disse: sou eu que quero ir. Aí corri, cheguei lá, contei a história a ele, disse que o tenente tinha mandado chamar, e trouxe pelo braço; e a conversa do tenente foi muito boa e ele pegou as armas e caiu na luta! [...].⁴⁴⁸

César Campiani Maximiani afirma que no Brasil há uma tendência de entender-se a FEB como coadjuvante, e sem relevância no conflito mundial, excetuando-se a memória construída pelas Forças Armadas e pelos veteranos. O autor concorda que a FEB era um

⁴⁴⁶ NEVES, Luís Felipe da. A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945. In: **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã, 1995. p. 309-310.

⁴⁴⁷ De acordo com o narrador, o 1º esclarecedor é a isca, em razão de que ele se torna responsável por reconhecer o terreno, que pode estar coberto de inimigos, para que os soldados da companhia possam avançar.

⁴⁴⁸ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

pequeno contingente, se comparado com os efetivos de outras nações que participaram dos combates; mas isso não invalida uma situação extremamente intensa e no limite do suportável vivenciado pelas tropas em combate.⁴⁴⁹ Em concordância com o autor, percebe-se que, além do clima e do relevo, e do cheiro de pólvora constante, as várias experiências vivenciadas pelos combatentes febianos, como se pode inferir pela narrativa do Senhor Francisco de Sousa Primo, deixaram marcas traumáticas que, muitas vezes, são escondidas pelos próprios combatentes, por não quererem, através de suas memórias vivenciarem novamente o acontecido.

4.4 [...] nós vamos embora para Brasil, foi um corre-corre danado...

No dia 02 de maio de 1945, aconteceu a rendição das forças alemãs na Itália; por sua vez, as tropas brasileiras ficaram durante mais algum tempo em território italiano. A 1ª DIE ficou operando como tropa de ocupação de 3 de maio a 20 de junho de 1945, tendo como missão temporária ocupar Alessandria e Piacenza – Norte da Itália – devendo capturar qualquer força inimiga ainda existente naquela região.⁴⁵⁰ O regresso dos expedicionários ao Brasil se deu em momentos distintos, sendo que o 1º escalão saiu de Nápoles no dia 6 de julho de 1945, e o último escalão chegou ao porto do Rio em 3 de outubro de 1945.⁴⁵¹

No Piauí, em 08 de maio de 1945, em notícia de primeira página do *Diário Oficial*, anunciava-se o fim da guerra e o pronunciamento da paz.⁴⁵² No dia anterior, aconteceu, na capital, desfile do povo em comemoração ao fim do conflito mundial. De acordo com o noticiado, não obstante o mau tempo, a “passeata cívica” aconteceu com muito entusiasmo; os “[...] manifestantes, empunhando bandeiras das Nações Unidas, retinham em seio ondulantes figuras de todas as camadas sociais [...] da capital [...]”.⁴⁵³ É relatado ainda que a passeata encaminhou-se para a casa do governo, sendo que esta se tornou pequena “[...] para conter o embate de maré alta que por ali subiu em um rugido cívico que nem os elementos tiveram força de reprimir e conter”.⁴⁵⁴ Sob as bandeiras dos países aliados, falaram autoridades locais e o interventor do Estado, que “[...] proferiu entusiástica oração de impressionante cunho patriótico, sendo delirantemente aplaudidos”.⁴⁵⁵

⁴⁴⁹ MAXIMIANI, César Campiani. Neve, fogo e montanhas. In: **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 343-364.

⁴⁵⁰ SILVEIRA, op. cit., 2000, p. 199-200.

⁴⁵¹ CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz, op. cit., 1960, p. 495-497.

⁴⁵² PIAUÍ. Pronuncia-se a paz, afinal. Teresina, **Diário Oficial**, 8 maio 1945, p. 1.

⁴⁵³ PIAUÍ. Passeata cívica. Teresina, **Diário Oficial**, 8 maio 1945, p. 8.

⁴⁵⁴ Id. ibid.

⁴⁵⁵ Id. ibid.

Ainda em comemoração ao fim do conflito mundial, foi celebrada, em 14 de maio de 1945, uma missa em ação de graças, deliberação de Leônidas Melo, pelo término da guerra na Europa. Dias antes, o convite a essa solenidade havia sido feito à população em geral e às autoridades civis e militares pelo noticiário oficial.⁴⁵⁶ Apesar de doente, Dom Severino Vieira de Melo, bispo do Piauí, celebrou a missa solene na Catedral. Antes do início da cerimônia, as bandas do 25º BC e da Força Policial tocaram músicas sacras em frente à Igreja. A missa foi assistida pelo interventor, juntamente com eminentes autoridades, o funcionalismo federal, estadual e municipal, os diretores, alunos e professores dos estabelecimentos de ensino da Capital e “[...] grande massa de fiéis, em que se destacava a fina flor da sociedade teresinense”.⁴⁵⁷

A Diretoria da Legião Brasileira de Assistência no Piauí também recomendou que as comissões dos núcleos do interior organizassem celebrações de missas em ação de graças pelo término da guerra na Europa. Dessa forma, foi rezada em quase todas as igrejas e paróquias do Piauí missa em ação de graças pelas cessações das hostilidades nos campos europeus, tendo em vista que a LBA, à época, possuía um núcleo em cada município do Estado. Como exemplo, pode-se citar o caso do núcleo da cidade de Piripiri, que, seguindo a recomendação, promoveu uma missa solene, rezada em ação de graças pelo término da guerra e vitória dos aliados. Divulgava-se que esta missa foi assistida por autoridades locais, comerciantes, operários, professores e alunos de todos os estabelecimentos de ensino daquele município.⁴⁵⁸

Telegramas de congratulações pelo término da guerra também foram trocados entre autoridades ligadas à LBA nacional, caso de Freire de Andrade, e autoridades locais, entre elas, Erotildes Corrêa que, naquele período, exercia a Presidência da Comissão Estadual da LBA no Piauí. Freire de Andrade, que também era piauiense, remeteu do Rio de Janeiro telegrama com o seguinte teor:

RIO, 8 – No momento em que todo o mundo civilizado comemora a vitória aliada, – pelo que rendemos graças a Deus – dirijo a V. Excia. congratulações extensivas às famílias dos piauienses que foram combater a arrogância tudesca. Saudações cordiais. a) Freire de Andrade.⁴⁵⁹

A comissão da LBA no Piauí, durante o tempo em que os pracinhas do 25º BC ficaram na Itália, teve como responsabilidade assistir as famílias dos expedicionários. Nesse período,

⁴⁵⁶ PIAUÍ. Missa em Ação de Graças. Teresina, **Diário Oficial**, 12 maio 1945, p. 8.

⁴⁵⁷ PIAUÍ. Missa em ação de graças pelo término da guerra européia. Teresina, **Diário Oficial**, 15 maio 1945, p. 1.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁵⁹ PIAUÍ. Missa em ação de graças pelo término da guerra européia. Teresina, **Diário Oficial**, 15 maio 1945, p. 1.

também a 26ª CR repassava, mensalmente, às famílias dos convocados uma espécie de salário. As listas com os nomes dos pais ou responsáveis que recebiam essa ajuda do Exército podem ser encontradas nos boletins internos dessa guarnição, no período em que os pracinhas piauienses estiveram na Itália – final de 1944 a meados de 1945.⁴⁶⁰

Os pracinhas brasileiros foram recebidos com festa na capital federal, e esse episódio é lembrado pelos narradores como sendo uma espécie de reconhecimento do povo brasileiro ao sacrifício que os soldados haviam passado no campo de batalha em prol da soberania brasileira. No entanto, em relação à experiência de sua chegada em suas cidades natais, as mesmas comemorações oficiais não foram encontradas, em razão talvez de que os mesmos chegavam em datas não programadas, individualmente ou em pequenos grupos.

Ainda em comemoração ao término do conflito mundial na cidade de Teresina, foi realizada, em meados de maio de 1945, uma festa cívica organizada por representantes das classes trabalhadoras de Teresina, que aconteceu no campo da Vila Operária. De acordo com a programação, a festa teria início às 8 horas da manhã, com a presença de autoridades civis e militares, operários, famílias, estudantes e o povo em geral.⁴⁶¹ Os pracinhas do contingente piauiense chegariam ao seu Estado natal meses depois dessas comemorações, iniciando com sua chegada discreta, sem festa; um processo de esquecimento social de suas participações efetivas no conflito. Convém lembrar que, apesar de os narradores não terem sido recepcionados com festas pela sociedade local, a comemoração se deu por parte de seus familiares que haviam vivenciado a partida de seus filhos e esposos, ficando na incerteza de seu retorno.

Em relação ao fim da guerra, o ex-combatente João Paulino Torres, em sua narrativa, recorda o momento em que a notícia do fim do conflito foi propagada em campos italianos. Ele lembra os muitos tiros, “de tudo quanto era arma”, provocados pelos soldados. Por isso, nesse dia, de acordo com o narrador, ele e outros sargentos tiveram que ficar de prontidão para garantir a ordem.⁴⁶² Outro momento lembrado pelo pracinha foi aquele em que se espalhou um boato, no mês de agosto, momento em que o combatente ainda se encontrava na Itália, na expectativa de regressar à sua terra natal, de que retornariam imediatamente ao Brasil:

[...] Foi um corre-corre danado, um caminhão estava parado na frente, e fui um dos que saiu primeiro [...]. Corri, subi no caminhão [...] todo mundo se imprensando [...] aí eu olhei assim e vi uns soldados com os cacetetes batendo e dizendo: desce! Eu

⁴⁶⁰ Ver os boletins internos da 26ª CR, do segundo semestre de 1944 e do primeiro semestre de 1945.

⁴⁶¹ PIAUÍ. Festa cívica. Teresina, **Diário Oficial**, 19 maio 1945, p.16.

⁴⁶² TORRES, João Paulino, op. cit., 29 set. 2007 (Entrevista).

quis tomar, mas eu tive que descer mesmo. Então pensei: ai meu Deus, o que há de ser, é uma miséria mesmo, estou desgraçado [...] a hora que eu tenho de ir embora pra casa acontece uma dessas, não posso ir pra casa. Aí veio um rapaz pra dizer que o pessoal que ficou outro caminhão vinha buscar, e acalmou a gente. Eu pensava: é uma desgraça, nunca mais vou para o Brasil. Correu um boato lá de que a gente ia combater no Japão [...].

A recordação desse momento experienciado na Itália abriu algumas cicatrizes fechadas ao longo do tempo; provocou no narrador profunda emoção. Essa emoção também pôde ser percebida na conversa com outros entrevistados. Alguns, ao recordarem uma experiência dolorosa, transmitiam o que passaram, não mais através das falas, mas das lágrimas que caíam em seus rostos. O ex-combatente Claudísio Torres de Carvalho,⁴⁶³ por exemplo, se emocionou ao lembrar a condição degradante dos prisioneiros de guerra, que foram presos pelos alemães, na Itália, e libertados com o fim do conflito. Já o ex-combatente Francisco de Sousa Primo,⁴⁶⁴ ao ser questionado sobre a memória mais marcante dos meses que passou combatendo em território italiano, respondeu com seu silêncio, e, após alguns minutos calado, disse: – não vou falar.

Michael Pollack, ao problematizar em seus estudos a visão maniqueísta de uma memória do Estado, a oficial, a opressora e a memória da sociedade ou dos grupos, a dominada, faz uma releitura das mesmas. Para ele, a memória opressora pode estar dentro da própria sociedade civil, ou dentro de um determinado grupo que tenha instrumentos fortes de legitimação. Essa sociedade civil, ou a complexidade de grupos que fazem parte dela, pode, assim como a memória nacional, produzir silenciamentos em relação a certas experiências do passado. Isso decorre de lembranças comprometedoras que expressam sentimentos como sofrimento, medo ou vergonha, por exemplo. O não-dito das testemunhas, o silêncio produzido por elas pode guardar memórias subterrâneas, ricas em vivências que provocariam contradições na memória coletiva nacional, que seria para o autor a mais opressora das memórias.⁴⁶⁵

Dois meses após o fim da guerra, o *Diário Oficial* congratulava-se com o desembargador Cromwell Barbosa de Carvalho e sua esposa, Virgínia Wall de Carvalho, pelas notícias recebidas de seus dois filhos, que combateram na Itália. O tenente Cecil já se encontrava no Brasil, no Hospital do Exército, se recuperando de ferimentos de guerra, e o sargento Kilson em pouco tempo retornaria ao Brasil.⁴⁶⁶ Três dias depois, foi divulgado, no

⁴⁶³ CARVALHO, Claudísio Torres de, op. cit., 10 fev. 2007 (Entrevista).

⁴⁶⁴ PRIMO, op. cit., 30 out. 2007 (Entrevista).

⁴⁶⁵ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

⁴⁶⁶ PIAUÍ. Tenente Cecil e Sargento Kilson de Carvalho. Teresina, **Diário Oficial**, 12 jul. 1945, p. 6.

mesmo noticiário, o telegrama remetido pelos combatentes piauienses, que ainda se encontravam em terras italianas, ao povo do Piauí:

ITÁLIA, 13. Orisvaldo Bugija Brito, redação do Diário Oficial – Teresina (Piauí). Nós, abaixo assinados, expedicionários gloriosos desse heróico e próspero Piauí, por seu intermédio, enviamos efusivas congratulações ao valoroso povo piauiense, notadamente à juventude, pelo término da mais horrorosa hecatombe de todos os tempos. Transbordam de satisfação os corações de todos amantes da Liberdade e da Justiça, da Democracia e do Direito, pelo brilhante feito das armas das nações aliadas, dentre as quais destacamos o nosso querido e invicto Brasil. Nosso contingente desempenhou papel de alta importância, com honra, bravura, inteligência, audácia, destemor e espírito de sacrifício contra a opressão e tirania, confirmando, assim, a fibra do soldado piauiense nas cruentas peijas pela Independência, redi vivas na Batalha do Jenipapo, desferida a 13 de março de 1823, em Campo Maior, contra a preservação das armas portuguesas. Todos bons. Breve regresso, Saudações cordiais. a) João Bugija Brito.⁴⁶⁷

A mensagem contida no telegrama foi assinada por 28 combatentes do contingente piauiense da FEB, que estavam ainda na Itália. O editorial tratou de ressaltar que brevemente esses soldados vitoriosos chegariam ao Piauí, conscientes do dever cumprido. É interessante ressaltar que, nessa mensagem encaminhada ao Piauí, é retomada a tradição de bravura e destemor, memória construída historiograficamente, dos que lutaram pela Independência do Brasil em terras piauienses. A Batalha do Jenipapo é rememorada como o acontecimento por excelência que definiria o espírito de luta e perseverança do povo piauiense, que, segundo o produzido oficialmente, foi demonstrado pelos piauienses que se sacrificaram nos campos de batalhas europeus.⁴⁶⁸ Entre os soldados que assinaram este telegrama estavam jovens de muitos municípios do Piauí, tais como: Teresina, Jerumenha e União.

Apesar de terem sido recebidos com festa na cidade do Rio de Janeiro, os pracinhas do 25º BC, e dos ex-combatentes de modo geral, informam que sua vinda para casa não foi muito fácil, sendo necessária a ajuda da Sra. Darcy Vargas, presidente da LBA Nacional, para que chegassem ao seu destino.

Aproveitando sua estadia na Itália, enquanto aguardava seu retorno ao Brasil, foi divulgado, no *Diário Oficial*, que João Bugija Brito, expedicionário piauiense, havia participado de conferência musical realizada na cidade de Florença. Foi o próprio soldado quem enviou o telegrama à imprensa oficial, datado de 27 de maio de 1945, dando conta de sua participação naquela conferência conduzindo um violino:

⁴⁶⁷ Força Expedicionária Brasileira. Patriótica mensagem ao Piauí. Teresina, **Diário Oficial**, 15 maio 1945, p. 7.

⁴⁶⁸ Entre as produções da historiografia piauiense que tratam sobre as lutas da Independência no Piauí e a Batalha do Jenipapo, ver: NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI, 2006; CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Teresina: Alínea, 2005; BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

[...] Tenho grato prazer em comunicar que executei em violino, [...] quando se realizava brilhante conferência musical por magnífica orquestra florentina, evocativas e notáveis composições de músicos brasileiros. [...] À conferência compareceram todos os piauienses que integram o Batalhão a que pertencem e grande número de soldados dos exércitos aliados, aqui. Elevei bem alto a música brasileira, executando peças de Carlos Gomes, Barroso Neto, Alberto Nepomuceno, Francisco Braga, João Bugyja, Padre José Maurício e outros.⁴⁶⁹

Percebe-se, através da divulgação desse telegrama, que a imprensa oficial mostrava alguns benefícios para aqueles que haviam se sacrificado em campos europeus, caso do piauiense João Bujyja Brito, que teve a oportunidade de mostrar seus dotes musicais, e destacar-se em outro continente, tocando violino com orquestra florentina para milhares de soldados das forças aliadas.

Dias antes, entretanto, no mesmo noticiário, havia sido divulgado o número de mortos e de feridos, dentre os soldados brasileiros que estiveram em combate.⁴⁷⁰ Entre os mortos se incluíam dois piauienses.

No entanto, com o término dos combates, as notícias da FEB não giravam em torno somente das perdas obtidas na guerra, mas principalmente dos bons resultados que o Brasil poderia obter no pós-guerra, como também as comemorações feitas pelos soldados e oficialidade em razão do término do conflito. No dia 13 de maio, em Alessandria, Itália, 75 oficiais brasileiros participaram de um almoço, em confraternização pela vitória no Quartel-general do comandante-chefe da FEB, Mascarenhas de Moraes. Este, em discurso, enalteceu a disciplina e bravura de todos, oficiais e comandados, em toda a campanha, de Nápoles à Alessandria, e chamou a atenção dizendo: “Estamos num momento histórico para o mundo e para o Brasil”.⁴⁷¹ E, juntamente com as notícias que descreviam as comemorações ocorridas na Europa, no Brasil e no Piauí, em razão do encerramento da guerra, divulgava-se conjuntamente a possibilidade de reivindicação do País diante da ajuda dada à vitória das nações unidas.⁴⁷²

A FEB foi desmobilizada em 6 de julho de 1945, antes mesmo de seus escalões retornarem ao Brasil.⁴⁷³ Quando de sua chegada à capital federal, os expedicionários tiveram somente o prazo de oito dias para usar o uniforme e/ou distintivo da FEB. Após a dispensa, para os cidadãos-soldados, ainda no Rio de Janeiro e sua chegada em suas casas, inicia-se por

⁴⁶⁹ PIAUÍ. Força Expedicionária Brasileira. Um soldado piauiense, em Florença, ao violino, evoca artistas brasileiros. Teresina, **Diário Oficial**, 31 maio 1945, p. 7.

⁴⁷⁰ PIAUÍ. Duas mil e cinqüenta e duas baixas sofreram as forças brasileiras. Teresina, **Diário Oficial**, 19 maio 1945, p. 16.

⁴⁷¹ PIAUÍ. Almoço de confraternização pela vitória. Teresina, **Diário Oficial**, 19 maio 1945, p. 16.

⁴⁷² PIAUÍ. O Brasil pode reivindicar para si uma parte digna na vitória das nações unidas. Teresina, **Diário Oficial**, 15 maio 1945, p. 1.

⁴⁷³ CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz, op. cit., 1960, p. 539.

parte da sociedade brasileira um processo de esquecimento da experiência, que foi a remessa de um corpo expedicionário com mais de 25.000 homens para lutar na Segunda Guerra em campos europeus.

4.5 Os ex-combatentes do Piauí e seus lugares de memória

Devido às queixas que começaram a acontecer pouco tempo depois da chegada dos expedicionários da guerra, entre elas, falta de emprego, dificuldade em adquirir pensão do Estado, para aqueles que ficaram incapacitados durante os combates, dificuldades de convívio social, devido às experiências traumatizantes que haviam passado no *front*, foi criada a primeira Associação de Ex-combatentes do Brasil, em 1º de outubro de 1945; outras foram criadas no decorrer do tempo, nas capitais e em algumas cidades de todo o território nacional.⁴⁷⁴ Não se sabe ao certo, mas pode-se supor, com base na documentação, e nos relatos dos pracinhas do 25º BC, que a Associação dos Ex-combatentes do Estado, foi criada entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980.

De acordo com os entrevistados, a Associação nunca teve sede própria, mas sim uma trajetória de dependência da boa vontade de autoridades públicas, para que lhe arranjassem um lugar adequado onde pudessem se reunir. Nos dias atuais, a Associação dos Ex-combatentes não mais está em funcionamento, devido, em alguns aspectos, à ausência dos sócios, por motivos de saúde e morte; e também pela própria distância, haja vista que muitos combatentes viviam em outras cidades piauienses; fato que provocou o desinteresse gradual em freqüentar aquele espaço, como também uma diminuição da contribuição de seus sócios.

Na segunda metade da década de 1980, o jornal *O Dia* noticiava a recepção, em audiência ao presidente da Associação dos Ex-combatentes no Estado, Lucas Gonzaga da Silva, pelo então governador Alberto Silva. O presidente da Associação foi acompanhado pelos também ex-combatentes Pedro Ferreira Lima e Vicente Bezerra Lima, que, juntos, reivindicavam bens materiais para a sede da Associação. À época, a Associação localizava-se na Secretaria do Trabalho e Ação Social, e tinham segundo o noticiado, 66 membros efetivos, piauienses, que haviam composto a Força Expedicionária Brasileira. Entre os bens materiais solicitados pelos ex-combatentes, estavam mesas, máquinas de escrever, telefone, que, segundo eles, eram necessários às atividades desenvolvidas pela Associação. Saíram da

⁴⁷⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 376-386.

audiência com a promessa do governador de que seriam atendidos, e que, no início do ano seguinte, voltassem para uma nova conversa e entendimentos.⁴⁷⁵

O dia da Tomada de Monte Castelo, 21 de fevereiro, tornou-se uma data comemorativa para o Exército, e para as Associações de Ex-combatentes de todo o Brasil. No Piauí, o 25º BC, além da leitura da ordem do dia, que rememora o “feito heróico” da FEB, convidava ex-combatentes e familiares para presenciar o momento festejado no Quartel. A Batalha de Monte Castelo foi constituída na memória da FEB como o maior feito dos soldados brasileiros no teatro de guerra italiano, tornando-se assim um dos principais eventos cívico-militares do País.⁴⁷⁶ Essa batalha cristalizada pela memória oficial impossibilitou, por exemplo, que outras experiências, tão marcantes quanto, fossem comemoradas, excluindo boa parte das experiências vivenciadas por muitos combatentes, entre eles, o contingente regular do 25º BC, que só chegou à Itália no final de fevereiro de 1945.

Em fevereiro de 1992, a matéria do jornal *O Dia* tratava da Tomada de Monte Castelo, quando os pracinhas, cerca de dezenove homens, se encaminharam ao Quartel do 25º Batalhão de Caçadores, para cumprimentar o comandante daquela corporação. A data, desde a formação da Associação, também era comemorada anualmente pelos pracinhas piauienses. Posteriormente, foram à sede do dito jornal cumprimentar o coronel Otávio Miranda, que, à época da guerra, foi o instrutor do batalhão que fazia parte da FEB, preparando-o para a guerra. Ainda na visita à sede do jornal *O Dia*, Luís Cardoso, que, nesse período, era o presidente da Associação dos Ex-combatentes – secção Piauí, rememorou o dia da saída do contingente piauiense, dizendo que estavam “[...] todos imbuídos dos propósitos de bravura e amor à Pátria [...], e que, segundo o jornal, a lembrança emocionou a todos os pracinhas presentes.”⁴⁷⁷

A comemoração do Dia 7 de Setembro na cidade de Teresina também se tornou um momento em que os combatentes eram lembrados. Estes, juntamente com as tropas do exército, desfilavam pela Avenida Frei Serafim, em um pequeno grupo, provocando, algumas vezes, a admiração nas pessoas que assistiam à solenidade, por não saberem de quem se tratavam, como poder ser visto na narrativa de Jacob José Pereira, um dos 62 homens que guarneceu o litoral fluminense no período de guerra: “[...] Em um desfile comemorativo ao

⁴⁷⁵ EX-PRACINHAS FAZEM REIVINDICAÇÕES AO GOVERNADOR. Teresina, **O Dia**, 12 dez. 1987.

⁴⁷⁶ EX-COMBATENTES COMEMORAM A VITÓRIA. Teresina, **O Dia**, 22 fev. 1992 (Caderno 2).

⁴⁷⁷ Id. *ibid.* Essa batalha é anualmente comemorada nos quartéis de todo o País, inclusive do 25º BC, que convida, nesse dia, os pracinhas do Estado a participarem da comemoração. Ver: PIAUÍ. Ordem do dia do Exército Brasileiro, 21 fev. 2007, Arquivo do 25º BC.

Dia 7 de Setembro, um grupo de estudantes achou que o distintivo da FEB era algo como tropas de combate à febre amarela [...]”.⁴⁷⁸

A experiência de Raimundo Francisco de Sousa, ex-combatente, parece ter sido distinta dessa narrativa anterior. Natural de Teresina, viveu boa parte de sua vida em Amarante; era lembrado constantemente pelas escolas da cidade, de acordo com as narrativas de seus familiares. Em determinada comemoração do Dia 7 de setembro, naquele município, de acordo com familiares, recebeu homenagem especial fazendo com que sentisse forte emoção, por rememorar, através do desfile, suas experiências de combate. Além disso, de vez em quando, apareciam em sua casa estudantes em busca de informações sobre a guerra, para trabalhos escolares. Sendo assim, de acordo com os familiares, a cidade reconhecia o Senhor Raimundo Francisco como um ex-combatente da FEB, não tendo o mesmo nenhum ressentimento no que diz respeito ao reconhecimento que lhe era encaminhado, pela população em geral como pelo poder público.⁴⁷⁹

Pode-se afirmar que, no Estado do Piauí, o 25º BC foi a instituição que mais valorizou a participação desses homens nos combates italianos. Podiam sempre ser vistos nas comemorações militares e nas festas produzidas no Quartel, além da construção do único monumento existente sobre os convocados da FEB no Piauí.⁴⁸⁰ Contudo, a presença dos ex-combatentes foi desaparecendo, no decorrer do tempo, devido a falecimentos, doenças e distância; esta última por serem alguns combatentes originários do interior do Estado. Em narrativa do Senhor Raimundo B. Pinheiro, produzida em 2005, sobre a presença de ex-combatentes do Estado, na parada do Dia 7 de Setembro, podem ser constatadas essas ausências:

Há uns 20 anos passados na parada militar de 7 de Setembro, na Frei Serafim, formava-se um pelotão de pracinhas da FEB no Piauí. Em 2001 apresenta-se ao coronel José Mira, comandante do 25º BC, 11 pracinhas contando comigo. O comandante achando poucos pracinhas nos ordenou subir num carro do 25º BC e partir para a parada militar. Em 2002 compareceram 6 pracinhas. Em 2004

⁴⁷⁸ Apud RODRIGUES, Tony. Participação na 2ª guerra faz 2 mortos. **Meio Norte**, Domingo, 11 mar. 2001, p. 4 (Caderno Municípios).

⁴⁷⁹ Conversa da pesquisadora com Marinês Silva e Sousa Vilarinho e Renato Silva e Sousa, filhos de Raimundo Francisco de Sousa, e Maria de Lourdes da Silva e Sousa, mulher desse ex-combatente, acontecida em Amarante em 12 jan. 2008.

⁴⁸⁰ João Baptista de Matos fez, em 1960, um balanço sobre a quantidade de monumentos, em homenagem aos pracinhas, existentes no Brasil. De acordo com esse balanço, à época, existiam monumentos construídos nos Estados da Bahia, Alagoas, Espírito Santo, Estado do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Para uma descrição detalhada desses monumentos, ver: MATTOS, João Batista. **Os monumentos nacionais**: a força expedicionária em bronze. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1960. (Arquivo do Exército).

compareceram 4 pracinhas. Não sabemos quantos vão aparecer na parada de 2005.⁴⁸¹

Através da fala do narrador, observa-se que, juntamente com o desaparecimento acelerado dos pracinhas, por morte, suas memórias também estão prestes a desaparecer. O monumento aos pracinhas, construído em frente ao Quartel do 25° BC, pode ser considerado um lugar de memória, uma tentativa de cristalizar a participação dos pracinhas piauienses no conflito mundial.⁴⁸² Nele, estão os nomes dos ex-combatentes do quartel que foram selecionados para a composição da FEB, entre eles, os dois combatentes que morreram na Itália: Geraldo Elias, de São Raimundo Nonato; e Manoel Eduardo de Sousa, de Jaicós.⁴⁸³ Por falta de uma datação no monumento, não se sabe a data em que foi inaugurado; mas pelas fotografias encontradas no 25° BC, pode-se supor que tenha sido na primeira metade da década de 1990.

As medalhas, certificados, fotografias, fardas, entre outros, guardados pelos pracinhas e por seus familiares, podem ser considerados suportes de memórias, que informam materialmente a experiência de suas vivências na campanha italiana. No entanto, esses suportes de memória estão espalhados em todo o Piauí, nas casas dos ex-combatentes e familiares, ou nas unidades militares, em razão de não ter ainda, até o momento, 2008, no Estado, um espaço reservado à preservação da memória material da experiência desses homens.⁴⁸⁴ Valdene Mendes de Moraes, filha do ex-combatente Arlindo Francisco de Moraes, guarda, em São João da Serra, município do Estado, alguns objetos de campanha que seu pai preservou ao longo do tempo; entre eles, a farda, medalhas, certificado de reservista, quando este teve baixa da FEB.⁴⁸⁵

Em relação à constituição de uma memória nacional da FEB, na Segunda Guerra, os trabalhos recentes enfatizam a idéia de que ela não foi composta, talvez em razão do distanciamento territorial, onde o conflito ocorreu; como também em razão do reduzido número de combatentes, comparado à quantidade da população brasileira. Ao contrário dos

⁴⁸¹ PINHEIRO, Raimundo. **Histórias da 1ª e 2ª guerra mundial**. Timon, set. 2005. p. 71-72. (Manuscrito).

⁴⁸² Pierre Nora, ao discutir a memória, diz que esta não mais existe. Para ele, o que há são lugares de memória. Esses lugares, tanto materiais quanto imateriais, seriam a forma de cristalizar uma memória que já se desgastou no decorrer do tempo. Nesse sentido, os lugares de memória seriam menos pontos de referência em relação à memória de uma sociedade ou grupo; e, mais, uma forma vazia de constituição de uma memória que não existe. Dessa forma, os lugares de memória seriam a prova concreta de que a memória não mais existe, sendo substituída pela História. Para maior aprofundamento sobre essa discussão, ver: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, p. 7-28, 1993.

⁴⁸³ RODRIGUES, Tony, op. cit., 11 mar. 2001, p. 4 (Caderno Municípios).

⁴⁸⁴ O 25° BC tem como pretensão construir um pequeno museu, que possa guardar a memória dos pracinhas piauienses. Informação obtida por meio do Relações Públicas daquela Instituição.

⁴⁸⁵ MORAIS, Valdene Mendes de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 24 jun. 2007.

países de maiores contingentes, que mandaram seus soldados para a Segunda Guerra, no Brasil não foi grande o impacto do retorno dos soldados, provavelmente por sua distribuição nas várias regiões do País. Ainda sobre a forma como a memória social da guerra é composta em variados contextos, Francisco César Ferraz, esclarece:

A diferença entre [...] experiências históricas produziu relacionamentos distintos entre os ex-combatentes e suas sociedades. Por mais que, após a Primeira Guerra Mundial, a reintegração dos combatentes tenha sido problemática, eles perfaziam uma parcela importante da sociedade; era impossível ignorá-los, e sua presença constante reforçava a necessidade de se lidar tanto com as memórias que a guerra deixava quanto com suas seqüelas mais concretas, nas vidas dos jovens e suas famílias. Quanto maior a parcela da população masculina recrutada para as guerras, maior a necessidade da sociedade não-combatente em tomar para si a resolução desses problemas. Inversamente, quanto menor a parcela de combatentes – e esse foi o caso dos brasileiros na Segunda Guerra – maior o alheamento da população.⁴⁸⁶

Outro ponto que deve ser citado, para tentar-se compreender o apagamento de uma memória mais abrangente em relação à FEB, foi sua rápida desmobilização, ainda na Itália, como também a proibição aos febianos do uso de seus uniformes ao chegarem no Brasil. O desinteresse da população pela história da FEB, logo após o término das comemorações da vitória e da chegada dos combatentes, pode ser um fator contribuinte no esquecimento dessa experiência. Sobre essas questões, Luís Felipe da Silva Neves acrescenta: “[...] Alguns chegaram ao absurdo de duvidar que aqueles homens, os quais, por conta da boa alimentação, voltaram em melhores condições físicas do que quando partiram, tinham de fato se batido contra o melhor exército do mundo”.⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ FERRAZ, op. cit., 2003, p. 60.

⁴⁸⁷ NEVES, Felipe da Silva. E a cobra fumou! In: **Nossa história**, n. 15, p. 25, jan. 2005.

5 CONCLUSÃO

Eric Hobsbawm, em seu *Era dos Extremos*, afirmou que seria *quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global*, tendo em vista que praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, querendo ou não, apesar de *as repúblicas da América Latina só terem participado de forma mais nominal*.

Contudo, pôde-se observar, ao longo desta pesquisa, que o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra não se deu somente de forma nominal, conforme ocorreu em boa parte dos países da América Latina, mas sim de forma efetiva, tanto internamente, através da mobilização da população para o esforço de guerra, como no próprio teatro italiano de operações, com a remessa de expedicionários brasileiros para a guerra.

A mobilização para o esforço de guerra deu-se em todo o território brasileiro, divulgado através de uma propaganda de guerra, que solicitava a participação de todo o povo para a defesa da Pátria. Conforme o discurso oficial propagado, esta havia sido maculada por submarinos do Eixo; deste modo, o Piauí, Estado distante dos grandes centros do País, naquele momento, entrou no esforço de guerra.

Esse esforço foi operacionalizado, no Estado do Piauí, por meio da criação de instituições como, por exemplo, a Diretoria Regional de Defesa Passiva Antiaérea, a Comissão Estadual da Legião Brasileira e de um Pouso do SEMTA na cidade de Teresina. As mencionadas instituições tinham como objetivo mobilizar a população em vários sentidos: na defesa de ataques antiaéreos, no amparo às famílias dos soldados selecionados para a FEB, como também na mobilização de homens para a produção de borracha, que, àquele período, se tornou produto imprescindível na produção de equipamentos bélicos.

Não obstante a propaganda de guerra voltar-se enfaticamente para a necessidade da cooperação de toda a população no esforço de guerra, apelando para o patriotismo e tradições do povo piauiense, pôde-se ver que a ação dessas instituições não alcançou, na maioria das vezes, o objetivo esperado, sendo reelaborado pelas próprias condições de existência do Estado naquele período. Desta forma, essas instituições tiveram um campo limitado de ação, e, por vezes, entravam em contradição com a própria função que lhes havia sido atribuída quando de sua criação. No que se refere a essa afirmação, ressalte-se o pouco interesse da população em participar dos exercícios de defesa passiva antiaérea, da assistência dada pela LBA a grupos que não pertenciam às famílias dos convocados, como também a insatisfação

por parte de autoridades locais com a indisciplina mostrada pelos “soldados da borracha”, que, antes de serem encaminhados para a Amazônia, conviviam há algum tempo na Capital.

Outro tipo de mobilização mais específica, acontecida no Estado, foi a militar. Esta tinha como obrigação arregimentar o maior número de homens capazes, física e psicologicamente, de defender o território nacional e lutar junto aos aliados nos campos de guerra italianos. Observe-se que essa mobilização, no Estado, era reforçada pelos chamamentos com forte teor patriótico, como também por campanhas e comemorações que enfatizavam a necessidade da apresentação dos jovens piauienses nas unidades militares, para que fossem incorporados às fileiras das forças armadas, para que pudessem cumprir seu dever de soldado-cidadão.

Por sua vez, aeroclubes do Estado começaram a formar um número maior de pilotos, a Capitania dos Portos do Estado iniciou o processo de arregimentação de homens para a defesa da costa brasileira. A 26ª CR e o 25º BC iniciaram um processo de chamadas de grande número de sorteados e reservistas, como também a solicitação de apresentação de voluntários. Deste modo, constituiu-se, nos meios oficiais, uma imagem de soldado piauiense, que também foi incorporada pelos ex-combatentes do Estado.

Contudo, através das memórias e dos próprios documentos oficiais desses homens, foram encontrados vestígios que problematizaram o modelo ideal, apresentando-se assim outras possibilidades de soldado piauiense, à época. Pode-se citar, como exemplo, o próprio número de homens que não comparecia aos chamados, e o pouco número de voluntários noticiados pelo Diário Oficial.

Apesar de a mobilização militar ter se iniciado logo após o Decreto do estado de beligerância, com o intuito de remeter soldados para a defesa do litoral, percebeu-se que a mobilização de soldados para a FEB ocorreu principalmente, no Estado, principalmente em 1944. Essa arregimentação de soldados para a FEB se deu primeiramente com poucas remessas individuais de soldados do 25º BC para o Depósito de Pessoal da FEB, situado no Rio de Janeiro; e, posteriormente, com a formação e remessa de contingente regular, com uma quantidade mais vultosa de soldados que seriam encaminhados à Itália.

Para falar da trajetória desses homens, desde sua saída de Teresina até seu retorno, trabalhou-se, para a construção do presente texto, principalmente com a memória dos ex-combatentes e suas famílias, pois, ao tempo em que se conjugavam com uma memória imposta oficialmente, também mostraram variadas possibilidades do acontecido.

Por conseguinte, conclui-se que houve uma mobilização de guerra no Estado do Piauí, mas que esta se configurou de acordo com as condições de existência do Piauí, no período em

estudo. Enfatize-se que, nessa mobilização, houve participação restrita de alguns grupos sociais, contradizendo a idéia de cooperação de todas as camadas sociais, no esforço de guerra, amplamente divulgada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Destaque-se ainda que a guerra no Estado era divulgada, sobretudo, nas notícias de jornais, não afetando diretamente o cotidiano de grande parte da população. Infere-se, deste modo, que a guerra foi vivenciada, com mais intensidade, por aqueles mais diretamente atingidos por ela; em outras palavras, pelos ex-combatentes do Estado e suas famílias.

Por fim e, em razão disso, afirma-se, aqui, que não se pode dizer que existe uma memória social do período de guerra no Piauí; a memória que ainda resiste – em pequenos fragmentos guardados por pequenos grupos – é a da participação de homens do Estado na maior guerra do século XX. E, ainda assim, acredita-se que tal memória está em via de desaparecer, da mesma forma que cotidianamente desaparecem os ex-combatentes.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Dramas da vida: direito e narrativa na entrevista de Evandro Lins e Silva. In: **Ouvir contar**: textos em história oral: Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMANAQUE ABRIL. **Brasil em tempo de guerra**. São Paulo: Abril, 2005. v. 4. (Coleção Segunda Guerra Mundial – 60 anos).

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2002.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso. In: **Nossa História**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 1, n. 2, p. 28-33, dez. 2003.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Histórias de vario feito e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra**: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

BRASIL. **Boletim Interno n. 21**, da CRP / Rio de Janeiro, datado de 03/01/1945, Arquivo da Associação de Ex-combatentes do Piauí.

_____. Entrevista com o Tenente-Coronel Antonio de Andrade Poty. In: **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 59-67.

_____. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História geral da Aeronáutica brasileira**: da criação do Ministério da Aeronáutica ao final da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1991.

_____. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História geral da Aeronáutica brasileira**: dos primórdios até 1920. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1988.

_____. Ministério da Guerra. **Regulamento disciplinar do Exército n. 4**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942. (Arquivo do Exército).

_____. Relação de aeronaves entregues e a entregar de 15 de janeiro de 1944, Coleção Salgado Filho, Arquivo Nacional.

_____. **Relatórios e regulamento do SEMTA**, 1943, Arquivo Nacional.

CAMILO FILHO, José. O Piauí na Segunda Guerra Mundial. **Cadernos Piauienses**, Teresina, n. 4, 1972.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: **Repensando o Estado novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. O Estado novo, o DOPS, e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, Claudísio Torres de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 10 fev. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar 2005.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. **O Piauí na história militar do Brasil, 1759-1984**. Teresina: [s.ed.], 1983.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil da II grande guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí: a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Quatro Artes, 1970.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CEARÁ. **Relação de combustíveis existentes nos carros ao saírem de Teresina**, 06 de fevereiro de 1943. Fortaleza, 17 fev. 1943.

CEARÁ. **Relatório geral da viagem**, Fortaleza-Sobral-Tianguá-Teresina-S. Luiz, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1943, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do Departamento de mobilização, Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 2

CEARÁ. **Serviço de Seleção Médica**, 1943. Dr. José Rodrigues da Silva. Chefe do Departamento de Assistência médica. Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 9.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

_____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHARTIER, Roger. A história hoje: Dúvidas, desafios e propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p.97-113, 1994. (1994)

_____. Introdução. In: **História cultural: entre práticas e representações**. Algés / Portugal: DIFEL, 2002.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Teresina: Alínea, 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial / EDUSP, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DISTRITO FEDERAL. **Relatório Confidencial de Observações feitas no Norte junto ao SEMTA**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1943, p. 5.

FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: UnB, 1999.

FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

_____. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 376-386.

_____. **Os brasileiros e a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil 1**: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001. p.152-170.

GAZETA, de abril de 1943 a junho de 1944, Biblioteca Nacional.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.31.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte-MG: UFMG, 2000.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas-SP: Papyrus, 1986.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **Aprendendo o patriotismo**: memória dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, Fortaleza, 2000.

MANUSCRITOS de Raimundo B. Pinheiro, 1998; 2000. (Arquivo Pessoal).

MATTOS, João Batista. **Os monumentos nacionais**: a força expedicionária em bronze. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1960. (Arquivo do Exército).

MAXIMIANI, César Campiani. Neve, fogo e montanhas. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 343-364.

McCANN, Frank D. **A nação armada**: ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.

MEIO NORTE, Teresina, 11 mar. 2001. (Arquivo Pessoal).

MOCELLIN, Fernando Pereyron. **A missão 60**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1971.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

MORAES, Berta et al. **Depoimentos de oficiais da reserva sobre a FEB**. São Paulo: Instituto Progresso, 1947.

MORAIS, Valdene Mendes de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 24 jun. 2007.

MOTA, Aricildes de Moraes (Coord.). Entrevista com Antonio de Andrade Poti. In: **História oral do Exército brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MOURA, Aureliano. A luta antes da guerra. In: **Nossa história**. O Brasil foi à guerra, ano 2, n. 15, p.16-20, jan. 2005.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina. Teresina: FCMC, 2002.

_____. **A Revolução de 1930 no Piauí, 1928-1934**. Teresina: FCMC, 1994.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NEVES, Felipe da Silva. E a cobra fumou! In: **Nossa História**, n. 15, jan. 2005.

_____. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma perspectiva histórica. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. A força expedicionária brasileira: 1944-1945. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. São Paulo: Xamã, 1995. p. 295-318.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, 1993. p. 7-28.

NUNES, Manoel Paulo. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 29 set. 2007.

O DIA. Teresina, 12 dez. 1987, Arquivo Público do Piauí.

_____. Teresina, 22 de fev. 1992, Arquivo Público do Piauí.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PIAUI. **Boletins Internos do 25° BC de 1944**. Teresina, Arquivo do 25° BC.

_____. **Boletins Internos do 26ª CSM de 1944** ao primeiro semestre de 1945. Teresina, Arquivo da 26ª CSM.

_____. **Diário Oficial**, de 1943 ao primeiro semestre de 1945, Teresina, Arquivo Público do Piauí.

_____. **Relatório da Legião Brasileira de Assistência**, Comissão Estadual do Piauí, dez. 1944. Teresina, Arquivo Público do Piauí.

_____. **Relatório do Acidente de Campo-Maior**, 21 jul. 1945. Elídio Ferrão, médico do SEMTA.

_____. **Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina**, Teresina, 2 ago. 1943, p. 1.

PINHEIRO, Raimundo. **Histórias da 1ª e 2ª guerra mundial**. Timon, set. 2005. (Manuscrito).

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PRIMO, Francisco de Sousa. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 30 out. 2007.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí – 1900-1920**. Teresina: FUNDAPI, 2006a.

_____. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006b.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.85-114.

REVISTA VOZ DO ESTUDANTE. Teresina, n. 7(set. 1942), 9(dez. 1942), 12(set. 1943), 13 (dez. 1943), Arquivo Público do Piauí.

RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 16 dez. 2007.

RODRIGES, Tony. Participação na 2ª Guerra faz 2 mortos. **MEIO NORTE**, 11 mar. 2001, p. 4.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da Silveira. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

SIMILI, Ivana Guilherme. **A construção de uma personagem**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo

Gênero 7: gêneros e preconceitos, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, de 28 a 30 de agosto de 2006.

_____. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. **Estudos Ibéricos**, PUCRS, v. XXXIII, n. 1, jun. 2007.

SIQUEIRA, Cleantho Homem de. **Guerreiros potiguares**: o Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial. Natal: EDUFRN, 2001.

SOLON, Daniel Vasconcelos. Novos sons se espalham por Teresina: os alto-falantes e o processo de modernização da cidade. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO, JR. F. C. Fernandes (Org.). **Encruzilhadas da história**: rádio e memória. Recife: Bagaço, 2006.

SOUSA, Renato Silva e; VILARINHO, Marinês Silva e Sousa; SOUSA, Maria de Lourdes da Silva e Sousa. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 12 jan. 2008.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: **História Oral**, n. 4, jun. 2001.

TORRES, Iraíldes Caldas Torres. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TORRES, João Paulino. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 29 set. 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge. Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ZODÍACO. Teresina, n. 14, maio 1945, Arquivo Público do Piauí.

Apêndices

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES

Livros, Capítulos de Livros e Artigos, Entrevistas

ALBERTI, Verena. Dramas da vida: direito e narrativa na entrevista de Evandro Lins e Silva. In: **Ouvir contar**: textos em história oral: Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMANAQUE ABRIL. **Brasil em tempo de guerra**. São Paulo: Abril, 2005. v. 4. (Coleção Segunda Guerra Mundial – 60 anos).

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2002.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso. In: **Nossa História**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 1, n. 2, p. 28-33, dez. 2003.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Histórias de vario feito e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra**: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

BRASIL. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História geral da Aeronáutica brasileira**: da criação do Ministério da Aeronáutica ao final da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1991, vol 3.

_____. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História geral da Aeronáutica brasileira**: dos primórdios até 1920. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1988, vol 1.

_____. Ministério da Guerra. **Regulamento disciplinar do Exército n. 4**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942. (Arquivo do Exército).

_____. **Relatórios e regulamento do SEMTA**, 1943, Arquivo Nacional.

CAMILO FILHO, José. O Piauí na Segunda Guerra Mundial. **Cadernos Piauienses**, Teresina, n. 4, 1972.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: **Repensando o Estado novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. O Estado novo, o DOPS, e a ideologia de segurança nacional. In: Dulce Pandolfi (Org.). **Repensando o Estado novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar 2005.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. **O Piauí na história militar do Brasil, 1759-1984**. Teresina: [s.ed.], 1983.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil da II grande guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí**: a terra, o homem, o meio. São Paulo: Quatro Artes, 1970.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHARTIER, Roger. A história hoje: Dúvidas, desafios e propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p.97-113, 1994.

_____. Introdução. In: **História cultural**: entre práticas e representações. Algés / Portugal: DIFEL, 2002.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Teresina: Alínea, 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial / EDUSP, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra**: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: UnB, 1999.

FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). 2003. Tese (Doutorado História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

_____. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 376-386.

_____. **Os brasileiros e a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil 1**: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001. p.152-170.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.31.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte-MG: UFMG, 2000.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas-SP: Papyrus, 1986.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **Aprendendo o patriotismo**: memória dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, Fortaleza, 2000.

MATTOS, João Batista. **Os monumentos nacionais**: a força expedicionária em bronze. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1960. (Arquivo do Exército).

MAXIMIANI, César Campiani. Neve, fogo e montanhas. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 343-364.

McCANN, Frank D. **A nação armada**: ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.

MOCELLIN, Fernando Pereyron. **A missão 60**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1971.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

MORAES, Berta et al. **Depoimentos de oficiais da reserva sobre a FEB**. São Paulo: Instituto Progresso, 1947.

MOTA, Aricildes de Moraes (Coord.). Entrevista com Antonio de Andrade Poti. In: **História oral do Exército brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MOURA, Aureliano. A luta antes da guerra. In: **Nossa história**. O Brasil foi à guerra, ano 2, n. 15, p.16-20, jan. 2005.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina. Teresina: FCMC, 2002.

_____. **A Revolução de 1930 no Piauí, 1928-1934**. Teresina: FCMC, 1994.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NEVES, Felipe da Silva. E a cobra fumou! In: **Nossa História**, n. 15, jan. 2005.

_____. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma perspectiva histórica. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. A força expedicionária brasileira: 1944-1945. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. São Paulo: Xamã, 1995. p. 295-318.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, 1993. p. 7-28.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí – 1900-1920**. Teresina: FUNDAPI, 2006a.

_____. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006b.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.85-114.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da Silveira. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

SIMILI, Ivana Guilherme. **A construção de uma personagem**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gêneros e preconceitos, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, de 28 a 30 de agosto de 2006.

_____. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. **Estudos Ibéricos**, PUCRS, v. XXXIII, n. 1, jun. 2007.

SIQUEIRA, Cleantho Homem de. **Guerreiros potiguares**: o Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial. Natal: EDUFRN, 2001.

SOLON, Daniel Vasconcelos. Novos sons se espalham por Teresina: os alto-falantes e o processo de modernização da cidade. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO, JR. F. C. Fernandes (Org.). **Encruzilhadas da história**: rádio e memória. Recife: Bagaço, 2006.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: **História Oral**, n. 4, jun. 2001.

TORRES, Iraildes Caldas Torres. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge. Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional estatismo**: do início da década de 1930 ao pouso do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Periódicos e outros

BRASIL. **Boletim Interno nº 21**, da CRP / Rio de Janeiro, datado de 03/01/1945, Arquivo da Associação de Ex-combatentes do Piauí.

_____. Relação de aeronaves entregues e a entregar de 15 de janeiro de 1944, Coleção Salgado Filho, Arquivo Nacional.

CEARÁ. **Relação de combustíveis existentes nos carros ao saírem de Teresina**, 06 de fevereiro de 1943. Fortaleza, 17 fev. 1943.

CEARÁ. **Relatório geral da viagem**, Fortaleza-Sobral-Tianguá-Teresina-S. Luiz, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1943, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do Departamento de mobilização, Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 2

CEARÁ. **Serviço de Seleção Médica**, 1943. Dr. José Rodrigues da Silva. Chefe do Departamento de Assistência médica. Fortaleza, 27 jul. 1943, p. 9.

DISTRITO FEDERAL. **Relatório Confidencial de Observações feitas no Norte junto ao SEMTA**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1943, p. 5.

GAZETA, de abril de 1943 a junho de 1944, Biblioteca Nacional.

MANUSCRITOS de Raimundo B. Pinheiro, 1998; 2000. (Arquivo Pessoal).

MEIO NORTE, Teresina, 11 mar. 2001. (Arquivo Pessoal).

O DIA. Teresina, 12 dez. 1987, Arquivo Público do Piauí.

_____. Teresina, 22 de fev. 1992, Arquivo Público do Piauí.

PIAUI. **Boletins Internos do 25° BC de 1944**. Teresina, Arquivo do 25° BC.

_____. **Boletins Internos do 26ª CSM de 1944** ao primeiro semestre de 1945. Teresina, Arquivo da 26ª CSM.

_____. **Diário Oficial**, de 1943 ao primeiro semestre de 1945, Teresina, Arquivo Público do Piauí.

_____. **Relatório da Legião Brasileira de Assistência**, Comissão Estadual do Piauí, dez. 1944. Teresina, Arquivo Público do Piauí.

PIAUI. **Relatório do Acidente de Campo-Maior**, 21 jul. 1945. Elidio Ferrão, médico do SEMTA.

PIAUI. **Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina**, Teresina, 2 ago. 1943, p. 1.

REVISTA VOZ DO ESTUDANTE. Teresina, n. 7, 9, 12, 13, Arquivo Público do Piauí.

RODRIGUES, Tony. Participação na 2ª Guerra faz 2 mortos. **MEIO NORTE**, 11 mar. 2001, p. 4.

ZODÍACO. Teresina, n. 14, maio 1945, Arquivo Público do Piauí.

Entrevistas

BRASIL. Entrevista com o Tenente-Coronel Antonio de Andrade Poty. In: **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 59-67.

CARVALHO, Claudísio Torres de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 10 fev. 2007.

MORAIS, Valdene Mendes de. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 24 jun. 2007.

NUNES, Manoel Paulo. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 29 set. 2007.

PRIMO, Francisco de Sousa. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 30 out. 2007.

RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 16 dez. 2007.

SOUSA, Renato Silva e; VILARINHO, Marinês Silva e Sousa; SOUSA, Maria de Lourdes da Silva e Sousa. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 12 jan. 2008.

TORRES, João Paulino. Entrevista concedida à Clarice Helena Santiago Lira. Teresina, 29 set. 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)